

EDUARDO GEORJÃO FERNANDES

**ENTRE RUAS, CÂMERAS E REDES:**

as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória  
em Porto Alegre (2013-2014)

Porto Alegre, abril de 2020.

EDUARDO GEORJÃO FERNANDES

**ENTRE RUAS, CÂMERAS E REDES:**

as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória  
em Porto Alegre (2013-2014)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Professor Orientador: Dr. Marcelo Kunrath Silva.

Porto Alegre, abril de 2020.

## CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Eduardo Georjão

Entre ruas, câmeras e redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014) / Eduardo Georjão Fernandes. -- 2020.

305 f.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Confronto político. 2. Controle policial. 3. Novas tecnologias da informação e comunicação. 4. Táticas de vigilância. 5. Ciclo de protestos de 2013. I. Silva, Marcelo Kunrath, orient. II. Título.

EDUARDO GEORJÃO FERNANDES

**ENTRE RUAS, CÂMERAS E REDES:**

as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória  
em Porto Alegre (2013-2014)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Professor Orientador: Dr. Marcelo Kunrath Silva.

Tese apresentada em: 29 de abril de 2020.

Resultado: Aprovado.

---

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva – Orientador

---

Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães – PPGS UFRGS

---

Profa. Dra. Débora Alves Maciel – UNIFESP

---

Prof. Dr. Lucas de Melo Melgaço – Vrije Universiteit Brussel (VUB)

---

Profa. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes – UFPEL

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa perpassa um longo caminho no qual diversas instituições e pessoas fizeram-se presentes. Primeiramente, o trabalho não teria sido realizado sem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço também aos membros da banca de defesa, Débora, Simone, Lucas e Alexandre, pela leitura atenta e pelo debate qualificado do trabalho. Agradeço, ainda, aos meus interlocutores de pesquisa, os quais prestaram, em suas entrevistas, informações muito valiosas para a construção dos argumentos da tese.

Na minha vida esta tese é a finalização de um período de 13 anos de universidade pública. A entrada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) me apresentou um novo mundo, tornando-se parte estruturante de quem hoje me tornei. Desde o início da graduação, em 2007, passando por grupos de pesquisa, grupos de extensão, eventos acadêmicos diversos, mestrado e doutorado, me orgulho de ter vivido intensamente a universidade pública e não tenho dúvidas de que a luta por uma educação de qualidade é o projeto que me motiva para seguir fortalecido mesmo nos contextos mais trágicos. Sinto-me hoje motivado a retribuir todas as oportunidades que a universidade pública me proporcionou.

Quanto às pessoas que me acompanharam nessa trajetória, destaco primeiramente meu orientador, Marcelo Kunrath. Ao longo do meu período na pós-graduação, Marcelo foi um exemplo constante de dedicação e seriedade na realização de pesquisas acadêmicas. Guiando-se por um genuíno interesse em produzir e divulgar conhecimento científico de qualidade, Marcelo me apontou os caminhos para a combinação entre o debate teórico bem construído e a pesquisa empírica detalhada. Além de destacar as fundamentais contribuições teórico-metodológicas a esta tese, reconheço hoje em Marcelo uma referência profissional e um parceiro na continuidade da minha trajetória acadêmica.

Ao longo da escrita da tese, pude contar também com a contribuição do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE). O GPACE, grupo do qual sou integrante desde 2014, foi central na construção de um espaço coletivo de pesquisa, aplacando as sensações de isolamento que a escrita de uma tese pode trazer. É perceptível que o GPACE se consolidou na proposição, junto a outros grupos, de uma agenda nacional de pesquisa nos temas relacionados à ação coletiva e aos movimentos sociais. Em especial, agradeço à Camila Farias, minha parceira de pesquisa e uma grande amiga que o GPACE proporcionou.

Durante o doutorado, passei um ano na *Scuola Normale Superiore* (SNS), em Florença, sob orientação de Donatella della Porta. À Donatella agradeço pelo acolhimento e pela inspiração como mulher forte e ao mesmo tempo afetiva, permitindo que minha adaptação em um país estrangeiro fosse mais fácil. A estadia na SNS foi central na minha formação como pesquisador, permitindo-me tanto entrar em contato com o *modus operandi* de um centro de excelência no estudo dos movimentos sociais quanto reconhecer que as pesquisas produzidas no GPACE têm muitas conexões já consolidadas com os estudos internacionais. Na minha estadia italiana, destaco também meus amigos Jacopo e Karlo, os quais me deram um importante suporte afetivo quando a saudade do Brasil apertou.

Esta pesquisa nada seria sem o afeto de algumas pessoas que estiveram presentes em diferentes momentos dos anos recentes. Ao Marcel e à Sofia agradeço pela constância da amizade e, em especial, por me receberem no retorno da Itália. Ao Edison e à Laura Corso sou grato por existirem e por estarem presentes em inumeráveis momentos em que eu duvidei de mim, me oferecendo inspiração, carinho e ouvidos. Ao Pedro Gomes, pela amizade que me reconecta a dimensões leves e ao mesmo tempo intensas da vida. Ao Laurence e à Larissa, pela amizade compartilhada desde as boas lembranças do apartamento na José do Patrocínio. À Laura Boeira, pelo encontro com o inesperado, pelo amor e pela parceria nos momentos mais decisivos de escrita da tese.

Por fim, agradeço à minha família. À minha irmã Gabriela, por ser exemplo de dedicação em diversos âmbitos da vida, especialmente na forma como valoriza a manutenção dos nossos vínculos familiares quando estamos fisicamente distantes. Ao meu pai José Eduardo, pelo suporte constante, oferecendo-me o amor e a segurança sem os quais eu não teria tranquilidade para me dedicar ao trabalho intelectual. À minha mãe Regina, pelo amor incondicional e por ter sido a primeira e mais importante pessoa a me demonstrar o valor da educação.

## RESUMO

Entre 2013 e 2014 a cidade de Porto Alegre presenciou a ocorrência de protestos de rua protagonizados pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, um coletivo composto majoritariamente por estudantes, pela juventude de partidos políticos e por grupos anarquistas. Nesse período, que abarcou protestos com baixo número de manifestantes contra o aumento do valor da passagem do transporte público no início de 2013, as massivas e heterogêneas manifestações de junho daquele ano - as denominadas “Jornadas de Junho” - e protestos contra as medidas adotadas para a realização do megaevento Copa do Mundo de 2014, uma das questões emergentes do debate público foi a interação entre manifestantes e forças policiais. Esse contexto articulou-se ainda com o alto investimento em novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) na área da segurança pública para o megaevento. A combinação entre um processo intenso de mobilização e o investimento policial em TICs desafia a literatura dedicada ao estudo do policiamento a protestos, pois envolve, para além da coerção física e observável, a emergência de formas mais sutis e menos visíveis de controle da ação coletiva, as quais priorizam a coleta e o processamento de informações sobre manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais. Assim, o principal objetivo dessa tese é explicar em que medida e como a incorporação de TICs compõe e/ou transforma as táticas policiais de vigilância à ação coletiva. Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos: entrevistas com agentes de segurança pública; mapeamento das estruturas institucionais e dos aparatos tecnológicos que constituem as polícias do estado do Rio Grande do Sul; análise dos eventos de protesto promovidos pelo Bloco de Lutas entre 2013 e 2014; análise do conteúdo de um inquérito policial contra ativistas do Bloco. Após a análise, verificou-se a ocorrência de transformações das táticas policiais mobilizadas, com a amplificação do uso de táticas de vigilância mediadas por TICs ao longo do tempo (uso de câmeras de videomonitoramento, monitoramento das redes sociais etc.). Para explicação dessas transformações, foram identificados mecanismos causais que conformam esse processo. Os resultados sugerem que os conflitos entre 2013 e 2014 impuseram problemas às forças policiais, o que foi respondido com adaptações táticas e com o mecanismo de aprendizado policial. Este envolveu, de modo geral, a transição do predomínio de estratégias de controle repressivo, centradas na coerção física, para o uso de táticas direcionadas à incapacitação estratégica dos protestos no contexto da Copa do Mundo em 2014. Nesse processo, a mobilização das TICs mostrou-se central para a ativação de diversos mecanismos: a antecipação à ação dos manifestantes; a amplificação da visibilidade sobre manifestantes; a relativa invisibilização da ação policial; a integração entre organizações de segurança pública; a apropriação do conteúdo de mídias alternativas; a legitimação tática das forças policiais. Esses mecanismos foram ativados em um campo multiorganizacional de controle da ação coletiva, o qual envolveu diversos atores engajados no confronto político (coalizões de lei e ordem e de defesa do direito ao protesto; mídias; governo).

Palavras-chave: Confronto político. Controle policial. Novas tecnologias da informação e comunicação. Táticas de vigilância. Ciclo de protestos de 2013. Protestos contra a Copa do Mundo 2014.

## ABSTRACT

Between 2013 and 2014, the city of *Porto Alegre* witnessed the occurrence of street protests led by the *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, a collective composed mainly of students, the youth of political parties and anarchist groups. During that period, which included protests with a low number of demonstrators against the increase in the value of the public transport ticket in early 2013, the massive and heterogeneous demonstrations of June of that year - the so-called “*Jornadas de Junho*” - and protests against the measures adopted for the 2014 World Cup, one of the issues emerging from the public debate was the interaction between protesters and police forces. This context was also characterized by the high investment in new information and communication technologies (ICTs) in public security for the mega event. The combination of an intense mobilization process and police investment in ICTs challenges the literature on protest policing, since this context involves, in addition to physical and observable coercion, the emergence of more subtle and less visible forms of control of collective action, which prioritize the collection and processing of information about protesters, activists and social movement organizations. Thus, the main objective of this dissertation is to explain to what extent and how the incorporation of ICTs composes and/or transforms police surveillance tactics to control collective action. For that, I adopted the following procedures: interviews with public security agents; the mapping of institutional structures and technological devices that constitute police organizations in the state of *Rio Grande do Sul*; the protest event analysis of demonstrations promoted by the *Bloco de Lutas* between 2013 and 2014; the content analysis of a police investigation against *Bloco*'s activists. After the analysis, I identified the occurrence of transformations in police tactics, with the amplification of the use of ICT-mediated surveillance tactics over time (the use of video surveillance cameras, the monitoring of social networks, etc.). To explain these transformations, I identified causal mechanisms that conform this process. The results suggest that the conflicts between 2013 and 2014 posed problems for police forces. The police responded to those problems with tactical adaptations and with the mechanism of police learning. This involved, in general, the transition from the predominance of repressive strategies, centered on physical coercion, to the use of tactics aimed at the strategic incapacitation of protests during the 2014 World Cup. In this process, the mobilization of ICTs proved to be central to the activation of several mechanisms: anticipating the demonstrators' action; increasing the visibility of protesters; the relative invisibilization of police action; the integration between public security organizations; the appropriation of alternative media content; the tactical legitimation of police forces. The activation of these mechanisms occurred in a multiorganizational field of control of collective action, which involved several actors engaged in political conflict (law and order coalition and civil rights coalition; the media; the government).

Keywords: Contentious Politics. Police Control. New Information and Communication Technologies. 2013 Cycle of Protests. Protests during the 2014 World Cup.



## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Custo da construção dos CICC pela SESGE (2011-2016).....	17
Figura 2 - <i>Videowall</i> na sala operacional do CICCERS .....	18
Gráfico 1 - Distribuição por ano dos estudos sobre policiamento a protestos na revista <i>Mobilization</i> .....	24
Gráfico 2 - Distribuição dos objetos empíricos segundo território na revista <i>Mobilization</i> .....	26
Figura 3 - Nuvem de frequência de palavras dos artigos publicados pela Revista <i>Mobilization</i> .....	28
Figura 4 - Diagrama das relações entre ação coletiva, movimento social, protesto.....	40
Figura 5 - Diagrama do controle social da ação coletiva .....	45
Figura 6 - Diagrama dos campos articulados na pesquisa.....	67
Figura 7 - Modelo explicativo para o policiamento a protestos segundo della Porta e Reiter .	68
Figura 8 - Modelo de análise da pesquisa .....	73
Figura 9 – Síntese do desenho de pesquisa.....	80
Figura 10 - Atribuições das polícias no controle da ação coletiva no Brasil.....	99
Figura 11 - Projeto do CICCERS.....	123
Figura 12 - <i>Videowall</i> do CICCERS .....	124
Figura 13 - Imageamento aéreo .....	126
Figura 14 - <i>Videowall</i> do CEIC .....	128
Figura 15 - Mecanismos da estratégia de controle repressivo (T0).....	155
Figura 16 - Mecanismos da estratégia de uso progressivo da força (T0).....	157
Figura 17 - Mecanismos da estratégia de coleta de informações (T0) .....	159
Figura 18 - Mecanismos da estratégia de controle repressivo (T1).....	162
Figura 19 - Faixa contra a criminalização do movimento em protesto de 11 de abril de 2013 .....	165
Figura 20 - Mecanismos da estratégia de coleta de informações (T1) .....	168

Figura 21 - Mecanismo de legitimação tática (T1).....	171
Figura 22 - Mecanismos da estratégia de gestão do confronto (T1) .....	176
Figura 23 - Mecanismos das disputas interpretativas (T1).....	180
Figura 24 - Mecanismos da estratégia de controle repressivo (T2).....	187
Figura 25 - Reivindicações predominantes nas redes segundo a ferramenta “Causa Brasil” em 20 de junho de 2013 .....	188
Figura 26 - Mecanismos para os problemas de governo (T2).....	197
Figura 27 - Imagem de manifestante mascarado, vestido de preto e portando bandeira com símbolo anarquista na reportagem “Contra tudo: eles são anarquistas”, do jornal <i>Zero Hora</i> .....	198
Figura 28 - Mecanismos de estigmatização e cooperação interorganizacional (T2).....	202
Figura 29 - Mecanismos de aprendizado e invisibilização (T2).....	206
Figura 30 - Mecanismos do processo de criminalização (T3).....	215
Figura 31 - Equipamento de proteção do BOE adquirido para a Copa do Mundo de 2014...	221
Figura 32 - Mecanismos do planejamento para a Copa (T4) .....	223
Figura 33 - Mecanismos do policiamento seletivo (T4).....	227
Figura 34 - Bloqueios da BM para impedir o acesso ao estádio Beira-Rio.....	228
Figura 35 - Policial militar portando câmera GoPro para filmar manifestantes.....	229
Figura 36 - Barreira policial impedindo o acesso ao “Caminho do Gol” .....	230
Figura 37 - Barreira policial impedindo o acesso alternativo ao estádio Beira-Rio.....	231
Figura 38 - Mecanismos da incapacitação estratégica (T4) .....	240
Figura 39 - Dados sobre inquéritos policiais contra manifestantes por protestos ocorridos entre março e setembro de 2013, segundo reportagem do jornal <i>Zero Hora</i> .....	246
Figura 40 - Nuvem de frequência de palavras no inquérito .....	252
252	
Gráfico 3 - Fontes das imagens do inquérito policial.....	255
Gráfico 4 - Eventos aos quais se referem as imagens do inquérito policial .....	257

Gráfico 5 - Conteúdo das imagens do inquérito policial.....	258
258	
Figura 41 - Mecanismos do inquérito.....	262
Figura 42 - Modelo de mecanismos da pesquisa.....	271

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Repressão e facilitação segundo Tilly.....	41
Quadro 2 - Tipologia da ação repressiva segundo Earl.....	42
Quadro 3 - Coleção de táticas de controle social na literatura de movimentos sociais segundo Cable.....	49
Quadro 4 - Estratégias de policiamento a protestos segundo Gillham.....	53
Quadro 5 - Tipologia das ações do COINTELPRO contra grupos da Nova Esquerda nos Estados Unidos segundo Cunningham.....	62
Quadro 6 - Tipologia dos impactos das ações do COINTELPRO contra grupos da Nova Esquerda nos Estados Unidos segundo Cunningham.....	63
Quadro 7 - Lista de entrevistados.....	81
Tabela 1 - Publicações de cobertura a eventos de protesto realizados pelo Bloco de Luta (2013-2014).....	88
Quadro 8 - Eventos de protesto realizados pelo Bloco de Luta (2013-2014).....	88
Tabela 2 - Publicações de repercussão da ação policial nos atos realizados pelo Bloco de Luta (2013-2014).....	91
Tabela 3 - Grupos presentes por evento.....	134
Tabela 4 - Reivindicações dos manifestantes por evento.....	135
Tabela 5 - Número de manifestantes por evento.....	135
Quadro 9 - Quatro tempos distintos conforme características dos protestos.....	136
Quadro 10 - Transformações nas características gerais dos protestos (T1-T4).....	136
Tabela 6 - Descrição e quantificação das táticas da ação coletiva (números totais).....	137
Tabela 7 - Táticas da ação coletiva por período analisado.....	141
Quadro 11 - Transformações nas táticas da ação coletiva (T1-T4).....	143
Tabela 8 - Descrição e quantificação das táticas policiais (números totais).....	143
Tabela 9 - Táticas policiais por período analisado.....	146
Quadro 12 - Transformações nas táticas policiais (T1-T4).....	148

Quadro 13 - Interações táticas (T1-T4) .....	149
Quadro 14 - Síntese dos mecanismos causais identificados na pesquisa .....	267

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abin - Agência Brasileira de Inteligência

AI - Agência de Inteligência

ATP - Associação dos Transportadores de Passageiros

BO - Boletim de ocorrência

BM - Brigada Militar

CCAI - Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

CCTV - *Closed-circuit television*

CEIC - Centro Integrado de Comando da cidade de Porto Alegre

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CIA - *Central Intelligence Agency*

CICC - Centros integrados de comando e controle

CICCRS - Centro Integrado de Comando e Controle do estado do Rio Grande do Sul

CIOSP - Centro Integrado de Operações de Segurança Pública

COINTELPRO - *Counterintelligence program*

DCCI - Departamento de Comando e Controle Integrado

DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos

DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana

DOI-CODI - Destacamento de Operações e de Informações, pelos Centros de Operações de Defesa Interna

ENINT - Estratégia Nacional de Inteligência

EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre

FAG - Federação Anarquista Gaúcha

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

FBI - *Federal Bureau of Investigation*

FIFA - Federação Internacional de Futebol

GLO - Garantia de Lei e Ordem

GSI - Gabinete de Segurança Institucional

GM - Guarda Municipal

IGP - Instituto-Geral de Perícias

ISP - Instituto de Segurança Pública

LAVITS - Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade

MP - Ministério Público

NASA - *National Aeronautics and Space Administration*

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONGs - Organizações não Governamentais

P2 - Serviço Reservado da Polícia Militar

PC - Polícia Civil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PIDCP - Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

PM - Polícia Militar

PMRS - Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul

PNI - Política Nacional de Inteligência

POE - Pelotão de Operações Especiais

POMS - *Public Order Management System*

PPPs - Parcerias público-privadas

PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SESGE - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contrainformação

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência

SISNI - Sistema Nacional de Informação

SISP - Subsistema de Inteligência e Segurança Pública

SJSRS - Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul

SMSEG - Secretaria Municipal de Segurança de Porto Alegre

SNI - Sistema Nacional de Informações

SSPRS - Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul

SUSEPE - Superintendência de Serviços Penitenciários

SUSP - Sistema Único de Segurança Pública

TAI - Telecentro de Atendimento Integrado

TICs - Novas tecnologias de informação e comunicação

WTO - *World Trade Organization*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. A LITERATURA SOBRE POLICIAMENTO A EVENTOS DE PROTESTO: UMA SISTEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
2.1 DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES.....	23
2.2 OBJETOS EMPÍRICOS.....	25
2.3 AUTORES E CONCEITOS.....	27
2.4 PROBLEMAS E RESULTADOS.....	33
2.5 EXPLORANDO LACUNAS TEÓRICAS.....	37
<b>3. O CONTROLE SOCIAL DA AÇÃO COLETIVA E AS TÁTICAS POLICIAIS DE VIGILÂNCIA .....</b>	<b>38</b>
3.1 CONFRONTO POLÍTICO, AÇÃO COLETIVA, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROTESTOS.....	38
3.2 DA REPRESSÃO AO CONTROLE SOCIAL DA AÇÃO COLETIVA.....	41
3.3 REPERTÓRIO, TÁTICAS E ESTRATÉGIAS POLICIAIS DE CONTROLE À AÇÃO COLETIVA .....	47
3.4 VIGILÂNCIA, INTELIGÊNCIA E TECNOLOGIA .....	55
3.5 DA INFILTRAÇÃO À VIGILÂNCIA DIGITAL: AS TÁTICAS POLICIAIS DE VIGILÂNCIA À AÇÃO COLETIVA.....	60
3.6 UM MODELO DE ANÁLISE DAS TÁTICAS POLICIAIS DE VIGILÂNCIA DA AÇÃO COLETIVA .....	67
<b>4. ANALISANDO O CONTROLE POLICIAL DA AÇÃO COLETIVA: ABORDAGEM E TÉCNICAS.....</b>	<b>75</b>
4.1 EXPLICANDO A CONSTRUÇÃO DAS TÁTICAS POLICIAIS DE CONTROLE À AÇÃO COLETIVA: PROCESSOS E MECANISMOS .....	75
4.2 DESENHO DA PESQUISA.....	78
4.3 PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....	80



4.3.1	Entrevistando agentes de segurança pública .....	81
4.3.2	Mapeando estruturas institucionais e aparatos tecnológicos .....	86
4.3.3	Analisando eventos de protesto .....	87
4.3.4	Analisando o inquérito policial .....	92
<b>5.</b>	<b>POLÍCIAS, SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE .....</b>	<b>95</b>
5.1	AS POLÍCIAS .....	95
5.1.1	Configuração legal.....	95
5.1.2	Características organizacionais.....	99
5.1.3	Características culturais.....	103
5.2	OS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA .....	109
5.2.1	Configuração legal.....	110
5.2.2	Características organizacionais.....	112
5.2.3	Características culturais.....	114
5.3	OS CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE.....	118
5.3.1	O Centro Integrado de Comando e Controle do Rio Grande do Sul .....	121
5.3.2	O Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre .....	127
5.3.3	Integração, modernização e eficácia.....	129
<b>6.</b>	<b>UMA SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO BLOCO DE LUTAS: INTERAÇÕES TÁTICAS .....</b>	<b>133</b>
6.1	QUAIS PROTESTOS?.....	134
6.2	QUAIS TÁTICAS DA AÇÃO COLETIVA? .....	137
6.3	QUAIS TÁTICAS POLICIAIS?.....	143
6.4	QUAIS INTERAÇÕES TÁTICAS? .....	148
<b>7.</b>	<b>O CONTROLE POLICIAL DA AÇÃO COLETIVA NAS RUAS.....</b>	<b>151</b>
7.1	O EPISÓDIO DO TATU-BOLA E O CONTROLE DA AÇÃO COLETIVA “À MODA ANTIGA” .....	151

7.1.1	O controle repressivo: intimidando e dispersando eventos de protesto.....	152
7.1.2	O uso progressivo da força: da negociação ao confronto.....	155
7.1.3	A coleta de informações: antecipando-se à ação coletiva .....	158
7.2	JANEIRO A MAIO DE 2013.....	160
7.2.1	A reprodução do controle repressivo: dispersando o protesto e mobilizando recursos jurídicos .....	160
7.2.2	A coleta de informações e a emergência do uso das novas tecnologias: entre a intimidação e a desconfiança .....	162
7.2.3	Problemas policiais: tolerar ou dispersar? A busca por legitimação tática .....	169
7.2.4	A gestão do confronto: negociação ou normalização do protesto? .....	172
7.2.5	Problemas e oportunidades de ver e ser visto: mídias e disputas interpretativas	177
7.3	JUNHO DE 2013.....	181
7.3.1	Novos problemas policiais: heterogeneização dos protestos, surpresa e a retomada do controle repressivo.....	182
7.3.2	Problemas de governo: entre a negociação com manifestantes e a legitimação das táticas policiais.....	188
7.3.3	“Quem são os anarquistas?” A estigmatização das táticas <i>black bloc</i> e a cooperação entre mídias corporativas e forças policiais.....	197
7.3.4	O aprendizado policial nos protestos de junho de 2013 e as novas tecnologias: ver sem ser visto .....	202
7.4	JULHO A DEZEMBRO DE 2013 .....	207
7.4.1	O Bloco busca a retomada do controle das ruas: homogeneização de grupos, diversificação tática .....	208
7.4.2	Das ruas às delegacias: decompondo o processo de criminalização .....	212
7.5	JANEIRO A JUNHO DE 2014 .....	216
7.5.1	Entre o controle repressivo e a coleta de informações: variabilidade estratégica	216

7.5.2	Preparando-se para a Copa: memória de 2013, antecipação e integração.....	218
7.5.3	Antecipando-se ao protesto e amplificando a visibilidade sobre manifestantes: o papel das novas tecnologias na busca por um policiamento seletivo .....	224
7.5.4	Rumo à incapacitação estratégica: o controle do espaço, a sofisticação da vigilância e a gestão da informação.....	227
7.5.5	Os limites das tecnologias .....	241
<b>8.</b>	<b>O INQUÉRITO POLICIAL CONTRA INTEGRANTES DO BLOCO DE LUTAS</b>	<b>245</b>
8.1	INFILTRANDO EVENTOS DE PROTESTO E A CONFIANÇA NA PALAVRA POLICIAL .....	246
8.2	CONHECIMENTO POLICIAL SOBRE PROTESTOS: ENQUADRANDO OS “MAUS” MANIFESTANTES .....	249
8.3	COLETANDO DEPOIMENTOS: INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAL .....	253
8.4	AS NOVAS TECNOLOGIAS ENTRAM EM CENA: MÚLTIPLAS IMAGENS, AMPLIFICAÇÃO DA VISIBILIDADE SOBRE MANIFESTANTES E APROPRIAÇÃO DE CONTEÚDO .....	254
8.5	REALIZANDO BUSCAS E APREENSÕES, MONITORANDO AS REDES: NOVAS TECNOLOGIAS E LEGITIMAÇÃO TÁTICA .....	259
8.6	INQUÉRITO POLICIAL COMO TÁTICA DE VIGILÂNCIA.....	261
<b>9.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>265</b>
<b>10.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>277</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## *Cena 1*

Era 04 de outubro de 2012<sup>1</sup> quando, no Largo Glênio Peres, localizado na região central de Porto Alegre, o boneco inflável *Fuleco*, tatu-bola representativo da Copa do Mundo FIFA 2014, foi o estopim para uma situação de confronto físico entre forças policiais e manifestantes. Na ocasião, era realizado o Defesa Pública da Alegria, protesto que reuniu centenas de manifestantes em frente à Prefeitura Municipal contra a privatização dos espaços públicos da cidade, em especial contra as políticas de espaço urbano adotadas para o megaevento. Embora o evento tenha adotado um formato lúdico, com diversas apresentações artísticas, guardas municipais faziam a proteção do prédio da prefeitura, enquanto cerca de vinte policiais militares posicionavam-se nas cercanias da mascote da Copa. Já ao fim do evento, em horário próximo à meia-noite, alguns manifestantes dirigiram-se ao boneco e foram reprimidos fisicamente por policiais militares, os quais naquele momento contaram com o reforço de um efetivo de cerca de 60 policiais do Pelotão de Operações Especiais (POE) do 9º Batalhão da Polícia Militar (PM).

A partir desse momento, instaurou-se o que foi à época denominado pela reportagem do jornal *Sul21* uma “batalha campal”, com o uso de cassetetes e armamentos menos letais - bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha - pela PM para dispersar os manifestantes. Em meio à situação de confronto, *Fuleco* foi desinflado.<sup>2</sup> As interações ocorridas no evento foram filmadas por alguns dos manifestantes presentes. Em um dos vídeos, uma manifestante, indignada, gritava para os agentes policiais: “defendendo plástico. O dever de vocês é defender cidadão”.<sup>3</sup>

Como resultado, foram identificados cerca de 20 manifestantes e três repórteres feridos, além de seis manifestantes presos. Houve ainda registro de um policial atingido na cabeça por

---

<sup>1</sup> Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre. Sul21, 05/10/2012. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2012/10/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>>. Último acesso em: 07/10/2019.

<sup>2</sup> Uma das justificativas formuladas por autoridades policiais para a ação repressiva foi a ocorrência de um suposto furo na mascote, mas investigação posterior apontou que o boneco foi apenas desinflado.

<sup>3</sup> Ver: Repressão policial no Largo Glênio Peres, Porto Alegre (<<https://www.youtube.com/watch?v=4N6L8pXIR3g>>); tatu da copa estoura em 2012 (<<https://www.youtube.com/watch?v=WPFN6wjGxw8>>). Último acesso em: 07/10/2019.

uma pedra e de danos a uma viatura da Brigada Militar (BM).<sup>4</sup> Diante das tensões daquela noite, a Ouvidoria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, após ouvir manifestantes que participaram do evento, realizou um relatório em que se concluiu que a BM e a Guarda Municipal (GM) haviam dado início às agressões.

Por outro lado, a situação do policial agredido gerou revolta em alguns policiais militares, os quais passaram a criticar os manifestantes em redes sociais como o *Facebook*, instaurando-se um clima de tensão que se prolongou para depois do evento do dia 04 de outubro. Segundo um dos oficiais da Polícia Militar entrevistados para esta pesquisa, as situações de “truculência” ocorridas no “episódio do tatu” foram um marco para a PM reavaliar suas táticas em eventos futuros.

### *Cena 2*

Em 14 de março de 2014,<sup>5</sup> integrantes do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre reuniram-se para conceder entrevista coletiva sobre inquérito policial relativo a ocorrências no evento de protesto de 27 de junho de 2013, ato que integrou o ciclo de protestos de 2013 na cidade. O inquérito, que continha vídeos e imagens de depredações de patrimônios por manifestantes em eventos de protesto, indiciava sete ativistas (seis integrantes do Bloco de Lutas) pelos crimes de danos qualificados, uso de artefatos explosivos, furto qualificado e formação de milícia.

Na ocasião, os militantes afirmaram não haver provas do cometimento de depredações e saques pelos integrantes do Bloco e sugeriram a ocorrência de infiltração policial para realização de atos de depredação durante o evento. Segundo as palavras de uma militante entrevistada pela reportagem do jornal *Sul21*, o inquérito da Polícia Civil (PC) “muito mais nos parece um jeito que foi arrumado para ter formas de criminalizar nossa militância”. O evento culminou em uma nota pública do Bloco de Lutas em resposta a uma suposta criminalização de ativistas. Um dos policiais civis entrevistados para esta pesquisa, por outro lado, afirmou que o

---

<sup>4</sup> Brigada Militar (BM) é a forma como a Polícia Militar é denominada no estado do Rio Grande do Sul.

<sup>5</sup> Militantes do Bloco de Luta afirmam que investigação policial é politicamente direcionada a enfraquecer o movimento. *Sul21*, 15/03/2014. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/breaking-news/2014/03/militantes-do-bloco-de-luta-afirmam-que-investigacao-policial-e-politicamente-direcionada-a-enfraquecer-o-movimento/>>. Último acesso em: 09/10/2019.

inquérito contra os ativistas do Bloco não seria uma ação de caráter político e que o instrumento visaria exclusivamente a apuração de eventuais fatos delituosos.

### *Cena 3*

Quase dois anos depois do “episódio do tatu-bola”, em 12 de junho de 2014,<sup>6</sup> evento de protesto protagonizado pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público reuniu de 500 a mil manifestantes contra a realização da Copa do Mundo no centro de Porto Alegre. Um helicóptero da BM sobrevoou todo o percurso da passeata, gravando com um equipamento denominado “imageador aéreo” as interações ocorridas durante o ato. Em determinado momento, manifestantes tentaram marchar até a *Fan Fest*, evento festivo promovido pela FIFA e por patrocinadores do megaevento, mas foram impedidos por barreiras policiais que cerravam todos os acessos ao local. Para impedir a aproximação dos manifestantes, policiais militares utilizaram armamento menos letal, dispersando o ato.

Segundo notícia do jornal *Zero Hora*, em função da realização de atos de depredação a patrimônios, entre seis a 15 manifestantes foram detidos após serem detectados pelas filmagens do imageador aéreo. Sobre as táticas policiais utilizadas durante o protesto, o então subcomandante geral da Brigada Militar, Sinalus Mello, afirmou para o jornal *Zero Hora*:

Nossa linha é de acompanhar a manifestação, tentar evitar depredações, mas, se acontecem, monitoramos quem está depredando, dentro daquela linha de não atacar toda a manifestação. Tem presos que foram monitorados, filmados e depois, na dispersão, a gente fez a prisão. [...] Estamos adotando o mesmo procedimento de 2013. [...] A linha que adotamos é manter a integridade física dos manifestantes e das pessoas que não estão na manifestação.

### *Ação coletiva e táticas policiais: formas de controle e o uso de novas tecnologias*

As cenas acima descritas são fragmentos de um amplo processo de mobilização. Em Porto Alegre, desde o início do ano de 2013 o Bloco de Lutas pelo Transporte Público, coletivo heterogêneo formado majoritariamente por estudantes, pela juventude de partidos políticos e por grupos anarquistas, protagonizou atos contra o aumento do valor do transporte público,

---

<sup>6</sup> Nova arma contra o vandalismo: BBB da Brigada. *Zero Hora*, 14/06/2014, p 12.

participando também dos atos massivos de junho (MUHALE, 2014; FERNANDES; 2016; SILVA, 2016). Nos meses iniciais de 2013, de janeiro a maio, os protestos congregavam um número relativamente baixo de manifestantes (menos de mil por evento), com protagonismo do Bloco de Lutas. Em junho, com o aumento do número de ativistas nas ruas (entre 10 e 20 mil manifestantes por evento), além dos integrantes do Bloco, grupos diversos (entre eles, grupos conservadores) fizeram-se presentes, multiplicando as pautas, as quais anteriormente restringiam-se à questão transporte público, e causando dificuldades de identificação das “lideranças” dos atos. Junho de 2013 também foi caracterizado pela adoção recorrente de táticas disruptivas por manifestantes - principalmente com a mobilização de táticas *black bloc* de depredação de patrimônios -, momento em que os níveis de conflitualidade com as forças policiais acirraram-se. Nos meses seguintes, de julho a dezembro de 2013, houve a diminuição do número de manifestantes às ruas e a retomada do protagonismo do Bloco de Lutas, assim como a diversificação de táticas da ação coletiva - como a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre. Entre janeiro e junho de 2014, o Bloco seguiu promovendo eventos de protesto contra o aumento da passagem, novamente com um número reduzido de manifestantes, mas prevaleceu nos protestos daquele ano a pauta da contrariedade à realização da Copa do Mundo

As cenas acima descritas, separadas por um breve lapso temporal, fornecem indícios de um processo intenso, o qual percorre a cena do tatu-bola, todos os acontecimentos que culminaram no ciclo de protestos de 2013 e os eventos de protesto contra a realização da Copa do Mundo em Porto Alegre. Nesse período de efervescência, caracterizado por frequentes e massivos eventos de protesto, o Brasil era governado em âmbito federal por Dilma Rousseff, e no Rio Grande do Sul o governador era Tarso Genro, ambos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda que um partido de história progressista estivesse à frente do poder institucional, entre 2013 e 2014 identifica-se uma postura de denúncia de alguns ativistas, de organizações de movimentos sociais, de mídias alternativas e de ONGs de defesa de direitos humanos sobre as formas de atuação das forças policiais, especialmente quanto à violência policial e à “criminalização” dos movimentos sociais (ARTIGO 19, 2014, 2015).

Por outro turno, os depoimentos de agentes de segurança pública à época são indicativos de que teria havido nesse período um processo de desenvolvimento de táticas policiais para controle de eventos de protesto e da ação coletiva de modo geral. As diferenças entre as cenas são evidentes: enquanto o evento do tatu-bola caracteriza-se pelo uso de repressão física e pela detenção relativamente generalizada de manifestantes, o protesto de 2014 contra a Copa evidencia a utilização de táticas distintas, marcadas, entre outros fatores, pelo uso de novas

tecnologias da informação e comunicação (TICs). Entremendo esses dois eventos, situa-se o inquérito policial contra os manifestantes do Bloco de Lutas, instrumento que também mobiliza informações obtidas por meio de TICs para a construção de indícios contra ativistas.

Do olhar inicial sobre a atuação das forças policiais nas cenas ressaltam-se três elementos: a mobilização de diferentes formas de controle e repressão ao protesto e à ação coletiva de modo geral - tais como armamentos menos letais, detenções, barreiras espaciais, inquérito policial, infiltração e monitoramento; a ação de diferentes instituições policiais - como a GM, a PM e a PC; o papel do uso das TICs na produção e disseminação de informações e como mediadoras das disputas entre manifestantes e agentes policiais.

Quanto às diferentes formas de repressão e controle, identifica-se uma diversidade tática dos atores policiais, o que coloca em questão a ideia de que as forças policiais brasileiras atuariam exclusivamente pela via da repressão física e violenta. As três cenas citadas descrevem variadas formas disponíveis de repressão e controle do protesto e da ação coletiva, englobando desde táticas marcadamente pautadas pela repressão física - como o uso de cassetetes - até formas mais sutis de controle - como as variadas formas de monitoramento e coleta de informações.

O mesmo pode ser dito quanto à ação de diferentes instituições: se a ação da PM tende a ser mais visibilizada na esfera pública em função da prerrogativa constitucional de defesa da ordem pública - sendo assim recorrentemente a instituição responsável pela repressão física de manifestantes -, a GM - responsável pela proteção do patrimônio municipal - e a PC - polícia judiciária à qual cabe a investigação de eventuais ilícitos penais - também entram em cena e fazem parte do arranjo institucional de controle aos protestos e à ação coletiva. Esse arranjo, entretanto, não é composto exclusivamente por organizações policiais, mas sim por um campo multiorganizacional, o qual pode congrega, entre outras, organizações governamentais, jurídicas e midiáticas, na construção, legitimação e execução de ações direcionadas ao controle da ação coletiva.

Quanto ao papel das TICs nesse contexto, as cenas expõem o uso das novas tecnologias em situações diversas, seja na denúncia de ativistas sobre violência policial no episódio do tatu-bola por meio de filmagens do ato e de postagens em redes sociais, seja pelo uso de conteúdo audiovisual como indício em inquérito policial, seja pelo uso do imageador aéreo para monitoramento de manifestantes no protesto contra a Copa em 2014. Porém, enquanto tem sido formulada e consolidada uma agenda de pesquisa no campo dos movimentos sociais sobre os



impactos das TICs nos diversos elementos que constituem a ação coletiva,<sup>7</sup> Melgaço e Monaghan (2018, p. 05) apontam que “as mesmas tecnologias usadas para mobilização foram aproveitadas por agências de policiamento e segurança nos esforços para desmobilizar movimentos sociais contemporâneos”.

As cenas acima, em conjunto, apontam para o fenômeno da incorporação das TICs pelas forças no controle a eventos de protesto e à ação coletiva. Especialmente, a cena de 2014, na qual ocorre o uso do imageador aéreo, parece indicar um dos resultados de investimentos feitos em segurança pública para megaeventos recentes. Em um contexto em que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o principal “legado” proposto no campo da segurança pública foi a implementação de pacotes de segurança centrados no uso de TICs, com estratégias pautadas pela modernização tecnológica e pela integração entre as instituições de segurança pública no país (CARDOSO, 2013; GAFFNEY, 2016).

Além dos riscos de cometimento de delitos durante os megaeventos, situação que justificou discursivamente a promulgação da Lei Antiterrorismo em 2016 (FREITAS, 2017),<sup>8</sup> os massivos protestos de 2013, alguns ocorridos durante jogos da Copa das Confederações, constituíram, para as autoridades políticas e policiais do Brasil, um motivo de preocupação. Ainda, a oposição de diversos grupos à realização da Copa do Mundo direcionou os esforços e as estratégias de segurança do megaevento para o controle a multidões e a eventos de protesto.

Institucionalmente, as decisões sobre segurança para os megaeventos no país ficaram a cargo da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), constituída por uma integração entre o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A SESGE, criada em 2011<sup>9</sup> especificamente para tratar das questões de segurança ligadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas, adotou como principal estratégia de segurança a construção de Centros Integrados de Comando e Controle regionais (CICC). Os CICC são centros que congregam diferentes órgãos<sup>10</sup> e desenvolvem atividades de monitoramento, a partir da utilização de aparatos tecnológicos de ponta. Dentre essas tecnologias, destacam-se os *videowalls*, paredes compostas por diversos monitores, os quais

---

<sup>7</sup> É paradigmático o trabalho de Bennett e Segerberg (2012).

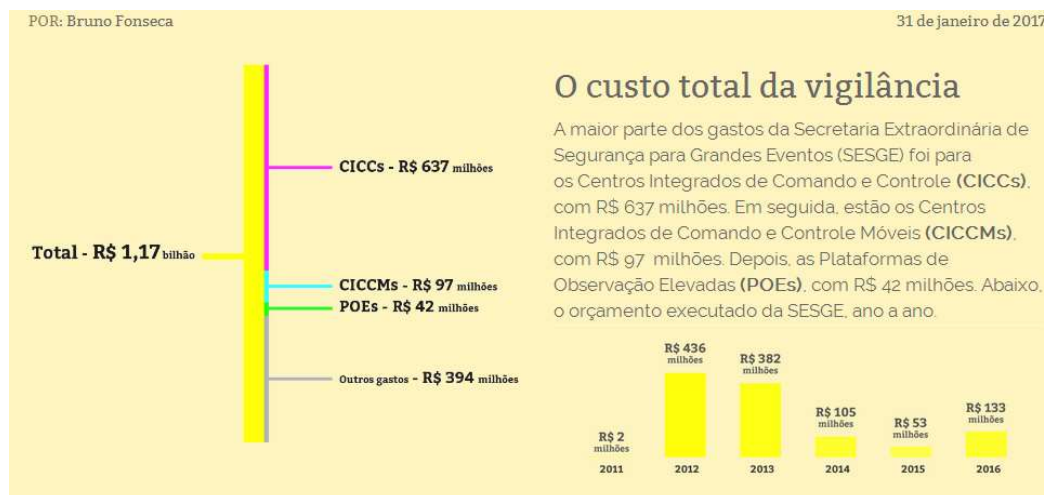
<sup>8</sup> Lei n. 13.260/2016.

<sup>9</sup> Decreto n. 7.538, de 1º de agosto de 2011.

<sup>10</sup> No CICC do Rio de Janeiro, por exemplo, estão presentes Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, SAMU, Corpo de Bombeiros, CET-Rio, Guarda Municipal e Defesa Civil (GAFFNEY, 2016, p. 171).

transmitem conteúdo visual produzido por câmeras de videomonitoramento (*closed-circuit television* - CCTV) posicionadas em diversos locais da cidade. Mais da metade dos gastos da SESGE entre 2011 e 2016 direcionaram-se para a construção dos CICC:

**Figura 1 - Custo da construção dos CICC pela SESGE (2011-2016)**



Fonte: <<http://apublica.org/vigilancia/vigilancia-em-numeros/>>.

Porto Alegre, cidade-sede de jogos da Copa do Mundo, recebeu investimentos para o desenvolvimento do CICC do Rio Grande do Sul, inaugurado em 02 de junho de 2014, alguns dias antes da abertura do megaevento.<sup>11</sup> O helicóptero e o imageador aéreo da cena de 2014 foram adquiridos nesse contexto. A imagem a seguir é da sala operacional do CICC na data da inauguração do centro:

<sup>11</sup> Fonte: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/conheca-estrutura-do-cicc-o-big-brother-da-copa-em-porto-alegre.html>>. Último acesso em: 11/02/2020.

**Figura 2 - Videowall na sala operacional do CICCRS**



CICC está instalado na sede da SSP/RS em Porto Alegre (Foto: Rafaela Valente/SSP/Divulgação)

Fonte: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/conheca-estrutura-do-cicc-o-big-brother-da-copa-em-porto-alegre.html>>. Fotografia: Rafaela Valente.

Além da implementação de aparatos tecnológicos como resultado de investimentos em segurança, o desenvolvimento de TICs constitui fluxos de informações os quais, em larga medida, independem de investimentos públicos em segurança, mas constituem bancos de dados de empresas privadas. Pode-se aqui fazer referência principalmente às redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram*, por exemplos), cujas informações podem ser monitoradas por instituições policiais para controle dos protestos e da ação coletiva.

Nesse contexto, o desenvolvimento e adoção de táticas policiais centradas no monitoramento de informações sobre eventos de protesto, ativistas e organizações de movimentos sociais coloca em questão o debate acerca dos impactos das TICs sobre as formas de controle e repressão da ação coletiva. Embora não se desconheça que táticas de infiltração tenham sido historicamente mobilizadas na relação entre forças policiais e ação coletiva (MARX, 1974), parte-se aqui do pressuposto que as transformações tecnológicas ocasionadas pelo advento das TICs são um fenômeno novo que demanda investigação acadêmica e impõe desafios ao que já se conhece sobre o controle policial da ação coletiva.

Esse conjunto de táticas policiais voltadas para o monitoramento da ação coletiva é abarcado pelo conceito de “vigilância”. A vigilância, definida como “qualquer recuperação e processamento de dados pessoais, seja identificável ou não, para os propósitos de influenciar ou gerenciar aqueles cujos dados foram recuperados” (LYON, 2001, p. 02), qualifica um

conjunto específico de táticas policiais as quais tendem a ter seu uso amplificado e potencializado com tecnologias que permitem a coleta e análise massiva de dados. A mobilização de táticas de vigilância por forças policiais lança diversas questões às pesquisadoras e aos pesquisadores dos movimentos sociais, dado que envolvem, por exemplo, uma diminuição nos custos da ação policial (EARL, 2011) e o aumento do fluxo de informação entre diferentes organizações policiais, podendo impactar a ação coletiva em diferentes temporalidades - as táticas de vigilância podem ser mobilizadas antes, durante e depois da realização de um evento de protesto, por exemplo (BINDER, 2016; DENCİK et al., 2018; PERRY et al., 2013) - e constituindo também regimes de visibilidade específicos - a vigilância policial tende a ser menos visível do que a repressão física e a seletivamente tornar mais visível a ação de manifestantes e ativistas (BRIGHENTI, 2007, 2010; GRINBERG, 2019; MELGAÇO; MONAGHAN, 2018; TROTTIER, 2012, 2013, 2017).

Em suma, no contexto recente de Porto Alegre, o qual combina frequentes e massivos atos de protesto com o desenvolvimento e incorporação de TICs pelas forças policiais como política de segurança pública para megaeventos, pode-se questionar: Quais são as diferentes táticas mobilizadas pelas forças policiais na repressão e no controle da ação coletiva? Como essas táticas são selecionadas e como elas se combinam? Quais são as instituições policiais que atuam, como elas interagem entre si e quais os fluxos de informação que se constituem entre elas? Como as TICs são incorporadas às táticas policiais no curso da interação com manifestantes? A incorporação de TICs produz transformações significativas nas táticas policiais de repressão e controle? Em qual temporalidade, ou seja, em quais momentos da construção da ação coletiva agem as forças policiais? Quais regimes de visibilidade as táticas policiais constroem - por exemplo, quais manifestantes tendem a ser selecionados como potenciais agentes de delitos e quais não tendem a se tornar objeto prioritário de controle? Quais os efeitos das táticas policiais de vigilância sobre a ação coletiva?

Embora o período de intensa ocorrência de eventos de protesto - principalmente o ciclo de protestos de 2013 - tenha recebido ampla atenção da literatura do campo dos movimentos sociais no Brasil (BRINGEL; PLEYERS, 2017; SILVA, 2018; TATAGIBA, 2014), a faceta da atuação policial perante esses eventos e nos protestos contra a Copa foi pouco estudada. Essa lacuna fica ainda mais evidente quando se identifica que pautas como “violência policial”, “criminalização dos movimentos sociais” e “desmilitarização das polícias” tornaram-se reivindicações recorrentes em junho de 2013 e que houve repercussão em órgãos internacionais sobre as violações ao direito de protesto no ciclo de 2013 no Brasil (ARTIGO 19, 2014).

Em pesquisa ao *Catálogo de Teses e Dissertações CAPES*,<sup>12</sup> foram encontrados 14 resultados para teses e dissertações que abordaram, de modo geral, o tema do controle policial da ação coletiva em protestos de 2013 e 2014 no Brasil. Desses estudos, 4 analisam a identidade e o repertório de manifestantes que mobilizam ações diretas e disruptivas - principalmente grupos anarquistas que usam táticas *black bloc* -, de modo que as forças policiais são analisadas como opositoras a esses manifestantes (ARAÚJO, 2015; CORREA, 2016; GROTE, 2018; OLIVA, 2017). Outros 3 estudos centram-se sobre o papel das mídias - em especial das mídias corporativas - para a construção de enquadramentos negativos sobre os manifestantes identificados como violentos (DORNELAS, 2015; DUARTE, 2018; PINHEIRO JR., 2016). Ainda, 3 pesquisas focam-se sobre as formas legais e/ou jurídicas de controle do protesto, referindo-se de modo geral à “criminalização” dos movimentos sociais (DIAS, 2017; MATOS, 2015; SANTIAGO, 2016). Outras 2 pesquisas tendem a centrar-se sobre a ação das forças policiais nas ruas durante eventos de protesto (LUZ, 2016; SILVA JR., 2015).

Apenas as 2 outras pesquisas encontradas conectam as novas tecnologias ao controle policial da ação coletiva. Uma delas analisa postagens da hashtag #vempraruá no *Instagram* sobre a ação da polícia entre 2013 e 2016, identificando formas de legitimação da ação policial no período analisado (FONSECA, 2017). A outra pesquisa aborda a vigilância ao ativismo pelo *Facebook*, analisando o uso dessa plataforma pelas forças policiais para monitoramento de manifestantes em protestos de 2013 (ALBUQUERQUE, 2016).

Embora esses estudos apontem para um relativo interesse acadêmico pela análise do controle policial da ação coletiva, há pouca teorização sobre o tema no país, com predomínio de estudos descritivos que utilizam expressões genéricas, como “criminalização dos movimentos sociais”, para abarcar uma multiplicidade de fenômenos. Parte da lacuna teórica no estudo das táticas policiais de controle da ação coletiva é explicada, no Brasil, pela desarticulação do debate entre dois campos de pesquisa específicos: a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais, de um lado, e a sociologia da violência e da segurança pública, de outro.

A construção desses campos teóricos no Brasil operou-se de forma relativamente autônoma, havendo escassa interlocução entre os conceitos de cada um dos campos. Enquanto a sociologia da ação coletiva/dos movimentos sociais tende a investigar as condições de

---

<sup>12</sup> Fonte: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>>. Último acesso em: 11/02/2020. Pesquisa realizada em 01/11/2019.

construção e manutenção da ação coletiva segundo fatores predominantemente endógenos aos movimentos sociais (como estruturas de mobilização, engajamento, repertório de contestação e enquadramento da ação coletiva), a sociologia da violência/da segurança pública também possui um aparato conceitual específico e centrado, no caso dos estudos sobre polícia, em características organizacionais e culturais próprias das instituições empiricamente estudadas. Por outro lado, parece ser profícuo realizar estudos que se centrem sobre uma dimensão relacional, explicando a ação coletiva e as ações das forças policiais de modo interativo. Essa espécie de abordagem tem sido formulada, em âmbito internacional, nos estudos sobre o policiamento a eventos de protesto (DAVENPORT et al., 2005; DELLA PORTA, 1995; 1996; 2008; DELLA PORTA; FILLIEULE, 2004; DELLA PORTA; REITER, 1998; 2006; EARL, 2003; 2006; 2011; FERNANDEZ, 2008; KOOPMANS, 1997).

Este trabalho, partindo das questões acima formuladas, tem como objetivo investigar a incorporação de TICs às táticas policiais de repressão e controle à ação coletiva. Busca-se, com base no caso empírico de Porto Alegre entre 2013 e 2014, responder à seguinte problemática: em que medida e como a incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação compõe e/ou transforma as táticas policiais de vigilância à ação coletiva?

O trabalho é dividido em oito capítulos. O primeiro deles é a introdução. No segundo capítulo, é apresentada uma revisão da literatura do campo de policiamento a eventos de protesto. Parte-se de uma sistematização dos estudos publicados na revista *Mobilization: An International Quarterly*,<sup>13</sup> identificando-se a distribuição temporal dos estudos sobre a temática, quais os objetos empíricos investigados, os autores e conceitos mais mobilizados, bem como os tipos de problemáticas e de resultados obtidos. Ao fim do capítulo, sintetizam-se as principais lacunas teóricas enfrentadas por este estudo.

No terceiro capítulo, é construído o referencial teórico da pesquisa, com a definição dos conceitos centrais e a proposição de um modelo de análise. Em diálogo com pesquisadoras e pesquisadores dos movimentos sociais, do controle social/segurança pública e dos estudos em vigilância (ou *surveillance studies*), é proposto um referencial que conecta esses distintos campos. Ao final do capítulo, é apresentado um modelo de análise para o estudo da incorporação de TICs às táticas policiais de vigilância da ação coletiva.

---

<sup>13</sup> Fonte: <<https://mobilizationjournal.org/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

No quarto capítulo, são apresentados a abordagem metodológica, o desenho de pesquisa e as técnicas de produção e análise de dados. É introduzida a noção de causalidade aqui adotada, assumindo-se como base os conceitos de processos e mecanismos causais, além de ser demonstrado como o desenho de pesquisa direciona-se para a identificação dos mecanismos. Nas seções sobre produção e análise de dados são apresentadas as principais técnicas utilizadas na pesquisa e como elas se conectam ao desenho proposto.

No quinto capítulo, é mapeada a estrutura institucional das forças policiais, dos serviços de inteligência e dos centros integrados de comando e controle no Brasil, tendo como foco a relação desse arranjo institucional com o controle da ação coletiva. Esse capítulo tem o objetivo de introduzir pesquisadoras e pesquisadores dos movimentos sociais às características organizacionais e culturais das forças policiais do país, demonstrando-se a complexidade e a multiplicidade dessas instituições. Ao fim do capítulo, é apresentada a forma como as diferentes organizações policiais articulam-se para controle da ação coletiva.

O sexto capítulo trata da análise dos eventos de protesto nos quais o Bloco de Lutas esteve presente entre os anos de 2013 e 2014 em Porto Alegre. No capítulo busca-se catalogar e sistematizar quais as características dos eventos de protesto, as táticas de ação coletiva e as táticas policiais - em especial as de vigilância - adotadas para controle desses eventos, identificando-se, temporalmente, correlações e mecanismos entre esses três elementos na produção de transformações táticas.

No sétimo capítulo, busca-se explicar como se deu a adoção e a transformação das táticas policiais de controle nas ruas no caso estudado. Para tanto, parte-se da análise de conteúdo de material jornalístico e de entrevistas realizadas com agentes de segurança pública, identificando-se mecanismos causais que explicam, com base nas interações entre as forças policiais e os demais atores em disputa nas arenas do confronto político - manifestantes, mídias, autoridades políticas, grupos defensores de direitos humanos -, o papel das TICs na construção do conhecimento policial para controle da ação coletiva.

No oitavo capítulo, é realizada a análise do inquérito policial contra integrantes do Bloco de Lutas por ocorrência do protesto de 27 de junho de 2013. A análise do conteúdo do inquérito objetiva explicar como as informações produzidas pela mobilização de táticas de vigilância incorporam-se à investigação policial para formação de indícios contra os ativistas. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições da pesquisa.

## 2. A LITERATURA SOBRE POLICIAMENTO A EVENTOS DE PROTESTO: UMA SISTEMATIZAÇÃO

Para o enfrentamento da problemática desta pesquisa, parte-se da revisão da literatura internacional sobre o campo denominado “policimento a protestos” (*protest policing*). Esse campo, cujo principal interesse é o estudo das formas e dos efeitos do policiamento sobre eventos de protesto, é amplo e variado, havendo um avanço considerável nos últimos 30 anos e um número significativo de pesquisas desde 2000. Ainda assim, são identificadas lacunas teóricas a serem exploradas, dentre as quais se destacam os impactos do desenvolvimento recente de dinâmicas *online* tanto de mobilização quanto de controle (EARL, 2011).

Com o fim de mapear o estado da arte dessa literatura, preliminarmente foram identificados todos os estudos publicados sobre policiamento a protestos na revista *Mobilization: An International Quarterly*. Essa escolha justificou-se por ser a *Mobilization* considerada a principal revista internacional nos estudos de movimentos sociais, protestos, insurgências, revoluções e outras formas de confronto político. Essa revisão da literatura, porém, não foi restrita ao conteúdo da *Mobilization*, mas pela composição entre esse material e outros textos recorrentemente citados nesse campo. A base de dados composta pelos artigos da *Mobilization* foi o procedimento inicial e o fio condutor da revisão.

A sistematização foi feita com auxílio do *software* CAQDAS (*Computer Aided Qualitative Data Analysis Software software*) NVivo 12. Foram realizados os seguintes procedimentos: identificação da distribuição anual das publicações, verificando-se qual a frequência de publicações sobre policiamento a protestos e se há períodos de pico; caracterização dos objetos empíricos estudados; identificação dos autores e conceitos mais utilizados e o que esses dados indicam sobre as perspectivas teóricas e os vieses de análise desse campo de estudos; identificação dos problemas de pesquisa formulados e dos resultados das pesquisas. Os resultados da revisão foram sintetizados com a exposição das principais lacunas teóricas enfrentadas neste trabalho.

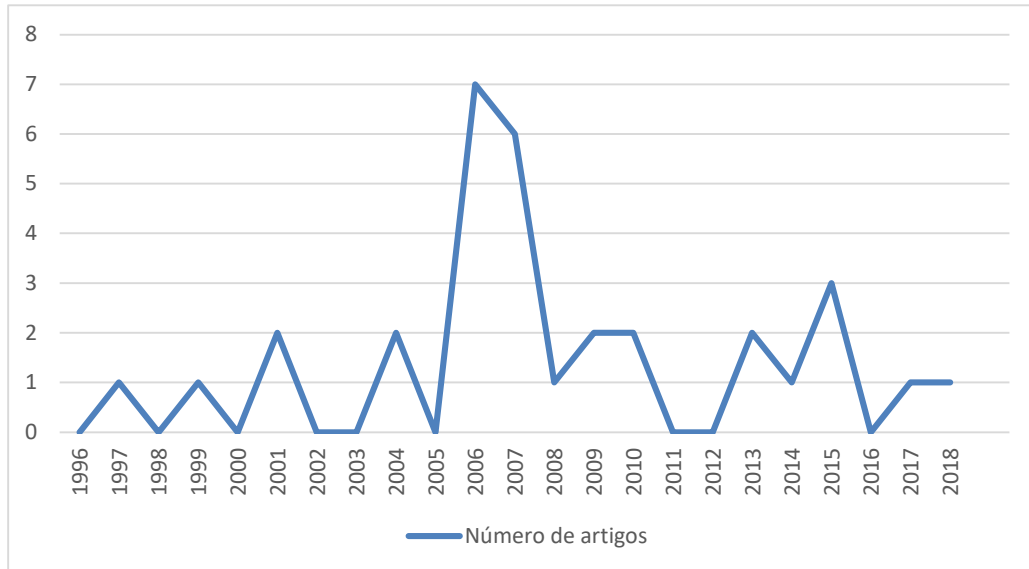
### 2.1 Distribuição das publicações

Foram selecionados, dentre todas edições da revista *Mobilization* (de 1996 a 2018), os artigos cujo foco analítico é o “policimento”, a “repressão” ou o “controle” a eventos do



protesto, a processos de mobilização ou a formas diversas de ação coletiva.<sup>14</sup> Ao total foram coletados 34 artigos. Dentre as publicações, duas são apresentações de dossiês e não foram incorporados ao conjunto total por não seguirem o formato de artigo, restando um total de 32 ocorrências, assim distribuídas:

**Gráfico 1 - Distribuição por ano dos estudos sobre policiamento a protestos na revista *Mobilization***



Fonte: autoria própria.

Artigos que tratam do policiamento a protestos são relativamente recorrentes nas edições da revista. Em média, foram publicados mais de dois artigos sobre a temática por ano. Os anos de 2006 e de 2007 apresentam um pico de publicações, com respectivamente, sete e seis artigos publicados - esse período concentra cerca de 40% do total do total de artigos. Essa variação explica-se pelo fato de que, em cada um desses anos, foram editados dossiês específicos: em 2006, o dossiê *Repression and Social Control of Protest* reúne sete dos artigos selecionados; em 2007, o dossiê *Police and Protester Innovation Since Seattle* contém cinco dos artigos selecionados para o ano.

A atribuição de maior relevância para a temática no referido período relaciona-se, conforme o título dos dossiês indicam, à investigação das dinâmicas configuradas entre manifestantes e forças policiais nos eventos abrangidos pelo ciclo de protestos do Movimento

<sup>14</sup> A definição dos conceitos centrais desta pesquisa consta no Capítulo 3.

por Justiça Global (*Global Justice Movement*), uma série de eventos de escala global, conectados pela oposição às grandes corporações comerciais e por reivindicações direcionadas a uma distribuição mais igualitária dos recursos econômicos. A “batalha de Seattle” de 1999, um protesto contra reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) no qual houve um intenso confronto entre forças policiais e manifestantes, é considerado o evento inaugural desse ciclo. Após o período entre 2006 e 2007, a média de artigos sobre policiamento a protestos na *Mobilization* volta a se estabilizar, mantendo a frequência dos anos anteriores.

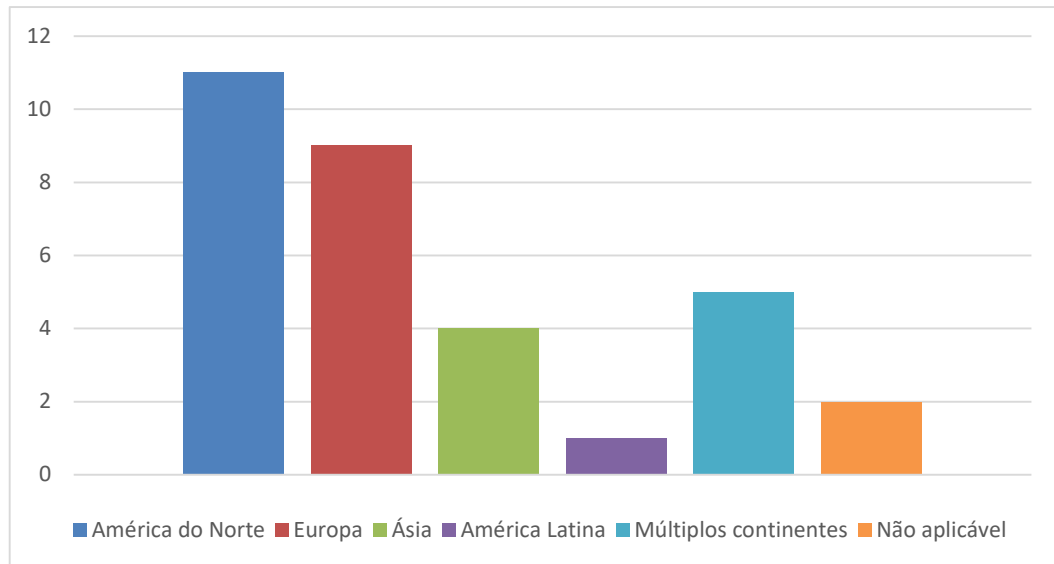
## 2.2 Objetos empíricos

Os objetos empíricos foram classificados segundo forma de delimitação, local e período histórico dos fenômenos estudados. Sobre as formas de delimitação, identifica-se uma ampla variedade de critérios para definição dos objetos. Um conjunto importante de artigos (12) trata do policiamento a eventos de protesto, abordando uma diversidade de reivindicações e de configurações políticas nos contextos estudados. Outro conjunto relevante de artigos (7) delimita o objeto com base nas configurações do regime político - autoritários, democráticos, de transição etc. -, analisando os impactos do regime sobre a repressão. Em menor número (4) encontram-se estudos que se focam sobre a repressão de mobilizações segundo as características dos manifestantes, ativistas, grupos ou organizações reprimidas - como a repressão sobre grupos de extrema direita e sobre minorias étnicas. Também são identificadas pesquisas (3) sobre outras formas de repressão além do policiamento a protesto - como a atuação de contramovimentos e a repressão no campo jurídico. Alguns estudos (2) delimitam seus objetos a partir do formato das táticas de ação reprimidas - táticas de ação disruptivas, ativismo na Internet etc. -; outros (2), a partir grau de violência da repressão - eventos de massacre a mobilizações. Os estudos teóricos (2) não possuem objetos empíricos, mas são ambos vinculados à temática da repressão no campo jurídico - processos criminais contra ativistas e encarceramento em massa.

Esses dados apontam para o predomínio de estudos sobre o policiamento a eventos de protesto e sobre a relação entre a repressão e o regime político, em especial contextos autoritários. Ressalta-se a baixa frequência de estudos empíricos sobre formas de repressão que não se restringem ao controle policial de eventos de rua, como a repressão no campo jurídico e a repressão na Internet.

Sobre a localização espacial dos fenômenos estudados, foram identificados 11 estudos circunscritos a países da América do Norte, nove sobre países europeus, cinco com objetos em múltiplos continentes, quatro sobre países asiáticos e um sobre América Latina. Dois estudos não possuem objeto empírico por serem revisões de literatura.

**Gráfico 2 - Distribuição dos objetos empíricos segundo território na revista *Mobilization***



Fonte: autoria própria.

A predominância de estudos sobre países da América do Norte e da Europa confirma a tendência, já amplamente conhecida, de concentração e visibilização da produção acadêmica sobre o Norte Global. Com exceção do estudo de Franklin (2015), países da América Latina são incorporados apenas em análises comparativas em múltiplos continentes.

Quanto ao período histórico dos objetos empírico analisados, os estudos dividiram-se da seguinte forma: 17 atêm-se sobre eventos da segunda metade do século XX; 10 analisam eventos do século XXI; dois abordam eventos ocorridos durante todo o curso do século XX (primeira e segunda metade); um trata de eventos ocorridos no século XIX. Esses dados indicam o foco temporal sobre fenômenos ocorridos na segunda metade do século XX e a predominância de uma perspectiva histórica da análise. A partir do dossiê *Police and Protester Innovation Since Seattle* (2007), dedicado à análise do policiamento a eventos de protesto do Movimento por Justiça Global, aumenta o número de estudos sobre eventos ocorridos no século XXI.

De modo geral, relacionando as três dimensões acima analisadas, identifica-se o predomínio do estudo do policiamento a protestos em democracias do Norte Global, com concentração marcante na América do Norte e na Europa Ocidental e com foco sobre eventos

ocorridos na segunda metade do século XX (AYOUB, 2010; EARL; SOULE, 2006; KOOPMANS, 1997; SOULE; DAVENPORT, 2009). Os estudos que se focam sobre as configurações do regime político tendem a ser comparativos e incorporam países de outros continentes, principalmente com o objetivo de analisar casos de regimes autoritários (JOHNSTON, 2006; ORTIZ, 2007; 2013). Os artigos que estudam eventos do século XXI tendem a explicar novas dinâmicas do policiamento em países democráticos do Norte Global a partir dos protestos do Movimento por Justiça Global (VITALE, 2007; WADDINGTON; KING, 2007; WAHLSTRÖM, 2007; WOOD, 2007).

### 2.3 Autores e conceitos

Sobre os autores mais mobilizados, foi feita a quantificação dos pesquisadores mais citados nas listas de referências dos artigos. A partir do ordenamento dos autores conforme número de citação, os mais citados foram os seguintes: Donatella della Porta (95 ocorrências), John McCarthy (85), Christian Davenport (73), Herbert Reiter (67), Sarah Soule (59), Doug McAdam (58), Charles Tilly (52), Jennifer Earl (54), Hank Johnston (39), Clark McPhail (39), Mayer Zald (35), Carol Mueller (33) Sidney Tarrow (32).

Esse resultado aponta para a predominância de autores dos Estados Unidos e do campo da Sociologia. Autores europeus e das áreas de Ciências Política e História aparecem em menor quantidade. Esses dados apontam para a constituição de um campo de estudos relativamente interdisciplinar, formado por pesquisadores de diferentes áreas das humanidades. A base teórica comum desses pesquisadores é a perspectiva do “confronto político” (ou *contentious politics*) (McADAM; TARROW; TILLY, 2001),<sup>15</sup> o que indica coesão e diálogo entre os estudos e reforça a constituição de uma agenda de pesquisa sobre o tema (EARL, 2011). A nacionalidade dos autores, no entanto, aponta novamente para a predominância do Norte Global na delimitação dessa agenda de pesquisa.

Para análise dos conceitos mais utilizados na base de artigos da *Mobilization*, foi realizada uma busca de frequência de palavras no *NVivo*, quantificando-se os termos mais frequentes nos 32 artigos selecionados. O *NVivo* apresenta os resultados da pesquisa de

---

<sup>15</sup> A caracterização da perspectiva do “confronto político” consta no Capítulo 3 deste trabalho.



Sobre os conceitos mais citados, identifica-se um conjunto de termos que busca delimitar o tipo de ação coletiva e os elementos que a constituem: “protesto” (*protest*) é o termo mais citado do banco. Termos como “protestantes” (*protesters*), “protestos” (*protests*), “manifestações” (*demonstrations*), “manifestantes” (*demonstrators*) e “manifestação” (*demonstration*), também aparecem entre os mais citados. Esse foco sobre eventos de protesto demonstra a preferência da literatura pelo estudo das dinâmicas situacionais, geralmente associadas ao confronto físico nas ruas entre agentes policiais e manifestantes. Esse tipo de ação é identificado por Koopmans (1997, p. 153) como “repressão situacional”: “ações informais de agentes estatais de nível inferior, principalmente a polícia, que em contato direto com os protestantes usam repressão de uma maneira relativamente espontânea” (*tradução nossa*).

Outras formas de denominação da ação coletiva e dos seus elementos são também frequentes, mas menos predominantes do que “protesto”. Os termos “movimento” (*movement*), “movimentos” (*movements*) e “organização” (*organization*) enfatizam vínculos organizativos que conformam uma maior longevidade da ação. Considerando-se movimentos sociais como “redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 3), a interação das instituições repressivas com e o impactos da repressão sobre essas redes são aspectos menos privilegiados nos artigos. Geralmente movimentos sociais são citados como protagonistas ou organizadores dos eventos de protesto cuja repressão é objeto de análise. Exceções são os estudos de Hess e Martin (2006) e de Moss (2014), os quais buscam entender os efeitos transformadores da repressão sobre organizações de movimentos sociais.

Ainda, um termo muito frequente no banco, mas secundário em relação a “protesto”, “movimentos sociais” e seus correlatos, é “mobilização” (*mobilization*). A mobilização, processo pelo qual um grupo deixa de ser uma coleção passiva de indivíduos, passando a ser um conjunto ativo e participante na vida pública (TILLY, 1978), abrange processos contenciosos mais amplos do que as formas específicas de ação - como protestos - e de organização - como organizações de movimentos sociais. Um dos poucos estudos que enfatiza essa dimensão é o de Koopmans (1997, p. 153), ao buscar entender o nexos mobilização-repressão a partir do conceito de “repressão institucional”, ou seja, “medidas repressivas formais, mais gerais, menos diretas, e usualmente sancionadas legalmente por autoridades do Estado de nível mais elevado, como governos ou o judiciário” (*tradução nossa*). Outros estudos com essa abrangência são os de Davenport e Eads (2001) e de Barkan (2006).

Apesar da diferença quantitativa nos usos dos conceitos acima, a maioria dos artigos da revista *Mobilization* tende a utilizar os termos “protesto”, “movimento social” e “mobilização” de forma intercambiável, não sendo estabelecida uma delimitação conceitual rigorosa para cada um desses termos. Essa imprecisão conceitual potencialmente acarreta confusões na construção de hipóteses e na proposição de modelos explicativos.

Outro conjunto de termos mais frequentes busca delimitar o tipo e a escala da ação repressiva. “Repressão” (*repression*) é o segundo termo mais frequente no banco. Apesar do uso generalizado desse termo, a maioria dos estudos não apresenta um conceito explícito de repressão. Um dos artigos que fazem essa explicitação é o de Titarenko e outros (2001), ao definir repressão segundo o conceito de Tilly (1995, p. 136): “todos os esforços de autoridades que aumentam o custo da ação coletiva para os atores” (*tradução nossa*). De modo geral, os artigos que não expõem seus conceitos de repressão o restringem implicitamente à ação das autoridades governamentais, representadas pelas forças policiais.

Alguns estudos, por outro lado, restringem seu escopo conceitual segundo seus interesses de pesquisa. Ayoub (2010) e Roscigno e outros (2015) explicitam a delimitação de suas pesquisas à “repressão estatal” (*state repression*). Ayoub (2010), por exemplo, lança mão do conceito de Davenport (2007, p. 02):

o uso real ou a ameaça de uso de sanções físicas contra um indivíduo ou organização, dentro da jurisdição territorial do estado, com o objetivo de impor um custo ao alvo, bem como impedir atividades e/ou crenças específicas consideradas desafiadoras para o pessoal do governo, práticas ou instituições (*tradução nossa*).

Outros estudos tratam da “repressão legal” (*legal repression*) (BARKAN, 2006; SHRIVER et al., 2018), conceituada por Shriver e outros (2018, p. 308) como “o uso da lei como ferramenta para o controle social”. Ainda, os trabalhos de Oliver (2008) e de Soule e Davenport (2009) buscam amplificar o conceito de repressão, o estendendo também para o controle do crime “ordinário”, incluindo assim o encarceramento em massa como uma forma de repressão.

A ampla e indiscriminada utilização do termo repressão para a investigação das dinâmicas entre policiamento e ação coletiva tem sido problematizada por alguns autores, dentre os quais se destaca Earl (2003; 2004; 2006; 2011). Antes de serem abordadas as consequências teórico-metodológicas dessa escolha conceitual, questiona-se: por que a literatura da ação coletiva e dos movimentos sociais dá centralidade ao conceito de repressão?

Uma explicação possível é que os pesquisadores da ação coletiva, por estarem mais apropriados do vocabulário desse campo e por tenderem a situar os movimentos sociais como unidade de análise, frequentemente atribuem um papel secundário à ação de outros atores, grupos e instituições (forças policiais, mídias etc.) nas arenas de confronto político (CUNNINGHAM, 2003a; EARL, 2003). As ações das forças policiais, quando abordadas, tendem a ser tratadas como elementos relativamente exógenos e que atuam de modo a necessariamente elevar os custos da ação coletiva (TILLY, 1978). Assim, de modo geral, a literatura da ação coletiva aborda o policiamento sob um ponto de vista específico, o dos movimentos sociais.

Esse viés de análise resulta em duas consequências principais: poucos estudos dessa literatura adotam instituições policiais como unidade de análise - exceções são estudos que explicam as táticas repressivas a partir dos arranjos institucionais locais, as denominadas abordagens polícia-centradas (CUNNINGHAM, 2003a; 2003b; 2003c; EARL; SOULE, 2006; RAFAIL, 2010; WADDINGTON; KING, 2007) -, havendo uma escassa produção sobre dinâmicas organizacionais, práticas, culturas e tecnologias específicas que conformam as interações entre ação policial e ação coletiva; a maioria dos estudos identifica a ação policial apenas em sua face mais visível, quando o policiamento entra em confronto com protestos, processos de mobilização ou organizações de movimentos sociais quase exclusivamente em situações em que ativistas são reprimidos por meio de violência física (EARL, 2003, 2006; MOSS, 2014; OLIVER, 2008). A já mencionada alta recorrência do termo protesto no banco de artigos corrobora com essa tendência de foco sobre a repressão situacional (KOOPMANS, 1997).

Centrando sua atenção sobre este último ponto, Earl (2006) entende que o direcionamento do foco analítico sobre ações policiais visíveis de repressão física a eventos de protesto causa o que Melucci (2001) chamou de “miopia do visível” (*theoretical blinder*), dado que outras formas de controle da ação coletiva - como a vigilância, a promulgação de leis restritivas ao direito de protesto e as ações de contramovimentos - tendem a ser desconsideradas. Ou seja, exatamente pelo fato de os movimentos sociais figurarem como centro da análise, os momentos tendencialmente mais visíveis e publicizados de encontro entre manifestantes e policiais - a repressão policial física e violenta a eventos de protesto - são a faceta preferencialmente considerada pelos teóricos dos movimentos sociais quando se estuda policiamento. Formas mais institucionalizadas - como a repressão no campo jurídico - e menos



visíveis de controle - como as táticas policiais de vigilância - são menos frequentemente abordadas por essa literatura.

Ainda, a sobrevalorização de situações de confronto físico desconsidera a hipótese de que a ação policial não necessariamente aumenta os custos da ação coletiva. Resultados das pesquisas acerca dos impactos da ação policial sobre as organizações de movimentos sociais e os processos de mobilização são marcadamente ambíguos. Há estudos empíricos que identificam tanto a desmobilização quanto a ampliação de mobilizações como possíveis efeitos das interações com forças policiais. A multiplicidade desses resultados leva Koopmans (1997) a entender que não é possível extrair um modelo causal que explique as relações entre repressão e processos de mobilização; no mesmo sentido, Fominaya e Wood (2011) afirmam que os efeitos contraditórios dessa interação estão por ser compreendidos. Assim, pode-se afirmar que o conceito tradicional de Tilly (1978), de repressão como aumento dos custos da ação coletiva, não necessariamente se sustenta como regra para a ação policial, dado que esta pode, em determinadas circunstâncias produzir efeitos opostos, ou seja, a facilitação da ação coletiva (TILLY, 2006).

Ademais, como pontua Earl (2006), o conceito de repressão contém uma conotação normativa, dado que muitos pesquisadores da ação coletiva e dos movimentos sociais, por situarem estes como “polo virtuoso” das disputas sociais, utilizam a repressão para tratar da ação policial como um “mal social” (*social bad*). Essa valoração, embora seja estrategicamente relevante para os movimentos sociais enquadrarem negativamente seus potenciais opositores, deve ser relativizada a nível teórico. A ação policial pode ser mobilizada, por exemplo, para contenção de confrontos físicos entre os integrantes de movimentos sociais opositores ou para controle de grupos que recorrentemente usam táticas violentas contra pessoas - como movimentos neonazistas e grupos de extermínio -, casos em que ações de repressão direcionam-se para a defesa dos direitos dos grupos ameaçados.

A nuvem de palavras da Figura 3 demonstra ainda que, além do uso predominante do termo repressão, outras palavras são utilizadas em sentido similar, com um número relevante de ocorrências, mas de forma secundária: “policimento” (*policing*), “controle” (*control*), “ordem” (*order*), “força” (*force*), “coerção” (*coercion*). O uso do termo “policimento” indica uma opção mais concreta e menos valorativa de definição da ação policial, ao mesmo tempo em que a recorrência desse termo demonstra a tendência da literatura em associar repressão ao policimento, ofuscando o papel de outros atores - corporações privadas, contramovimentos, mídias etc. - na produção de ações repressivas. Os demais conceitos (controle, ordem, força,

coerção) demonstram uma relativa abertura do campo dos movimentos sociais a conceitos mais próximos dos estudos sobre violência e da segurança pública, o que pode diversificar e sofisticar essa literatura.

Além do uso generalizado do conceito de repressão, a análise dos artigos da *Mobilization* indica o esforço de alguns autores em busca da tipificação da repressão. A maior parte dessas tipologias centra-se no grau na severidade da ação repressiva (TITARENKO et al., 2001; FRANCISCO, 2004; LINDEN; KLANDERMANS, 2006). A tipologia de della Porta (1996), baseada em cinco dimensões para análise do grau de severidade do policiamento, é recorrentemente citada pela literatura. No entender da autora, o policiamento pode ser: repressivo (*repressive*) ou tolerante (*tolerant*) - a depender de quais práticas são toleradas; seletivo (*selective*) ou difuso (*diffuse*) - restrito a indivíduos/grupos específicos ou aplicado de forma ampla; preventivo (*preventive*) ou reativo (*reactive*) - antecipatório ou reativo à ação coletiva; duro (*hard*) ou suave (*soft*) - quanto ao grau de uso da força; sujo (*dirty*) ou lícito (*lawful*) - ações cometidas ilicitamente ou amparadas pelos parâmetros legais.

Outras classificações buscam identificar distintas características das formas de ação repressiva. A já mencionada tipologia de Koopmans (1997) diferencia “repressão institucional” de “repressão situacional”. O frequentemente citado trabalho de Earl (2003) utiliza os seguintes critérios: identidade do agente repressivo - agentes do Estado fortemente conectados às elites políticas nacionais; agentes do Estado pouco conectados às elites nacionais; agentes privados; caráter da ação repressiva - coerção física; canalização da repressão por meios não fisicamente coercivos (por exemplo, restrições legais); se a ação repressiva é observável ou não - observável; não observável.

A identificação de tipologias possibilita o mapeamento de quais tipos de ação são preponderantemente estudadas pela literatura, demonstrando-se, por outro turno, quais tipos ainda foram pouco explorados analiticamente. Earl (2003) demonstra, no sentido dos argumentos já acima expostos, a preferência da literatura sobre o estudo da coerção física e observável, realizada por agentes estatais.

## 2.4 Problemas e resultados

Além da construção de tipologias da ação policial, pesquisadores dos movimentos sociais têm buscado construir modelos explicativos para a relação entre repressão e ação

coletiva. Muitos estudos tratam da ação repressiva como variável dependente, buscando-se explicar por que determinados tipos de ação repressivas se configuram em contextos específicos e/ou variam no tempo conforme se modificam as condições de produção dessas ações. Dentre os 32 artigos da revista *Mobilization* selecionados, 12 tratam da ação repressiva como variável dependente. De modo geral, são identificados os seguintes modelos explicativos para esse tipo de problemática: ameaça (*threat*); fraqueza (*weakness*); ameaça e fraqueza (*threat and weakness*); estruturas de oportunidades políticas; características das instituições de controle.

Os estudos que adotam o modelo da “ameaça” afirmam que quanto maior o grau de ameaça de determinado grupo ou organização de movimentos sociais às elites políticas - por exemplo, grupos que utilizam táticas disruptivas -, mais severa e repressiva é a ação policial (SOULE, DAVENPORT, 2009). Já as teorias da “fraqueza” afirmam que quanto mais “fraco” é determinado grupo ou organização de movimento social perante a opinião pública e como estrutura de mobilização - por exemplo, minorias étnicas -, maior a probabilidade de a ação policial ser repressiva (STOCKDILL, 1996; WISLER; GIUGNI, 1999). Alguns autores diferenciam a fraqueza que depende das características internas, relacionadas à identidade de um grupo ou organização e seus recursos (*weakness from within*), da fraqueza externa (*weakness from without*), relacionada às características de contexto que desfavorecem a proteção à ação de um grupo ou organização de movimento social, como por exemplo a escassez de mecanismos de controle sobre as ações policiais (EARL et al., 2003). Por fim, o modelo da “ameaça e fraqueza” combina as perspectivas acima citadas, considerando tanto o grau de ameaça às elites políticas quanto a fraqueza como características que aumentam a probabilidade e a força da ação repressiva (AYOUB, 2010; SHANG; VITALE, 2013).

Ainda, identifica-se a abordagem que se centra nas oportunidades políticas, representada por uma diversidade de autores (TARROW, 1989; McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996; DELLA PORTA, 1995; ORTIZ, 2013). Esse conjunto de pesquisadores trabalha com a ideia de que a estrutura de oportunidades políticas de determinado contexto influi na probabilidade e no grau de repressão. Assim, em momentos de maior abertura política - por exemplo, governos que se caracterizam pela defesa de direitos civis -, haveria um contexto favorável para a ação coletiva. Por outro turno, quando as oportunidades de contestação decrescem, como no caso da emergência de regimes autoritários, aumentaria a força das instituições repressivas (DELLA PORTA, 1995). Essa abordagem é recorrentemente operacionalizada para a explicação das variações no grau de repressão em diferentes momentos de um ciclo de protestos.

Finalmente, estudos que se centram nas características das instituições policiais buscam identificar como elementos constitutivos dessas instituições - organização e cultura policial local, histórico da relações entre organizações de movimentos sociais e agentes policiais, transformações legais etc. - configuram e/ou transformam os tipos da ação policial e o grau de repressão (EARL; SOULE 2006; IRONS, 2006; RAFAIL, 2010; WADDINGTON; KING, 2007). Essa é a chamada abordagem polícia-centrada (ou *blue approach*).

Por outro lado, há estudos que tratam a *ação* repressiva como variável independente, analisando os impactos/efeitos da repressão sobre eventos de protesto, organizações de movimentos sociais e as diversas formas de mobilização e ação coletiva. Uma preocupação central desse tipo de problemática é explicar os fluxos (aumento, diminuição, transformação) dos processos de mobilização (EARL, 2011). Dentre os artigos da *Mobilization*, 16 partem dessa espécie de questionamento.

Conforme Koopmans (1997), distintas respostas já foram dadas para a problemática dos impactos da repressão sobre a ação coletiva. Autores vinculados à teoria da escolha racional entendem que ações repressivas, por teoricamente aumentarem os custos da ação coletiva, teriam impacto negativo sobre o grau de mobilização (MULLER; WEEDE, 1990). Já teóricos da psicologia social (GURR, 1969; FEIERABEND; FEIERABEND 1966; DAVIES, 1962) enfatizam os efeitos psicossociais da repressão, afirmando que ações repressivas intensificariam a frustração dos ativistas, contribuindo para o aumento das mobilizações pela canalização da frustração em revolta. Ambas essas abordagens estão em desuso, dada a simplificação que produzem, seja pela identificação dos ativistas como atores fundamentalmente racionais e estratégicos, seja pela visão de que a revolta é a simples resposta irracional e espontânea a um sentimento de frustração.

No período mais recente, os teóricos dos movimentos sociais que enfatizam a dimensão da identidade coletiva entendem que sofrer ações repressivas pode reforçar os laços entre os membros de um grupo ou organização de movimento social pela reafirmação de uma oposição entre “nós” e “eles”. Esse processo de reforço da identidade coletiva, como por exemplo o compartilhamento do medo e da indignação em relação às forças repressivas, teria efeitos positivos sobre o grau de mobilização (AZAB; SANTORO, 2017; KOOPMANS, 1997).

Ainda, há diversos estudos que não buscam identificar uma resposta única em termos de aumento ou diminuição da mobilização, mas sim explicar variações temporais nas dinâmicas entre processos de mobilização e ações repressivas. Koopmans (1997) afirma que a explicação mais influente dentre essas é a denominada “curva-U invertida” (DENARDO, 1985; MULLER;

WEEDE, 1990), modelo que entende que a mobilização e a ação repressiva crescem mutuamente até certo ponto, no qual o aumento da ação repressiva passa a causar a desmobilização. Outras explicações, como a “curva-U” (não invertida) e a “curva-S”, partem de uma abordagem análoga, mas chegam a conclusões distintas.

A proliferação dessas teorias leva Zimmermann (1980, p. 191) a afirmar que “há argumentos teóricos para todas as relações básicas consideráveis entre coerção governamental e protesto e rebelião de grupos, exceto para a não relação” (*tradução nossa*). Diante desse quadro, Koopmans (1997) entende que são tão múltiplas as explicações e variáveis que é possível que a ação repressiva e a mobilização neutralizem-se, produzindo-se nenhum efeito entre elas.

Assim, nos estudos que buscam produzir explicações de causa-efeito entre grau de ação repressiva e grau de mobilização, a tendência é a construção de modelos excessivamente abstratos que, ao almejarem uma aplicação generalizada, desconsideram elementos empíricos centrais, como os tipos de ação repressiva considerados - diferentes ações potencialmente produzem diferentes efeitos - e aspectos socioculturais relativos a cada contexto - os significados compartilhados acerca das instituições policiais e as configurações políticas locais, por exemplo. O estabelecimento de relações de causa-efeito tende a tomar as instituições repressivas e os grupos e organizações de movimentos sociais como objetos estáticos, e não como dinâmicos e em interação. Como afirma Koopmans (1997, p. 152) ao tratar da repressão a eventos de protesto, “o protesto é uma função da repressão, mas o reverso é obviamente verdadeiro”.

Ao invés de buscarem entender os efeitos da ação de controle sobre o grau de mobilização, alguns autores buscam entender os efeitos sobre elementos constitutivos da ação coletiva, ou seja, em que medida a ação de instituições como a polícia causa transformações nos repertórios da ação coletiva, nas estruturas de mobilização, nos enquadramentos de ativistas etc. A pesquisa na revista *Mobilization* demonstra a tendência de adoção dessa abordagem: dos 16 artigos da revista que tomam a ação policial como variável independente, apenas 4 focam-se centralmente sobre os efeitos da repressão sobre o grau de mobilização (FRAKNLIN, 2015; HESS; MARTIN, 2006; KOOPMANS, 1997; NAM, 2006); os outros 12 tratam dos impactos da repressão na transformação dos elementos constitutivos da ação coletiva (AZAB; SANTORO, 2017; EARL; SCHUSSMAN, 2004; FRANCISCO, 2004; JOHNSTON, 2006; LINDEN; KLANDERMANS, 2006; ORTIZ, 2013; SHRIVER et al., 2018; TITARENKO et al. 2001; VAN LEEUWEN et al., 2015; WOOD, 2007). Por fim, um conjunto de estudos parte

de uma problemática mais dinâmica, questionando como ação repressiva e ação coletiva produzem transformações recíprocas, em interação (DAVENPORT, EADS; 2001; MOSS, 2014; NOAKES; GILLHAM, 2007).

## 2.5 Explorando lacunas teóricas

Neste trabalho, busca-se enfrentar algumas das lacunas teóricas identificadas na sistematização da literatura sobre policiamento a eventos de protestos. Quanto à tendência de restrição dos objetos empíricos a territórios do Norte Global, esta pesquisa propõe a análise de um caso no Sul Global, especificamente da capital de um estado na região sul do Brasil. Busca-se assim dialogar com a literatura internacional, mas, por outro lado, ressaltar as especificidades do contexto estudado e as implicações teórico-metodológicas dessa escolha.

Busca-se, ainda, combater a predominância de estudos “movimentocêntricos”, os quais tendem a se focar exclusivamente na análise da repressão física e observável a eventos de protestos. Em contrapartida, propõe-se a investigação de táticas policiais mais sutis e menos visíveis, operacionalizadas predominantemente por meio do uso de TICs e aqui denominadas táticas de vigilância. No mesmo sentido, busca-se não se restringir o olhar para o controle a eventos de protestos, mas às diversas formas de ação coletiva adotadas no caso estudado, em distintas temporalidades - antes, durante e depois da realização de eventos de protesto, por exemplo.

Como contraposição às teorias que se limitam a estabelecer correlações entre variáveis ou encontrar condições necessárias/suficientes para a repressão, busca-se, partindo-se da perspectiva do “confronto político”, estudar a ação policial e a ação coletiva de modo relacional. Pretende-se assim investigar *como* tais ações transformam-se interativamente, não apenas como consequência das disputas entre promotores da ação coletiva e forças policiais, mas também em função da interação com outros atores e elementos - mídias, governos, tecnologias etc. Essa perspectiva tem como proposta a identificação de mecanismos causais que explicam como a interação entre os agentes produz o processo em estudo.

Por fim, apesar de neste trabalho se adotar a perspectiva do “confronto político” como arcabouço teórico estruturante, busca-se dialogar com outros campos teóricos, principalmente os estudos em controle social e segurança pública e os estudos em vigilância (*surveillance studies*). Por meio dessa escolha busca-se avançar na construção de contribuições teóricas originais, que estabeleçam conexões entre os diferentes campos.

### 3. O CONTROLE SOCIAL DA AÇÃO COLETIVA E AS TÁTICAS POLICIAIS DE VIGILÂNCIA

Como já demonstrado, a literatura internacional sobre policiamento a eventos de protestos, apesar de ter uma agenda de pesquisa consolidada, possui lacunas a serem enfrentadas. Este capítulo tem a finalidade de situar o presente trabalho nos debates desse campo, apresentando a perspectiva teórica da qual se parte, bem como a definição para os principais conceitos da pesquisa. Ao fim do capítulo, delinea-se o modelo de análise para o enfrentamento da problemática da pesquisa.

#### 3.1 Confronto político, ação coletiva, movimentos sociais e protestos

A principal perspectiva teórica desta pesquisa é a teoria do “confronto político” (ou *contentious politics*) (McADAM, TARROW; TILLY, 2001; TILLY; TARROW, 2015). Essa abordagem tem como proposta o deslocamento do foco analítico do estudo isolado dos movimentos sociais para a análise dinâmica dos movimentos na relação com diversos atores, grupos e instituições - tais como mídias, governos, polícias, contramovimentos e corporações privadas. Tilly e Tarrow (2015, p. 07) definem “confrontos políticos” como

interações nas quais determinados atores apresentam demandas que afetam os interesses de outros atores levando a esforços coordenados em defesa de interesses ou programas compartilhados e nas quais governos estão envolvidos como alvos ou iniciadores de demandas ou, ainda, como terceiros interessados (*tradução nossa*).

As relações que os movimentos sociais estabelecem com outros atores, grupos e instituições nas arenas de confronto político são tanto de cooperação quanto de conflito, de modo que essas interações podem ter como consequência seja o aumento, seja a redução dos custos da ação coletiva. Estudos que partem dessa perspectiva buscam explicar como atores em cooperação ou em oposição podem se transformar mutuamente durante a interação, salientando-se o caráter dinâmico do confronto político (DAVENPORT, EADS; 2001; DELLA PORTA; TARROW, 2012; FERNANDEZ, 2008; MOSS, 2014; NOAKES; GILLHAM, 2007).

Porém, o que se entende por movimentos sociais e qual a relação destes com o conceito de ação coletiva? Movimentos sociais são aqui entendidos como “redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito

político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 3). Essa definição pode ser desmembrada em três elementos: a constituição de redes de interação informal; o compartilhamento de uma identidade coletiva; o engajamento em uma ação conflitiva.

Já ação coletiva é a conexão entre o nível individual e o coletivo, “a ação conjunta de pessoas visando interesses comuns” (TILLY, 1978, p. 07, *tradução nossa*). Refletir sobre a ação coletiva envolve investigar, entre outros aspectos, como os indivíduos podem atuar juntos, por que estes se engajam em um coletivo, como as ações tornam-se coletivas e, ainda, quais tipos de ação são adotados para os fins coletivamente estabelecidos. A ação coletiva não necessariamente é contestatória, mas, como já citado, os movimentos sociais caracterizam-se, entre outros elementos, pelo engajamento em ações conflitivas. A partir dessa definição, destaca-se que os movimentos sociais são uma espécie do gênero ação coletiva, ou seja, movimentos sociais são uma das formas como os indivíduos podem associar-se para agir coletivamente. Indivíduos que se organizam pela Internet para a realização de um protesto de rua, por exemplo, configuram uma ação coletiva mesmo que não estejam vinculados organicamente a uma reivindicação ou formalmente a uma organização de movimento social.

Como ficou evidenciado na revisão dos artigos da *Mobilization*, a literatura do campo dos movimentos sociais e da ação coletiva, quando estuda o tema da repressão, tende a se focar sobre a atuação das forças policiais em eventos de protesto. Protestos podem ser entendidos como uma forma geralmente não rotinizada de afetar processos políticos, sociais e culturais (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Em outros termos, protestos são eventos realizados frequentemente - mas não exclusivamente - por organizações de movimentos sociais para expressão de reivindicações e busca de persuasão de autoridades e/ou da opinião pública sobre a legitimidade dessas reivindicações, configurando-se assim “arenas de contestação nas quais corpos, símbolos, identidades, práticas, e discursos são usados para persuadir ou prevenir mudanças nas relações de poder institucionais” (TAYLOR; VAN DYKE, 2004, p. 68, *tradução nossa*).



**Figura 4 - Diagrama das relações entre ação coletiva, movimento social, protesto**



Fonte: autoria própria.

Eventos de protesto constituem uma das principais formas contemporâneas de demonstração pública de demandas coletivas e são frequentemente mobilizados por meio de marchas/passeatas em vias públicas. Como já evidenciado, parte de relevante da literatura sobre repressão de movimentos sociais e dos diversos tipos de ação coletiva tende a se focar sobre eventos de rua nos quais são identificadas interações conflitivas (e geralmente violentas) entre manifestantes e forças policiais.

Neste estudo, adota-se a posição teórica de serem pesquisadas as dinâmicas da ação coletiva, não restringindo *a priori* o fenômeno estudado a movimentos sociais ou a eventos de protesto. Embora a análise de eventos de protesto seja um dos recursos metodológicos aqui mobilizados, parte-se do pressuposto de que as táticas policiais de vigilância podem ser mobilizadas em diferentes temporalidades e abranger o controle a diversas modalidades de ação coletiva. Os agentes policiais entrevistados tendem a se referir a “controle de distúrbios” ou a “controle de multidões” quando falam do policiamento a eventos de protestos, dado que essas táticas policiais podem ser utilizadas para diversas modalidades de ação coletiva - por exemplo, a ação de torcidas organizadas de futebol. Neste trabalho, no entanto, busca-se restringir o estudo ao controle policial da ação contestatória - a qual pode ser concretizada por meio de, mas não se limita a eventos de protesto. Assim, a partir deste ponto, sempre que se utiliza a expressão “ação coletiva”, trata-se de “ação coletiva contestatória”.

Por outro turno, quando se trata da interação entre as forças policiais e os promotores da ação coletiva, quais são as definições mais adequadas para se qualificar a ação policial: repressão, policiamento ou controle social da ação coletiva?

### 3.2 Da repressão ao controle social da ação coletiva

Na literatura da ação coletiva e dos movimentos sociais é de Tilly (1978, p. 100, *tradução nossa*) o conceito mais clássico de repressão: “qualquer ação por outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva de um grupo competidor”. Tilly (2006) distingue repressão de facilitação, sendo esta por outro turno definido como a ação que diminui o custo da ação coletiva:

#### Quadro 1 - Repressão e facilitação segundo Tilly

	<b>Anticipatory</b>	<b>Responsive</b>
<b>Repression</b>	Preventive actions and threats	Retaliation
<b>Facilitation</b>	Mobilization	Rewards

Fonte: Tilly (2006, p. 74)

O mérito dessa definição é sua abrangência, dado que Tilly não restringe o promotor da repressão a autoridades policiais ou estatais, abrindo-se possibilidades de estudo das formas como outros atores - contramovimentos e mídias, por exemplo - atuam aumentando o custo da ação coletiva. Ademais, Tilly não reduz o escopo da repressão à ação física ou à coerção violenta, deixando também um campo aberto para a investigação de diferentes modalidades de ação repressiva - como as legislações restritivas do direito ao protesto e a vigilância -, as quais podem atuar de forma antecipatória ou responsiva (reativa).

Porém, como já demonstrado, a amplitude do conceito de Tilly não foi suficientemente explorada pela literatura dos movimentos sociais e da ação coletiva, restringindo-se a maioria dos estudos desse campo à repressão física, observável e violenta operada por autoridades estatais - predominantemente forças policiais - diante de eventos de protesto (EARL, 2003, 2004, 2011; OLIVER, 2008; STARR et al., 2011). Segundo Earl (2004), um conceito de repressão muito empregado pela literatura dos movimentos sociais é o seguinte: “quaisquer ações tomadas por autoridades [governo] para impedir a mobilização, assediar e intimidar

ativistas, dividir organizações e fisicamente atacar, deter, aprisionar e/ou matar participantes do movimento” (STOCKDILL, 1996, p. 146). Tal conceito tende restringir os objetos empíricos à repressão estatal.

Em resposta a tais críticas, adota-se neste trabalho a definição de repressão de Earl (2011, p. 263, *tradução nossa*): “uma ação estatal ou privada dirigida a prevenir, controlar ou constranger a ação coletiva não institucional (exemplo: protesto), incluindo sua iniciação”. Entende-se aqui que essa é melhor conceituação do termo no campo dos movimentos sociais, pois explicita a variedade do ator repressivo, as diversas formas de ação repressiva e a possibilidade de repressão em diferentes temporalidades. Para caracterizar essas diferentes dimensões da ação repressiva, Earl (2003, p. 47) cria a seguinte tipologia:

### Quadro 2 - Tipologia da ação repressiva segundo Earl

The Identity of the Repressive Agent	State agents tightly connected with national political elites (e.g., military units and military governments)	State agents loosely connected with national political elites (e.g., local police departments in the U.S.)	Private agents (e.g., counterdemonstrators and countermovement participants)
The Character of the Repressive Action	Coercion (e.g., the use of tear gas and rubber bullets)	Channeling (e.g., restrictions on 501(c)(3) social movement organizations)	
Whether the Repressive Action Is Observable	Observable (i.e., overt or manifest; e.g., the Tiananmen Square massacre)	Unobserved (i.e., covert or latent; e.g., COINTELPRO)	

Fonte: Earl (2003, p. 47)

Além de diferenciar as possíveis identidades do agente repressivo quanto à relação deste com o Estado e de separar a ação observável da não observável, Earl estabelece uma diferenciação entre “coerção” (*coercion*) e “canalização” (*chanelling*). A primeira refere-se à demonstração ou uso da força por agentes repressivos tradicionais - o uso de bombas de gás lacrimogêneo, por exemplo; a segunda refere-se a formas mais indiretas de repressão, que agem sobre “as formas de protesto disponíveis, o *timing* dos protestos e/ou os fluxos de recursos para os movimentos” (EARL, 2003, p. 49) - tais como o monitoramento de informações sobre ativistas ou organizações de movimentos sociais.

Também buscando construir uma tipologia e avançando para um entendimento dinâmico da ação repressiva, Boykoff (2007, p. 287) diferencia quatro mecanismos causais da

repressão: esgotamento de recursos (*resource depletion*), estigmatização (*stigmatization*), rompimento divisivo (*divisive disruption*) e intimidação (*intimidation*). O esgotamento de recursos ocorre quando o agente repressivo atua de modo a esgotar os recursos de um movimento. Boykoff (2007) adota um conceito amplo de recursos: humanos, materiais - dinheiro, suprimentos, livros etc. -, de tempo, entre outros. A estigmatização é entendida pelo autor como uma construção social centrada na atribuição de características de descrédito ao caráter ou à reputação de um indivíduo ou um grupo de indivíduos. O rompimento divisivo é o processo conflitivo entre grupos ou entre indivíduos dentro de um grupo quando as partes, as quais antes compartilhavam crenças, reivindicações, objetivos ou táticas, passam a discordar sobre uma ou algumas dessas questões como resultado da ação de um agente externo (Boykoff, 2007). Esse mecanismo é identificado pela literatura, por exemplo, pela ação de agentes infiltrados em um movimento (MARX, 1974; CUNNINGHAM, 2004). Intimidação é definida por Boykoff (2007) como a inibição ou o desencorajamento de uma ação em função de uma ameaça - implícita ou explícita - de um agente externo. No mesmo sentido, Ferree (2004, p. 85), estudando movimentos de gênero, identifica três formas de repressão leve (*soft repression*): o ridículo, o estigma e o silenciamento.

Entende-se aqui que as tipologias de Earl (2003), Boykoff (2007) e Ferree (2004) contribuem muito para as teorias dos movimentos sociais por proporem uma sistematização que não se limita a avaliar a severidade da repressão. Porém, concorda-se também com Earl (2004, 2006) quando a autora afirma que o conceito de repressão, por sua excessiva utilização - carregada de múltiplas definições, geralmente carregadas de uma conotação negativa - deveria ser usado de forma parcimoniosa, dando-se preferência ao conceito de “controle social”. Nas palavras de Earl (2004, p. 54, *tradução nossa*):

...a terminologia da repressão agora carrega tantas conotações - inclusive baseadas no Estado, violentas e hostis - que não define com precisão uma área de interesse e oculta importantes questões teóricas e empíricas.  
Em vez disso, sugiro que os pesquisadores deem um passo proverbial para trás do estudo da repressão, considerando que nossas buscas coletivas podem ser mais apropriadamente direcionadas ao *controle social* do protesto de maneira mais ampla... (*grifo nosso*)

No presente estudo, compartilha-se dessa posição e se entende que o conceito de “controle social” permite a amplificação do olhar dos pesquisadores e a identificação de formas geralmente não estudadas pela literatura de movimentos sociais na interação entre forças policiais, ativistas e organizações de movimentos sociais (BOYKOFF, 2007; CABLE, 2019;

EARL, 2004; FERNANDEZ, 2008; STARR et al., 2011). Porém, o que se entende aqui por “controle social”?

A discussão sobre controle social remonta a diversas tradições filosóficas e sociológicas, perpassando autores como Thomas Hobbes, Karl Marx e Michel Foucault (STARR et al., 2011, p. 03). Reconhecendo-se o amplo debate em torno desse conceito, assim como as críticas sobre sua excessiva invocação a despeito da falta de um acordo mínimo sobre seu significado no campo da sociologia (MEIER, 1982; SUTTON, 1996), adota-se aqui a definição de Zald (1978, p. 83) de controle social como “o processo pelo qual indivíduos, grupos e organizações tentam tornar a performance, o comportamento e as operações de outros grupos, organizações e indivíduos, em conformidade com os padrões de comportamento ou preferências normativas”.

No campo dos movimentos sociais, essa definição implica que, ao mesmo tempo que há indivíduos e grupos cuja ação objetiva mudanças sociais e o questionamento da ordem instituída, em oposição há um conjunto de indivíduos e grupos voltados para controlar a ação dos primeiros. Nas disputas em torno da mudança ou da manutenção da ordem, o Estado é um ator central. Weber (1970) postula que uma das principais atribuições do Estado moderno é o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território, o que se traduz em instituições coercitivas como as polícias. Estas representam, porém, a faceta mais evidente do controle estatal. Outros campos, como o jurídico e o legislativo, conformam o aparato estatal voltado para o controle social (BARKAN, 2006; OLIVER, 2008). Atores e grupos não estatais, como contramovimentos e mídias, podem também atuar para a manutenção da ordem social. Destacam-se, ainda, formas mais difusas de controle, como a violência privada exercida cotidianamente contra minorias sociais.

Partir dessa concepção de controle social significa entender o policiamento como uma das formas de gestão social da ação coletiva. Ou seja, adota-se aqui a ideia de que há um “sistema de controle social” (STARR et al., 2011, p. 02), ou um “campo multiorganizacional de controle social”, o qual limita e impõe dificuldades à transformação de demandas individuais em ação coletiva, desde sua iniciação até o momento posterior à ação. A atuação de forças policiais nas ruas, os inquéritos policiais e processos criminais contra ativistas, as legislações restritivas ao direito de protesto, os enquadramentos midiáticos que deslegitimam a ação de movimentos são algumas das formas por meio das quais o controle social é exercido sobre a ação coletiva.

**Figura 5 - Diagrama do controle social da ação coletiva**



Fonte: autoria própria.

Ainda, compreender a existência de um campo amplo de controle social implica não interpretar as forças policiais como agentes absolutamente independentes ou apartados dos demais elementos do tecido social. Segundo Boykoff (2007), por exemplo, as formas mais sutis de exercício de controle tendem a ser preferencialmente adotadas em regimes liberais democráticos, dado que implicam menor risco de perda de legitimidade do agente repressor perante a opinião pública em um contexto de valorização das liberdades civis. Por outro turno, um grau elevado de violência policial tende ser a expressão do apoio - e legitimação - de atores e grupos de uma sociedade a medidas mais duras e punitivas.

Recentemente têm sido realizados esforços para se conectar a literatura dos movimentos sociais ao campo do “controle social” (BOYKOFF, 2007; CABLE, 2019; EARL, 2004; FERNANDEZ, 2008; NOAKES; GILLHAM, 2006; OLIVER, 2008; STARR et al., 2011). O estudo de Oliver (2008), por exemplo, propõe a incorporação do encarceramento em massa - especialmente a partir do caso da população negra dos Estados Unidos - como uma forma de controle social da ação coletiva. A autora interpreta que o encarceramento da população negra é uma forma de desarticular esses grupos antes mesmo que eles possam se organizar coletiva e politicamente. Essa mesma lógica pode ser adotada para o Brasil no caso do controle das populações das favelas do Rio de Janeiro pela ação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) (ROCHA, 2013).

Buscando articular as pesquisas de controle do crime ao controle da ação coletiva, Noakes e Gillham (2006) dialogam com Garland (2001) e entendem que o policiamento ao protesto no século XXI tem seguido algumas tendências identificadas no campo do controle criminal. Garland (2001) constroi uma teoria, amplamente citada nos estudos de controle social, segundo a qual a forma moderna de controle do crime, identificada principalmente após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, teria como finalidade a reabilitação do criminoso e sua reintegração social. Esse “modernismo penal” teria se traduzido, no campo do controle da ação coletiva, em formas mais tolerantes e negociadas de policiamento ao protesto, predominantes nas democracias ocidentais nas décadas de 1980 e 1990 (McPHAIL et al., 1998). Garland (2001) entende, porém, que o modernismo penal é transformado na contemporaneidade, dando espaço para a “nova penalogia”, cuja preocupação central deixa de ser a reabilitação do criminoso. O pressuposto da nova penalogia é de que o crime é um fenômeno sistêmico, de modo que caberia ao sistema de controle social identificar e gerir os grupos que impõem riscos à ordem social, não mais havendo uma preocupação com a integração social desses grupos. Noakes e Gillham (2006) identificam que essa mudança de paradigma do controle social impacta o policiamento a protestos no século XXI, o que resultaria na adoção de táticas policiais mais centradas na “incapacitação estratégica” de indivíduos e grupos que questionam a ordem social (GILLHAM, 2011; GILLHAM; NOAKES, 2007; GILLHAM et al., 2013). A expansão da adoção de táticas de vigilância e de controle espacial, focadas no controle de riscos, seria um reflexo dessa tendência.

Uma das principais contribuições das pesquisas acima citadas é demonstrar a constituição de um campo relativamente autônomo de controle social, o qual impacta decisões, estratégias e táticas de controle à ação coletiva. A relativa autonomia do campo de controle social é defendida por autores que buscam explicações mais centradas nas características das instituições policiais (ou *blue approach*) (EARL; SOULE, 2006). Por essa perspectiva, por exemplo, explicar o policiamento a eventos de protesto apenas como dependente da configuração da ação coletiva - identidade dos manifestantes, tamanho do protesto, táticas da ação coletiva, entre outros - é insuficiente.

Outra questão que a articulação entre o controle social e ação coletiva coloca é a dimensão do poder. Isso porque a capacidade de exercício de controle por atores ou grupos depende fundamentalmente de relações desiguais de poder. Ou seja, quanto maior o poder de um agente de controle, mais recursos esse agente terá para limitar a mobilização de seus opositores. Segundo Cable (2019), o Estado democrático moderno extrai seu poder de três bases: autoridade política, domínio econômico e controle de informações sobre os cidadãos.

Esse último ponto é central para a compreensão das táticas de vigilância, dado que os agentes estatais tendem a mobilizar recursos para acumular informações sobre ativistas e organizações de movimentos sociais, instaurando-se uma situação de assimetria, pois os grupos organizados da sociedade civil dificilmente dispõem dos recursos necessários para acumular, coletar e analisar (contra)informações a respeito dos agentes estatais de controle. Ainda, de modo similar a Tilly (2006), a autora afirma que o controle social pode ser tanto antecipatório quanto reativo. Ações estatais antecipatórias são as “táticas de controle social proativo, projetadas para evitar a mobilização” (CABLE, 2019, p. 128), produzindo conformidade política.

Em suma, diante desses argumentos, opta-se aqui pela adoção do conceito de “controle social da ação coletiva” para abranger as formas como distintos atores e grupos opõem restrições e limites, amentando o custo da ação coletiva. O termo “repressão” é adotado nesta pesquisa como uma espécie do gênero “controle social”, referindo-se especificamente à ação situacional de imposição de dificuldades físicas, de caráter violento e reativo, à ação coletiva. O controle social é entendido como um campo amplo e relativamente autônomo, o qual envolve relações assimétricas de poder.

A configuração de um sistema de controle social da ação tende a produzir efeitos sobre diferentes esferas da vida. Fernandez (2008), por exemplo, identifica três dimensões sobre as quais as táticas de controle da ação coletiva agem: uma espacial - com a limitação dos espaços físicos de expressão de demandas coletivas; uma legal - com a promulgação de leis que restringem o direito ao protesto; uma psicológica - considerando os impactos psicológicos e emocionais que o controle e a repressão causam sobre o ativismo. A partir dessa classificação, questiona-se: Quais as diferentes formas como as forças policiais interagem com os atores, grupos e organizações que mobilizam a ação coletiva? Quais as formas de ação policial disponíveis e como elas se combinam, conformando modelos mais amplos de policiamento?

### **3.3 Repertório, táticas e estratégias policiais de controle à ação coletiva**

Um dos conceitos centrais das teorias dos movimentos sociais é o de “repertório da ação coletiva”, inicialmente proposto por Tilly (1978). Fundando-se na metáfora oriunda do campo do teatro, Tilly busca com o conceito de repertório propor que os atores engajados em ações coletivas dispõem de um conjunto de ações para expressar publicamente suas demandas. O conjunto dessas ações tende a variar pouco temporalmente, configurando um leque reduzido de possibilidades de ação a cada período histórico. Esse conjunto limitado de ações é o repertório



da ação coletiva, ou seja, “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TILLY, 1995, p. 41).

As ações que fazem parte de um repertório são mobilizadas em situações de contestação e, a depender do sucesso ou do fracasso, configuram um determinado *script* sobre as formas como atores e grupos podem pleitear publicamente suas reivindicações em processos que envolvem tanto a rotinização quanto a inovação. Segundo Hill e Rothchild:

Os indivíduos, baseados em períodos passados de conflito com um grupo particular ou com o governo, constroem um protótipo de protesto ou tumulto que descreve o que fazer em circunstâncias particulares e também oferece uma base lógica para esta ação. (HILL; ROTHCHILD, 1992, p. 192, *tradução nossa*).

Embora o conceito de repertório tenha sido formulado para estudo dos padrões da ação coletiva contestatória, entende-se aqui que esse conceito pode ser também aplicado para as ações policiais. Assim como os atores engajados em ações coletivas desenvolvem “protótipos” de atuação, as instituições policiais igualmente constituem um repertório de ação nas interações com os ativistas, as organizações de movimentos sociais e a ação coletiva de modo geral. Assim, os tipos de ação policial disponíveis - como o uso de bombas de efeito moral e a detenção de ativistas - fazem parte de um repertório, sendo tais ações adotadas preferencialmente em relação a outras a depender de um conjunto de variáveis. Com base nesse substrato teórico, postula-se aqui que, assim como o conjunto de táticas utilizadas por manifestantes em determinado período histórico conforma o repertório da ação coletiva (TILLY, 1978), o conjunto de ações disponíveis às forças policiais para controle da ação coletiva constitui um repertório da ação policial.

Entende-se, ainda, que, assim como a unidade dos repertórios da ação coletiva são as táticas de ação - tais como passeatas, ocupações, depredação de patrimônios -, as unidades que conformam, em conjunto, o repertório da ação policial são as táticas policiais de controle à ação coletiva - como detenções, uso de armamento menos letal, monitoramento de redes sociais, bloqueio espacial. Cable (2019), após revisar a literatura dos movimentos sociais e mapear as táticas de controle social mobilizadas tanto pelas forças policiais quanto por outros atores opositores a grupos engajados em ações coletivas, propõe a seguinte catalogação de táticas de controle:

**Quadro 3 - Coleção de táticas de controle social na literatura de movimentos sociais segundo Cable**

Policing protest	Intimidation
Permits for rallies	Intelligence-gathering
Diversionary framing	Opinion control
Deviance narratives	Propaganda
Clubs with nightstick	Media manipulation
Character assassination	Blacklisting
Disinformation to media	Transfer (worker)
Containment	Manufacture consent
Constant detention: loitering, weapons charges	Informants
Threats	Public prosecutions and hearings
Physical violence	Employment deprivation
False accusations	Surveillance
Harassment	Break-ins
Assault	“Black bag jobs”
Information control	Infiltration
Workers’ organizational norms of secrecy	“Badjacketing”
Workers’ compartmentalization as security system	Agent provocateurs
Withholding information from public	“Black propaganda”
Workers’ Q clearance	Harassment and harassment arrests
On-the-job retaliation	Extraordinary rules and laws
Influence on the local medical establishment	Mass-media manipulation
Control of public meetings	Mass-media deprecation
Information overload	Divisive disruption
Discursive containment	Micro-level ridicule at the interpersonal level
Oppositional framing	Meso-level stigma = impairment of collective identity
Ridicule	Macro-level threats to jobs and economic vitality
Stigma	
Impaired identity	
Discrediting	

Fonte: Cable (2019, p. 123).

Após realizar essa catalogação, Cable (2019) agrupa as táticas em quatro conjuntos: policiamento a protestos, vigilância, manipulação da opinião pública e ameaças a trabalhadores e à comunidade. Não se adota aqui essa classificação de Cable (2019), mas se reconhece a importância da catalogação de táticas de controle a partir de objetos empíricos e contextos específicos.<sup>17</sup>

As táticas policiais de controle da ação coletiva não são adotadas aleatoriamente, mas sim de modo combinado, ou seja, algumas táticas tendem a ser pareadas com outras - por exemplo, bombas de efeito moral, balas de borracha e detenções. A combinação de diferentes

<sup>17</sup> A catalogação das táticas policiais de controle adotadas no caso desta pesquisa encontra-se no Capítulo 6.

táticas é o resultado da construção de determinados padrões ou modelos de policiamento, dado que as forças policiais, desde o comando até os agentes de rua, buscam, na interação com os atores engajados na ação coletiva, determinados fins - por exemplo, a dispersão de eventos de protestos. O uso combinado de táticas visando a fins específicos é aqui conceituado como “estratégias policiais de controle”. As estratégias são também denominadas pela literatura de movimentos sociais como “estilos de policiamento” (*policing styles*) (DELLA PORTA; FILLIEULE, 2004) ou “modelos de policiamento” (*policing models*) (DELLA PORTA; REITER, 1998).

Enquanto as estratégias são formuladas pelos agentes em posição de comando e tendem a ser construídas previamente ao evento que se busca controlar ou reprimir, as táticas são adotadas por agentes em posição hierárquica mais baixa (DELLA PORTA; ATAK, 2015). Nesse fluxo entre planejamento e ação, as diretrizes estratégicas formuladas pelos policiais que ocupam posições superiores não são necessariamente implementadas na prática policial conforme o planejado; na passagem do nível da estratégia para o nível de tática, entra em questão a discricionariedade dos agentes policiais que atuam nas ruas, fenômeno que Lipsky (1980) denomina como “burocracia do nível de rua” (*street level bureaucracy*).

Parcela importante da literatura dos movimentos sociais, ao se focar sobre o estudo a ação policial, busca classificar quais seriam as estratégias predominantes nos períodos e territórios estudados e como essas estratégias variam. Essas pesquisas tendem a se concentrar em países de democracias ocidentais do Norte Global, o que resulta em certo consenso dessa literatura a respeito da história recente do controle policial à ação coletiva, diferenciando-se três estratégias principais: “força em escalada” (*escalated force*) (DELLA PORTA; REITER, 1998; McPHAIL et al., 1998); “gestão negociada” (*negotiated management*) (McPHAIL et al., 1998); “incapacitação estratégica” (*strategic incapacitation*) (GILLHAM, 2011; GILLHAM; NOAKES, 2007; GILLHAM et al., 2013).

Esse relativo consenso, cujo marco central é a obra de della Porta e Reiter (1998), “*Policing Protest: The Control of Mass Demonstrations in Western Democracies*”, fundamenta-se na concepção de que, até a década de 1970, predomina nos países democráticos do ocidente uma estratégia de policiamento definida como “força em escalada”. Essa estratégia “não tolera direitos dos cidadãos a protestar e frequentemente ostenta o recurso imediato ao uso excessivo da força, dando precedência a táticas brutais e repressivas” (DELLA PORTA; ATAK, 2015). Segundo McPhail e seus colegas (1998), a força em escalada possui cinco

características principais: a ignorância ou o desrespeito aos direitos civis<sup>18</sup> - e especialmente ao direito de protesto; a baixa tolerância a protestos disruptivos nos quais se utilizam táticas não rotineiras ou ilegais; o baixo nível de comunicação com ativistas, a não ser por agentes infiltrados; o uso generalizado de detenções para dispersar “agitadores”, mesmo sem a realização de atos ilegais por ativistas; o uso da força como um padrão de interação com ativistas.

Durante a década de 1970, a estratégia de força em escalada passa por um processo de deslegitimação social, em especial nos Estados Unidos, onde o governo federal adota medidas para controle das forças policiais, como comissões de investigação de ocorrências em protestos, a constituição de fóruns públicos sobre direito ao protesto, o desenvolvimento de sistemas de permissão a protestos e a aplicação de novos princípios e técnicas policiais. Essas medidas, em conjunto, são canalizadas para a constituição de “sistemas de gestão da ordem pública” (*public order management systems* - POMS) (McPHAIL et al., 1998). Os POMS são baseados na padronização do policiamento a eventos de protesto e na diminuição da probabilidade de ocorrência de situações não previstas pelas forças policiais (DELLA PORTA; FILLIEULE, 2004), ocasionando uma mudança drástica nas tecnologias de gestão da ordem pública - incluindo a sofisticação de tecnologias policiais de comunicação, de defesa (capacetes, roupas protetivas) e de ataque (cassetetes, bombas, balas de borracha) (McPHAIL et al., 1998).

Essas mudanças, cujo desenvolvimento e consolidação a literatura situa entre as décadas de 1970 e 1990, conformam a estratégia de policiamento definida como “gestão negociada”. Esta é baseada na negociação com ativistas e na garantia do direito ao protesto conforme os limites estabelecidos pelas forças policiais. As características da gestão negociada são as seguintes: a proteção dos direitos civis como um objetivo central do policiamento; a tolerância a um certo grau de táticas disruptivas de ativistas, cabendo às forças policiais limitar a radicalização excessiva dos conflitos; a elevada importância da comunicação com manifestantes para proteção dos direitos civis; o uso de detenções como último recurso e de forma seletiva; o uso mínimo necessário da força para proteger pessoas e propriedades (McPHAIL et al., 1998; WADDINGTON, 2007).

Essa tendência à configuração de estratégias policiais mais tolerantes e moderadas, porém, não se mantém no período contemporâneo. Nos primeiros anos do século XXI, com a

---

<sup>18</sup> Os autores (McPHAIL et al., 1998) fazem referência à ignorância ou desrespeito aos “*First Amendment Rights*” da Constituição dos Estados Unidos. Esses direitos referem-se às liberdades de exercício de religioso, de expressão, de imprensa, de reunião pacífica e de petição ao governo.

emergência do Movimento por Justiça Global, autores têm identificado que a gestão negociada já não é predominante, com o desenvolvimento de estilos de policiamento focados na supressão seletiva de eventos de protesto e de processos de mobilização (GILLHAM; NOAKES, 2007).

A insuficiência da estratégia de gestão negociada tem sido relacionada às características específicas dos protestos do Movimento por Justiça Global. O protesto de Seattle durante o evento da Organização Mundial de Comércio (*World Trade Organization* - WTO) é considerado o marco de um novo gênero de protesto (GILLHAM, 2011). Tais protestos, organizados por uma nova geração de ativistas, desafiam os princípios da gestão negociada na medida em que fazem uso extensivo de ações diretas e disruptivas e são constituídos por grupos heterogêneos, sem uma liderança formal definida, que se recusam a negociar com as autoridades policiais. A adoção desse tipo de configuração organizacional e tática é interpretada por parte da literatura como uma resposta desses grupos à acomodação e ao controle que a gestão negociada produz sobre eventos de protestos, tornando-os menos radicais e, assim, menos eficazes (KAUFMAN, 2002; McPHAIL et al., 2005).

A dificuldade de controle e previsão das forças policiais sobre o protesto de Seattle resultam em uma repressão brutal e generalizada do evento, o que causa problemas de legitimidade das forças policiais. A resposta policial a esse evento e aos posteriores no ciclo de protestos do Movimento por Justiça Global é o desenvolvimento e compartilhamento de “estratégias neutralizadoras úteis para minar as ações dos manifestantes transgressores” (GILLHAM, 2011). Considerando-se ainda o contexto de insegurança e endurecimento penal (ou *law enforcement*) configurado após ataques de 11 de setembro de 2001, desenvolve-se uma nova estratégia policial, denominada pela literatura como “incapacitação estratégica” (GILLHAM, 2011; GILLHAM; NOAKES, 2007; GILLHAM et al., 2013).

A incapacitação estratégica, cuja construção é relacionada por Noakes e Gillham (2006) aos fundamentos da “nova penologia”, é a estratégia centrada em “preservar a segurança e neutralizar aqueles mais propensos a representar uma ameaça à segurança” (GILLHAM, 2011, p. 640). Para aplicar essa lógica de controle, as forças policiais buscam diferenciar duas categorias de ativistas, os “contidos” e os “transgressores”, agindo para identificar e neutralizar os atores mais propensos a se engajar em atividades disruptivas (GILLHAM, 2011).

Dialogando com a pesquisa de McPhail e seus colegas (1998), Gillham (2011) descreve as características da incapacitação estratégica, incorporando, além das cinco dimensões propostas pelos primeiros, três novas características, relativas à vigilância, ao compartilhamento de informações e ao controle do espaço. Segundo Gillham (2011), a incapacitação estratégica tem as seguintes características: a garantia de liberdade de expressão

e de reunião apenas para atores que agem de acordo com as determinações e permissões estabelecidas pelas forças policiais; a determinação unilateral e prévia pelas forças policiais do tempo, espaço e comportamento tolerados, sem pré-negociações com ativistas; a comunicação policial restrita a informar quais atividades são permitidas; a aplicação de detenções seletivas para neutralizar atores que cometeram crimes ou mesmo suspeitos em momento anterior ao cometimento de crimes; o uso seletivo da força contra atores percebidos como ameaças; o uso extensivo e em tempo real de táticas de vigilância; o compartilhamento amplo de informações entre instituições policiais dos diferentes entes federativos; o amplo controle sobre o espaço, delimitando-se previamente em quais áreas é permitido o protesto. O quadro a seguir é uma síntese dos elementos característicos das três estratégias acima descritas:

#### Quadro 4 - Estratégias de policiamento a protestos segundo Gillham

Characteristic/dimension	Escalated force (pre-1970s)	Negotiated management (1970s–1990s)	Strategic incapacitation (current in United States)
First Amendment rights	Ignored	Stated top priority	Selective
Tolerance of disruption	Low	High	Selective
Communication	Low	High	Selective & one-way
Use of arrests	Frequent	Last resort	Selective & proactive
Use of force	High	Last resort	Selective & less lethal
Surveillance	Moderate	Low	Extensive & real time
Information sharing	Moderate	Low	Extensive, cross agencies & media conscious
Controlling space	Localized & reactive	Localized & proactive	Selective, extensive & proactive

Fonte: Gillham (2011, p. 640).

Como já referido, esse processo de construção e transformação de estratégias policiais é centrado em estudos sobre democracias no Norte Global - principalmente Estados Unidos e Europa. Embora se parta da hipótese de que muitas das contribuições teóricas dessas pesquisas podem oferecer *insights* para que se compreenda o caso aqui estudado, questiona-se: o que se sabe sobre o percurso histórico de construção de estratégias policiais de controle à ação coletiva na América Latina?

O principal estudo que faz essa reconstrução histórica na América Latina é o de Ortiz (2015). O autor identifica duas fases distintas: uma “pré-democratização” (1900-1980) e uma “pós-período autoritário” (1990 até o presente). Ortiz entende que, apesar das variações e tendências nacionais, durante a primeira fase (1900-1980) as mobilizações sociais na América Latina são majoritariamente construídas por organizações de movimentos sociais de trabalhadores urbanos e rurais buscando transformar Estados autoritários, cujas respostas à ação

coletiva tendem a ser altamente coercitivas e focadas na destruição da capacidade organizativa dos movimentos pelas forças militares e pelo controle dos territórios. Especialmente, as décadas de 1960 a 1980, quando a maior parte dos países latino-americanos passa por regimes militares ou por regimes civis altamente autoritários, Ortiz (2015) identifica a radicalização de grupos da oposição, muitos dos quais operam ilegalmente e adotam táticas violentas (os guerrilheiros) para enfrentar os regimes. A ação dos governos ditatoriais nesse contexto inclui “infrações contínuas a liberdades civis, desenfreadas violações de direitos, deportações forçadas, prisões injustificadas, detenções sem julgamento, tortura, desaparecimentos, assassinatos e massacres” (ORTIZ, 2015, p. 48). A escalada de forças repressivas é justificada à época pelos governos como uma resposta às táticas violentas das guerrilhas (ALMEIDA, 2003).

A segunda fase (1990 até o presente) analisada por Ortiz (2015) é o período de transição democrática, caracterizado pelo autor como um “contexto democrático mais permissivo”, no qual “as respostas estatais à mobilização se tornaram menos abertamente repressivas e as forças militares foram substituídas por unidades de polícia profissional” (Ortiz, 2015, p. 54), identificando-se uma moderação da repressão policial e maior tolerância à mobilização. Com a abertura de oportunidades políticas para a participação da sociedade civil, as táticas da ação coletiva tendem a se tornar menos disruptivas no período; no entanto, casos de brutalidade policial, uso de armamentos menos letais e abusos de direitos humanos seguem sendo comuns na região (CLEARY, 2007). No período recente (primeiras décadas do século XXI), Ortiz (2015) identifica ainda a ocorrência de protestos contra o neoliberalismo e as políticas de austeridade - casos de protestos massivos na Argentina, na Bolívia, no Equador, entre outros -, situações em que táticas como o controle espacial, a prisão de manifestantes e diversas formas de abuso policial são constantes.

Comparando-se os estudos sobre a história das estratégias de controle policial da ação coletiva nos países do Norte Global (DELLA PORTA; REITER, 1998; McPHAIL et al., 1998; GILLHAM, 2011) com a reconstrução histórica proposta por Ortiz (2015) para a América Latina, identifica-se uma similaridade quanto à prevalência inicial de estratégias mais repressivas (força em escalada) para um período seguinte de maior tolerância à ação coletiva (gestão negociada). Ainda, em ambos os casos protestos recentes (Movimento por Justiça Global e protestos contra o neoliberalismo e as políticas de austeridade) são citados, configurando desafios para a constituição de estratégias policiais de controle, contexto em que emerge, no caso dos estudos do Norte Global, o conceito de incapacitação estratégica. Definir em que medida essas estratégias são também encontradas no caso aqui estudado depende da

análise do objeto empírico. Um dos elementos centrais do conceito de incapacitação estratégica são as táticas de vigilância. Questiona-se, assim: o que pode ser definido como vigilância policial à ação coletiva? O que é inteligência policial? Qual a relação desses conceitos com as TICs?

### 3.4 Vigilância, inteligência e tecnologia

A vigilância é uma das formas sutis e pouco visíveis de controle social à ação coletiva. Embora a literatura dos movimentos sociais reconheça o longo histórico de vigilância sobre ativistas por entidades públicas e privadas, bem como as adaptações táticas de ativistas para combater essas formas de controle, esse tipo de tática ainda é pouco investigado por tal literatura (CABLE, 2017; CUNNINGHAM; NOAKES, 2008; EARL, 2004).

Vigilância é aqui definida como “qualquer recuperação e processamento de dados pessoais, seja identificável ou não, para os propósitos de influenciar ou gerenciar aqueles cujos dados foram recuperados” (LYON, 2001, p. 02). Há, porém, um debate teórico sobre a definição do termo “vigilância” (FUCHS, 2011). Um dos sociólogos pioneiros na abordagem desse tema é Giddens, o qual ressalta a centralidade da vigilância como estruturadora e integradora das informações do Estado moderno. Segundo esse autor, vigilância é “a codificação de informações importantes para a administração de uma população de sujeitos, mais a direta supervisão destes por representantes oficiais e administradores de todo tipo” (GIDDENS, 1984, p. 183).

Fuchs (2011, p. 112) afirma que Giddens possui uma concepção “neutra” da vigilância, dado que esta, segundo Giddens, possibilitaria a reunião de informações para “organização e controle geral” do Estado sobre uma população - como estatísticas demográficas, dados sobre nascimentos, casamentos e óbitos. Fuchs (2011) afirma que os autores que propõem uma concepção neutra de vigilância defendem que esta apresenta as seguintes características: possui alguns aspectos positivos - podendo ser constrangedora ou facilitadora da ação -, é fundamental para qualquer sociedade, é necessária como forma de organização e é identificada quando há qualquer “recuperação sistemática de informações”. Em oposição, uma outra tradição teórica, cujo autor central é Foucault, identifica um conceito negativo de vigilância. Segundo Fuchs (2011, p. 115),

Um conceito negativo de vigilância aponta para um aspecto negativo das estruturas de poder, das sociedades contemporâneas e das sociedades



heterônomas. A maneira como se apropria da noção de vigilância denuncia e sinaliza a existência de sociedades dominantes e dominadas. [...] *Numa teorização negativa, a vigilância é um conceito que está inerentemente ligado à coleta de informações para propósitos de dominação, violências e de coerção... (grifo nosso)*

Foucault (2002) entende a vigilância como uma forma de controle disciplinar direcionada para a classificação e o controle do comportamento humano, normatizando, punindo, hierarquizando, homogeneizando, diferenciando e excluindo aqueles sobre os quais são exercidos os mecanismos de vigilância. Assim, para Foucault a vigilância envolve a construção de conhecimento por um polo dominante sobre um polo dominado da sociedade - segundo essa abordagem, saber implica poder. No curso dessas interações, é central a ideia de visibilidade, dado que aqueles que vigiam o fazem sem ser vistos, ao mesmo tempo em que ampliam a visibilidade sobre os dominados, o que configura a noção de panóptico.<sup>19</sup> Ainda, analisando a vigilância a partir das estruturas de poder, Foucault entende a assimetria de poder como uma dimensão estrutural da vigilância. Ou seja, sob essa perspectiva, “a vigilância é inerentemente coercitiva e dominadora” (FUCHS, 2011, p. 117).

Neste trabalho, concorda-se que a assimetria de poder é inerente à vigilância, dada a desigual distribuição de recursos entre os diferentes atores e grupos sociais. O acesso a recursos por parte das instituições do Estado para a constituição de mecanismos de coleta e análise de informações, por exemplo, tende a ser muito mais amplo se comparado aos recursos da maioria dos grupos organizados da sociedade civil. Porém, a perspectiva foucaultiana tende a adotar o Estado como um bloco único e coeso, responsável pelos mecanismos de dominação, enquanto tende a situar, por outro lado, a sociedade civil como “polo virtuoso”, responsável unicamente por “resistir à opressão”.

Em oposição a essa ideia, uma das consequências da adoção da perspectiva relacional da perspectiva do confronto político é não situar, *a priori*, Estado e sociedade civil como polos opostos. A literatura recente dos movimentos sociais, por exemplo, identifica as possibilidades de trânsito e de cooperação entre as esferas estatal e societal (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). As diferentes possibilidades de conflito e cooperação demonstram que as fronteiras entre Estado e sociedade são relativamente fluidas. Ainda, mesmo as práticas estatais classificadas

---

<sup>19</sup> A figura arquitetônica do Panóptico - descrita pioneiramente por Bentham - explicita um sistema composto por celas separadas entre si, em uma periferia em formato de anel, e por uma torre central, da qual um vigia pode, sem ser visto, observar todos os sujeitos presos nas celas da periferia. Foucault expõe a estrutura do Panóptico para transmitir a ideia de que os presos, sujeitos à vigilância, tornam-se “objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação” (FOUCAULT, 2002, p. 166).

como de “dominação” podem ser, entre outros fatores, consequências de demandas de atores não estatais por intervenções punitivas e de controle do Estado.

Além disso, reconhecer que relações de poder atravessam estrutura social não significa que tais relações necessariamente convertam-se em dominação. Concorde-se, nesse sentido, com os autores que entendem ser a vigilância não necessariamente negativa (HAGGERTY, ERICSON; 2006; HIER; GREENBERG, 2007; LYON, 2001; MARX, 2012), ou, como aponta Marx (2012, p. xxi), a vigilância em si não é “nem boa nem má”, mas sim dependente do contexto e do comportamento daqueles que a operam. A ação policial na contenção de conflitos entre diferentes grupos opositores - como na radicalização das disputas entre movimentos e contramovimentos - e de grupos que usam táticas de violência extrema contra pessoas - como movimentos neonazistas - pode envolver a vigilância sobre esses grupos. Nesses casos, as forças estatais atuam exatamente no sentido de evitar e/ou conter a dominação de um grupo sobre outro.

De qualquer modo, não se entende aqui vigilância como “qualquer recuperação sistemática de informações”, mas sim a recuperação e processamento de dados voltados para influenciar ou gerenciar os grupos cujos dados foram coletados (HIER; GREENBERG, 2007; LYON, 2001). Ou seja, a vigilância não envolve uma coleta aleatória de dados, mas sim aquela voltada a intervir sobre os atores ou grupos cujas informações são coletadas.

Em âmbito estatal, a vigilância tende a ser operada por meio de serviços de inteligência. Estes são aqui definidos como “organizações governamentais especializadas na coleta e na análise de informações sobre temas, indivíduos e organizações relevantes para os processos decisórios nas áreas de política externa, política de defesa nacional e manutenção de ordem pública” (CEPIK; AMBROS, 2009, p. 30-31). Serviços de inteligência integrados entre si compõem sistemas de inteligência, os quais realizam duas atividades centrais: a coleta e a análise de dados (ANTUNES, 2001; CARPENTIERI, 2017; CEPIK, 2002). Ou seja, os serviços e os sistemas de inteligência traduzem-se como as estruturas organizacionais voltadas para a prática da vigilância.

Há contemporaneamente um campo interdisciplinar e autônomo de estudo da vigilância (os *surveillance studies*) (LYON, 2001; 2007; BALL et al., 2012). Segundo Wood (2002), é possível identificar uma preocupação crescente com a temática da vigilância a partir dos anos 1970, momento em que se inicia a diferenciação entre duas escolas distintas: uma francesa, liderada pelos estudos de Foucault (2002); uma anglo-saxã, cujo primeiro estudo mais sistemático é de Rule (1973). Enquanto a tradição inaugurada por Foucault tem como centro da análise entender como os dispositivos de vigilância, controle e punição operam sobre a

subjetividade dos atores, Rule foca seu estudo sobre os usos potenciais das bases de dados construídas pelas agências de controle. Essa distinção entre uma tradição francesa e uma anglo-saxã é sintetizada pela já citada divergência entre uma concepção negativa e uma neutra de vigilância.

Nos anos 1980, identifica-se uma série de estudos esparsos sobre a temática da vigilância, embora esta não tenha, à época, se consolidado como agenda de pesquisa. Nesse período, Wood (2009) identifica trabalhos nos campos do controle e da segurança pública (COHEN, 1985). O final dos anos 1980 marca o início de estudos organizacionais centrados em questionar quais as mudanças que as novas tecnologias computacionais ocasionam para a organização do trabalho (ZUBOFF, 1989). Os anos 1990 caracterizam-se pela proliferação tanto de tecnologias de vigilância em diversos contextos quanto de estudos que se debruçam sobre o tema. Por um lado, desenvolvem-se estudos mais amplos, situados nas áreas da história (POSTER, 1990), da filosofia (DELEUZE, 1992) e da informação e computação (GANDY, 1993). Por outro turno, são realizadas pesquisas centradas em contextos urbanos específicos (DAVIS, 1990; NORRIS; ARMSTRONG, 1999).

Por fim, a entrada no século XXI é marcada por um amplo desenvolvimento e proliferação de TICs e por perspectivas teóricas emergentes. Segundo Wood (2009), identificam-se, nesse período, processos como a proliferação da vigilância no dia-a-dia, bem como o desenvolvimento de formas contestatórias de crítica ao aumento do espectro de vigilância dos órgãos de controle. Ademais, o contexto pós-11 de setembro engendra uma série de novos desdobramentos, especialmente quanto ao vínculo entre uma “cultura de segurança” e a vigilância (MONAHAN, 2006). Dentre as abordagens recentemente emergentes, destaca-se o paradigma sociotécnico, liderado pelos estudos latourianos (LATOURE, 2013; LATOURE; HERMANT, 1998).

No Brasil, pesquisadoras e pesquisadores fazem parte, desde 2009, da Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits). Essa rede tem se dedicado ao estudo da “massiva presença de tecnologias de vigilância e monitoramento de dados pessoais no cotidiano latino-americano”.<sup>20</sup> Esses estudos reúnem perspectivas interdisciplinares para explicar a implementação e os impactos das TICs na constituição das mais diversas formas de vigilância (BOTELLO, 2012; BRUNO; 2013; BRUNO et al. 2010; 2018; CARDOSO, 2015).

---

<sup>20</sup> Fonte: <<http://lavits.org/a-lavits/?lang=pt>>. Último acesso em: 11/02/2020.

Em suma, esse campo de estudos, cuja preocupação central é a amplificação dos mecanismos de vigilância em decorrência - entre outros fatores - do desenvolvimento tecnológico, busca mapear e explicar a constituição das formas contemporâneas de coleta e análise massiva de dados de grupos e indivíduos. Deleuze (1992) aponta que, enquanto o paradigma disciplinar representado pelo panóptico de Foucault tem seu apogeu no início do século XX, a contemporaneidade é marcada pela emergência de “sociedades de controle”, resultantes das transformações tecnológicas e do capitalismo após a Segunda Grande Guerra: o poder de vigilância dissipa-se, e as organizações em rede permitem a ramificação da estrutura do panopticismo; ao invés de torres de comando centrais, a sociedade de controle é caracterizada pela disseminação dos computadores, de pontos conectados que permitem a circulação constante e intensa de informações. Para caracterizar esse contexto de descentralização da produção e disseminação das informações, com o desenvolvimento da WEB 2.0, das redes sociais (*Facebook, Youtube, Instagram*, entre outras) e de bases massivas de dados (ou *Big Data*), autores têm proposto diferentes nomenclaturas: “sociedade em rede” (CASTELLS, 2009), “nova vigilância” (MARX, 2002; 2012), “sociedade dataficada” (ou *datafied society*) (SCHÄFER, VAN ES, 2017) etc.

Apesar da sobreposição de objetos e problemas de pesquisa entre o campo da vigilância e os estudos sobre repressão e controle da ação coletiva, há uma desconexão entre esses campos. Earl (2011) identifica explicações para essa falta de articulação. Por um lado, pesquisadores dos movimentos sociais focam-se sobre fenômenos em que alvos delimitados são objetos de controle - por exemplo, um grupo específico de ativistas -, enquanto os pesquisadores de vigilância amplificam o olhar sobre os fenômenos nos quais a vigilância pode ser identificada - como informações coletadas por empresas sobre seus empregados e pelo governo sobre cidadãos em pesquisas de censo demográfico. Além disso, as heranças teóricas são distintas: enquanto os estudiosos dos movimentos sociais buscam explicações processuais e de médio alcance para transformações nas formas de controle e repressão de acordo com variações no tempo e no espaço, a principal raiz teórica dos estudos em vigilância é Foucault, o que induz a uma preocupação maior com identificação de fenômenos gerais de dominação e com a amplificação dos mecanismos de vigilância. Ainda, os estudos em vigilância tendem a questionar a distinção entre observador e objeto da vigilância, enfatizando a incorporação da vigilância pelos próprios indivíduos, enquanto os autores dos movimentos sociais tendem a situar agente e objeto de controle em oposição.

Apesar dessas diferenças de abordagem, Earl (2011) entende que o diálogo entre os pesquisadores de movimentos sociais e os estudos de vigilância pode oferecer importantes

chaves de análise. A primeira delas é a identificação de que, com a proliferação das tecnologias e formas disponíveis de vigilância, há uma diminuição dos custos para controle e repressão da ação coletiva - ou seja, torna-se, em tese, mais fácil para agentes policiais, por exemplo, monitorar ativistas pelas redes sociais, dado que para tanto não é necessário um amplo investimento de recursos humanos e econômicos. Os estudos em vigilância também podem apresentar aos pesquisadores de movimentos sociais diferentes e novas práticas de vigilância antes não visibilizadas. Ademais, estudos em vigilância apresentam formas de refletir sobre os efeitos das transformações das tecnologias digitais (TICs) sobre o controle e a repressão.

O último ponto apresenta outro conceito relevante para a presente pesquisa: o de tecnologia. Adota-se aqui o conceito de Winner (1980, p. 123) de tecnologia como “todos os artificios práticos modernos” e, especificamente, de tecnologias como “peças de um sistema de *hardware*”. Winner (1978, p. 11) entende as tecnologias como compostas por “aparatos” - dispositivos físicos - instrumentos, ferramentas etc. - e “técnicas” - habilidades, métodos, procedimentos e rotinas direcionados a cumprir os fins dos aparatos. Por fim, entende-se aqui que há uma interação entre tecnologias e política: ao mesmo tempo em que as decisões sobre a construção e o uso de tecnologias são impactadas por configurações políticas, estas também são impactadas pelas possibilidades e limites que os aparatos tecnológicos oferecem (WINNER, 1980). Porém, qual a relação entre tecnologias e táticas policiais de vigilância à ação coletiva? Quais as táticas de vigilância discutidas pela literatura de movimentos sociais?

### **3.5 Da infiltração à vigilância digital: as táticas policiais de vigilância à ação coletiva**

Os trabalhos de Marx (1974, 1979, 1988) são considerados os primeiros da literatura de movimentos sociais a tratar da vigilância. Em seu estudo pioneiro, Marx (1974) inicia o texto levantando hipóteses sobre a ausência da temática da vigilância nos estudos dos movimentos sociais, elencando motivos como a dificuldade de acesso a atividades secretas, o ceticismo de pesquisadores sobre a confiabilidade das informações de agentes que trabalharam como infiltrados e a dificuldade de visualização desses fenômenos por pesquisadores confinados em seus escritórios. A seguir, Marx analisa o papel dos “agentes provocadores” e dos “informantes” na relação com movimentos sociais, mapeando as características desses atores, suas motivações e seus dilemas, bem como as respostas de movimentos sociais à infiltração. Segundo Marx (1974, p. 408), “agentes secretos podem distorcer seriamente a vida de um movimento social” por meio de diversos mecanismos.

Noakes (2000) dá continuidade a essa agenda de pesquisa na área dos movimentos sociais analisando o enquadramento do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) à “ameaça comunista” em *Hollywood* nos anos 1940. Em estudo posterior, Noakes (2003) analisa o mesmo objeto empírico, mas ressalta o componente da raça nos enquadramentos do FBI, demonstrando como essa agência de controle também vincula negritude às ideias de “ameaça” e “subversão”.

Outro pesquisador que desenvolve estudos sobre vigilância à ação coletiva é Cunningham (2003a; 2003b; 2003c; 2004). Esse autor estuda a ação do FBI no desenvolvimento do *counterintelligence program* (COINTELPRO), um programa de contrainteligência direcionado ao controle de grupos ativistas no Estados Unidos entre 1956 e 1971. Durante esses anos, o programa coletou dados de diferentes grupos: membros do Partido Comunista (*Communist Party*) e do Partido Socialista dos Trabalhadores (*Socialist Workers Party*), nacionalistas porto-riquenhos, a *Klu Klux Klan*, a Nova Esquerda (*New Left*) e organizações pelos direitos civis e pelo poder negro (CUNNINGHAM, 2004). Após analisar milhares de páginas dos memorandos do COINTELPRO, Cunningham (2003a; 2003b; 2003c; 2004) identifica como se realiza a alocação de recursos para o controle da ação coletiva e tipifica as formas, as funções e os impactos das ações do FBI, especificamente contra a Nova Esquerda e a *Klu Klux Klan*. O quadro a seguir é um exemplo da classificação que Cunningham (2003a) faz para as formas e funções das táticas de vigilância adotadas pelo FBI contra grupos da Nova Esquerda:

**Quadro 5 - Tipologia das ações do COINTELPRO contra grupos da Nova Esquerda nos Estados Unidos segundo Cunningham**

Function	
1	Create a negative public image
2	Break down internal organization
3	Create dissension between groups
4	Restrict access to group-level resources
5	Restrict ability to protest
6	Hinder ability of individual targets to participate in group activities
7	Displace conflict
8	Gather information (intelligence)
Form	
A	Send anonymous letter
B	Send fake (signed) letter
C	Send articles or public source documents
D	Supply information to officials
E	Plant evidence
F	Utilize informants
G	Utilize media sources
H	Disseminate FBI-generated information about targets
I	Interview targets
J	Supply misinformation
K	Make fake phone calls
L	Actively-harass targets
M	Supply resources to anti-New Left groups
N	Send ridicule-type information

Fonte: Cunningham (2003a, p. 54)

Como se pode identificar pelo Quadro 5, as formas de ação para o autor equivalem ao que aqui se identifica como “táticas”. As funções referem-se aos fins buscados pelos agentes de controle, o que na presente pesquisa identifica-se como parte da “estratégia”. Quanto aos impactos do controle do FBI sobre ação dos grupos, o quadro a seguir exemplifica a tipologia criada por Cunningham (2003a) para os resultados em relação aos grupos da Nova Esquerda:

**Quadro 6 - Tipologia dos impactos das ações do COINTELPRO contra grupos da Nova Esquerda nos Estados Unidos segundo Cunningham**

Result	No. of Occurrences
Conflict and/or disorganization created within target organization	9
Target fired from job	9
Legislators and/or university administrators increased penalties associated with student protest	7
Target(s) arrested	7
Conflict created between targeted organizations	6
Member(s) forced to leave target organization	6
Newspaper article published using FBI-supplied information	4
Increased the financial costs associated with target organization's activities	4
Caused target organization to lose access to meeting place or headquarters	4
Member(s) of target organizations wrongly suspected of being informants	3
Target organization disbanded	3
Target eliminated from consideration for job	2
Caused target to drop out of school	2
Target left United States due to perceived pressure from the Immigration and Naturalization Service	2
Effectively created negative public image of target	2
Target organization's phone service disconnected	1
Disrupted target organization's attempt to coordinate protest	1
Television program aired using FBI-supplied information	1
Target organization not allowed on campus	1
Caused target organization to alter plans at considerable financial cost	1
Caused target to be harassed by the Internal Revenue Service	1
Restricted the sale of target organization's publication	1
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>

Fonte: Cunningham (2003a, p. 62)

Para explicar esse fluxo entre formas, funções e resultados da ação do FBI, Cunningham (2003a) entende ser relevante a compreensão das dinâmicas organizacionais de alocação de recursos para a construção de um “clima repressivo”, bem como os processos organizacionais de aprendizado e inovação nas formas de controle da ação repressiva, o que reafirma a importância de análises relacionais dos movimentos sociais, focadas em analisar as características de atores e grupos opositores. Ainda, Cunningham (2003c, p. 362) entende os efeitos do controle como “um produto da vulnerabilidade dos alvos a formas repressivas particulares”. A vulnerabilidade, na leitura desse autor, possui cinco dimensões centrais:



(1) a sobreposição ideológica entre a organização reprimida e o alvo, (2) a capacidade do alvo de perceber a ameaça repressiva, (3) a visibilidade do alvo, (4) o acesso do alvo (e de seus membros constituintes) aos recursos e (5) a homogeneidade do alvo (geográfica e ideologicamente). (CUNNINGHAM, 2003c, p. 362)

Assim, para Cunningham, a explicação sobre a construção e os impactos das formas menos observáveis de controle da ação coletiva é o resultado da interação entre as estruturas organizacionais das agências de controle e o grau de vulnerabilidade dos grupos que se tornam alvo desse controle. No mesmo sentido, o estudo de Davenport (2005) sobre as atividades do governo dos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970 contra grupos nacionalistas negros ressalta a importância da compreensão tanto da lógica própria dos agentes de controle quanto das características e ações dos grupos que se tornam alvo da vigilância. Ainda, Cunningham e Noakes (2008) analisam pormenorizadamente os componentes emocionais relacionados à vigilância sobre grupos mobilizados - especificamente três emoções: medo, confiança e paranoia.

Dialogando com o trabalho de Cunningham (2003a) quanto aos resultados da vigilância sobre a ação coletiva, Starr e seus colegas (2008) entrevistam atores vinculados a organizações de justiça social e identificam as seguintes áreas de impacto da vigilância sobre ativistas e movimentos: “captação de recursos, relações entre membros, reputação e conexão com aliados, redirecionamento de agendas, deslocamento do enquadramento estratégico e exclusão de espaço para desobediência civil” (STARR et al., 2008, p. 267). Os autores ainda relatam a ocorrência quantitativamente relevante de ativistas que deixaram suas organizações como consequência da vigilância, bem como a redução do diálogo entre ativistas e a autocensura (STARR et al., 2008).

Em uma revisão da literatura dos movimentos sociais sobre agentes infiltrados, Cunningham e Soto-Carrión (2015) entendem que essa literatura se foca em entender a prevalência e os impactos da infiltração estatal, não analisando em profundidade, porém, como a infiltração e outras formas de vigilância impactam processos de mobilização e obnubilam as fronteiras entre grupos políticos opositores.

Enquanto parte da literatura sobre vigilância e movimentos sociais preocupa-se com a tática da infiltração, uma forma mais tradicional e menos dependente do uso de novas tecnologias, o período recente, identificado por Marx (2002; 2012) como de “nova vigilância”, é marcado pela proliferação de aparatos tecnológicos (TICs), os quais diminuem consideravelmente os custos do controle social da ação coletiva (EARL, 2011). O contexto do

século XXI, marcado também pela proliferação, pós-11 de setembro, de um sentimento de insegurança que tende a ser respondido com a “securitização” (AGAMBEN, 2014) e a militarização do espaço urbano (GRAHAM, 2011), é interpretado como um ambiente propício para a disseminação de tecnologias de vigilância. Nesse mesmo período Garland (2001) situa a configuração da “nova penologia”, relacionada por Gillham e Noakes (2007) à proliferação da incapacitação estratégica como modelo de controle da ação coletiva.

Nesse contexto, algumas pesquisas têm abordado a relação entre TICs, controle social e ação coletiva, buscando entender como a incorporação de TICs ao policiamento tem transformado as táticas de controle e repressão. O foco central dessas pesquisas é análise do uso de novos aparatos tecnológicos pelas forças policiais, desde *drones* a redes sociais, em especial nos protestos vinculados ao Movimento por Justiça Global. Essas transformações no repertório de ação policial, qualificadas por Cable (2017, p. 197) como “vigilância digital” (*digital surveillance*), têm sido identificadas sob quatro dimensões: uma, relativa à temporalidade; outra, relativa à visibilidade; outra, referente à interação entre Estado e corporações privadas; outra, relacionada a direitos de privacidade.

Quanto à temporalidade, Dencik, Hintz e Carey (2018), por exemplo, analisam o uso de redes sociais e grandes bases de dados (*big data*) pela polícia do Reino Unido para produção de um policiamento mais proativo do que reativo, focado em prever a ocorrência e as características de eventos de protesto. No mesmo sentido, Binder (2016) analisa a influência das redes sociais no policiamento a protestos e afirma que esse processo de incorporação de novas tecnologias tende à configuração de um “policiamento preditivo”. Este pode ser definido como “a aplicação de técnicas analíticas - particularmente técnicas quantitativas - para identificar alvos prováveis para intervenção policial e prevenir crimes ou resolver crimes passados realizando previsões estatísticas” (PERRY et al., 2013, p. 01).

Sobre a dimensão da visibilidade, Brighenti (2010, p. 148-149) afirma que a vigilância é baseada em um “esforço para alcançar e subsequentemente gerenciar, em uma forma de rotina, a visibilidade de várias identidades, condutas e eventos em benefício do agente ou agência que promove a atividade de vigilância”. Trottier (2012, 2013, 2015, 2017) possui diversos estudos nesse sentido. Em sua pesquisa sobre o uso das redes sociais pelas polícias, o autor demonstra como as forças policiais adaptam-se à quantidade de informações de plataformas como o *Facebook* em protestos recentes (TROTIER, 2012) e como se dá, de modo geral, a adaptação das instituições policiais a fontes de dados abertos (*open source intelligence*) (TROTIER, 2015). Em outro estudo, Trottier (2013) analisa como as tecnologias atuais propiciam que o próprio público para o qual a vigilância é dirigida produzam dados e ajam como vigias de seus

pares (*crowdsourcing*). Esse fenômeno de visibilização intensa de determinados atores com fins de punição tende a criar, segundo Trottier (2017, p. 55), uma “forma paralela de justiça criminal”, conceituada pelo autor como “armamento da visibilidade” (*weaponisation of visibility*).

Também no âmbito da discussão sobre visibilidade, Monaghan e Walby (2012a; 2012b) analisam o uso de práticas de inteligência pelas polícias no Canadá para amplificar a “ameaça anarquista”, vinculando o anarquismo à criminalidade e lançando mão de táticas de incapacitação estratégica. Grinberg (2019), estudando a ação do FBI na vigilância aérea a protestos, propõe o conceito de “ótica da transparência” para tratar da ampla visibilização que o uso das tecnologias promove sobre a ação coletiva. Meglaço e Monaghan (2018) também enfatizam a expansão das possibilidades de controle policial sobre a ação coletiva com base na dialética entre visibilidade e invisibilidade, processo visto pelos autores como uma luta por poder; assim, as tecnologias policiais de vigilância, ao ampliar a visibilidade de determinados grupos perante as agências policiais, permitiriam um maior controle sobre a ação coletiva. Ullrich e Wollinger (2011), ainda, enfatizam essa dimensão ao tratar do uso de câmeras de vídeo (CCTV) e de fotografias por policiais durante eventos de protesto na Alemanha. Thorburn (2014) analisa o uso de vídeos em *live streaming* durante a greve de estudantes de *Quebec* em 2012, identificando que tal tecnologia pode operar como mecanismo de vigilância tanto das forças policiais sobre manifestantes quanto destes sobre as forças policiais.

Quanto à interação entre Estado e corporações privadas, estudos demonstram como essa interação amplifica as possibilidades de vigilância a partir dos bancos de dados produzidos pelas corporações. Hoogenboom (2006) conceitua essas fronteiras borradas entre as esferas pública e privada como “inteligência cinza” (*grey intelligence*). Lubbers (2015), por exemplo, identifica a cooperação e o compartilhamento de agenda entre Estado e grandes corporações na produção de dados para controle da ação coletiva. Hintz (2016) analisa a atuação de empresas como *Google* e *Facebook* na restrição de conteúdos publicados e na produção de dados utilizados por forças estatais com fins de vigilância.

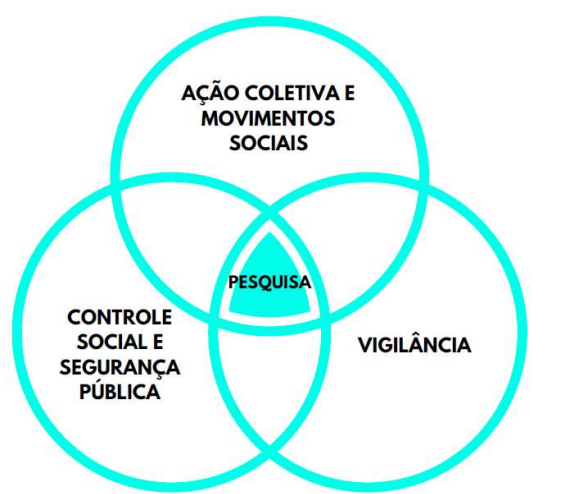
A quarta dimensão desses estudos foca-se sobre o aspecto legal e jurídico que a vigilância suscita quanto aos direitos de manifestantes e ativistas. Hintz (2012) analisa ações da sociedade civil para preservação da abertura da Internet por vias legais. Joh (2013) estuda protestos realizados no Estados Unidos contra a violação de privacidade pelas polícias, os denominando “protestos de privacidade”. Ainda, Aston (2017), em pesquisa empírica no Reino Unido, questiona como a vigilância estatal a eventos de protesto violaria direitos de privacidade e de livre reunião de pessoas.

Em suma, os estudos acima mencionados tendem a identificar que a utilização de TICs na ação policial sobre eventos de protesto configura um policiamento mais preventivo do que reativo, amplia a visibilidade da ação coletiva e o controle sobre esta, borra as fronteiras entre o Estado e corporações privadas e suscita questionamentos públicos sobre direitos de privacidade. A partir das contribuições dos diferentes campos de estudos explicitados neste capítulo, questiona-se: como analisar a construção e mobilização de táticas policiais de vigilância à ação coletiva?

### 3.6 Um modelo de análise das táticas policiais de vigilância da ação coletiva

Como demonstrado, a análise das táticas policiais de vigilância à ação coletiva envolve a articulação teórica entre três campos: os estudos da ação coletiva e dos movimentos sociais; os estudos em controle social e segurança pública; os estudos em vigilância.

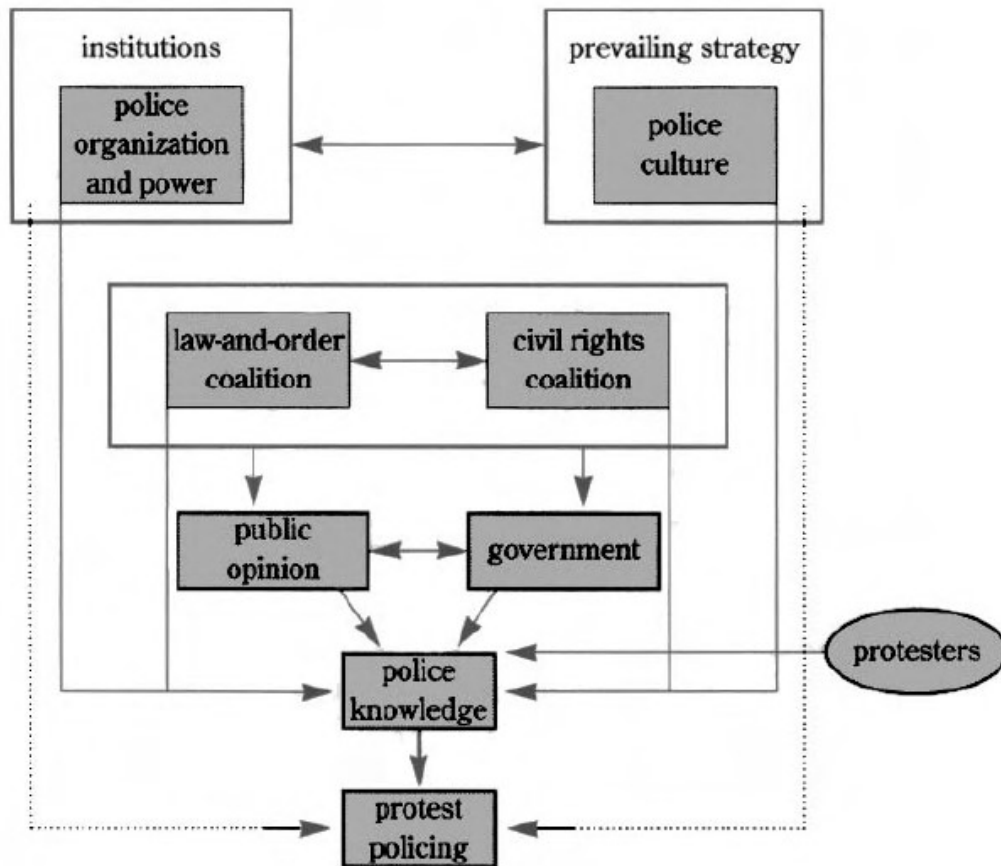
**Figura 6 - Diagrama dos campos articulados na pesquisa**



Fonte: autoria própria

Considerando-se a complexidade dessa articulação, entende-se aqui ser necessário partir dos referenciais teórico-metodológicos de um campo específico, avançando-se a partir de *insights* resultantes do diálogo com os outros campos. O campo que estrutura esta pesquisa é o da ação coletiva e dos movimentos sociais, em especial a literatura em policiamento a protestos e à ação coletiva. Nesse campo, o modelo explicativo mais citado e testado é o de della Porta e Reiter (1998):

**Figura 7 - Modelo explicativo para o policiamento a protestos segundo della Porta e Reiter**



Fonte: della Porta e Reiter (1998, p. 10).

Nesse modelo de análise, della Porta e Reiter (1998) consideram que as formas (táticas e estratégias) do policiamento a protestos são dependentes da interação entre algumas variáveis. Em um nível de variáveis relativamente estáveis, os autores situam (a) a organização e o poder policiais, (b) a cultura policial e (c) as coalizões. Em um nível de variáveis mais voláteis, situam-se as seguintes: (d) relação com os governos, (e) relação com a opinião pública e (f) interação com manifestantes. A combinação dessas diferentes variáveis conforma um (g) conhecimento policial, o qual se traduz nas estratégias e táticas adotadas.

A organização e o poder policiais são também definidos por della Porta e Reiter (1998) como as características institucionais das polícias. Tais características dizem respeito à configuração legal que regula a atuação policial - direitos constitucionais, direitos de acusados e de pessoas detidas etc. - e à estrutura organizacional das polícias - grau de centralização e de militarização, formas de fiscalização da atividade policial etc. Della Porta e Atak (2015)

apontam ainda que a polícia não é um agente único, mas sim uma multiplicidade. Essa multiplicidade expressa-se tanto horizontalmente - diferentes instituições, com departamentos especializados em diferentes funções - quanto verticalmente - diferenças hierárquicas entre os postos ocupados por cada agente policial. Essa “diversidade organizacional” (DELLA PORTA; ATAK, 2015, p. 119) pode resultar em relações de conflito e/ou cooperação (integração) entre agentes, departamentos e organizações policiais.

A variável cultura policial envolve “esquemas cognitivos” ou “representações de traços culturais” que tendem a se preservar no tempo, influenciando tomadas de decisão (DELLA PORTA; ATAK, 2015, p. 125-126). A “cultura ocupacional” das polícias impacta, por exemplo, a forma como agentes posicionam-se em situações de conflito entre direitos civis e poder policial. Della Porta e Reiter (1998) entendem que a cultura policial se relaciona tanto com o papel que os policiais atribuem a si mesmos - por exemplo, como preservadores da ordem ou defensores de direitos - quanto a forma como os policiais enquadram a realidade - por exemplo, o grau de hostilidade do ambiente e os estereótipos acerca de manifestantes. Apesar da ênfase da literatura sobre a relativa estabilidade da cultura policial, esta, segundo della Porta e Reiter (1998), não é imutável, sendo possível identificar mudanças e aprendizados policiais no curso do tempo (DELLA PORTA, 1995).

A formação de alianças e oposições entre os diversos atores, grupos e organizações na arena política tende a configurar uma disputa em torno da (i)legitimidade e eficácia do repertório da ação policial. Della Porta e Reiter (1998) opõem duas coalizões principais que tendem a se formar sobre nesse contexto: uma coalizão a favor do endurecimento da ação policial (*law-and-order*), ou seja, a aliança entre grupos que defendem a adoção de medidas mais punitivas e restritivas dos direitos de ativistas e organizações de movimentos sociais, o que tende a favorecer ações policiais mais repressivas; uma coalizão de defesa dos direitos civis (*civil rights*), ou seja, a aliança entre grupos que defendem a proteção dos direitos de expressão, reunião e mobilização coletiva, buscando o controle/limitação de ações policiais que tendem à violência e à criminalização de ativistas e organizações de movimentos sociais.

No nível das variáveis mais voláteis, situa-se a relação das polícias com os governos. Essa variável sugere que mudanças na configuração do poder político institucional podem ocasionar mudanças nas táticas e estratégias policiais. Della Porta (1995), por exemplo, demonstra que, em geral, governos que se situam à esquerda no espectro político tendem a se relacionar com policiamentos mais tolerantes, enquanto governos conservadores inclinam-se para táticas mais repressivas. Della Porta e Reiter (1998), porém, enfatizam que esse resultado não pode ser tomado como uma regra; ainda, Waddington (1998) ressalta a relativa autonomia

das instituições policiais em relação aos governos, dado que, em determinados contextos, as estratégias e táticas policiais podem se opor às determinações dos governantes.

Quanto à relação com a opinião pública, della Porta e Reiter (1998) afirmam que a ação policial é sensível a pressões de uma ampla gama de atores, cujos discursos são filtrados pelas mídias. Por um lado, a opinião pública, resultante da disseminação e recepção de mensagens produzidas em diversos veículos midiáticos, pode tender para a crítica a ações policiais violentas, demandando-se maior tolerância; por outro lado, a opinião pública pode demandar intervenções policiais mais duras. Enquanto alguns estudos demonstram a tendência a táticas policiais mais tolerantes quanto maior a cobertura midiática a eventos de protesto (DELLA PORTA, 1997; WISLER, GIUGNI, 1999), as polícias, assim como no caso dos governos, agem de forma relativamente autônoma à opinião pública. Ainda, as mídias podem atuar na legitimação de ações mais repressivas ao enfatizar elementos disruptivos dos protestos e fomentar estereótipos negativos sobre os manifestantes - por exemplo, a ênfase da cobertura sobre táticas violentas de manifestantes em protestos majoritariamente pacíficos (DETENBER, et al., 2007; WOLF, 1999; XU, 2013).

A variável relativa à interação das polícias com manifestantes significa que a história dessa interação tende a modelar a ação policial no presente (DELLA PORTA; REITER, 1998). Um fator relevante nesse sentido são os grupos políticos a serem controlados e como estes são enquadrados pelas forças policiais. Estudos demonstram que grupos vistos como mais vulneráveis (STOCKDILL, 1996; WISLER; GIUGNI, 1999) ou mais desafiadores às elites políticas (SOULE, DAVENPORT, 2009) tendem a ser alvos preferenciais de táticas policiais mais duras. Outro fator relevante é como os grupos agem, ou seja, quais são as táticas de ação coletiva mobilizadas. Táticas disruptivas tendem a ser respondidas com menor tolerância. Ademais, táticas de ação inovadoras podem surpreender as forças policiais e ser respondidas com adaptações táticas/aprendizado policial para a retomada do controle sobre a ação coletiva (DELLA PORTA; ATAK, 2015; DELLA PORTA; TARROW, 2012; ELLEFSEN, 2016; WAHLSTRÖM, 2007).

Todas as variáveis acima combinam-se e apenas se traduzem em estratégias e táticas após serem canalizadas para configuração do conhecimento policial (*police knowledge*). Este é definido por della Porta e Reiter (1998, p. 22) como “a percepção dos policiais sobre seu papel e a realidade externa”; em outros termos, trata-se da “construção social da realidade” (BERGER; LUCKMANN, 1966) pelos agentes policiais. O conhecimento policial não é um todo estático, mas sim uma multiplicidade contraditória que varia de acordo com hierarquias e instituições (DELLA PORTA; REITER, 1998). Segundo Wahlström (2007, p. 392), ainda,

conhecimento policial é uma “subcategoria” da cultura policial, conformando os elementos mais explícitos e conscientes desse substrato cultural. No mesmo sentido, della Porta e Fillieule (2004) entendem que o conhecimento policial é influenciado pela “cultura do ambiente” (*environmental culture*).

Policiais agem de acordo com estereótipos construídos acerca dos grupos ativistas - como por meio da distinção entre “bons” *versus* “maus” manifestantes, “profissionais” *versus* “genuínos”, “contidos” *versus* “transgressores” (DELLA PORTA; ATAK, 2015, p. 126; DE FAZIO, 2007). Os grupos enquadrados como “maus” tendem a adotar táticas mais radicais e disruptivas, apresentando para as forças policiais maiores problemas de previsibilidade e controle - como, por exemplo, grupos de *hooligans* e grupos que usam táticas *black blocs* -, o que geralmente resulta em táticas policiais mais duras (DELLA PORTA; ATAK, 2015). Enquadramentos policiais sobre multidões também são relevantes. Atak (2015) e Hoggett e Stott (2010) demonstram, por exemplo, que quando a percepção policial é de que multidões são massas perigosas e irracionais as respostas à mobilização tendem a ser confrontacionais.

Outro elemento constitutivo do conhecimento policial é a percepção sobre o papel das próprias forças policiais, ou seja, a “autoimagem” ou “filosofia” policial (WINTER, 1998). A partir do caso da Alemanha, Winter (1998) diferencia dois tipos ideais: a *Staatspolizei* (forças policiais que servem primordialmente ao interesse do Estado) e a *Bürgerpolizei* (forças policiais que se centram primariamente na defesa dos interesses dos cidadãos). O primeiro tipo tende a adotar táticas mais duras e restritivas de direitos. Ademais, segundo Waddington (1998), a ação policial envolve a percepção e a evitação de dois tipos de problemas: “*on the job troubles*” e “*in the job troubles*”. Os primeiros referem-se a problemas rotineiros e operacionais, que envolvem o controle do risco e a retomada da ordem - por exemplo, evitar ferir a si e a outros; os segundos são os riscos políticos por ações policiais controversas - por exemplo, evitar ações que geram publicidade negativa ou investigações sobre a conduta dos agentes (WADDINGTON, 1998; WADDINGTON, KING, 2005).

Apesar das potencialidades do modelo de della Porta e Reiter (1998), ele apresenta algumas limitações aqui enfrentadas. A principal delas é de caráter epistemológico. A proposta dos autores centra-se sobre a caracterização das variáveis (ou seja, dos quadros do modelo) e nos impactos que tais características causariam ao policiamento (exemplo: os impactos de um governo progressista para o policiamento). Esse tipo de abordagem tende a adotar os elementos de forma relativamente estática e a estabelecer causalidades entre variáveis dependentes e independentes. Por outro lado, no presente estudo parte-se de uma perspectiva relacional, de explicações baseadas em mecanismos causais. Neste caso, a principal preocupação é identificar



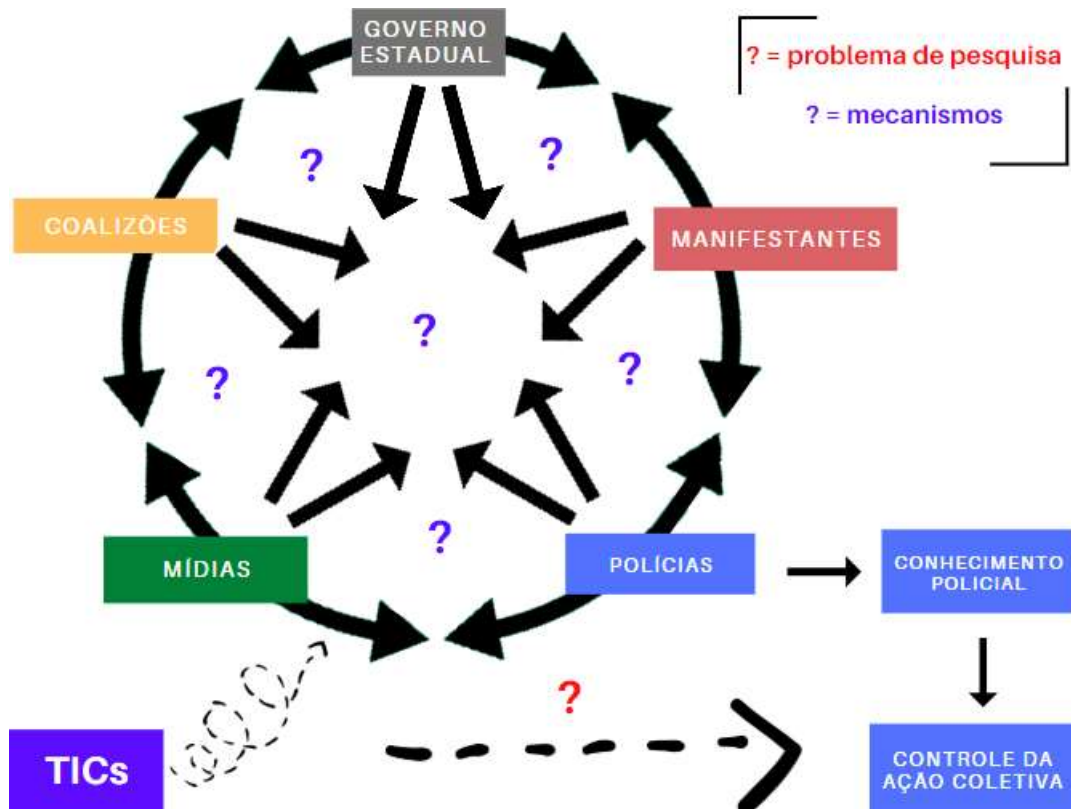
as ações que são efetivamente realizadas pelos diversos agentes que integram o modelo, pois são estas que possibilitam explicar o processo em foco.

Também por se focar sobre a caracterização das variáveis, o modelo de della Porta e Reiter (1998) pouco explicita o papel das tecnologias nesse processo. Apenas se subentende que as tecnologias estão inseridas na variável estrutura organizacional, mas não se atribui maior atenção a esse ponto. Essa omissão é também em parte explicada por uma questão temporal, dado que o estudo de della Porta e Reiter (1998) é anterior às transformações tecnológicas do século XXI e não considera, assim, os impactos, por exemplo, da Internet, da WEB 2.0 e das redes sociais sobre o policiamento. A proliferação das tecnologias de vigilância e a constituição de um campo de estudos sobre esse fenômeno são também relativamente recentes.

Para incorporação da dimensão das tecnologias, compreende-se aqui que os aparatos tecnológicos se situam no nível da estrutura organizacional, mas que as formas como as tecnologias são operadas (técnicas) influenciam e são influenciadas pelas demais variáveis. Assim, os agentes em interação não são apenas humanos, mas também não humanos (aparatos tecnológicos), motivo pelo qual se aborda aqui a interação entre “actantes”, termo da teoria ator-rede adotado para abranger tanto atores humanos quanto agentes não humanos, ou seja, “qualquer entidade que age em uma trama” (LATOUR, 1994, p. 33).

Assim, a proposta é entender como as TICs, mobilizadas por meio de táticas de vigilância, são mediadoras das e transformam as interações entre os atores humanos. Para tanto, parte-se de uma abordagem relacional, buscando-se explicitar, por mecanismos causais, o papel dos agenciamentos tecnológicos nos processos de vigilância às ações coletivas. Ou seja, enquanto della Porta e Reiter (1998) preocupam-se com a caracterização dos quadros do modelo, no presente estudo o foco está sobre as setas do modelo, sobre com as TICs atuam nos mecanismos que conectam os agentes:

Figura 8 - Modelo de análise da pesquisa



Fonte: autoria própria.

Além disso, como já ressaltado, o modelo de della Porta e Reiter (1998) foi desenvolvido com base em casos empíricos do Norte Global. É necessário, assim, avaliar quais variáveis são e quais não são relevantes no caso brasileiro e especificamente de Porto Alegre, assim como quais variáveis, além das tecnologias, devem ser incorporadas a esse modelo. Como pontuam Jasper e Duyvendak (2014, p. 10-14), movimentos sociais e forças policiais interagem em “arenas”, ou seja, em espaços que constituem “um conjunto de regras e recursos que permitem ou encorajam certos tipos de interações a seguir, com algo em jogo”. Nessas arenas interagem “jogadores” (*players*), os quais “engajam-se em ações estratégicas” conforme os fins que tais atores buscam. Um dos principais méritos do modelo de della Porta e Reiter (1998) é mapear quais os “jogadores” que tendem a ser relevantes nas arenas políticas em torno da temática do controle policial da ação coletiva - por exemplo, governos e coalizões. Um dos objetivos do presente trabalho é adequar, para um caso de conflito no Brasil, quais “jogadores” do modelo de della Porta e Reiter (1998) também são relevantes, quais não atuam e quais os novos que emergem.

Para a construção do modelo da Figura 8, mantêm-se parte da estrutura de atores proposta por della Porta e Reiter (1998): polícias (com estrutura organizacional e cultura específicas) em interação com manifestantes, governos e coalizões (de lei ordem *versus* de defesa dos direitos civis). Na Figura 8, salienta-se a relevância dos governos estaduais, pois são estes que, no caso do Brasil, são responsáveis pela organização das polícias militar e civil, instituições que prioritariamente lidam com o controle da ação coletiva. Ao invés de se incluir a variável “opinião pública” como della Porta e Reiter (1998), no modelo de análise aqui proposto são incluídas as mídias (corporativas e alternativas) como atores em interação, salientando-se o papel ativo dos diversos veículos midiáticos nas disputas de enquadramentos em torno das formas (i)legítimas de controle da ação coletiva. O foco central do modelo, como disposto na Figura 8, é explicar o papel das TICs nas relações (setas do modelo) entre os diversos agentes que compõem esse campo de interações, identificando-se mecanismos causais que expliquem o processo mais amplo de transformação das formas de controle da ação coletiva com a incorporação das TICs (problema de pesquisa). A apresentação de uma estrutura circular no modelo busca enfatizar o enfoque relacional da análise, demonstrando-se que os diversos agentes estão todos em constante interação e que o processo mais amplo é consequência desse conjunto de interações.

Para aplicação do modelo da Figura 8, no Capítulo 5 deste trabalho o foco recai sobre a variáveis relativamente estáveis das polícias no caso estudado e a estrutura de tecnologias dessas instituições: são mapeadas as características institucionais e culturais vinculadas a polícias, serviços de inteligência e centros integrados de comando e controle. Nos capítulos 6, são mapeadas quantitativamente as características dos eventos dos eventos de protesto e das táticas adotadas por manifestantes e por forças policiais no período em análise. Nos capítulos 7 e 8, a partir de distintos procedimentos metodológicos, são analisadas as interações entre as forças policiais e os atores relevantes para o caso: manifestantes, governo estadual, coalizões e mídias. Busca-se nestes capítulos demonstrar - pela decomposição, em mecanismos causais, de um processo que se desenvolve no tempo - o papel das TICs e das táticas de vigilância nessas interações e como a combinação desse conjunto de interações constitui um determinado conhecimento policial para o controle da ação coletiva.

#### **4. ANALISANDO O CONTROLE POLICIAL DA AÇÃO COLETIVA: ABORDAGEM E TÉCNICAS**

No capítulo anterior, foi apresentado o aparato conceitual do qual se parte. Essa “gramática” que articula os campos da ação coletiva/movimentos sociais, do controle social/segurança pública e da vigilância é uma primeira contribuição do presente estudo. Ainda, adotando-se como perspectiva central a do confronto político, em especial a partir do trabalho de della Porta e Reiter (1998), foi construído um modelo analítico para explicação de como a incorporação de novas tecnologias transforma as estratégias e táticas policiais de controle à ação coletiva. Indicou-se, ainda, que esse modelo explicativo envolve a mobilização do conceito de mecanismos causais. Nesse sentido, questiona-se: o que são mecanismos causais e como eles podem ser mobilizados para explicar a construção e adoção de táticas e estratégias policiais de vigilância? Qual o desenho de pesquisa adotado? Para aplicação modelo de análise, quais os dados que compõem o presente estudo e como eles foram analisados? Este capítulo busca responder a essas questões, apresentando a abordagem metodológica e os procedimentos de produção e análise dos dados.

##### **4.1 Explicando a construção das táticas policiais de controle à ação coletiva: processos e mecanismos**

Como já explicitado no capítulo anterior, parte-se na pesquisa da perspectiva teórica do confronto político. Metodologicamente, essa abordagem conecta-se a uma concepção específica de causalidade e atribui centralidade ao conceito de “mecanismos causais”.<sup>21</sup> Neste tópico, busca-se demonstrar como o mapeamento de processos (*process-tracing*) e de mecanismos causais é incorporado ao campo dos movimentos sociais e de que modo essa abordagem pode ser utilizada para explicar a construção e adoção das táticas policiais de vigilância à ação coletiva.

Como demonstra Pereira (2018), a agenda clássica de estudos de movimentos sociais, principalmente nos Estados Unidos, buscou construir explicações para o surgimento, o desenvolvimento e as consequências das mobilizações coletivas com base na identificação de

---

<sup>21</sup> O debate sobre o conceito de “mecanismos causais” é amplo e não constitui um objetivo deste trabalho. Para revisões a respeito, ver Gerring (2007) e Bennett e Checkel (2015).

variáveis. Ao adotar tal lógica, essa literatura construiu uma espécie de “*checklist*” de condições que explicavam a emergência da mobilização coletiva. Essa lista de condições era constituída centralmente pelas seguintes variáveis: oportunidades políticas; recursos para mobilização das ações coletivas; repertórios de ação socialmente compartilhados; enquadramentos interpretativos que favorecessem a mobilização dos atores e o apoio da opinião pública.

A perspectiva do confronto político contrapõe-se à lógica de identificação de variáveis. O principal fundamento dessa crítica baseia-se na ideia de que a busca por condições de emergência da ação coletiva é um procedimento que tende a compreender o mundo social de modo estático, não explicando as dinâmicas sociais que conectam essas dimensões (McADAM; TARROW; TILLY, 2001). Por exemplo, afirmar que a existência de repertórios de ação compartilhados é um fator necessário para a emergência da ação coletiva não explica *como* esse fator opera, ou seja, quais as dinâmicas dos repertórios na interação com demais atores, grupos e organizações. É possível afirmar, por exemplo, que a ação de grupos opositores - como forças policiais - interage dinamicamente com as táticas dos movimentos sociais, recorrentemente aumentando os custos da ação coletiva. Assim, a mera constatação da existência do repertório e das demais condições é insuficiente para explicar como essas condições entram em interação dinâmica nas arenas políticas.

Especificamente no caso da ação das forças policiais de controle à ação coletiva, uma perspectiva de identificação de variáveis tende a reproduzir a visão “movimentocêntrica”, a qual vê a polícia como espécie de “caixa preta”, cuja atuação basicamente seria inserida entre os fatores de aumento dos custos da ação coletiva - ou rebaixamento das oportunidades políticas. A perspectiva do confronto político, por outro turno, enfatiza *como* grupos engajados em ações coletivas interagem nas arenas políticas, inclusive na interação com grupos e organização que tendem a se opor à sua ação.

Para a operacionalização de uma perspectiva dinâmica e relacional, McAdam, Tarrow e Tilly (2001) propõem o mapeamento de processos (*process tracing*) e de mecanismos causais. O mapeamento de processos é definido com “a análise de evidências sobre processos, sequências e conjunturas de eventos dentro de um caso para fins de desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que podem explicar causalmente o caso” (BENNETT; CHECKEL, 2015, p. 07).

Enquanto processos configuram uma sequência ou um conjunto de eventos de um caso, mecanismos causais são o resultado da decomposição desses processos em conjuntos menores de acontecimentos. Segundo Machamer, Darden e Craver (2000, p. 3, *tradução nossa*),

Mecanismos são compostos de entidades (com suas propriedades) e atividades. Atividades são os produtores das mudanças. Entidades são as coisas que se engajam em atividades. Atividades usualmente requerem que as entidades tenham tipos específicos de propriedades. (...) A organização destas entidades e atividades determina a forma como elas produzem o fenômeno.

Ou seja, de acordo com essa definição, realizar uma análise de mecanismos causais significa identificar e analisar os agentes (entidades) e, especialmente, suas ações (atividades), as quais, relacionalmente, produzem o processo, fenômeno ou resultado em estudo. No caso deste trabalho, o processo é definido pelo problema de pesquisa: a transformação das táticas policiais de vigilância à ação coletiva pela incorporação de TICs. Um mecanismo causal nesse processo, por exemplo, pode ser o aprendizado policial de uso de uma nova tática de vigilância, interpretada como mais eficaz para controlar a ação coletiva com base em situações ocorridas em eventos anteriores. Nesta pesquisa, busca-se decompor o processo mais amplo, o qual se situa empiricamente entre os anos de 2013 e 2014, em mecanismos causais específicos que expliquem as mudanças das táticas policiais de vigilância no período estudado, atribuindo-se centralidade ao papel das TICs nesse processo. A proposta da presente pesquisa busca aplicar uma perspectiva dinâmica e relacional ao situar as interações táticas como unidade de análise.

Uma limitação importante deste trabalho, por outro lado, é a opção pelo estudo de caso único. É recorrente que abordagens centradas no mapeamento de processos e de mecanismos causais sejam comparativas, dadas as possibilidades de identificação dos mesmos mecanismos em situações distintas e de serem propostas generalizações. A opção pelo estudo de um caso único, porém, justifica-se pela possibilidade de maior aprofundamento analítico. Como já ressaltado, há uma diversidade de estudos sobre o controle da ação coletiva em países do Norte Global, bem como diferentes argumentos teóricos resultantes desses estudos. No presente trabalho, entende-se que o confronto entre os achados do campo e os argumentos consolidados na literatura internacional dos movimentos sociais é, por si só, um procedimento fundado na noção de comparabilidade. Postula-se, nesse sentido, que a exploração aprofundada de uma realidade pouco visibilizada pela literatura dominante é mais estratégica e tem maior potencial de contribuição do que a análise relativamente superficial de casos já amplamente estudados pela literatura.

Além disso, a opção pelo estudo de caso único justifica-se pela proposta de desenvolvimento de um modelo de mecanismos, o qual não está previamente disponível na literatura sobre policiamento à ação coletiva. Diferentemente dos estudos comparativos que priorizam a generalização sobre o aprofundamento empírico, na presente pesquisa o alto grau de detalhamento dos dados empíricos do caso permite a identificação das ações adotadas por

cada agente em interação e dos resultados produzidos por essas ações, o que é convergente com o modelo de mecanismos e com a proposta geral do trabalho.

## 4.2 Desenho da pesquisa

Seguindo a abordagem acima descrita, buscou-se construir um desenho de pesquisa direcionado para a análise das táticas policiais de vigilância à ação do Bloco de Lutas pelo Transporte Público na cidade de Porto Alegre entre os anos de 2013 e 2014. A seguir são justificadas e detalhadas as escolhas espacial e temporal, bem como é demonstrado como essas dimensões conectam-se em um desenho de pesquisa.

A escolha de uma cidade na América Latina justificou-se pela relevância de se estudar uma realidade pouco visibilizada no campo do policiamento a protestos e, mais amplamente, do campo do controle à ação coletiva. Partiu-se da hipótese de que as configurações específicas da realidade local - como, por exemplo, as características organizacionais e culturais das forças policiais - podem confrontar essa literatura. A escolha por Porto Alegre deveu-se à centralidade da discussão sobre controle à ação coletiva na cidade. Como já demonstrado em trabalho anterior (FERNANDES, 2016), Porto Alegre possui um histórico recente de ocorrência de eventos relacionados a organizações de movimentos sociais. A cidade foi sede da primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM) em 2001 (DI GIOVANNI, 2013; SANTOS 2005) e desde então tem sido palco de eventos vinculados a múltiplas reivindicações. Contemporaneamente, a ocorrência de diversas mobilizações nas ruas, desde eventos de ocupação de espaços públicos (“Defesa Pública da Alegria”<sup>22</sup> e “Largo Vivo”<sup>23</sup>) a passeatas como aquelas realizadas no ciclo de protestos de 2013 e durante a Copa do Mundo de 2014, constituiu um espaço de intensas interações entre ativistas e forças policiais. Somou-se a esse contexto o já referido investimento em tecnologias policiais na cidade para a Copa do Mundo de 2014, configurando-se um aparato tecnológico voltado para o monitoramento de grandes bases de dados.

Temporalmente, a opção pelo período de 2013 e 2014 foi resultado da ocorrência simultânea, no período, de protestos massivos e heterogêneos, com dinâmicas próprias - como, por exemplo, o uso das táticas *black blocs* por alguns manifestantes - e do investimento em

---

<sup>22</sup> Sobre a “Defesa Pública da Alegria”, ver: <<http://coletivocatar-se.com.br/home/o-que-e-a-defesa-publica-da-alegria/>>. Acesso em: 20/11/2015.

<sup>23</sup> Sobre o “Largo Vivo”, ver: <<https://www.facebook.com/Largo-Vivo-305842799557362/timeline>>. Acesso em: 21/11/2015.

novas tecnologias para o megaevento Copa do Mundo. Dadas as novidades apresentadas por esse contexto, partiu-se da hipótese de que o local e o período delimitados configuraram uma espécie de “laboratório” para compreensão das disputas táticas entre ativistas e forças policiais.

Embora esse período tenha sido marcado, principalmente nos protestos de junho de 2013, pela heterogeneidade de grupos e reivindicações nas ruas, decidiu-se por se analisar centralmente o controle policial sobre as ações do Bloco de Lutas. Esse grupo protagonizou uma série de eventos de protestos no período analisado e, mesmo nos momentos em que seu protagonismo foi menor - como nos protestos de junho de 2013 -, o Bloco de Lutas esteve presente. Assim, embora a unidade de análise não seja o Bloco de Lutas, mas sim o conflito - e especificamente as interações táticas de controle da ação coletiva -, a escolha por um grupo específico permitiu a existência de um “fio condutor” tanto para a construção quanto para a análise do banco de dados.

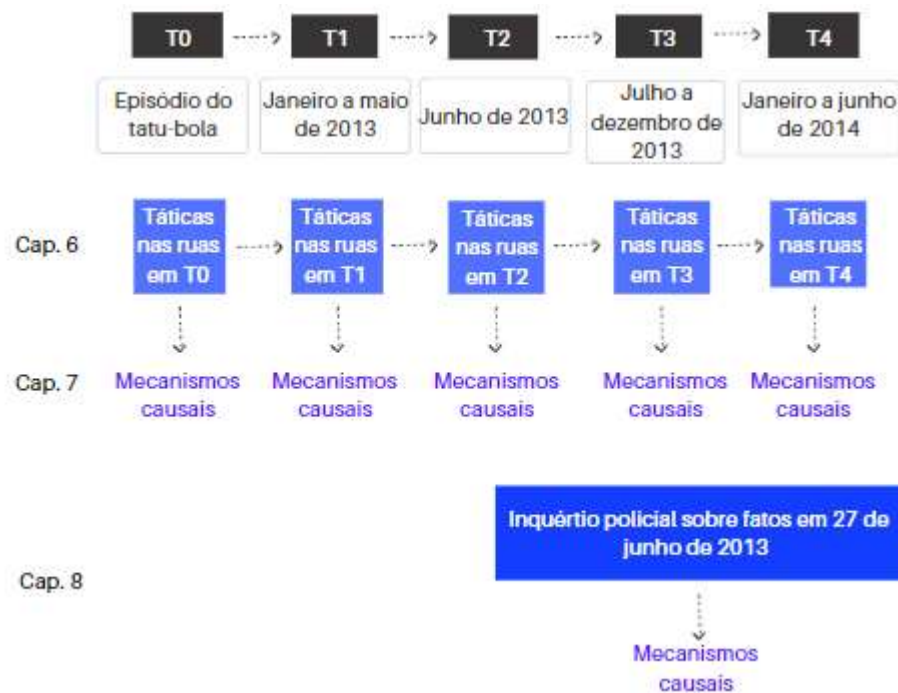
O desenho de pesquisa foi dividido em dois passos: mostrar que o processo (transformação das táticas policiais) ocorre; identificar e analisar como (por meio de quais mecanismos causais) a incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação produz (ou seja, causa), pelo menos em parte, aquele processo. O desenho de análise fundou-se na identificação de uma linha temporal. Nessa linha, cujo marco inicial (T0) é o evento do tatu-bola, buscou-se identificar tempos distintos (T1 a T4)<sup>24</sup> e se buscou mapear quais as táticas policiais - e especificamente, as de vigilância - mobilizadas no período, identificando-se eventuais transformações. Uma vez identificadas as táticas policiais e suas transformações, buscou-se explicar, por mecanismos causais, como se deu o processo de construção e adoção dessas táticas, identificando-se o papel das TICs na produção desses mecanismos. Além das táticas mobilizadas para controle de eventos de rua, foi explicada a ação policial de investigação a ocorrências de um evento de protesto (27 de junho de 2013), por meio da análise de um inquérito policial em que integrantes do Bloco de Lutas foram indiciados.

---

<sup>24</sup> Delimitou-se T1 para os eventos ocorridos de janeiro a maio de 2013; T2, para os eventos de junho de 2013; T3, para os eventos de julho a dezembro de 2013; T4, para os eventos de janeiro a junho de 2014. A justificativa para a delimitação desses diferentes tempos consta no Capítulo 6 deste trabalho.



**Figura 9 – Síntese do desenho de pesquisa**



Fonte: autoria própria.

#### 4.3 Produção e análise de dados

A pesquisa empírica foi realizada em três etapas principais. A primeira centrou-se sobre o mapeamento e a descrição das instituições policiais responsáveis pelo policiamento da ação coletiva no Brasil e, especificamente, em Porto Alegre. No multifacetado campo da segurança pública, buscou-se delimitar quais instituições policiais prioritariamente se relacionam com movimentos sociais, eventos de protesto e a ação coletiva de modo geral, como se estruturam e quais as funções atribuídas legalmente a cada uma dessas instituições. Ainda, buscou-se mapear como se organizam os serviços de inteligência no Brasil e qual o conjunto de aparatos tecnológicos à disposição desse conjunto de instituições, em especial as tecnologias presentes nos centros integrados de comando e controle. A segunda etapa empírica teve como foco o mapeamento e catalogação das características dos protestos, das táticas de ação coletivas e das táticas policiais - e especificamente táticas de vigilância - mobilizadas no controle a ações relacionadas ao Bloco de Lutas pelo Transporte Público entre 2013 e 2014 em Porto Alegre, bem como eventuais transformações táticas no período. A terceira etapa centrou-se em explicar, por mecanismos causais, como as TICs relacionam-se a esse processo tanto nas dinâmicas das ruas quanto em inquérito policial contra manifestantes.

A decomposição dessas etapas resultou nos objetivos específicos da pesquisa: identificar quais são, como se estruturam e quais as funções legais das instituições policiais e dos serviços de inteligência no Brasil no âmbito do controle da ação coletiva; identificar quais os serviços de inteligência e os aparatos tecnológicos disponíveis a essas instituições; identificar as interações e as transformações táticas no caso empírico em estudo, em especial quanto às táticas de vigilância; decompor esse processo em mecanismos causais, atribuindo centralidade ao papel das TICs na configuração e transformação das táticas policiais. A seguir são apresentadas e descritas as técnicas de coleta e análise de dados desenvolvidas para o cumprimento desses objetivos.

#### 4.3.1 Entrevistando agentes de segurança pública

Um procedimento metodológico que atravessou todos os objetivos da investigação foi a realização, entre os anos de 2016 e 2019, de entrevistas semiestruturadas com agentes de segurança pública. Como critério de seleção, buscou-se abranger uma ampla diversidade de instituições e funções ocupadas pelos atores nas respectivas instituições. Ademais, foram priorizadas entrevistas com agentes que trabalharam com o controle de eventos de protesto, movimentos sociais e ação coletiva de forma geral, em especial atores que atuaram no controle policial a eventos promovidos pelo Bloco de Lutas nos anos de 2013 e 2014, bem como profissionais que atuam ou atuaram em serviços de inteligência e/ou em centros integrados de comando e controle. Segue a lista de entrevistados:

**Quadro 7 - Lista de entrevistados**

<b>Pseudônimo</b>	<b>Vínculo institucional</b>	<b>Atuação em eventos do Bloco de Lutas (2013-2014)</b>	<b>Atuação em serviços de inteligência/centros de operações</b>
Carlos	Polícia Militar	Sim	Não
Alfredo	SSPRS	Sim	Sim
José	Guarda Municipal	Não	Sim
Pedro	SSPRS	Não	Não
Fernando	Polícia Militar	Sim	Sim
Marcos	Polícia Militar	Sim	Não
Bruno	SSPRS	Não	Sim

Evandro	Polícia Civil	Não	Não
Marcelo	Polícia Civil	Não	Sim
Cléber	Polícia Civil	Não	Sim
Miguel	Polícia Civil	Sim	Não
César	SMSEG	Não	Sim
Clóvis	Polícia Militar	Não	Sim

Fonte: autoria própria

Conforme consta no Quadro 7, foram entrevistados ao total 13 agentes de segurança pública. Esses agentes possuem diferentes vínculos institucionais e ocuparam distintos cargos e funções ao longo de sua trajetória. O vínculo institucional do Quadro 7 refere-se à posição ocupada pelo entrevistado na data da entrevista. No caso de atores aposentados, considerou-se o vínculo institucional que prevaleceu em sua trajetória quanto aos fins da pesquisa. Alguns dos entrevistados trabalharam diretamente no controle a ações do Bloco de Lutas entre 2013 e 2014; outros atores trabalham ou trabalharam em serviços de inteligência ou em centros integrados de comando e controle.

Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, gravadas e posteriormente transcritas. Nos casos das entrevistas com atores que trabalhavam nos centros integrados de comando e controle, a entrevista foi acrescentada de visitas aos centros, com a anotação das observações em diário de campo. Foram realizadas uma visita ao Centro Integrado de Comando e Controle do Rio Grande do Sul (CICCRS) e uma ao Centro Integrado de Comando da cidade de Porto Alegre (CEIC). Devido ao caráter sensível e relativamente sigiloso das práticas policiais que se relacionam ao objeto de pesquisa, quando os entrevistados se mostraram disponíveis optou-se por serem realizados dois encontros: o primeiro tratando das dimensões gerais do roteiro e buscando a construção de um vínculo inicial com o entrevistado; o segundo detalhando os principais conteúdos tratados no primeiro encontro.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, e as perguntas adequaram-se aos vínculos institucionais, aos cargos ocupados e à experiência de cada um dos entrevistados. Resguardadas as diferenças de abordagem para cada entrevistado, o roteiro foi composto por quatro blocos de perguntas, abordando: a trajetória dos entrevistados e os pontos de conexão entre tal trajetória e o objeto da pesquisa; a estrutura institucional e os aparatos tecnológicos; o controle à ação coletiva; a conexão entre TICs, táticas de vigilância e o controle da ação coletiva. Todas as entrevistas foram introduzidas por um momento de apresentação (ou

*rapport*), em que o pesquisador descreveu brevemente os objetivos da pesquisa e estabeleceu um contrato verbal com o entrevistado, questionando sobre a permissão para realização e gravação da entrevista. Todos os entrevistados consentiram com a gravação e com a publicação do conteúdo, resguardado o anonimato.

O primeiro bloco de perguntas dedicou-se à trajetória dos entrevistados. Buscou-se mapear, desde a entrada em instituição relacionada à segurança pública, quais funções o entrevistado ocupou para que se identificasse o grau de experiência do entrevistado tanto com o controle de ações coletivas quanto com serviços de inteligência/centros integrados de comando e controle. Ainda, buscou-se identificar a relação entre a trajetória do entrevistado e as tecnologias voltadas para a segurança pública. Alguns dos entrevistados, por exemplo, direcionaram suas carreiras para a temática das TICs, interessando-se pelo desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias na área da segurança. Além de ser importante para a construção de um vínculo inicial entre pesquisador e entrevistado, essa fase do roteiro foi fundamental para o caso dos atores que tiveram uma trajetória de constante trânsito por instituições, funções e territórios ao longo do tempo - situação frequente no caso de policiais militares, por exemplo -, dado que o mapeamento da trajetória permitiu o direcionamento do foco da entrevista para situações e cargos relacionados ao objeto da pesquisa.

Um segundo bloco de perguntas centrou-se sobre a dimensão das estruturas institucionais e dos aparatos tecnológicos das instituições dos entrevistados. Buscou-se questionar como o entrevistado percebe a história de desenvolvimento e implementação de tecnologias em sua instituição e se o entrevistado identifica momentos específicos de mudança nos quais ocorreu um amplo investimento em tecnologias policiais. Questionou-se a seguir como o entrevistado descreve a estrutura atual de aparatos tecnológicos da instituição, quais os órgãos e técnicas envolvidos na operacionalização das tecnologias. Esse bloco foi especialmente importante para as entrevistas nos centros de operações, pois tornou possível que os entrevistados descrevessem em detalhes quais tecnologias compõem os centros e as questões relativas às técnicas - treinamentos, limitações de uso etc.

O terceiro bloco de perguntas direcionou-se para as funções exercidas pelo entrevistado e sua instituição no controle da ação coletivas. Questionou-se primeiramente quais as experiências do entrevistado com eventos de protesto, movimentos sociais e a ação coletiva de modo geral, buscando-se identificar as táticas e estratégias policiais historicamente adotadas por sua instituição. Em seguida, a partir de exemplos concretos, principalmente centrados no controle a ações do Bloco de Lutas entre 2013 e 2014, buscou-se detalhar quais foram e como foram operados o planejamento e a execução das táticas policiais, em especial as de vigilância.

Com base no modelo de análise que guia a pesquisa, foram realizadas perguntas específicas sobre as interações com manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais - identificando-se enquadramentos dos manifestantes e do papel das forças policiais, tensões, dificuldades, inovações táticas etc. -, assim como sobre as interações com demais atores, grupos e instituições da arena política - governos, mídias. Essas perguntas, em conjunto, tiveram como fim o mapeamento do conhecimento policial direcionado para o controle da ação coletiva no campo empírico.

O quarto bloco de perguntas buscou conectar a dimensão das novas tecnologias e das táticas de vigilância com o controle policial da ação coletiva. Buscou-se questionar quais as TICs utilizadas historicamente no controle da ação coletiva e especificamente no caso do Bloco de Lutas entre 2013 e 2014. Questionou-se ainda como as TICs são empregadas para configuração de táticas de vigilância, integrando-se ao planejamento e à execução de táticas de controle à ação coletiva. Foram realizadas questões que abordaram uma ampla diversidade de táticas de vigilância, como o uso de câmeras para filmar manifestantes, o monitoramento de redes sociais e as demais funções dos centros integrados de comando e controle. Considerando-se as interações com os diversos atores, grupos e instituições na arena política, questionou-se qual o papel das táticas de vigilância digital nessas dinâmicas, principalmente quanto a aspectos relativos à temporalidade - policiamento preditivo - e à visibilidade - seletividade e assimetrias do olhar. Por fim, o entrevistado foi convidado a dar sua avaliação pessoal sobre como a incorporação de TICs e a configuração de táticas de vigilância impactam o controle policial da ação coletiva.

As entrevistas foram transcritas pelo pesquisador, e a seguir foi realizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2010) com auxílio do *software NVivo 12*. A categorização do conteúdo seguiu uma lógica dialética entre dedução e indução. Partiu-se das categorias mais recorrentes na literatura e do modelo de análise proposto, mas durante a análise foram criadas categorias para classificar os conteúdos que não se enquadravam em categorias previamente mapeadas. No *Nvivo* foi criada uma árvore de nós, partindo de categorias mais abstratas para categorias mais empíricas. A seguir são descritas essas categorias mais abrangentes.

A primeira dessas categorias centrou-se na trajetória profissional dos entrevistados. Nesse ponto, buscou-se categorizar o conteúdo em três categorias mais específicas: dados gerais sobre as trajetórias dos atores nas instituições policiais; atuações relacionadas à operacionalização de TICs - trabalho em serviços de inteligência ou em centros de operações; atuações relacionadas ao controle da ação coletiva, em especial nos conflitos de 2013 e 2014.

A segunda categoria mais abrangente centrou-se sobre a estrutura de aparatos tecnológicos da instituição do entrevistado. Nesse ponto, buscou-se tratar de temáticas como: as transformações na estrutura de aparatos tecnológicos da instituição do entrevistado desde o momento em que ele ingressou na instituição; períodos temporais específicos de aquisição de novos aparatos tecnológicos; qual a estrutura atual de aparatos tecnológicos da instituição; com quais desses aparatos o entrevistado trabalhou ou trabalhou; vantagens e limitações do uso das tecnologias para segurança pública.

A seguir, um terceiro bloco mais amplo tratou, a partir da experiência dos entrevistados, das dinâmicas de controle da ação coletiva. Buscou-se, mais especificamente, categorizar o conteúdo nas seguintes temáticas: interações das forças policiais com eventos de protestos, manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais de modo geral; estratégias e táticas de controle da ação coletiva; interações das forças policiais com outros atores (mídias, governos etc.); conhecimento policial (enquadramentos a respeito do papel das forças policiais e a respeito de quem são os manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais). Para todas as temáticas foram criadas subcategorias sobre o papel das TICs (exemplo: táticas da ação coletiva gerenciadas por TICs).

Posteriormente, foi criado um quarto bloco mais amplo de categorias, centrado sobre os mecanismos causais do processo em análise. A partir do que já havia sido codificado nos demais conjuntos de categorias, buscou-se identificar quais foram as ações adotadas pelas forças policiais durante o confronto, bem como em relação a quais atores (manifestantes, mídias, governos, coalizões etc.) essas ações foram tomadas. Esse procedimento permitiu a identificação de diferentes mecanismos causais e das transformações destes ao longo do tempo. Especificamente, identificou-se em quais mecanismos as TICs foram elementos centrais, de modo que foi possível verificar a emergência das novas tecnologias no processo e como os mecanismos acionados pelo uso das TICs alteraram as relações entre os atores ao longo do tempo.

Por fim, o quinto bloco mais abrangente de categorias centrou-se sobre a avaliação dos entrevistados a respeito do processo. Buscou-se categorizar as respostas dos entrevistados sobre quais os impactos das TICs e das táticas de vigilância sobre o controle da ação coletiva. Esse conjunto de categorias possibilitou agregar ao estudo a interpretação dos entrevistados sobre o porquê e como se deu a ativação dos mecanismos identificados no bloco anterior. O resultado da categorização desse bloco consta nos Capítulos 7 e 8.

### 4.3.2 Mapeando estruturas institucionais e aparatos tecnológicos

Para mapear as estruturas policiais das instituições prioritariamente responsáveis pelo controle da ação coletiva no Brasil e especificamente em Porto Alegre, bem como a estrutura dos serviços de inteligência e dos centros integrados de comando e controle, foi realizada uma triangulação de dados. De modo exploratório, partiu-se da revisão da literatura brasileira sobre segurança pública e polícias, investigando-se quais são as características gerais das instituições policiais no país. O mesmo procedimento foi adotado para a análise exploratória da literatura nacional sobre serviços de inteligência.

Em seguida, foi realizada uma sistematização da legislação nacional sobre controle da ordem pública, abrangendo os dispositivos constitucionais e a legislação infraconstitucional. Foram identificadas as atribuições institucionais das polícias, bem como os direitos civis e os limites constitucionais à atuação policial no controle da ação coletiva. Ainda, foi feita a análise de conteúdo de relatórios de Organizações não Governamentais (ONGs) sobre a atuação policial de controle à ação coletiva, em especial relatórios da ONG ARTIGO 19 (2014; 2015; 2017a; 2017b) sobre a atuação policial em protestos sociais recentes.

Quanto à estrutura dos centros integrados de comando e controle da cidade de Porto Alegre, foi realizada uma busca no jornal *Zero Hora* pela expressão “centro integrado”.<sup>25</sup> Foram identificadas 130 ocorrências entre os anos de 2012 e 2016. Após a filtragem das ocorrências relevantes para a pesquisa, foi realizada a análise do conteúdo das publicações, buscando-se identificar, a respeito dos centros: o histórico de implementação; as instituições que atuam nos centros; os aparatos tecnológicos que compõem sua estrutura. Essa pesquisa foi complementada com buscas nos *sites* do Departamento de Comando e Controle Integrado da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS)<sup>26</sup> e do CEIC da Prefeitura de Porto Alegre.<sup>27</sup>

Aos conjuntos de dados acima mencionados foi acrescentado o conteúdo das entrevistas com agentes de segurança pública. Em especial, o segundo bloco de perguntas, centrado nas estruturas institucionais e nos aparatos tecnológicos das instituições dos entrevistados, contribuiu para esse mapeamento. O resultado do mapeamento das estruturas institucionais e dos aparatos tecnológicos consta no Capítulo 5 deste trabalho.

---

<sup>25</sup> Pesquisa realizada junto ao Centro de Documentação de Informação (CDI) de *Zero Hora*.

<sup>26</sup> Fonte: <<https://www.ssp.rs.gov.br/departamento-de-comando-e-controle-integrado>>. Último acesso em: 15/11/2019.

<sup>27</sup> Fonte: <<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php>>. Último acesso em: 15/11/2019.

### 4.3.3 Analisando eventos de protesto

Enquanto as entrevistas com agentes de segurança pública proporcionam o acesso à “construção social da realidade” pelos atores (conhecimento policial), é importante entender como esse conhecimento conecta-se com a - ou diverge da - operacionalização prática de ações policiais (DE FAZIO, 2007). Para identificar as táticas policiais, as interações e as transformações táticas no caso empírico em estudo, em especial quanto às táticas de vigilância, e decompor esse processo em mecanismos causais, partiu-se da construção de um banco de documentos jornalísticos. Esse banco foi dividido em dois conjuntos principais: um sobre a cobertura de eventos de protesto; um sobre a repercussão e análise da ação policial.

#### *a) Banco de cobertura jornalística a eventos de protesto: catalogando táticas*

O banco sobre a cobertura de eventos de protesto teve como finalidade principal identificar eventos de protesto no quais o Bloco de Lutas esteve presente entre os anos de 2013 e 2014 e verificar quais as características dos protestos, as táticas da ação coletiva e as táticas policiais mobilizadas nesses eventos. Para tanto, realizou-se a pesquisa da expressão “Bloco de Luta” nos jornais *Zero Hora*<sup>28</sup> e *Sul21*<sup>29</sup> no período delimitado. Tendo em vista que uma das principais críticas à utilização de fontes jornalísticas como dados de pesquisa sobre movimentos sociais são os vieses de seleção e de conteúdo dos veículos (EARL et al., 2004), a escolha por dois jornais buscou combater essa limitação. Por esse motivo, optou-se pela seleção do conteúdo de jornais de formato, linha editorial e público-alvo distintos. Em pesquisa anterior sobre a cobertura de *Sul21* e *Zero Hora* ao ciclo de protestos de 2013, identificou-se uma diferença importante nos enquadramentos dos jornais, em especial quanto à caracterização das ações policiais. Enquanto *Zero Hora* tendeu a focar sua atenção sobre atos disruptivos dos manifestantes, abordando as ações policiais de forma pontual, *Sul21* atuou como “contrainformação”, fazendo uma ampla e crítica cobertura às táticas policiais mobilizadas no período (FERNANDES, 2016). Essa já demonstrada diferença de coberturas garante o relativo

---

<sup>28</sup> *Zero Hora* é um veículo mantido pelo Grupo RBS e reconhecido como maior jornal do Rio Grande do Sul devido à sua estrutura e à sua longevidade. O jornal é direcionado majoritariamente para as classes A e B do Rio Grande do Sul.

<sup>29</sup> *Sul21* é um veículo midiático “de esquerda” e que se utiliza apenas da Internet para a disseminação de notícias.



controle dos vieses dos jornais. Ainda, como já demonstrado, o conteúdo das entrevistas com agentes de segurança pública complementa o conteúdo jornalístico.

A pesquisa do termo “Bloco de Luta” nos jornais retornou, ao total, 182 resultados, sendo 127 publicações de *Zero Hora* e 55 de *Sul21*. Realizada consulta preliminar ao conteúdo do total de publicações, identificou-se uma diversidade de temáticas centrais nos materiais, como negociações do valor das tarifas do transporte público, ações do governo local, entre outras. Para o banco sobre a cobertura a eventos de protesto, delimitou-se um recorte no material, estabelecendo-se o foco em publicações que narram, geralmente no dia seguinte à relação do evento, as interações ocorridas durante um evento de protesto - por exemplo, publicações direcionadas a descrever como ocorreu uma passeata. Conceituou-se como “evento de protesto” qualquer “demonstração pública de demanda coletiva” realizada pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público no período analisado. Essa delimitação resultou no seguinte conjunto de dados:

**Tabela 1 - Publicações de cobertura a eventos de protesto realizados pelo Bloco de Luta (2013-2014)**

Quantidade de publicações por jornal	
<i>Zero Hora</i>	93
<i>Sul21</i>	37
<b>Total</b>	<b>130</b>

Fonte: autoria própria.

O banco abrange a cobertura a 37 eventos de protesto realizados pelo Bloco de Lutas naquele período (26 em 2013 e 11 em 2014). Os eventos de protesto que compõem esse banco são os seguintes:

**Quadro 8 - Eventos de protesto realizados pelo Bloco de Luta (2013-2014)**

Data	Formato	Data	Formato
21/01/2013	Passeata	14/08/2013	Demonstração pública
18/02/2013	Passeata	30/08/2013	Ocupação de prédio ou espaço público
27/03/2013	Passeata	07/09/2013	Passeata
01/04/2013	Passeata	10 a 11/09/2013	Ocupação de prédio ou espaço público

04/04/2013	Passeata	10/10/2013	Demonstração pública
11/04/2013	Passeata	25/10/2013	Passeata
23/04/2013	Passeata	19/12/2013	Assembleia
01/05/2013	Demonstração pública	23/01/2014	Passeata
13/06/2013	Passeata	02/04/2014	Passeata
17/06/2013	Passeata	07/04/2014	Passeata
20/06/2013	Passeata	08 a 15/04/2014	Ocupação de prédio ou espaço público
24/06/2013	Passeata	24/04/2014	Passeata
27/06/2013	Demonstração pública	08/05/2014	Passeata
01/07/2013	Assembleia	15/05/2014	Passeata
04/07/2013	Passeata	12/06/2014	Passeata
10 a 17/07/2013	Ocupação de prédio ou espaço público	15/06/2014	Passeata
11/07/2013	Passeata	18/06/2014	Passeata
22/07/2013	Passeata	23/06/2014	Passeata
01/08/2013	Passeata		

Fonte: autoria própria.

Os eventos cobertos pelos jornais foram divididos, segundo seu formato, em “passeata”, “demonstração pública”, “assembleia” e “ocupação de prédio ou espaço público”. Como passeata foram definidos os eventos nos quais um grupo de manifestantes reuniu-se para marchar de um determinado ponto a outro da cidade. Demonstração pública foi o conceito utilizado para eventos nos quais um grupo de manifestantes realizou uma demonstração em praça pública - por exemplo, peça de teatro -, sem realização de marcha. Assembleia foi definida como o encontro de manifestantes em praça pública para avaliação de eventos anteriores e/ou debates sobre ações futuras. Ocupação de prédio ou espaço público foi o formato caracterizado pela ocupação territorial, por um conjunto de manifestantes, de prédio ou espaço público por

tempo indeterminado com o fim de ter suas demandas (ou parte delas) atingidas em troca da desocupação - por exemplo, ocupação da Câmara Municipal e acampamento em praça pública.

Para análise do banco de eventos de protesto, adotou-se a técnica de análise de eventos de protesto (AEP), a qual se caracteriza pelo mapeamento e sistematização de eventos de protesto e das características destes em um dado recorte espaço-temporal (KOOPMANS; RUCHT, 2002; OLZAK, 1989). A AEP tende a ter um caráter quantitativo, dada a possibilidade de se trabalhar com uma grande quantidade de eventos de protestos, identificando-se semelhanças, diferenças e variações entre os elementos presentes em cada evento do banco.

A AEP foi realizada em três etapas. Na primeira etapa, para cada evento foram identificadas as seguintes características gerais: grupos presentes, número de manifestantes, reivindicações. Essa primeira etapa teve como objetivo produzir um panorama geral quanto aos atores/organizações que compuseram os eventos, à amplitude destes e às reivindicações pleiteadas. Essa etapa também permitiu a delimitação de diferentes períodos de análise conforme conjuntos de eventos que compartilharam características semelhantes, organizando-se temporalmente o estudo.

Tendo em vista a abordagem relacional da qual parte a investigação, a segunda e a terceira etapa de análise quantitativa centraram-se na dimensão tática. Na segunda etapa, foram quantificadas as táticas da ação coletiva adotadas pelos manifestantes em cada evento de protesto. Na terceira etapa, foram identificadas as táticas policiais mobilizadas em cada evento. Especificamente, por esse procedimento foi possível identificar quais táticas de vigilância foram noticiadas, quando elas emergiram e se elas se mantiveram em uso, tiveram seu uso amplificado ou deixaram de ser utilizadas no período.

A quantificação e a sistematização dos dados foram auxiliadas pelos *softwares NVivo* e *SPSS*. Foram criadas tabelas identificando, para cada evento, os elementos das três etapas acima citadas. Por fim, foram identificadas variações desses diferentes elementos no curso do tempo, tendo como foco central como a variação do uso de táticas de vigilância entrou em interação com as demais dimensões analisadas. Os resultados da AEP constam no Capítulo 6 deste trabalho.

Tendo em vista as já apontadas limitações do uso de fontes jornalísticas (EARL et. al., 2004), buscou-se ter como foco de análise elementos que tendem a ser mais objetivos e menos dependentes de interpretações midiáticas - como número de manifestantes e as táticas usadas por policiais e manifestantes. Quando um elemento foi noticiado em apenas um dos jornais - por exemplo, uso da tática de uso de bomba de gás lacrimogêneo apenas no *Sul21* -, considerou-se esse elemento como parte integrante da narrativa, incorporando-o à análise. Quando houve

divergência quantitativa nos enquadramentos - por exemplo, quanto ao número de manifestantes presentes ou quanto ao número de presos -, adotou-se a média entre os números apresentados pelos dois jornais. Ainda assim, reconhece-se que a vigilância metodológica não exclui totalmente as limitações decorrentes do uso de material jornalístico, motivo pelo qual a AEP foi adotada como uma etapa inicial da pesquisa, complementada com as entrevistas e os demais conjuntos de dados a seguir descritos.

*b) Banco de repercussão da ação policial: táticas em interação*

Durante a análise da cobertura jornalística aos eventos de protesto, identificou-se em *Zero Hora* e *Sul21* um outro conjunto de dados composto por notícias, reportagens e notas centradas na repercussão e na análise das estratégias e táticas policiais de controle à ação coletiva. Trata-se de entrevistas com autoridades policiais e governamentais, notas públicas de instituições policiais, notícias sobre eventos promovidos por grupos/organizações contra a “criminalização dos movimentos sociais” e sobre projetos de lei de restrição ao direito de protesto, reportagens de análise sobre a atuação policial no controle da ação coletiva e sobre os grupos que foram os alvos centrais de controle e repressão pelas forças policiais, bem como retrospectivas sobre ciclos de protesto. Esse conjunto dos dados jornalísticos que discutem a ação policial, mas que não tratam da cobertura no dia seguinte a eventos de protestos, é aqui denominado “banco de repercussão da ação policial”.

**Tabela 2 - Publicações de repercussão da ação policial nos atos realizados pelo Bloco de Luta (2013-2014)**

<b>Quantidade de publicações por jornal</b>	
<i>Zero Hora</i>	19
<i>Sul21</i>	15
<b>Total</b>	<b>34</b>

Fonte: autoria própria.

Das 34 publicações que compõem o banco de repercussão da ação policial, uma parcela importante (11 ocorrências) trata da investigação policial e do processo criminal contra manifestantes do Bloco de Luta. Em seguida, identificam-se: publicações sobre atos ou repostas de grupos e ativistas contra a “criminalização” dos movimentos sociais (7), retrospectivas sobre

as interações entre ativistas e policiais em protestos ou ciclos de protestos (7), reportagens sobre quais eram e quais as características dos grupos/ativistas que adotaram táticas disruptivas nos eventos de protesto (4), ações de planejamento e respostas do governo aos protestos (2), projetos de lei restritivos do direito ao protesto (2), eventos de protesto organizados por instituições policiais (1).

Enquanto o banco da cobertura a eventos de protesto permite a identificação das táticas policiais adotadas em eventos de protesto, o banco de repercussão da ação policial permite a identificação de quais atores e instituições interagiram em torno da construção e contestação das táticas policiais, identificando-se um campo de disputas em torno do controle social da ação coletiva. Nesse sentido, esse banco permite que se avance para a explicação de como se deu o processo de adoção das táticas policiais nesse período, ou seja, quais as estratégias policiais construídas. Assim, em conjunto com as entrevistas, o banco de repercussão da ação policial permite avanços em uma abordagem relacional e na identificação de mecanismos causais em torno das escolhas táticas, incorporando-se um nível qualitativo e explicativo ao procedimento quantitativo da AEP.

As notícias desse banco foram analisadas em seu conteúdo (BARDIN, 2010) com o auxílio do *software NVivo 12*. Foram criados quatro blocos de categorias para a análise desse material. O primeiro bloco centrou-se sobre as características gerais dos protestos: grupos presentes; reivindicações pleiteadas; número de manifestantes presentes. O segundo bloco de categorias centrou-se sobre a classificação das táticas da ação coletiva utilizadas pelos manifestantes por protesto. O terceiro bloco relacionou-se à identificação das táticas policiais adotadas por protesto. Por fim, no quarto bloco foram mapeadas as interações táticas ocorridas ao longo do tempo, ou seja, como os elementos dos blocos anteriores variaram e quais as relações entre essas variações. O resultado da análise do conteúdo desse banco em conjunto com as entrevistas consta no Capítulo 6.

#### **4.3.4 Analisando o inquérito policial**

Com já demonstrado, a temática mais recorrente nas publicações de repercussão da ação policial é a investigação criminal contra ativistas do Bloco de Lutas. O inquérito policial é um instrumento central dentre as táticas policiais adotadas no período, e o conteúdo do inquérito permite o acesso a importantes questões de pesquisa, principalmente quanto à materialização dos conteúdos produzidos pelas táticas de vigilância policial sobre os manifestantes e quanto ao papel das TICs para a construção do conhecimento policial. Dada a centralidade desse

instrumento para os fins da presente pesquisa, a análise do inquérito contra manifestantes do Bloco de Lutas foi incorporada a esta pesquisa.

Além do inquérito contra integrantes do Bloco, identificou-se a realização de outros inquéritos policiais para apuração de eventuais fatos delituosos ocorridos durante eventos de protesto. Tais inquéritos concentraram-se principalmente sobre os eventos de junho de 2013. Segundo dados do jornal *Zero Hora*,<sup>30</sup> foram abertos ao menos 71 inquéritos relativos aos protestos recentes entre março e setembro de 2013, indiciando ao total 80 pessoas. Especificamente, o inquérito que mais gerou repercussão e que inclusive tornou-se objeto de contestação por parte de ativistas que criticaram uma suposta “criminalização dos movimentos sociais” foi a investigação contra sete manifestantes, sendo seis integrantes do Bloco de Lutas. Nesse inquérito, que se concentrou sobre interações ocorridas no protesto de 27 de junho de 2013, os manifestantes foram indiciados pelos crimes de furto qualificado, dano qualificado, lesão corporal, emprego de artefato explosivo e/ou incendiário e constituição de milícia armada.

Neste estudo, entende-se que o inquérito é um instrumento importante para a análise das táticas policiais de controle da ação coletiva, pois as informações que nele constam expõem a “construção social da realidade” - conhecimento policial - dos agentes de segurança pública responsáveis pelo instrumento. Ainda, é possível por meio do inquérito identificar de que modo as informações produzidas pela incorporação de TICs às táticas de vigilância materializam-se para a produção de determinado enquadramento policial sobre quem são e como agem os manifestantes. Embora, como já referido, ao menos 71 inquéritos tenham sido realizados para apurar fatos relativos aos protestos de 2013,<sup>31</sup> identificou-se que o inquérito contra os manifestantes do Bloco de Lutas é mais amplo que os demais e fornece informações detalhadas a respeito da construção e adoção das táticas policiais pelo uso das TICs. Por exemplo, o documento é composto por diversas imagens provenientes de diferentes fontes, como sistemas de videomonitoramento e mídias alternativas. Optou-se, assim, pela delimitação desse inquérito específico como o único analisado, dado que ele permite a análise qualitativamente aprofundada e um panorama amplo das táticas policiais de controle da ação coletiva pela Polícia Civil no período do estudo.

O documento teve seu conteúdo analisado (BARDIN, 2010) por meio do *software NVivo 12*. A categorização se deu em quatro blocos principais. O primeiro bloco referiu-se às

---

<sup>30</sup> Raio X dos inquéritos: protestos resultaram em duas condenações. *Zero Hora*, 09/03/2018, p. 24.

<sup>31</sup> Não há registro de inquéritos contra manifestantes por protestos ocorridos no ano de 2014.

informações gerais do inquérito (crimes imputados, dados dos indiciados etc.). O segundo bloco de categorias foi relativo ao enquadramento das autoridades policiais sobre os fatos, ou seja, à narrativa policial sobre como teriam ocorrido os crimes. Em seguida, o terceiro bloco de categorias buscou a classificação das táticas policiais empregadas no curso das investigações, especificando-se dentre tais táticas em quais as TICs foram utilizadas para constituição da vigilância sobre os manifestantes. O quarto bloco de categorias buscou, a partir do que tinha sido mapeado nos blocos anteriores, identificar os mecanismos que explicam como as TICs foram incorporadas às táticas do inquérito e os impactos da mobilização de novas tecnologias para a construção de conhecimento policial sobre os investigados. O resultado da análise do inquérito consta no Capítulo 8.

## **5. POLÍCIAS, SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE**

O objetivo deste capítulo é mapear as estruturas policiais das instituições prioritariamente responsáveis pelo controle da ação coletiva no Brasil e especificamente em Porto Alegre, bem como a estrutura dos serviços de inteligência e dos centros integrados de comando e controle. Na primeira seção, trata-se das instituições policiais. As características organizacionais e culturais das polícias são variáveis relativamente estáveis que operam na produção das táticas e estratégias policiais de controle da ação coletiva. As características organizacionais referem-se à configuração legal que regula a atuação das polícias e à estrutura organizacional, abrangendo aspectos como grau de centralização, grau de militarização e os mecanismos de controle e transparência das polícias. As características culturais referem-se ao conjunto de elementos (normas, valores, rotinas) que conformam as percepções da realidade dos agentes policiais e conseqüentemente guiam as práticas policiais cotidianas (DELLA PORTA; REITER, 1998; DELLA PORTA; FILLIEULE, 2004), ou seja, os “esquemas cognitivos” ou “representações de traços culturais” que tendem a se preservar no tempo, influenciado tomadas de decisão (DELLA PORTA; ATAK, 2015, p. 125-126).

Na operacionalização das táticas de vigilância à ação coletiva, uma estrutura central do Estado são serviços de inteligência (CEPIK; AMBROS, 2009; CARPENTIERI, 2017). Estes funcionam como serviços consultivos para as forças de segurança. Na segunda seção deste capítulo são identificadas as características organizacionais e culturais dos serviços de inteligência no Brasil segundo a literatura da área.

A terceira seção trata especificamente dos centros integrados de comando e controle da cidade de Porto Alegre, estruturas recentemente implementadas para integrar diversas instituições, principalmente as de segurança pública, por meio de aparatos tecnológicos. São caracterizados o Centro Integrado de Comando e Controle do Rio Grande do Sul (CICCRS) e o Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre (CEIC).

### **5.1 As polícias**

#### **5.1.1 Configuração legal**

A primeira variável relevante para a entendimento da estrutura institucional das polícias no Brasil é o ordenamento legal, o qual define tanto quais os órgãos responsáveis pelo controle policial e suas atribuições quanto os direitos e garantias individuais dos cidadãos perante o



Estado (DELLA PORTA; REITER, 1998). A atual estrutura organizacional das polícias no Brasil é prevista, em termos gerais, na Constituição Federal de 1988 (CF/88). O art. 144 da CF/88<sup>32</sup> estabelece quais são os órgãos de segurança pública do país e suas respectivas atribuições. Nessa estrutura organizacional, os estados são os entes federativos sobre os quais recai significativa parcela de responsabilidade, dado que as Polícias Militar e Civil ficam a cargo da administração estadual (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016, p. 656). A CF/88 mantém um modelo híbrido, de divisão entre duas instituições policiais de âmbito estadual: a Polícia Militar (PM), responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública; a Polícia Civil (PC), encarregada de atuar como polícia judiciária na investigação de crimes. Essa separação entre um órgão de policiamento ostensivo e um órgão responsável pela investigação criminal caracteriza o chamado “ciclo incompleto de policiamento”.

A respeito da PM, o art. 3º do decreto-lei nº 667/69, promulgado no período do regime militar do país, organiza a instituição e delimita suas competências, dentre as quais estão:

- a) executar com exclusividade, ressalvas as missões peculiares das Forças Armadas, o *policiamento ostensivo*, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a *manutenção da ordem pública* e o exercício dos poderes constituídos; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 1983)
- b) *atuar de maneira preventiva*, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a *perturbação da ordem*; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 12.1.1983)
- c) *atuar de maneira repressiva*, em caso de *perturbação da ordem*, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 1983) (*grifos nossos*)

---

<sup>32</sup> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

A responsabilidade pelo policiamento ostensivo, voltado para a manutenção da ordem pública, seja preventivamente contra eventual perturbação, seja de forma repressiva em caso de transtorno da ordem, situa as polícias militares como atores centrais das interações com manifestantes, ativistas e organizações movimentos sociais em eventos de rua. Dado que os repertórios da ação coletiva recorrentemente são mobilizados como formas de interação contenciosas, principalmente pela utilização de táticas - como passeatas - cuja eficácia está vinculada ao grau de visibilidade no espaço público, é frequente a interação entre forças policiais militares e ativistas. “Ordem pública”, porém, é um conceito que pode ser enquadrado de diversos modos: quando vinculada a um sentido moral mais amplo - por exemplo, quando qualquer restrição ao tráfego nas vias urbanas é interpretada como perturbação da ordem -, a tendência é que se amplie a legitimidade policial de controle repressivo da ação coletiva; quando o enquadramento de “ordem pública” limita-se à proteção de patrimônios e dos cidadãos, a tendência é que a amplitude e a severidade do controle policial sejam mais restritas (DELLA PORTA; FILLIEULE, 2004).

Ainda, a ação de manifestantes, de ativistas e de organizações de movimento social pode envolver táticas passíveis de serem penalmente tipificadas e, assim, enquadradas como objeto de investigação policial - principalmente (mas não apenas) nos casos de adoção táticas disruptivas, como depredação de patrimônios. Nessas circunstâncias, podem ser produzidas interações entre a PC e manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais. Os inquéritos policiais visam investigar indícios de cometimento de delitos, formando-se as bases legais para o relatório policial e a eventual denúncia criminal pelo Ministério Público (MP).

Enquanto a administração das Polícias Militar e Civil é responsabilidade dos estados, os demais entes federativos possuem uma competência residual no âmbito da segurança pública. A Polícia Federal (PF) atua na apuração de infrações nas quais estão em questão os bens, serviços e interesses da União, além de exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteira. Já as Guardas Municipais (GM) podem ser criadas por municípios para que estes protejam seus bens, serviços e instalações, mas a CF/88 não especifica essas atribuições, as quais devem ser estipuladas por normas infraconstitucionais. Assim, as possibilidades de interação da GM com manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais tendem a restringir-se a situações que possam colocar em risco o patrimônio do município.

Quanto aos direitos e garantias vinculados à atuação dos movimentos sociais, internacionalmente há um conjunto de normas que protege o direito ao protesto: o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos determina que a liberdade de expressão é um

direito humano universal; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), um tratado das Nações Unidas recepcionado pelo Brasil, estabelece, no art. 19.1, que “ninguém poderá ser molestado por suas opiniões”; no mesmo sentido a Convenção Americana<sup>33</sup> consagra o livre fluxo de ideias e avança ao estabelecer que o direito à liberdade de expressão não pode estar sujeito à censura prévia (ARTIGO 19, 2014). A CF/88 institucionaliza um enquadramento democrático e de defesa dos direitos humanos (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015), reconhecendo uma série de direitos - à vida, à liberdade, à integridade pessoal - de caráter individual aos cidadãos (PINHEIRO, 1997, p. 43). Ainda, a CF/88 garante o direito à efetivação das ações coletivas por meio de três dispositivos centrais: liberdade de expressão (art. 5º, IV CF/88);<sup>34</sup> liberdade de reunião (art. 5º, XVI, CF/88);<sup>35</sup> liberdade de associação (art. 5º, XVII, CF/88)<sup>36</sup> (ARTIGO 19, 2014).

No entanto, o texto constitucional apresenta, segundo Nóbrega Jr. (2010a), caráter ambíguo. Por um turno, alguns dispositivos constitucionais apresentam uma tendência democrática e de garantia do direito à associação; por outro turno, a estrutura e as atribuições policiais do regime militar mantêm-se (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016; LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015; NÓBREGA JR., 2010a). A ONG ARTIGO 19 (2014) identifica uma insuficiente regulamentação do uso da força policial durante protestos sociais, gerando-se ampla margem de discricionariedade para a atuação policial. Especialmente no âmbito da investigação criminal, a ARTIGO 19 (2014) verifica a amplitude de crimes nos quais ativistas têm sido enquadrados nos países desde o ciclo de protestos de 2013 - formação de quadrilha, desacato, incêndio, dano ao patrimônio público, entre outros -, o que leva a ONG a questionar quais os limites para o enquadramento criminal de manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais.

Em suma, dada a configuração do ordenamento legal brasileiro, os dois órgãos de policiamento que tendem a interagir com os atores promotores de ações coletivas são a PM e a PC, ambas administradas pelos entes estaduais. A primeira é responsável pelo policiamento ostensivo; a segunda atua como polícia judiciária na produção de inquéritos policiais. A GM atua residualmente para proteção do patrimônio municipal. Quanto aos direitos individuais e de

---

<sup>33</sup> Convenção ratificada pelo Brasil em setembro de 1992

<sup>34</sup> IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato

<sup>35</sup> XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente

<sup>36</sup> XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar

associação, a legislação é ambígua, dado que a CF/88 adota garantias democráticas e de defesa dos direitos humanos, mas mantém a estrutura policial formada no regime militar, ao mesmo tempo em que são identificadas lacunas na regulamentação dos limites da atuação policial frente a manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais.

**Figura 10 - Atribuições das polícias no controle da ação coletiva no Brasil**



Fonte: autoria própria.

### 5.1.2 Características organizacionais

#### a) (Des)centralização

O grau de centralização das instituições policiais indica em que medida as polícias estão subordinadas a uma diretriz e a um poder centrais (DELLA PORTA; REITER, 1998; DELLA PORTA; FILLIEULE, 2004). A configuração organizacional brasileira indica duas características estruturais importantes em termos de descentralização policial no Brasil: polícias de âmbito estadual, com a administração da PM e da PC a cargo dos entes estatais; ciclo incompleto de policiamento, com funções divididas entre PM e PC.

Por um lado, o caráter estadual das instituições policiais culmina na constituição de especificidades importantes nas polícias de cada estado da federação, de acordo com a história e a cultura específicas do contexto estadual, embora algumas homologias sejam preservadas (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016). Tal descentralização resulta, ainda, que as diretrizes de atuação das polícias dependem das configurações do poder político local, dado que aos governadores estaduais cabe o comando das forças policiais.

A nível estadual, a gestão das instituições de segurança pública dá-se pelas Secretarias de Segurança Pública de cada estado da federação. Apesar das diferenças na estrutura de cada secretaria por estado, de forma geral verifica-se a competência desses órgãos sobre as Polícias Militar e Civil. Especificamente no Rio Grande do Sul, a Secretaria de Segurança Pública

(SSPRS) tem como uma das atribuições “integrar as ações constitucionalmente atribuídas aos órgãos de segurança pública: Polícia Civil, Brigada Militar e Instituto-Geral de Perícias, bem como dos serviços penitenciários”.<sup>37</sup>

A autonomia estadual na condução de políticas de segurança culmina na dificuldade de implementação de diretrizes unificadas em âmbito nacional (FREIRE, 2009, p. 104-105). Diante de críticas a essa situação e para integração dos diferentes órgãos responsáveis pela segurança pública no Brasil foi criada, em 1997, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).<sup>38</sup> Atualmente vinculada ao Ministério de Justiça e Segurança Pública, a SENASP tem por competência “assessorar o Ministro de Estado na definição, na implementação e no acompanhamento de políticas, programas e projetos de segurança pública, prevenção social e controle da violência e da criminalidade”,<sup>39</sup> articulando unidades federativas para estruturação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (FREIRE, 2009, p. 105). Segundo Azevedo e Nascimento (2016, p. 654-655), embora a União historicamente tenha uma participação limitada na segurança pública, a criação da SENASP indica uma preocupação maior do governo federal pela temática, com a proposição de iniciativas específicas de integração das políticas nacionais de segurança.

Além disso, a manutenção da separação entre a PM e a PC caracteriza o ciclo incompleto de policiamento. As implicações dessa configuração foram já extensamente estudadas pela literatura nacional, com a identificação de diferenças organizacionais e culturais entre PM e PC, o que recorrentemente acarreta uma postura conflitiva e não cooperativa nas práticas de policiamento, com disputas de competências, *status* e prerrogativas entre cada instituição (AZEVEDO, 2016; NÓBREGA JR., 2010a).

Em suma, em termos de grau de centralização das instituições policiais no Brasil deve-se considerar duas especificidades: diferenças estaduais entre as polícias; o ciclo incompleto de policiamento, com distinção de funções entre PM e PC. Essa descentralização tende a dificultar a realização de estudos generalizantes sobre o policiamento no Brasil. O recorte nacional é recorrente, por exemplo, nas literaturas norte-americana e europeia de policiamento a protestos, as quais tendem a identificar padrões nacionais em detrimento do estudo de características locais das agências estatais de controle (EARL; SOULE, 2006). No Brasil, por outro lado, é

---

<sup>37</sup> Anexo I da Lei Estadual nº 14.733, de 15 de setembro de 2015.

<sup>38</sup> Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997.

<sup>39</sup> Art. 15, I do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 1997.

preciso considerar as implicações teórico-metodológicas dessa “diversidade organizacional” (DELLA PORTA; ATAK, 2015, p. 119).

#### *b) Militarização*

Por militarização entende-se “o processo de adoção e uso de modelos militares, conceitos e doutrinas, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza civil, dentre elas a segurança pública” (ZAVERRUCHA, 2008, p. 178-179). Na prática policial, militarização significa a aplicação de uma lógica bélica, de combate a inimigos no “treinamento, equipamento, filosofia e organização para a questão do policiamento” (JEFFERSON, 1990, p. 16).

A estrutura organizacional das polícias brasileiras mantém um importante grau de militarização, decorrente da manutenção da PM como instituição responsável pelo policiamento ostensivo. Uma das principais marcas de uma lógica militarizada é a hierarquização organizacional (NÓBREGA JR., 2010a). A PM brasileira é caracterizada pela existência de divisões entre as carreiras. Por um lado, há uma carreira para os “praças” (soldados, cabos, sargentos), postos de baixo escalão e ocupados por profissionais de nível médio de instrução; por outro, os postos mais altos são os de “oficiais” (tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel), exigindo-se curso de nível superior para o ingresso. A divisão entre a baixa e a alta hierarquia é permanente, de modo que um praça não pode acessar os postos de oficiais (AZEVEDO, NASCIMENTO, 2016, p. 656).

Na PC, embora não se possa falar em militarização *stricto sensu*, a divisão de carreiras é igualmente bastante demarcada. A principal carreira em termos salariais e de autoridade é a de delegado; os demais agentes e autoridades policiais constituem a tiragem. Cada uma dessas carreiras segue regimes disciplinares específicos, e tal separação causa dificuldades de comunicação profissional (AZEVEDO, NASCIMENTO, 2016).

O alto grau de militarização, no âmbito do controle da ação coletiva, pode ter diferentes impactos sobre as escolhas táticas das forças policiais. Atak (2015) identifica ao menos dois desses impactos: o primeiro deles é a tendência à adoção generalizada de armamentos militarizados - por exemplo, armamentos menos letais - para controle de multidões; o segundo, relativo ao conhecimento policial, é tendência à identificação dos agentes promotores da ação coletiva como “massas irracionais” e como inimigos a serem combatidos para retomada da ordem pública.

c) *Mecanismos de controle*

O grau de *accountability* refere-se ao grau de existência de mecanismos de controle dos cidadãos sobre a atividade policial (DELLA PORTA; REITER, 1998; DELLA PORTA; FILLIEULE, 2004). Tal questão trata, dentre outras, de perguntas como as seguintes:

Existem tribunais especiais para crimes policiais? Quais as restrições legais às políticas da polícia de “atirar para matar”? Quais são os mecanismos para os cidadãos reclamarem contra os maus-tratos policiais? Os policiais são reconhecidos por etiquetas de identificação? Até que ponto o parlamento pode investigar o comportamento da polícia? E qual é o poder do judiciário de responsabilizar os policiais? (DELLA PORTA; REITER, 1998, p. 11, *tradução nossa*)

No Brasil, a literatura sobre segurança pública, de modo geral, identifica a dificuldade de exercício de controle civil sobre a prática policial ostensiva, dado que policiais militares, caso acusados, gozam de foro especial privilegiado para julgamento (Justiça Militar) (SILVA; GURGEL, 2016). A literatura nacional identifica, ainda, o alto grau de discricionariedade e a necessidade de maior fiscalização e controle da atividade policial (SILVA, 2011; NÓBREGA JR., 2010b). Assim, segundo Azevedo (2016, p. 09), “as relações entre as polícias e os cidadãos no Brasil ainda se caracterizam em muitos contextos pela desconfiança, pelo abuso de poder e pela falta de critérios para o uso da força, produzindo altas taxas de mortes praticadas pela polícia e de vitimização policial”.

Especificamente no campo do controle da ação coletiva, o relatório da ARTIGO 19 (2017b), *Repressão às escuras: uma análise sobre transparência em assuntos de segurança pública e protestos*, confirma o diagnóstico da literatura nacional. Após pedidos de informação da ARTIGO 19 a órgãos públicos de todos os estados do país sobre protocolos de uso da força em protestos sociais, apenas dois de 27 estados enviaram tais normativas à ONG - órgãos do Estado do Rio Grande do Sul responderam de forma genérica. A escassez de informações também foi verificada em pedidos de informação para a Secretaria de Segurança Pública e para a PM de São Paulo sobre protestos específicos ocorridos na capital do estado. A conclusão da ARTIGO 19 (2017b, p. 40) é de que “a falta de conhecimento destes manuais e protocolos impossibilita que seja feito o controle da atuação policial pela população”.

### 5.1.3 Características culturais

#### a) *Um legado autoritário*

Na literatura brasileira em segurança pública formou-se relativo um consenso em torno da identificação de um “legado autoritário” nas forças policiais do país (ADORNO; PERALVA, 1997; AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016; CARPENTIEREI, 2017; LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015; MELO FILHO; ZAVERUCHA, 2016; NÓBREGA JR., 2010a; 2010b; PINHEIRO, 1991; 1997; SOUZA, 2015; WEICHERT, 2017; ZAVERUCHA, 2010). A insuficiência de tradução da democratização formal da participação política em uma democratização no campo das instituições estatais de policiamento é interpretada em termos de “dependência de trajetória” (NORTH, 1990), como “um peso determinante do passado” (PINHEIRO, 1991, p. 52) em relação a um paradigma autoritário historicamente arraigado na sociedade brasileira e reforçado, no período ditatorial (1964-1985), pela denominada Doutrina da Segurança Nacional.

A Doutrina da Segurança Nacional, conceito adotado pelas instituições de policiamento durante a ditadura militar, foi formulada pela Escola Superior de Guerra e teve como elemento fundante a “lógica de supremacia inquestionável do interesse nacional” (FREIRE, 2009, p. 103). Tal “interesse nacional”, definido pelas elites políticas, justificaria o uso irrestrito da força visando a “preservação da ordem” (FREIRE, 2009, p. 103). Para preservação da ordem, operava-se uma lógica bélica de identificação de inimigos, entendidos estes como atores que manifestassem contraposição aos “objetivos nacionais” (SILVA; GURGEL, 2016, p. 147). A nível externo, a Doutrina de Segurança Nacional era empregada no combate ao comunismo; internamente, buscava-se suprimir a ação contestatória ao regime, empregando-se ações de censura e perseguição política (FREIRE, 2009).

A transição política brasileira, marcada pelo fim do regime militar em 1985 e consubstanciada na CF/88, representa um período de democratização e de novos arranjos institucionais. Entretanto, no caso específico da segurança pública, esse processo “não propiciou reformas mais profundas nas polícias, na justiça criminal e nas prisões” (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015, p. 124).

Durante as discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, representantes do regime autoritário, diferentemente do que ocorreu em outras subcomissões, fizeram-se presentes na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Segurança, com a ação de 13 oficiais superiores defendendo os interesses militares durante aquele processo (NÓBREGA



JR., 2010b; SILVA; GURGEL, 2016; WEICHERT, 2017). Pela adoção de tal estratégia, Pinheiro (1991; 1997) afirma, com base no estudo clássico de O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986), que o Brasil não passou da “primeira fase” para a “segunda fase” de sua transição, dado que a (re)negociação de pactos da transição brasileira caracterizou-se pela tolerância à manutenção da estrutura militar do regime anterior, não havendo uma institucionalização de práticas democráticas em todos os níveis do Estado.

Assim, embora Freire (2009) identifique a Constituição de 1988 como um marco de mudança de paradigma, pela definição da segurança pública como área destinada à “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (art. 144 CF/88), a literatura nacional enfatiza as contradições e continuidades que o texto constitucional apresenta na organização das forças policiais. Mesclando-se de forma ambígua alguns dispositivos liberais com outros de inclinação militar, a CF/88 atribui *status* constitucional ao aparato policial configurado na ditadura (NÓBREGA JR., 2010b).

Em termos gerais, essa configuração legal implica a manutenção, embora em menor grau em relação ao regime da ditadura, da defesa do Estado como prioridade em relação à defesa do cidadão (SILVA; GURGEL, 2016; SOUZA, 2015; NÓBREGA JR., 2010b). Institucionalmente, como já afirmado, mantém-se o ciclo incompleto de policiamento, e o policiamento preventivo e ostensivo continua atrelado à PM, a qual subordina-se, em última instância, ao Exército (SOUZA, 2015). Assim, agentes policiais formados para atuar nas ruas, diretamente em contato com os cidadãos, seguem adotando treinamento, disciplina e hierarquia militares, uma lógica pautada pelo combate ao inimigo interno. Ainda, às Forças Armadas é atribuída a função de garantidores da lei e da ordem no território do país, o que se traduz na possibilidade de o Presidente da República decidir pela intervenção militar para assuntos de segurança interna por meio da Garantia de Lei e Ordem (GLO) (NÓBREGA JR., 2010b).<sup>40</sup>

A literatura destaca, ainda, a reprodução, no âmbito do policiamento, de práticas e culturas que remetem ao período ditatorial. As polícias no Brasil tendem a atuar de forma violenta e discricionária (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015; PINHEIRO, 1991; SILVA; GURGEL, 2016), e os preceitos legais de preservação de direitos são recorrentemente desconsiderados na prática policial cotidiana (BRETAS; ROSEMBERG, 2013). Assim, os policiais brasileiros, enquanto “burocratas do nível de rua” (LIPSKY, 1980), atuam com

---

<sup>40</sup> Art. 142, CF/88, regulamentada pela Lei Complementar n. 69/91. A adoção do dispositivo de Garantia de Lei e Ordem (GLO) para os recentes megaeventos nos país (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016) e a intervenções militar decretada por Michel Temer em 2018 são exemplos da recorrência da adoção de medidas militarizadas no Brasil contemporâneo.

considerável grau de arbitrariedade e truculência, o que contribui para explicar o paradoxal aumento dos níveis de violência geral experimentado pelo Brasil no período pós-ditadura (WEICHERT, 2017).

Segundo o Atlas da Violência de 2018 (IPEA; FBSP, 2018),<sup>41</sup> no ano de 2016 o Brasil atingiu a marca de 62.517 homicídios, o que equivale a 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes. No ano de 1980, por exemplo, essa taxa era de 11,7 homicídios a cada 100 mil habitantes<sup>42</sup> - ou seja, o índice quase triplicou nesse período. Além disso, comparando-se o Brasil de 2016 com a realidade europeia, identifica-se que a taxa de homicídios no país corresponde a um número 30 vezes maior do que a média da Europa.

Os dados indicam, porém, que a violência letal não se dá de forma aleatória, mas sim opera como mecanismo de reprodução de desigualdades estruturais da sociedade brasileira. A população jovem é a mais atingida, sendo que homicídios correspondem a 56,5% da causa de morte na população jovem entre 15 e 19 anos, e a taxa de homicídios entre homens jovens (entre 15 e 29 anos) é de 280,6 a cada 100 mil habitantes. Além do corte geracional, o Atlas da Violência de 2018 reafirma diferenças de raça/cor entre as vítimas de violência, dado que 71,5% das pessoas assassinadas por ano no Brasil são pretas ou partas (IPEA; FBSP, 2018).

A identificação precisa do papel da ação policial na produção de tais índices é de difícil mensuração. O Atlas da Violência de 2018 informa que as mortes decorrentes de intervenção policial são subnotificadas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), produzindo-se números inferiores aos dos registros policiais. Em 2016, o SIM registrou 1.374 casos de pessoas mortas por intervenção policial; o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que se baseia nos registros policiais, identificou ao menos 4.222 casos no mesmo período (IPEA; FBSP, 2018). Os índices regionais oferecem um quadro mais detalhado: de acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), em 2017 intervenções policiais foram responsáveis por 1.124 homicídios no estado do Rio de Janeiro, o que equivale a cerca de 25% do total de assassinatos naquele estado em 2017.<sup>43</sup> No mesmo ano, 134 policiais militares foram assassinados. Ou seja, apesar da dificuldade de coleta de dados sobre o fenômeno da letalidade policial, é possível verificar que os padrões violentos de interação entre policiais e a população

---

<sup>41</sup> A respeito, ver: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/3/2018>>. Acesso em 17/06/2018.

<sup>42</sup> A respeito, ver: <<https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/paz-tem-voz/taxa-de-homicidios-no-brasil-mais-do-que-dobra-em-30-anos-aowqin86eyv56fxuy9kg6iuz2>>. Acesso em 17/06/2018.

<sup>43</sup> A respeito, ver: <<https://anistia.org.br/noticias/25-dos-assassinatos-rio-de-janeiro-em-2017-foram-cometidos-pela-policia/>>. Acesso em 17/06/2018.

brasileira produzem números significativos de letalidade, vitimando não apenas aqueles que são alvo da ação estatal, como também os próprios policiais (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015; SILVA; GURGEL, 2016).

*b) Conhecimento policial*

Como esse contexto altamente violento traduz-se em conhecimento policial? Segundo Silva (2011), a posição ocupada pelas instituições policiais em sociedades democráticas configura uma tensão entre, de um lado, a possibilidade do uso da força como corolário do monopólio estatal da violência legítima (WEBER, 1970) e, de outro, a necessidade de garantia de direitos individuais. Em outros termos, essa tensão expõe a dificuldade de equilíbrio entre a “demanda por ordem” e o “respeito aos direitos dos cidadãos” (SILVA, 2011, p. 79). Como bem sintetizam Adorno e Peralva sobre o contexto brasileiro:

Por um lado, exige-se dos policiais elevada produtividade, medida pelo número de prisões efetuadas; por lado, pretende-se que eles cumpram essa exigência respeitando rigorosamente os ditames legais. Essa contradição engendra cultura organizacional que estimula verdadeira epidemia de práticas ilegais, cujos valores primordiais são o segredo e a solidariedade *intra pares* (ADORNO; PERALVA, 1997, p. 02).

Na prática, os policiais cotidianamente vivenciam a oposição entre o perigo de sua função - acentuado na realidade brasileira - e a autoridade - potencial de uso da força. Os resultados produzidos por essas oposições dependem, segundo Costa (2004), do lugar ocupado socialmente pelas instituições policiais e pelos mecanismos de controle da atividade policial. Porém, mesmo que garantias contra o uso inapropriado da força estejam estipuladas legalmente, significativa parcela das ações policiais dá-se discricionariamente, em decisões tomadas no dia-a-dia (BITTNER, 2003), guiadas pela “visão de mundo” dos agentes policiais e recorrentemente divergentes com os preceitos legais (PINHEIRO, 1997; NASCIMENTO, 2016; SAPORI, 2007).

Como já afirmado, Wahlström (2007) e della Porta e Fillieule (2004) entendem que a “construção social da realidade” pelos agentes policial (ou conhecimento policial) é uma subcategoria da cultura policial. No Brasil, a literatura indica que os agentes policiais, altamente permeáveis a demandas públicas por medidas punitivas, tendem a ver-se como os atores responsáveis “por limpar a sociedade de indivíduos desviantes, sendo moralmente justificável a ação violenta contra criminosos” (SILVA, 2011, p. 83). Esse papel social dos agentes policiais

contém assim uma carga moral de defesa daqueles, que, em tese, obedecem a lei - e que, portanto, seriam portadores de direitos -, em contraposição àqueles que a infringem - constituindo-se uma separação entre “nós” (cidadãos “de bem”) e “outros” (cidadãos “perigosos”) (SILVA, 2011).

Esse controle policial do crime tende a atuar, assim, de modo seletivo na manutenção da ordem social. Os “outros”, alvos preferenciais das ações repressivas, historicamente tendem a constituir as parcelas marginalizadas da população, camadas sociais às quais tradicionalmente os direitos de cidadania foram negados (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016). A lógica de guerra do militarismo, portanto, opera no Brasil por meio da vinculação das parcelas marginalizadas - majoritariamente jovens e negos - ao papel de “inimigos da ordem”, exercendo-se com frequência sobre essa população usos arbitrários da força e ações de “tolerância zero” (SILVA; GURGEL, 2016; SOUZA, 2015; WACQUANT, 2008) e se configurando um “regime de exceção paralelo” (PINHEIRO, 1991, p. 48).

Na fase de persecução criminal, estudos identificam a tendência à constituição de uma lógica inquisitorial, originada na organização judiciária colonial portuguesa. Essa lógica, que se contrapõe ao modelo acusatório, pressupõe a suspeição do ator indiciado no inquérito policial, relativizando-se a presunção de inocência em favor da criminalização das camadas sociais enquadradas como “inimigas da ordem” (KANT DE LIMA; PIRES, 2014).

Porém, a literatura nacional não circunscreve as instituições policiais como *locus* isolado dessa cultura de tendências autoritárias. Pelo contrário, estudos identificam que a sociedade brasileira é “desacostumada à democracia” (WEICHERT, 2017, p. 111) e intolerante à organização de movimentos de luta por direitos sociais. Não apenas as elites conservadoras, mas considerável parcela das camadas marginalizadas - as quais são objeto recorrente do controle repressivo do Estado - demonstra aprovação à violência estatal, consolidando-se uma cultura legitimadora da reprodução de práticas autoritárias (WEICHERT, 2017, p. 120; PINHEIRO 1997). Essa violência estrutural ou “endêmica” (ZALUAR, 2007) é definida como característica central de categorias sociológicas mais amplas e aplicáveis ao contexto brasileiro, como “sociedades violentamente plurais” (ARIAS; GOLDSTEIN, 2010, p. 04) ou “autoritarismo socialmente implantado” (PINHEIRO, 1991, p. 56).

c) *Breve histórico das interações com manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais*

O conhecimento policial sobre as táticas a serem adotadas para controle da ação coletiva é, em parte, resultado do histórico de interações entre forças policiais e manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais (DELLA PORTA; REITER, 1998). Desde o período colonial, a literatura identifica nas polícias brasileiras o papel de controle de classes populares e de escravos para manutenção da ordem patriarcal e aristocrática (HOLLOWAY, 1997).

Posteriormente, no contexto mais amplo da América Latina, como já demonstrado, Ortiz (2015) identifica no curso do século XX a manutenção de respostas estatais de tendências repressivas ao dissenso até meados dos anos 1980. Nas primeiras décadas do século XX, as forças policiais brasileiras atuavam principalmente no controle à contestação das classes trabalhadoras (PINHEIRO, 1991; WEICHERT, 2017), como controle seletivo a grupos “indesejados” (CALDEIRA, 2000; CHEVIGNY, 1999) ou, nos termos de Ratton (2003, p. 06), para “socialização política da periferia”.

Segundo Ortiz (2015), de 1900 a 1980 as janelas de oportunidades políticas às sociedades civis latino-americanas eram escassas, e as respostas policiais à contestação tendiam a ser autoritárias e violentas, com o uso das forças militares, leis restritivas à organização laboral, suspensão das liberdades civis, prisões em massa, tortura a ativistas, entre outras medidas. De acordo com Weichert (2017), a ditadura militar brasileira amplifica os alvos da violência policial, dado que, para além da classe trabalhadora, dissidentes políticos integrantes de movimentos de oposição ao regime - principalmente estudantes universitários de classe média - passam também a ser controlados violentamente - torturados, mortos, desaparecidos - pelas forças de segurança.

Ortiz (2015) identifica o período de transição democrática (meados dos anos 1980) como um momento de abertura de oportunidades políticas a movimentos sociais e a organizações da sociedade civil no continente latino-americano. Apesar da democratização da participação política e da possibilidade de discussão de um modelo de ordem pública garantidor de direitos (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015), a literatura nacional aponta que a transição democrática foi insuficiente para alterar o padrão histórico de uso das forças policiais para supressão dos conflitos sociais (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016). Segundo Souza (2015, p. 217) “os movimentos sociais, particularmente os Sem-Terra, são vistos como ameaças ao Estado e, portanto, são monitorados de perto pelas polícias e pelo setor de inteligência do exército nacional”. Lima, Sinhoreto e Bueno (2015) entendem que a baixa tolerância à contestação social também explicaria parcialmente as táticas violentas produzidas pelas forças policiais em mobilizações recentes, como o ciclo de protestos de 2013 (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015).

Em suma, “os padrões institucionais e a cultura burocrática que moldaram as práticas policiais no Brasil são muito anteriores” (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016, p. 659) ao período atual, e os estudos nacionais em segurança pública entendem, de modo geral, que essa herança histórica continua a operar nas dinâmicas de interação contenciosa entre os atores promotores da ação coletiva e as forças policiais. Diante desse quadro, pesquisadores questionam como qualificar a democracia brasileira. Segundo Caldeira e Holston (1999), a ampliação de direitos políticos e sociais produzida pela transição democrática deu-se desacompanhada da ampliação de direitos civis, o que caracterizaria uma “democracia disjuntiva”. Nóbrega Jr. (2010b, p. 74) adota o conceito de “semidemocracia” para caracterizar o hibridismo institucional de um país que em alguns campos possui características democráticas, mas em outros mantém tendências autoritárias (ADORNO; PERALVA 1997).

## **5.2 Os serviços de inteligência**

Os serviços de inteligência são “organizações governamentais especializadas na coleta e na análise de informações sobre temas, indivíduos e organizações relevantes para os processos decisórios nas áreas de política externa, política de defesa nacional e manutenção de ordem pública” (CEPIK; AMBROS, 2009, p. 30-31). Devido ao caráter ofensivo e defensivo desses serviços, bem como à atuação em áreas específicas, as organizações de inteligência compõem o aparato coercitivo dos Estados contemporâneos em conjunto com as forças armadas e as polícias (CEPIK; AMBROS, 2009; CARPENTIERI, 2017).

Quando as organizações que compõem os serviços de inteligência atuam de forma coordenada, respeitando determinado grau de verticalização entre diferentes órgãos, configura-se um sistema de inteligência (ANTUNES, 2001). Os sistemas de inteligência adotados nos países ocidentais envolvem dois processos centrais, compondo-se o denominado ciclo de inteligência (HERMAN, 1996, p. 56). Este é formado por um primeiro estágio, de coleta de informações, e por um segundo estágio, de análise de informações (ANTUNES, 2001; CARPENTIERI, 2017; CEPIK, 2002). Além da coleta e da análise, compõe o ciclo de inteligência “a proteção e negação de informações consideradas sensíveis para a segurança nacional”, atividade denominada “contra-inteligência” e focada na garantia do sigilo de determinadas informações (ANTUNES, 2001, p. 31).

Identificam-se outras categorias que dividem as informações da inteligência segundo diversos critérios (CEPIK, 2002). Por exemplo, é possível distinguir inteligência interna de inteligência externa. A primeira centra-se em informações relativas a grupos e indivíduos que

agem dentro do país por meio de atividades supostamente ilegais ou ilegítimas. A segunda refere-se a relações com indivíduos ou grupos cujo campo de ação situa-se em território internacional (ANTUNES, 2001).

Para o presente trabalho, interessa especialmente o âmbito interno das atividades de inteligência em interação com o campo da segurança pública. Como afirma Antunes (2001, p. 24), “a relação entre a atividade de inteligência e a segurança é estreita”, dado que as forças de segurança podem avaliar estratégias a serem adotadas com base no conhecimento produzido pelos serviços de inteligência. No entanto, ao menos teoricamente, inteligência e segurança são áreas separadas, cabendo aos serviços de inteligência um papel consultivo (e não executivo) em relação à segurança pública (ANTUNES, 2001). A seguir são apontadas as características organizacionais e culturais dos serviços e sistemas de inteligência do Brasil. Como bem apontado por Cepik e Ambros (2009), essa espécie de atividade não é exclusiva do país, operando em diversos contextos de regimes políticos democráticos, como “realidade concreta da máquina governamental contemporânea” (CEPIK; AMBROS, 2009, p. 31).

### 5.2.1 Configuração legal

A atual estrutura dos serviços de inteligência no país foi constituída no período pós-transição democrática. Uma vez extinto pelo governo Collor o antigo Sistema Nacional de Informações (SNI), o qual operava durante o regime militar, no mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso desenvolveu-se o processo que culminaria na criação de um novo órgão central de inteligência no país (ZAVERRUCHA, 2008). No curso da primeira metade da década de 1990 desenvolveu-se um debate legislativo em torno do tema, mas Fernando Henrique Cardoso<sup>44</sup> atribuiu ao Poder Executivo a responsabilidade pela criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), com a nomeação do general Fernando Cardoso como encarregado da estruturação do órgão. Assim, as Forças Armadas tiveram um papel central no processo de criação da Abin (CARPENTIERI, 2017; ZAVERRUCHA, 2008).

No ano de 1999 foi criado o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), um ministério ocupado por militares e ao qual a Abin seria subordinada. Esta foi criada também em 1999, com a função de “planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País”.<sup>45</sup> O projeto e a atuação da Abin têm sido, desde a sua criação, objeto de

---

<sup>44</sup> Medida provisória n. 813.

<sup>45</sup> Art. 3º da Lei n. 9.883/99.

controvérsias, seja pela militarização do órgão, seja por denúncias de espionagem política (CARPENTIERI, 2017; ZAVERUCHA, 2008), embora parcela da literatura interprete como “positiva” a trajetória institucional da Abin (CEPIK; AMBROS, 2009). No mesmo dispositivo legal foi criado o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), o qual “integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional”.<sup>46</sup>

Especificamente no campo da segurança pública, foi criado em 2000 o Subsistema de Inteligência e Segurança Pública (SISP), “com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País”.<sup>47</sup> Os órgãos que compõem o referido sistema são o Ministério da Justiça, da Defesa e da Integração Nacional e o GSI, cabendo a eles “identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza”.<sup>48</sup>

O SISP foi regulamentado pela SENASP.<sup>49</sup> A arquitetura do SISP estipula que o setor de inteligência de cada órgão de segurança pública é uma Agência de Inteligência (AI) no âmbito da Rede Nacional de Inteligência e Segurança Pública. Essa configuração significa que a seção de inteligência da Polícia Civil, o serviço de inteligência da Polícia Militar (o chamado P2) e o serviço de inteligência penitenciária de cada estado da União constituem uma AI. Os chefes de cada um desses serviços compõem o Conselho Nacional de Chefes de Organismos de Inteligência de Segurança Pública (CARPENTIERI, 2017).

Em 2016, Michel Temer<sup>50</sup> fixou a Política Nacional de Inteligência (PNI), a qual “define os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência”. Além de estipular pressupostos de obediência das atividades de inteligência aos princípios direitos e garantias constitucionais, o documento afirma que tais atividades constituem “instrumento de assessoramento” do Estado e não podem se colocar “a serviço de grupos, ideologias e objetivos mutáveis e sujeitos às conjunturas político-partidárias”. Em 2017, Michel Temer aprovou a Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT).

---

<sup>46</sup> Art. 1º da Lei n. 9.883/99.

<sup>47</sup> Art. 1º do Decreto Federal n. 3.695/00.

<sup>48</sup> Art. 3º, § 3 do Decreto Federal n. 3.695/00.

<sup>49</sup> Resolução n. 1/2009.

<sup>50</sup> Decreto n. 8.793/16.



## 5.2.2 Características organizacionais

### *a) (Des)centralização*

A recente promulgação legal da PNI e da ENINT apontam no sentido de uma concepção integrada da inteligência no Brasil; porém, os efeitos de tais propostas ainda não podem ser avaliados. De modo geral, a literatura na área aponta a dificuldade de estruturação de uma lógica de sistema na operacionalização da inteligência nacional. Tendo como órgão central a Abin, o SISBIN tem sido objeto de críticas, dado que a referida lei não estipulou como se operaria a integração entre os órgãos que compõem o sistema (ANTUNES, 2001; CARPENTIERI, 2017).

No caso específico da inteligência para segurança pública, embora o SISP componha o SISBIN, Carpentieri (2017) afirma que há um importante grau de autonomia dos órgãos policiais na produção de inteligência, de modo que o SISP configuraria um sistema paralelo ao SISBIN. Ademais a forma de integração dos setores de inteligência às dinâmicas e rotinas das Polícias Civil e Militar de cada ente federativo apresenta-se como uma problemática, de forma que recorrentemente tais setores não integram efetivamente a atuação policial.

### *b) Militarização*

Outro aspecto salientado pela literatura a respeito dos serviços de inteligência no Brasil é a militarização (CARPENTIERI, 2017; NÓBREGA JÚNIOR, 2010a; ZAVERUCHA, 2008). Desde a criação do Conselho de Defesa Nacional no ano de 1927 à posterior fundação do SNI durante o regime militar, aponta-se um vínculo histórico entre atividades de inteligência e Forças Armadas, com a adoção de doutrinas, estruturas e organizações militares nos serviços de inteligência (CARPENTIERI, 2017). Apesar da extinção do SNI pelo governo Collor, a criação da Abin no governo Fernando Henrique Cardoso tem sido interpretada como um processo de manutenção das características militares da inteligência brasileira (CARPENTIERI, 2017; NÓBREGA JR., 2010a; ZAVERUCHA, 2008). O governo Lula não produziu mudanças nesse quadro (ZAVERUCHA, 2008).

Além da subordinação institucional ao GSI e da composição de uma estrutura interna hierarquizada, elementos que caracterizam a Abin, o SISP é também interpretado pela literatura como um componente da militarização dos serviços de inteligência. A autonomia de serviços como o P2 da PM, por exemplo, produziria informações que podem ser disponibilizadas às

Forças Armadas, dado o fato de que estas estão institucionalmente vinculadas à PM (NÓBREGA JR., 2010a; ZAVERUCHA, 2008).

*c) Mecanismos de controle*

A respeito dos mecanismos de controle a serviços de inteligência, Zaverucha (2008, p. 117) afirma que “uma das tarefas políticas mais difíceis é controlar os serviços de inteligência; há uma inerente tensão entre democracia e tais serviços”. Dado o caráter sigiloso das atividades de inteligência, as quais tendem a operar de forma pouco visível à esfera pública, identificam-se dilemas e tensões entre democracia - a qual privilegia a transparência - e inteligência (CEPIK; AMBROS, 2009). Considerando-se ainda as características específicas das organizações policiais no Brasil, o debate sobre os mecanismos de controle democrático é central na literatura nacional (ANTUNES, 2001; CARPENTIERI, 2017; CEPIK, 2002; MATHIAS; ANDRADE, 2012; NÓBREGA JÚNIOR, 2010a; ZAVERUCHA, 2008). Tais mecanismos de controle buscariam evitar a prática de ilegalidades pelos agentes estatais de inteligência, bem como estipulariam responsabilizações em caso de cometimento de ilegalidades (CARPENTIERI, 2017).

De modo geral, predomina uma leitura crítica à forma como se configuraram esses mecanismos no Brasil. Além de um controle mais amplo de caráter militar pela subordinação dos serviços de inteligência ao GSI, “não existem mecanismos políticos e jurídicos de controle democrático por parte da sociedade civil” (CARPENTIERI, 2017, p. 345) em relação à Abin e ao SISBIN. A principal forma de controle é a fiscalização dos serviços de inteligência pelo Poder Legislativo.<sup>51</sup> Tal controle seria realizado por uma comissão mista (Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI), composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, somados aos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Segundo Zaverucha (2008, p. 180), porém, esse seria “um controle de faz-de-conta”, pela falta de continuidade da comissão, a qual apenas se reúne em momentos de crise. Ademais, essa comissão não possui competência em relação aos serviços de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal (NÓBREGA JÚNIOR, 2010a). De forma divergente da parcela majoritária de literatura, Cepik e Ambros (2009, p. 32) apontam para uma tendência nacional

---

<sup>51</sup> Art. 6º da Lei n. 9.883/99.

de “consolidação democrática” na subordinação dos órgãos de segurança do Estado a procedimentos de controle.

### 5.2.3 Características culturais

#### a) *Um legado autoritário*

A primeira notícia de criação de um serviço de inteligência no Brasil remonta a 1927, quando, sob o governo de Washington Luís, foi criado o Conselho de Defesa Nacional.<sup>52</sup> O órgão constituiu-se com a função de coordenar “informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria” (ANTUNES, 2001, p.42-43; CARPENTIERI, 2017, p. 326). O contexto de fundação do Conselho de Defesa Nacional indica um vinculação originária entre serviços de inteligência e processos políticos no país, dado que o Conselho foi criado na década de 1920, período marcado por crescentes mobilizações sociais, como aquelas produzidas pelo movimento tenentista e pelo movimento operário (ANTUNES, 2001; CARPENTIERI, 2017). O foco do Conselho sobre a “defesa nacional” demonstrava uma preocupação com questões políticas internas em detrimento de ações de âmbito internacional.

No período do governo Vargas, os serviços nacionais inteligência foram reorganizados, criando-se a Comissão de Estudos de Defesa Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional. O Conselho de Defesa Nacional passou a denominar-se Conselho Superior de Segurança Nacional. Apesar das alterações de nomenclatura, a literatura não identifica mudanças significativas de atuação dos órgãos de inteligência, mantendo-se o foco sobre a defesa nacional e a forte presença das Forças Armadas (ANTUNES, 2001; CARPENTIERI, 2017).

Já em período posterior, no contexto da Guerra Fria, desenvolveu-se mundialmente uma autonomização da atividade de inteligência como mecanismo de guerra contra adversários externos, ao mesmo tempo em que se expandiu o uso da inteligência como instrumento de controle interno de grupos considerados “subversivos” (ANTUNES, 2001). No Brasil, em 1946, foi criado Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI), tendo como inspiração os moldes da *Central Intelligence Agency* (CIA) estadunidense. O SFICI

---

<sup>52</sup> Decreto 17.999/27.

consolidou a tendência de utilização da inteligência para fins de controle da contestação política, principalmente sobre grupos considerados de esquerda, alvos preferenciais na “guerra interna” de “combate ao comunismo”. A Subseção de Segurança Interna (SSI), por exemplo, monitorava possibilidades de ocorrências “subversivas”, partidos políticos, organizações sociais de base e movimentos estudantis (ANTUNES, 2001; MATHIAS; ANDRADE, 2012). Uma novidade implementada pelo SFICI consistiu no desenvolvimento de atividades de “contra-inteligência” para proteção das informações coletadas (MATHIAS; ANDRADE, 2012).

Logo após o golpe militar de 1964 criou-se o órgão que se tornaria central para a avaliação - majoritariamente negativa - dos serviços de inteligência no país (ANTUNES, 2001), o Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>53</sup> O SNI possuía como objetivo “superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação, principalmente aquelas atinentes à segurança nacional” (CARPENTIERI, 2017, p. 238). A partir de uma arquitetura organizacional que incluía a Agência Central, a Seção de Informações Estratégicas, a Seção de Operações Especiais e a Seção de Segurança Interna, o SNI coletava informações e as tornava disponíveis ao Presidente da República (ANTUNES, 2001).

Inicialmente formulado com fins de implementação de uma “doutrina nacional de informações” (ANTUNES, 2001, p. 56), o SNI cresceu vertiginosamente a partir de 1968, quando grupos ativistas passaram a adotar táticas violentas de confronto em oposição ao regime, configurando-se uma “guerra de guerrilhas” ou um período de “luta armada” no território nacional. A criação do Sistema Nacional de Informação (SISNI) em 1970 sofisticou a “comunidade de informações” responsável pela “repressão política” aos grupos que contestavam o regime (CARPENTIERI, 2017, p. 328).

Segundo Carpentieri (2017, p. 330), o controle a grupos dissidentes durante a ditadura não operava nos “porões” - ou seja, à margem do Estado -, mas sim era praticado como “política estatal” com base da Doutrina de Segurança Nacional. A estrutura de inteligência constituía elemento central para o monitoramento e a identificação dos “inimigos internos”, potencialmente desestabilizadores da “ordem” e recorrentemente associados ao “comunismo” (CARPENTIERI, 2017, p. 328). Essa arquitetura institucional da inteligência, além da base formada pelo SNI, passou a ser formada pelo Destacamento de Operações e de Informações, pelos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), pelos Departamentos de Ordem

---

<sup>53</sup> Lei n. 4.341/64.

Pública e Social (DOPS), além do Serviço Reservado da Polícia Militar (P2) (CARPENTIERI, 2017).

Mesmo com o primeiro governo civil pós-ditadura, em 1985, e com a CF/88, o SNI, órgão de forte vinculação com o regime militar, não foi extinto, sendo utilizado no monitoramento de greves durante o governo Sarney (CARPENTIERI, 2017). A extinção do SNI ocorreu em 1990. Em substituição, o então presidente Collor criou a Subsecretaria de Inteligência, subordinada à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), ambas coordenadas por civis (ANTUNES, 2001; ZAVERUCHA, 2008). Porém, como já demonstrado, a posterior criação da Abin manteve a estrutura militarizada dos serviços de inteligência no país (CARPENTIERI, 2017; ZAVERUCHA, 2008).

*b) Abertura à discricionariedade e a cultura do sigilo*

A legislação brasileira adota um conceito amplo de inteligência (ANTUNES, 2001; CARPENTIERI, 2017; NÓBREGA JR., 2010b; ZAVERUCHA, 2008). No dispositivo legal que cria a Abin e o SISBIN, inteligência é definida como

a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.<sup>54</sup>

Antunes (2001) entende que essa definição torna pouco precisos a especificidade e os limites desse tipo de atividade. Além disso, as temáticas sobre as quais estaria vinculada a atividade de inteligência são definidas por conceitos genéricos como “interesse nacional” e “segurança da sociedade e do Estado”. Segundo a literatura da área, o conceito amplo de inteligência tende a ser permissivo ao uso dessa atividade de forma muito abrangente (CARPENTIERI, 2017; NÓBREGA JR., 2010b; ZAVERUCHA, 2008) e potencialmente abusiva. A amplitude interpretativa que justificaria o uso abrangente dos serviços de inteligência também dificultaria a responsabilização de agentes estatais por práticas contrárias a direitos e garantias fundamentais - como o direito à privacidade (NÓBREGA JR., 2010b).

Assim como nos casos da Abin e do SISBIN, a regulamentação do SISP é criticada pela literatura. No entendimento de Carpentieri (2017), o conceito de “inteligência e segurança

---

<sup>54</sup> Art. 1º, § 2º, Lei n. 9.883/99.

pública”<sup>55</sup> do SISP é muito amplo, possibilitando a utilização da inteligência para um conjunto de atividades que transcende a aplicação da lei e o combate ao crime. A adoção de conceitos genéricos como “segurança pública” e “ordem pública” permitiria a mobilização circunstancial dessas categorias para fins políticos pelos aparatos policiais, como no “monitoramento de demandas sociais” (CARPENTIERI, 2017, p. 344).

Ademais, um dos elementos principais dos serviços de inteligência, não por acaso também denominados “serviços secretos”, é a ideia de sigilo ou segredo. Este é conceituado por Antunes (2001, p. 24-25) como “um saber de acesso particularizado a uma informação privilegiada, que cria alianças e divisões sociais e espaciais por aqueles que o compartilham”. Embora existam em quase todos os países do mundo, inclusive em democracias consolidadas, os serviços de inteligência envolvem preocupações a respeito da forma como as informações sigilosas são mobilizadas pelos agentes estatais (CEPIK; AMBROS, 2009, p. 29). Assim, o sigilo com que as informações de inteligência operam é uma “fonte permanente de risco”, dado que os próprios cidadãos podem ser alvo de estratégias e táticas de vigilância (CEPIK; AMBROS, 2009, p. 31).

A ideia de “segredo governamental” é justificada por teóricos da área da inteligência como forma de salvaguarda de informações sensíveis para o Estado, o qual se protege de adversários por meio de práticas de contra-inteligência (ANTUNES, 2001). Porém, uma parcela da literatura identifica no caso do Brasil uma valorização da tradição do segredo em detrimento da transparência estatal, principalmente quanto a informações referentes a potenciais “ameaças à estabilidade política” do país (MATHIAS; ANDRADE, 2012, p. 538). Essa “cultura do segredo” seria o resultado da formação histórica de um Estado burocrático, afastado das arenas públicas de discussão e altamente militarizado.

*c) Breve histórico de interações com manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais*

Considerando-se que “a habilidade de controlar fluxos e acervos informacionais é decisiva para a capacidade de dominação de qualquer grupo que esteja maximizando poder,

---

<sup>55</sup> “Inteligência de Segurança Pública: é a atividade permanente e sistemática via ações especializadas que visa identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais sobre a segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem planejamento e execução de políticas de Segurança Pública, bem como ações para prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza, de forma integrada e em subsídio à investigação e à produção de conhecimentos” (art. 1º, § 4º, III, Resolução n. 1/2009).

seja sob um regime democrático ou autocrático” (CEPIK, 2002, p. 11) e que o segredo por meio do qual os serviços de inteligência operam tensiona a ideia de transparência democrática, as relações entre serviços de inteligência e movimentos sociais tende a ser complexa. Cepik (2002) entende que, no limite, serviços de inteligência podem ser instrumentalizados por um governo para combate de oponentes políticos internos.

No Brasil, como já demonstrado, a própria criação do primeiro serviço de inteligência, em 1927, esteve vinculada a um contexto de mobilização dos movimentos operários. No curso do século XX, foi recorrente a associação, no país, entre inteligência e controle de mobilizações e de grupos políticos contestatórios (ANTUNES, 2001; CARPENTIERI, 2017). Especialmente a atuação do SNI durante o regime militar, com a afirmação de uma lógica de combate ao inimigo interno baseada na Doutrina de Segurança Nacional, ficou marcada pela “obsessão anticomunista” e pela consequente utilização de atividades de inteligência como instrumentos repressivos (CARPENTIERI, 2017; MATHIAS; ANDRADE, 2012; ZAVERUCHA, 2008).

No período pós-democratização, Antunes (2001) entende que existe um “estigma” em relação aos serviços de inteligência no Brasil devido ao histórico de relação de tais serviços com práticas repressivas. Nesse sentido, a Abin tem sido analisada sob uma perspectiva crítica por importante parcela da literatura nacional, a qual identifica a utilização da agência para fins políticos (CARPENTIERI, 2017; NÓBREGA JÚNIOR, 2010a; ZAVERUCHA, 2008). Carpentieri sintetiza essa análise crítica dos serviços de inteligência no Brasil pós-transição democrática:

A transição representou o momento em que se pode dar uma forma jurídico-política ao mecanismo que substituiu o aparato repressivo de enfrentamento da guerra revolucionária voltado para o inimigo interno por um mecanismo reativo de prevenção e de gestão de crises institucionais, como ocorre com o Gabinete de Segurança Institucional, no qual está alocado a Abin e o Sisbin. Estruturou-se a partir desse dispositivo constitucional o modelo militarizado de preservação institucional, que permitiu a atuação de instituições movidas pelo discurso da guerra em defesa da sociedade. A ausência crônica de mecanismos de controle e responsabilização sobre a atividade de inteligência tem a função latente, portanto, de preservar as antigas táticas de vigilância interna, direcionadas para a sociedade brasileira, surgidas durante o período ditatorial (CARPENTIERI, 2017, p.349).

### **5.3 Os centros integrados de comando e controle**

Um dos principais pontos de conexão entre as polícias e os serviços de inteligência, no contexto brasileiro recente, situa-se no desenvolvimento dos centros integrados de comando e

controle (CICC). Tais centros, embora tenham sido principalmente implementados como política de segurança pública para os megaeventos Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, têm uma origem anterior, que remonta à “Doutrina Militar de Comando e Controle” (CARDOSO, 2013; SOARES; BATITUCCI, 2017). O Ministério da Defesa define o princípio do comando e controle como:

Ciência e arte que trata do funcionamento de uma cadeia de comando e, nessa concepção, envolve, basicamente, três componentes:

- a) a autoridade legitimamente investida apoiada por uma organização da qual emanam as decisões que materializam o exercício do comando e para onde fluem as informações necessárias ao exercício do controle;
- b) a sistemática de um processo decisório que permite a formulação de ordens, estabelece o fluxo de informações e assegura mecanismos destinados à garantia do cumprimento pleno das ordens; e
- c) a estrutura, incluindo pessoal, equipamento, doutrina e tecnologia necessários para a autoridade acompanhar o desenvolvimento das operações.<sup>56</sup>

Elementos que se destacam da concepção de comando e controle são os conceitos de “Guerra Centrada em Redes” (CGR) e de “Superioridade da Informação”:

A Guerra Centrada em Redes (GCR) é uma forma de atuar na guerra com a visão específica oriunda da era da informação. Caracteriza-se pelo estabelecimento de um ambiente de compartilhamento da consciência situacional, de modo a contribuir para a obtenção da superioridade de informação e da iniciativa, mesmo que os elementos da força estejam dispersos geograficamente. É um conceito novo e que deverá ser acompanhado e aplicado nas oportunidades cabíveis de acordo com as possibilidades das Forças Armadas.

[...]

A Superioridade de Informação é a capacidade de fornecer informações pertinentes aos usuários interessados, no momento oportuno e no formato adequado, negando ao adversário as oportunidades de atingi-la. Envolve a habilidade de criar uma vantagem por meio da utilização dessas informações quando em confronto com o oponente. A GCR reconhece a informação como um insumo central nos conflitos de hoje.<sup>57</sup>

Esses princípios dispõem que, em um contexto contemporâneo no qual o acesso à informação é um recurso estratégico para a tomada de decisões, a coleta e análise de dados sobre eventos passados e sobre oponentes é um fator central. Essa concepção legitima o policiamento fundado nas ações de inteligência (ou *intelligence-led policing*). A incorporação

---

<sup>56</sup> Portaria Normativa nº 1888/EMD/MD, de 29 de dezembro de 2006, p. 13.

<sup>57</sup> Portaria Normativa nº 1888/EMD/MD, de 29 de dezembro de 2006, p. 47.



de novas tecnologias é, nesse sentido, entendida como uma forma de impulsionar o trânsito institucional de informações, alcançando-se vantagens estratégicas sobre oponentes em contextos diversos, não restritos à guerra (ALBERTS, 2009; SOARES; BATITUCCI, 2017). Segundo César, entrevistado que trabalha no Centro Integrado de Comando da cidade de Porto Alegre (CEIC), o comando e controle (C<sup>2</sup>) é direcionado a “facilitar, na realidade, a reunião de informações e produção de conhecimento para a gestão”.

Os CICC são instrumentos desenhados para materializar essas concepções. Tais centros são “estruturas físicas dotadas de grande aparato tecnológico” (SOARES; BATITUCCI, 2017, p. 218), concebidos, para além das tecnologias que os compõem, como “um arcabouço de procedimentos, protocolos e comunicações previamente estabelecidos, treinados e integrados”.<sup>58</sup> No contexto dos megaeventos, os CICC foram criados com o objetivo de

proporcionar uma imagem fiel e em tempo real do panorama local e global dos eventos e dos recursos envolvidos nas operações e incidentes relacionados à segurança pública, defesa civil, segurança privada e mobilidade urbana, a fim de embasar a tomada de decisão por parte das instituições.<sup>59</sup>

As justificativas para a implementação dos CICC no contexto dos megaeventos são fundamentadas pela ideia de “integração”. Segundo o documento *Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*, a integração é o “maior legado” do megaevento para o país no âmbito da segurança. Nos termos do documento,

...todos os esforços devem ser direcionados à efetiva integração das instituições brasileiras, e dessas com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, pois, como se sabe, *a ausência de integração entre os diversos órgãos é um dos grandes fatores que obstaculizam a redução dos índices de criminalidade e desperdiçam recursos públicos.*

*Todo o escopo do planejamento estratégico para a segurança pública durante a Copa do Mundo objetiva à integração das instituições, com consequentes resultados na forma de utilização de recursos humanos, materiais e financeiros. (BRASIL, 2012, p. 13, grifos nossos)*

Os CICC, como parte da estratégia de segurança para os megaeventos, foram projetados para compor o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC). Este abrange:

I - 1 Centro Integrado de Comando e Controle Nacional – CICC/N

---

<sup>58</sup> Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, p. 35.

<sup>59</sup> Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, p. 34.

- II - 1 Centro Integrado de Comando e Controle Nacional Alternativo – CICCNA
- III - 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais – CICCRR
- IV - 27 Centros Integrados de Comando e Controle Móveis – CICCMM
- V - 12 Centros Integrados de Comando e Controle Locais – CICCCL
- VI - 36 Plataformas de Observação Elevada – POE

A cidade de Porto Alegre atualmente conta com dois centros integrados de Comando e Controle, um de âmbito estadual - o Centro Integrado de Comando e Controle (CICCRS) - e um de âmbito municipal - o Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre (CEIC). A seguir são descritas as estruturas desses centros.

### **5.3.1 O Centro Integrado de Comando e Controle do Rio Grande do Sul**

#### *a) Implementação*

A história recente do investimento em tecnologias policiais no estado do Rio Grande do Sul e especificamente na cidade de Porto Alegre remonta ao fim dos anos 1990, com a inauguração do Telecentro de Atendimento Integrado (TAI) em dezembro de 1998. A criação do TAI foi direcionada ao atendimento dos cidadãos em emergências; porém, o telecentro enfrentou diversos problemas estruturais, apresentando dificuldades de atender a demanda em horários de pico, problemas de comunicação e de conservação relacionados à ausência de cabos de fibra ótica, entre outras insuficiências técnicas. Sob alegação de que o telecentro apresentava esses problemas de funcionamento, o TAI foi parcialmente desativado em fevereiro de 1999.<sup>60</sup>

Em substituição ao TAI foi inaugurado em setembro de 2000 o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP). Criado com a proposta de uma política de integração dos órgãos relacionados à segurança pública no estado, o CIOSP, vinculado à Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul (SJSRS), agregou no mesmo espaço setores da PM, do Corpo de Bombeiros, da PC e do Instituto-Geral de Perícias (IGP). Por meio do CIOSP, criou-se uma rede interna de consultas e de estatística policial, a CIOSPNET, que poderia ser acessada para acompanhamento de viaturas, de mapas de criminalidade e do atendimento a chamadas. O acesso a essa rede foi disponibilizado a administradores policiais,

---

<sup>60</sup> Fonte: <<https://estado.rs.gov.br/servicos-de-emergencia-agilizados-no-ciosp>>. Último acesso em: 03/12/2019.

a delegados do polícia e a oficiais comandantes, tanto para planejamento quanto para acompanhamento de ações. A implementação desse sistema permitiu a criação de protocolos únicos por caso, acessíveis a todas as instituições agregadas no CIOSP.<sup>61</sup>

Ainda, constituído com uma estrutura técnica direcionada a solucionar os problemas enfrentados pelo antigo TAI, o CIOSP recebeu acesso aos dados sobre criminalidade possuídos pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). Foram também instalados rádios conectados ao CIOSP nas viaturas da Polícia Civil e da Polícia Militar. Por fim, com o passar dos anos o CIOSP passou a contar com o desenvolvimento de um sistema de videomonitoramento, cuja origem, segundo Fernando, um dos policiais militares entrevistados para este trabalho, remonta ao ano de 2004, quando o centro congregou cerca de 40 câmeras.

Em substituição ao CIOSP e inaugurado em junho de 2014, o CICCERS é uma solução de gestão de segurança pública e se baseia no investimento em tecnologia da informação para planejamento e operacionalização de ações, com ênfase sobre a integração entre diferentes instituições vinculadas à área da segurança. Dentre outras funções, o CICCERS integra órgãos do estado em grandes eventos e em operações “dirigidas à diminuição da violência e da criminalidade”.<sup>62</sup> O centro é administrado pela Secretaria de Segurança Pública (SSPRS) e mais especificamente pelo Departamento de Comando e Controle Integrado (DCCI). Os órgãos que compõem a operacionalização do CICCERS são a PC, a PM, o Corpo de Bombeiros, o IGP e a Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE). O centro foi projetado para o trabalho diário de cerca de 270 servidores. Em termos de estrutura, o CICCERS é mantido pela PROCERGS e tem seu prédio localizado junto à sede da SSPRS.

---

61 Fonte: <<https://estado.rs.gov.br/servicos-de-emergencia-agilizados-no-ciosp>>. Último acesso em: 03/12/2019.

62 Fonte: <<http://www.ssp.rs.gov.br/departamento-de-comando-e-controle-integrado>>. Último acesso em: 20/07/2017.

**Figura 11 - Projeto do CICCRS**

Fonte: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/05/cameras-poderao-monitorar-ate-2-mil-pontos-de-porto-alegre-na-copa.html>>. Fotografia: SSPRS.

O CICCRS tem seu foco de atuação direcionado para a área da segurança pública. Segundo Antônio Scussel, diretor do DCCI à época da inauguração do centro, o projeto foi desenhado com duas finalidades: “a primeira é ter uma visualização em tempo real do que está acontecendo. E depois, com as imagens gravadas, nós temos a condição de formar a prova para investigação da Polícia Civil”.<sup>63</sup> Em suma, as tecnologias do CICC ficam à disposição da PM, no controle das situações das ruas em tempo real, e da PC, no uso dos dados coletados como indícios em inquéritos.

#### *b) Aparatos tecnológicos*

O CICCRS dá continuidade às operações do antigo CIOSP e tem sua inauguração, como já referido, vinculada à Copa do Mundo de 2014. A construção do CICC na cidade de Porto Alegre foi decorrente do investimento de cerca de R\$ 40 milhões pelo Ministério da Justiça, representado pela SESGE, como parte da estratégia de segurança para a Copa (FIAMMINGHI, 2017). O investimento em tecnologias para os grandes eventos no país envolveu a formalização de parcerias público-privadas (PPPs), com a concorrência, por meio de licitação, de diferentes

---

<sup>63</sup> Fonte: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/05/cameras-poderao-monitorar-ate-2-mil-pontos-de-porto-alegre-na-copa.html>>. Último acesso em: 11/02/2020.

empresas pela possibilidade de fornecer as tecnologias necessárias à construção dos centros. No CICCRS, destacam-se as empresas *Helmut Mauell do Brasil Ltda*, *Systrade Tecnologia* e *Aeromot*.

Os CICCs de cada cidade-sede da Copa possuem um *videowall* composto por monitores de LCD com *blacklight* lâmpada ou *blacklight* LED. Cada módulo (monitor) possui uma medida diagonal de 55 a 60 polegadas e permite a visualização de 8 vídeos com qualidade D1 a 30 frames por segundo. Cada *videowall* foi construído para operar continuamente, 24hs por dia.<sup>64</sup> A empresa responsável por prover essa tecnologia foi a *Helmut Mauell do Brasil Ltda.*, subsidiária da empresa alemã *Helmut*.<sup>65</sup> A *videowall* do CICCRS, em sua sala operacional ou *Network Operation Center* (NOC), possui 14x4 metros e é composto por 56 módulos. A sala foi projetada para contar com 56 posições de despacho de viaturas e 48 posições de videomonitoramento.<sup>66</sup>

**Figura 12 - Videowall do CICCRS**



Fonte: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/com-21-mil-cameras-big-brother-da-copa-e-inaugurado-em-porto-alegre.html>>. Fotografia: Rafaella Fraga.

<sup>64</sup> Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>65</sup> “A Mauell é especializada em projetar e desenvolver tecnologias para data centers, transporte, telecomunicações, cidades inteligentes, energia elétrica, segurança, governo, defesa, inteligência, subestações e indústria. A Helmut Mauell foi vencedora da licitação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, em 2013, para aquisição de solução de *videowall* para os Centros Integrados de Comando e Controle, no valor de R\$ 24,3 milhões”. Fonte: <https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>66</sup> Fonte: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/conheca-estrutura-do-cicc-o-big-brother-da-copa-em-porto-alegre.html>>. Último acesso em: 11/02/2020.

As imagens reproduzidas no *videowall* são captadas por câmeras de videomonitoramento, situadas em diferentes pontos da cidade. O projeto do CICCRS previu a reprodução de imagens de até 2,1 mil câmeras de videomonitoramento em Porto Alegre.<sup>67</sup> Além da estrutura física das câmeras, estas são operadas por meio de um *software* de gerenciamento de vídeo denominado *Digifort Internet Protocol Surveillance System*. Este *software* foi desenvolvido pela *Systrade Tecnologia*, uma empresa que controla cerca de 80% do mercado nacional de segurança de câmeras de alta definição. O *Digifort* permite a aplicação de

uma interface dinâmica e inteligente através de uma gama de variáveis para as imagens que deslizam na tela, e claramente automatizam a fase analítica de reconhecer comportamentos possíveis ou desviantes, pessoas aglomeradas, distância de alguém ou algo de possíveis alvos, velocidade de movimento, intensidade de fluxo” (FIAMMINGHI, 2017, p. 255, *tradução nossa*).

Tecnologia incorporada a 33 helicópteros nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, o imageamento aéreo, vendido pela empresa *Aeromot*,<sup>68</sup> é composto por gravadores de áudio e vídeo, os quais são “aparelhos de alta definição, qualificados para uso aeronáutico em helicópteros, com capacidade de armazenamento de no mínimo três horas de vídeo e áudio na qualidade máxima”.<sup>69</sup> Ainda, o imageamento comporta monitores “de alta definição, com tela de no mínimo 9 polegadas que ficam no posto dianteiro dos helicópteros”.<sup>70</sup> A *Aeromot* afirma que o imageamento permite “a observação e vigilância de qualquer ocorrência de forma absolutamente discreta e segura”.<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> Fonte: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/conheca-estrutura-do-cicc-o-big-brother-da-copa-em-porto-alegre.html>>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>68</sup> “Fundada em 1967, a Aeromot tem sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para o monitoramento aéreo da Copa do Mundo, a empresa equipou 35 aeronaves com um sistema que gera imagens, inclusive infravermelhas, que são enviadas para equipes em terra. A empresa chama esse sistema de ‘guardiãs silenciosas’”. Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>69</sup> Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>70</sup> Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>71</sup> Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

**Figura 13 - Imageamento aéreo**



Fonte: *Jornal Zero Hora*, edição impressa, 14/06/2014. Fotografia: Ronaldo Bernardi.

Além da estrutura que se organiza no espaço do centro de controle, os CICC's são compostos por estruturas móveis - os CICC's móveis e automóveis espíões. Trata-se de vãs, automóveis e motocicletas espíãs, todos constituídos por “de aparatos de vigilância disfarçadas para serem usadas em operações de inteligência”.<sup>72</sup> Tais tecnologias são fornecidas pela *Emporium Construtora Comércio e Serviços*<sup>73</sup> e pela *Polsec Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança*<sup>74</sup>.

Quanto às tecnologias direcionadas para a gravação e transmissão de áudio, cada sistema de imageamento aéreo conta com gravadores de áudio; ainda, os CICC's possuem microtransmissores de áudio (escutas), os quais permitem “enviar o som de um ambiente para o outro específico para o receptor”<sup>75</sup> por meio de um microfone ultrasensível.

---

<sup>72</sup> Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>73</sup> “A Emporium atua, desde 2000, no mercado de caminhões, ônibus, vans e veículos implementados e transformados. Disponibiliza viaturas de pequeno, médio e grande porte, como ambulâncias, carros policiais, transporte de presos, unidades móveis, caminhões de médio e grande porte, caminhão baú entre outros. A sede da empresa fica em Uberlândia, Minas Gerais”. Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>74</sup> “A Polsec é uma empresa brasileira sediada em Belo Horizonte (MG) que atua desde 1997 em pesquisas de desenvolvimento, fabricação e distribuição de equipamentos para segurança pública. Entre seus produtos, tem bloqueadores de celular para presídios e viaturas de inteligência usadas para investigação, que fazem monitoramento e transmissão de dados e imagens em tempo real”. Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>75</sup> Fonte: <<https://apublica.org/vigilancia/loja-de-souvenirs-tecnologicos/>>. Último acesso em: 11/02/2020.

### 5.3.2 O Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre

#### a) Implementação

Inaugurado em 25 de outubro de 2012, o CEIC é um centro integrado municipal, direcionado para o acompanhamento permanente de situações em áreas como segurança, trânsito, saúde, clima e defesa civil. O objetivo expresso do centro é “monitorar a cidade de Porto Alegre e integrar os serviços públicos, em ambiente tecnológico e transparente, para proteção do cidadão”.<sup>76</sup> Na data da sua inauguração, a estrutura de tecnologias do CEIC era composta por 39 monitores em um *videowall*, reproduzindo imagens de 300 câmeras de videomonitoramento instaladas na cidade. Com investimento inicial de R\$ 5,6 milhões, e a estrutura do centro funciona em prédio anexo à PROCEMPA.

O CEIC foi criado para atuação em diversas situações, como planejamento de grandes eventos, monitoramento climático, atendimentos de emergência em saúde e no tráfego urbano. O conjunto total é de 13 órgãos que compõem o centro desde sua inauguração. De forma permanente, atuam equipes da Guarda Municipal, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), da Defesa Civil, da Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre (EPTC) e da PROCEMPA. Em casos de emergência, podem atuar o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), as secretarias de Obras, do Meio Ambiente, da Indústria e do Comércio. O CEIC é administrado pela Secretaria Municipal de Segurança de Porto Alegre (SMSEG) e mais especificamente pelo Gabinete de Gestão Integrada (GGI).<sup>77</sup>

O CEIC trabalha com a ideia de “evento crítico”, ou seja, com o monitoramento e atuação sobre emergências que exijam a ação de órgãos municipais. Ainda assim, o entrevistado César, o qual trabalha no CEIC, entende que o foco do centro, desde sua inauguração, tem se direcionado para a prestação de serviços à cidade de modo amplo. Ademais, diferentemente do CICCRS, o foco do CEIC não é a área da segurança pública, embora a GM possa utilizar as tecnologias do centro para atuação preventiva de controle da ordem - como no monitoramento de praças públicas. Os dados produzidos pelo CEIC podem também ser utilizados para prevenção e apuração de danos causados a patrimônios do município. Ainda, o CEIC pode

---

<sup>76</sup> Fonte: <[https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php?p\\_secao=25](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php?p_secao=25)>. Último acesso em: 11/02/2020.

<sup>77</sup> Fonte: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php?p\\_secao=25](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php?p_secao=25)>. Último acesso em: 11/02/2020.



compartilhar dados - imagens produzidas pelas câmeras municipais, por exemplo - com órgãos do estado para fins de investigação de ocorrências na esfera da segurança pública.

*b) Aparatos tecnológicos*

A estrutura de tecnologias do CEIC passou por uma expansão após a criação do centro. Como já referido, o investimento inicial foi de R\$ 5,6 milhões, com foco sobre a construção do *videowall*. Esse investimento abrangeu também a edificação da sede, o mobiliário e equipamentos diversos. Desde a inauguração, o número de câmeras vinculadas ao centro teve um aumento importante, assim como novos aparatos tecnológicos foram incorporados ou estão em fase de teste.

O *videowall* do CEIC tem 16 metros de comprimento por 3 metros de altura, com 39 telas de 55 polegadas e um equipamento de alta resolução. A sala de controle opera com 24 posições de trabalho e 48 monitores, os quais podem reproduzir imagens do *videowall* e dos sistemas de tecnologia e informação da prefeitura.<sup>78</sup>

**Figura 14 - Videowall do CEIC**



Fonte: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/01/como-funciona-o-centro-integrado-de-comando-de-porto-alegre-4678292.html>>. Fotografia: Júlio Cordeiro.

---

<sup>78</sup> Fonte: <[https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php?p\\_secao=25](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php?p_secao=25)>. Último acesso em: 11/02/2020.

O sistema de câmeras, que inicialmente era composto por cerca de 300 unidades, hoje contém mais de 1000. No primeiro semestre de 2019, o CEIC passou a estar conectado a cerca de 1440 câmeras, sendo 42 delas integradas também ao CICC. Do número total, mais de 800 estão situadas dentro de escolas do município e cerca de 150 são direcionadas especificamente à mobilidade urbana. Não há câmeras especificamente direcionadas para a segurança urbana, mas todas as câmeras instaladas na cidade podem ser utilizadas para esse fim.<sup>79</sup> Assim como no caso do CICC, o *software* de gerenciamento de vídeos é o *Digifort*.

Conectado ao sistema de câmeras situa-se a tecnologia do cercamento eletrônico. Este consiste no monitoramento dos veículos de Porto Alegre por meio de dispositivos de reconhecimento de placas e do cruzamento de informações. Esse tipo de tecnologia é utilizado, por exemplo, para a busca e identificação de veículos em situação irregular, como carros furtados, roubados ou clonados. Conectados ao cercamento eletrônico está o aplicativo *Hórus*, uma ferramenta de identificação de placas que pode ser utilizada em dispositivos móveis - como celulares de guarda municipais, por exemplo.

O entrevistado César cita ainda a importância de grupos de *Whatsapp* como ferramentas de comunicação da defesa civil, sendo tais grupos integrados aos registros de ocorrência para eventos críticos. Também no âmbito da comunicação, César ressalta o sistema de rádio comunicação digital do município (sistema TETRA),<sup>80</sup> tecnologia operada por todos os órgãos municipais de Porto Alegre.

O CEIC conta também com uma ferramenta para registro e despacho de ocorrências, o SINSEP-CAD. Esse dispositivo agrega informações e produz bancos de dados que podem ser acessados e facilitar o trabalho da Guarda Municipal. Em fase de teste no momento deste estudo estavam alguns dispositivos específicos, como um aplicativo de reconhecimento facial e as “câmeras colaborativas” (conexão do CEIC a câmeras privadas).

### 5.3.3 Integração, modernização e eficácia

A partir das entrevistas com agentes e gestores de segurança pública e das notícias de cobertura da implementação do CICC e do CEIC, identifica-se que o enquadramento

---

<sup>79</sup> Informações prestadas pelo entrevistado César, que atua no CEIC.

<sup>80</sup> O sistema *Terrestrial Trunked Radio* (TETRA) é um sistema de rádio móvel bidirecional desenvolvido na Europa no início dos anos 1990.

legitimador da adoção desses aparatos tecnológicos perpassa três conceitos interligados: integração, modernização e eficácia.

Como já demonstrado, a integração é o pressuposto fundamental da Doutrina Militar de Comando e Controle. Com base no diagnóstico de que os órgãos de segurança pública são mais efetivos caso trabalhem de forma não conflitiva, presume-se que a construção de um espaço em que diferentes organizações trabalham simultaneamente tende a criar um ambiente cooperativo. Ainda, presume-se que os aparatos tecnológicos de coleta e análise de dados favorecem a circulação de informação entre essas organizações.

A integração buscada pelo centro envolve, assim, o trabalho, no mesmo ambiente de agentes oriundos de diferentes instituições. No caso deste estudo um dos policiais entrevistados informa que, na rotina do CICCERS nem sempre foi possível construir um espaço de cooperação devido a disputas de poder entre instituições:

Carlos: No tempo em que eu trabalhei na Secretaria de Segurança [...] havia algumas disputas de poder, de vaidades, pode se dizer alguma coisa assim, que atrapalhavam o funcionamento. “Então quem vai ser o chefe? Porque o coronel não pode ser um delegado; por isso precisa ser um coronel da Brigada, porque quando tiver de plantão da Polícia Civil ele vai comandar os outros que são da Polícia Militar e os Bombeiros?” Então havia esses problemas.

Ainda, o CICCERS e o CEIC são majoritariamente vinculados, desde sua implementação, à ideia de modernização, enquadramento que tende a se conectar a um imaginário de progresso tecnológico e de racionalização. Esse tipo de interpretação - fomentado pelas empresas que desenvolvem e vendem os aparatos tecnológicos para os centros -<sup>81</sup> é identificado na cobertura do jornal *Zero Hora* à implementação dos centros.

As metáforas utilizadas pelo jornal para qualificar os centros são importantes indicadores desses enquadramentos. *Zero Hora* caracteriza o CEIC como “Big Brother da capital”<sup>82</sup> e como “olho mágico”;<sup>83</sup> para o CICC as metáforas são similares: “Cérebro da

---

<sup>81</sup> A empresa *Hexagon*, por exemplo, qualifica o CICCERS como “case de sucesso”. Fonte: <[https://hexagon.com.br/-/media/Files/Hexagon-Br/Cases/Case\\_PROCERGS\\_PT.ashx?la=pt-BR](https://hexagon.com.br/-/media/Files/Hexagon-Br/Cases/Case_PROCERGS_PT.ashx?la=pt-BR)>. Último acesso em: 11/02/2020. A configuração de um “mercado da vigilância”, o qual fomenta a construção da vigilância como uma necessidade, é uma discussão que perpassa, mas não constitui o foco deste estudo. A respeito desse tema, ver Graham (2011).

<sup>82</sup> Big Brother na capital: Escolas terão mais 300 câmeras. *Zero Hora*, 16/07/2012, p. 27.

<sup>83</sup> Olho mágico. *Zero Hora*, 30/10/2012, p. 10.

Copa”,<sup>84</sup> “Big Brother de 2 mil câmeras”.<sup>85</sup> Todas as manchetes indicam um enquadramento tendencialmente positivo quanto à utilização dos aparatos tecnológicos. Por um lado, a figura do *big brother* conecta-se ao imaginário do panóptico, de um Estado que deteria um controle amplo e irrestrito sobre seu território e sua população (FOUCAULT, 2002). Essa interpretação não é adotada de forma crítica pelo jornal - não são apresentadas, por exemplo, problematizações quanto eventuais riscos à privacidade dos habitantes da cidade -, mas sim com entusiasmo e ênfase sobre a quantidade, a qualidade e os custos das tecnologias. A expectativa de controle amplo é também identificada na fala de gestores de segurança pública, como nos termos do Coronel Antônio Scussel, ex-diretor do CICCRES, quando do início das operações do centro: “uma pessoa pode cometer um crime, mas queremos chegar ao ponto em que você tem o controle absoluto do espaço público. Este é o nosso objetivo: ter o controle total do espaço público” (FIAMMINGHI, 2017, p. 257, *tradução nossa*).

Em sentido similar, a metáfora do “cérebro” conecta-se a um imaginário de cientificidade e racionalidade das ações dos centros. A “modernização tecnológica” tende a ser interpretada, seja pelo jornal, seja por alguns agentes de segurança pública, como sinônimo de desenvolvimento e como oposição a subdesenvolvimento. No mesmo sentido opera o enquadramento de que os megaeventos deixariam “legados” na área de segurança pública para países considerados subdesenvolvidos (CARDOSO, 2013). A vinculação das tecnologias à concepção de desenvolvimento é também confirmada pela recorrente citação dos centros em campanhas políticas. Tanto na campanha para governador do estado em 2014 quanto na campanha para prefeito da cidade em 2016 o uso dos centros - principalmente na área da segurança pública - tendeu a ser uma proposta de candidatos de diversos partidos.

As concepções de integração e de modernização são ainda vinculadas ao pressuposto de que as tecnologias seriam eficazes para os fins a que se propõem. Nesse sentido, a substituição do fator humano pela automatização das máquinas é um dos elementos centrais para os enquadramentos positivos sobre o CICCRES e o CEIC. A ênfase sobre os aparatos tecnológicos - com frequência vinculada à exuberância estética de imagens de *videowalls*, os quais são inspirados na arquitetura da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) - tende a indicar que a ação humana - vulnerável a falhas - seria substituída por operações maquinicas eficazes e imunes ao erro. Estudos em vigilância, porém, demonstram a escassez de pesquisas

---

<sup>84</sup> Cérebro da Copa: Comando Central. *Zero Hora*, 03/06/2014, p 21.

<sup>85</sup> Big Brother de 2 mil câmeras. *Zero Hora*, 29/05/2014, p. 45.

que comprovem a eficácia de novas tecnologias, tais como câmeras de videomonitoramento, para o controle da criminalidade (BYRNE; MARX, 2011). Ainda, a implementação das tecnologias não substitui o fator humano, dado que agentes humanos operam tanto no desenvolvimento quanto na operacionalização dos aparatos tecnológicos (CARDOSO, 2015).

## 6. UMA SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO BLOCO DE LUTAS: INTERAÇÕES TÁTICAS

A estrutura institucional descrita no capítulo anterior faz parte de um campo multiorganizacional de controle da ação coletiva. Esse campo, como já referido, não é formado apenas pelas organizações policiais - o campo jurídico e as mídias, por exemplo, podem atuar nesse sentido -, mas o foco analítico desta pesquisa recai sobre a ação das forças policiais em interação com os demais atores, grupos e organizações das arenas políticas. As polícias, como também descrito no capítulo anterior, dispõem de aparatos tecnológicos que podem ser mobilizados para controle da ação coletiva, em especial na mobilização de táticas de vigilância.

Nos capítulos 6, 7 e 8 deste trabalho busca-se, a partir de um caso de controle da ação coletiva nos eventos em que esteve presente o Bloco de Lutas entre 2013 e 2014, analisar a construção e operacionalização de estratégias e táticas policiais, atribuindo-se centralidade ao papel da incorporação das TICs às transformações nas táticas policiais de vigilância. No capítulo 6, a análise é centrada nas interações ocorridas nas ruas, identificando-se a adoção de táticas de manutenção da ordem pública. O capítulo não se reduz à ação da PM do Rio Grande do Sul, mas tende a se concentrar sobre esta, dado que cabe primordialmente à PM a realização de ações de controle da ordem pública. Ainda assim, ações adotadas pela PC e pela Guarda Municipal de Porto Alegre são identificadas de forma residual durante o capítulo.

Neste capítulo é realizada uma caracterização geral, de viés quantitativo, do caso com base na técnica da AEP. São identificados, a partir do banco de cobertura jornalística a eventos de protesto, quatro tempos distintos (T1 a T4), que abarcam eventos promovidos pelo Bloco de Lutas entre janeiro de 2013 e junho de 2014. A classificação desses diferentes tempos é baseada em variações dos grupos presentes nos eventos, das reivindicações pleiteadas e do número de manifestantes nas ruas. Ainda, é realizada uma quantificação, por período, das táticas da ação coletiva e das táticas policiais mobilizadas, identificando-se eventuais transformações táticas. Ao fim do capítulo, são apresentados indícios sobre a coevolução tática (DELLA PORTA; TAROW, 2012) das ações dos manifestantes e das forças policiais por período.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Este capítulo não tem o objetivo de descrever detalhadamente o processo político de construção das mobilizações de 2013 e 2014 em Porto Alegre. Sabe-se, por exemplo, que mobilizações contrárias ao aumento do valor do transporte público remontam a processos anteriores de construção e mobilização de demandas coletivas na cidade. Para uma revisão dos recentes processos de mobilização em Porto Alegre, ver: MUHALE, 2014; FERNANDES, 2016; SILVA, 2016.

## 6.1 Quais protestos?

Quanto aos grupos presentes nos 37 eventos<sup>87</sup> que compõem o banco de cobertura jornalística a eventos de protesto - 26 em 2013 e 11 em 2014 -, foi criada a seguinte tipologia: (a) coalizão de esquerda; (b) heterogêneos. A categoria “coalizão de esquerda” foi identificada em protestos nos quais grupos de esquerda - aglutinados em torno do Bloco de Lutas - foram protagonistas evidentes. Essa nomenclatura não significa que não houvesse heterogeneidade de grupos no Bloco de Lutas, mas sim que havia uma identidade de posicionamento político - “de esquerda” ou “progressista” - congregando tais grupos. A categoria “heterogêneos” representa eventos nos quais, apesar da presença de integrantes do Bloco, a participação massiva de outros grupos, alguns deles não identificados com a “esquerda”, dificultou a demarcação de um grupo - ou conjunto de grupos - que fosse o protagonista do protesto.

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos grupos por ano. Os valores referem-se ao número de eventos em que cada categoria foi identificada - por exemplo, em 2013 a coalizão de esquerda protagonizou 21 eventos. A porcentagem refere-se ao percentual de eventos em que a categoria foi identificada - por exemplo, a coalizão de esquerda foi protagonista em 81% dos protestos de 2013, em 100% dos protestos de 2014 e em 86% dos protestos no total.

**Tabela 3 - Grupos presentes por evento**

		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
<b>Grupos presentes</b>	<b>Coalizão de esquerda</b>	21 (81%)	11 (100%)	32 (86%)
	<b>Heterogêneos</b>	5 (19%)	-	5 (14%)
<b>Total</b>		26 (100%)	11 (100%)	37 (100%)

Fonte: autoria própria.

No ano de 2013, houve preponderância de eventos protagonizados pela coalização de esquerda formada pelo Bloco de Lutas. Porém, em cinco eventos, quatro deles ocorridos em junho, identificou-se a prevalência da heterogeneidade de grupos, os quais inclusive divergiam sobre as reivindicações e os trajetos adotados durante os protestos. Nos 11 eventos de 2014, os grupos de esquerda, liderados pelo Bloco de Lutas, voltaram a ser protagonistas.

<sup>87</sup> A lista com as características gerais por evento de protesto consta no Apêndice I deste trabalho.

Quanto às pautas dos manifestantes, os eventos foram divididos em cinco grupos de reivindicações: (a) relativas ao transporte público; (b) relativas ao transporte público e contra a Copa do Mundo; (c) contra a Copa do Mundo; (d) pela educação; (e) heterogêneas. Em reivindicações “heterogêneas” enquadram-se os eventos em que uma multiplicidade de pautas foi expressa - por exemplo, contra a corrupção, contra a violência policial, contra a PEC 37 -, sem a preponderância evidente de alguma sobre as demais.

**Tabela 4 - Reivindicações dos manifestantes por evento**

		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
<b>Reivindicações</b>	<b>Transporte público</b>	15 (58%)	2 (18%)	17 (46%)
	<b>Transporte público e contra a Copa do Mundo</b>	-	3 (27%)	3 (8%)
	<b>Contra a Copa do Mundo</b>	-	6 (55%)	6 (16%)
	<b>Educação</b>	1 (4%)	-	1 (3%)
	<b>Heterogêneas</b>	10 (38%)	-	10 (27%)
<b>Total</b>		26 (100%)	11 (100%)	37 (100%)

Fonte: autoria própria.

Em 2013, preponderaram protestos em que a pauta central foi o transporte público - redução do valor da passagem, passe livre etc. Em uma quantidade considerável de eventos no ano, porém, principalmente nos eventos de junho, as pautas foram heterogêneas. Um dos eventos, ainda, foi direcionado exclusivamente à temática da educação. Em 2014, preponderaram nos meses iniciais do ano eventos em torno do valor do transporte público e contra a Copa do Mundo. Com a proximidade da realização do megaevento, a partir de maio de 2014, foram realizados eventos cuja pauta central era apenas contrariedade à Copa do Mundo.

Quanto ao número de manifestantes por evento, definiu-se a seguinte tipologia: (a) baixo - centenas ou menos manifestantes; (b) médio - de mil a 10 mil manifestantes; (c) alto - de 20 mil a mais manifestantes. Quando houve divergências de informações quanto à quantidade de manifestantes, adotou-se a média entre os dados noticiados.

**Tabela 5 - Número de manifestantes por evento**



		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
<b>N. de manifestantes</b>	<b>Baixo (centenas ou menos)</b>	17 (65%)	10 (91%)	27 (73%)
	<b>Médio (de mil a 10 mil)</b>	4 (15%)	1 (9%)	5 (14%)
	<b>Alto (de 20 mil a mais)</b>	5 (19%)	-	5 (14%)
<b>Total</b>		26 (100%)	11 (100%)	37 (100%)

Fonte: autoria própria.

Os eventos de protesto analisados, em sua maioria, reuniram um número baixo de manifestantes. Os eventos com número alto de manifestantes concentraram-se em junho de 2013 - quatro das cinco ocorrências. Nos meses posteriores de 2013 e durante o ano de 2014, identifica-se a estabilização de eventos com número baixo de manifestantes.

As Tabelas 3, 4 e 5, quando analisadas em conjunto, evidenciam a possibilidade de se dividir o banco de eventos em quatro tempos distintos, conforme as características que predominam nos eventos de cada um desses períodos:

#### **Quadro 9 - Quatro tempos distintos conforme características dos protestos**

	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>	<b>T4</b>
<b>Grupos presentes</b>	Coalizão de esquerda	Heterogêneos	Coalizão de esquerda	Coalizão de esquerda
<b>Reivindicações</b>	Transporte público	Heterogêneas	Transporte Público	Contra a Copa do Mundo
<b>N. de manifestantes</b>	Baixo	Alto	Baixo	Baixo

Fonte: autoria própria.

A variação das características dos protestos no tempo resulta nos seguintes processos:

#### **Quadro 10 - Transformações nas características gerais dos protestos (T1-T4)**

	<b>T1 -&gt; T2</b>	<b>T2 -&gt; T3</b>	<b>T3 -&gt; T4</b>
<b>Grupos presentes</b>	Heterogeneização	Homogeneização	Estabilização
<b>Reivindicações</b>	Heterogeneização	Homogeneização	Estabilização

<b>N. de manifestantes</b>	Aumento	Diminuição	Estabilização
----------------------------	---------	------------	---------------

Os processos de heterogeneização referem-se a situações em que um determinado elemento homogêneo - como a reivindicação contra o aumento da tarifa do transporte público - passa a ser heterogêneo - múltiplas reivindicações. A homogeneização, por outro lado, é o processo inverso. A estabilização refere-se a situações em que as características de um elemento se mantêm relativamente estáveis. No caso da passagem de T3 para T4, embora tenha havido uma mudança na reivindicação central dos protestos - relativa ao transporte público para contra a Copa do Mundo -, prevaleceu a presença de uma pauta central - não múltipla -, motivo pelo qual foi identificada uma estabilização desse elemento.

A delimitação de quatro tempos distintos e dos processos de transformação dos elementos desse período são um recurso metodológico que auxilia a organização das análises a seguir. Além de proporcionar sistematicidade ao estudo, os formatos de evento predominantes em cada período, quando cruzados com as variações táticas, potencialmente fornecem um primeiro indício explicativo sobre como ocorreram as interações táticas entre os promotores da ação coletiva e as forças policiais.

## 6.2 Quais táticas da ação coletiva?

Foi realizada, para cada evento do banco, a catalogação das táticas da ação coletiva mobilizadas. A descrição das táticas e o número de ocorrências constam na Tabela 6:<sup>88</sup>

**Tabela 6 - Descrição e quantificação das táticas da ação coletiva (números totais)**

<b>Tática</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ocorrências</b>
<b>Passeata</b>	Ato de realizar marcha, seguindo determinado percurso pela cidade	25

<sup>88</sup> Para a produção dos dados das Tabelas 6 a 9 foram desconsiderados, do total de eventos do banco, 6 eventos de protesto para os quais a quantificação das táticas não foi considerada aplicável (exemplo: ocupações, protestos em que nenhuma ação policial foi citada etc.).

<b>Demonstração no espaço público</b>	Ato de realizar demonstração no espaço público (ex.: representação teatral, apresentações musicais) sem marcha	08
<b>Bloqueio de vias de trânsito</b>	Ato de bloquear vias de trânsito da cidade	07
<b>Panfletagem</b>	Entrega de panfletos a transeuntes	03
<b>Porte de faixas, cartazes e bandeiras</b>	Ato de portar faixas, cartazes e bandeiras expressando reivindicações	26
<b>Palavras de ordem</b>	Ato de gritar palavras de ordem que expressem as reivindicações dos manifestantes e que não configurem agressões verbais	26
<b>Discurso em carro de som e/ou alto falante</b>	Realização de discursos por lideranças em carro de som e/ou com alto falante	13
<b>Uso de instrumentos musicais</b>	Ato de usar instrumentos musicais (tambores, instrumentos de sopro, etc.)	14
<b>Adereços lúdicos</b>	Ato de usar adereços lúdicos (ex.: nariz de palhaço)	04
<b>Uso de vestimenta <i>black bloc</i></b>	Ato de usar vestimentas pretas e/ou o rosto coberto, adereços típicos de táticas <i>black blocs</i>	22
<b>Parar frente a policiais</b>	Ato de sentar-se ou ajoelhar-se em frente às forças policiais	03
<b>Denúncia contra violência policial</b>	Ato de denunciar situações de violência policial	06
<b>Negociação com autoridades</b>	Ato de negociar com autoridades (policiais, políticas) as formas e reivindicações do protesto	04
<b>Cooperação com a polícia</b>	Ato de cooperar com autoridades policiais (ex.: limpar pichações)	02
<b>Registro da ação policial</b>	Ato de registrar (ex.: fotografar, filmar) ação policial	02

<b>Porte de arma branca, spray ou rojão</b>	Ato de portar arma branca, spray ou rojão, sem que se identifique a utilização destes	04
<b>Pichação</b>	Ato de pichar patrimônios públicos ou privados, expressando reivindicações ou símbolos do movimento	14
<b>Uso de rojões</b>	Ato de usar rojões como sinalizadores	06
<b>Depredação de patrimônio</b>	Ato de depredar patrimônios públicos ou privados	18
<b>Saque</b>	Ato de saquear estabelecimentos comerciais	03
<b>Arremesso de objetos em pessoa</b>	Ato de arremessar objetos (ex.: tinta, frutas) em pessoa não manifestante (ex.: autoridade política, transeunte)	02
<b>Agressão verbal a policiais</b>	Ato de agredir verbalmente policiais	04
<b>Confronto físico com a polícia</b>	Ato de confrontar fisicamente as forças policiais	11
<b>Barricada</b>	Ato de construir barricada para proteção contra as forças policiais	02
<b>Rompimento de bloqueio espacial</b>	Ato de romper bloqueio espacial colocado pelas instituições policiais	05
<b>Conflito entre manifestantes</b>	Situações em que são expressos desentendimentos entre os manifestantes (sobre os rumos da marcha, sobre o uso de táticas disruptivas etc.), desde ameaças verbais até o confronto físico	13
<b>Confinamento de pessoa</b>	Ato de confinar pessoa em prédio	01
<b>Conflito com pessoa</b>	Situações em que são expressos desentendimentos entre manifestantes e pessoa que não seja agente	09

	policial ou outro manifestante (autoridade política, transeunte etc.)	
<b>Impedir registro midiático ou policial</b>	Ato de impedir que jornalistas e/ou policiais registrem a ação dos manifestantes	03
<b>Escracho</b>	Ato de agredir simbolicamente pessoa e/ou instituição por meio de representação (queimar boneco que represente uma pessoa, por exemplo)	01

Fonte: autoria própria.

As táticas acima podem ser classificadas conforme a lógica de inovação/confrontação que elas expressam. De modo geral, os dados indicam a presença, por um lado, de um grupo de táticas rotineiras (ou tradicionais), que tendem a ser menos confrontacionais e mais previsíveis e lúdicas, como a realização de passeatas em que há porte de faixas, cartazes e bandeiras, o uso de instrumentos musicais e os discursos em carro de som e/ou alto falante. Por outro lado, identifica-se um grupo de táticas disruptivas (ou confrontacionais), as quais tendem a expressar maior grau de questionamento à ordem e a gerar maior dificuldade de controle pelas forças policiais. Essas táticas podem envolver tanto atos em que o conflito não é expresso por uma confrontação física - como nas agressões verbais entre manifestantes ou entre manifestantes e agentes policiais - como atos em que o conflito se expressa fisicamente por ações diretas, seja contra patrimônios - depredações, pichações -, seja contra pessoas - confronto físico com a polícia. Recorrentemente as táticas disruptivas configuram atos penalmente ilícitos (tipos penais), como o dano a patrimônio público. Embora se reconheça que a identificação do que é rotineiro ou disruptivo perpassa características contextuais e uma construção social, a qual depende, entre outros fatores, de uma disputa de enquadramentos entre diversos grupos - mídias corporativas e ativistas, por exemplo -, adota-se aqui tal classificação.

Os números da Tabela 6 indicam que as táticas mais frequentes foram ações rotineiras de realização de passeatas (25 ocorrências) com o porte de faixas, cartazes e bandeiras (26) e a expressão de palavras de ordem (26). Por outro lado, identifica-se um número considerável de uso de táticas disruptivas, principalmente a depredação de patrimônios (18), a pichação (14), o conflito entre manifestantes (13) e o confronto físico com a polícia (11).

A Tabela 7 demonstra como se deu a variação de ocorrência das táticas da ação coletiva por período:

**Tabela 7 - Táticas da ação coletiva por período analisado**

<b>Tática da ação coletiva</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>	<b>T4</b>
Passateira	7 (88%)	4 (80%)	5 (63%)	9 (90%)
Demonstração no espaço público	1 (13%)	1 (20%)	4 (50%)	2 (20%)
Bloqueio de vias de trânsito	2 (25%)	2 (40%)	2 (25%)	1 (10%)
Panfletagem	1 (13%)	1 (20%)	1 (13%)	-
Porte de faixas, cartazes e bandeiras	7 (88%)	5 (100%)	5 (63%)	9 (90%)
Palavras de ordem	8 (100%)	5 (100%)	4 (50%)	9 (90%)
Discurso em carro de som e/ou alto falante	-	1 (20%)	4 (50%)	8 (80%)
Uso de instrumentos musicais	4 (50%)	2 (40%)	4 (50%)	4 (40%)
Adereços lúdicos	1 (13%)	1 (20%)	-	2 (20%)
Uso de vestimenta <i>black bloc</i>	6 (63%)	5 (100%)	5 (63%)	6 (60%)
Parar frente a policiais	1 (13%)	2 (40%)	-	-
Denúncia contra violência policial	2 (25%)	2 (40%)	1 (13%)	1 (10%)
Negociação com autoridades	1 (13%)	2 (40%)	1 (13%)	-
Cooperação com a polícia	1 (13%)	1 (20%)	-	-
Registro da ação policial	1 (13%)	1 (20%)	-	-
Porte de arma branca, spray ou rojão	-	1 (20%)	2 (25%)	1 (10%)
Pichação	5 (63%)	3 (60%)	3 (38%)	3 (30%)
Uso de rojões	2 (25%)	3 (60%)	-	1 (10%)
Depredação de patrimônio	4 (50%)	5 (100%)	5 (63%)	4 (40%)
Saque	-	3 (60%)	-	-
Arremesso de objetos em pessoa	2 (25%)	-	-	-
Agressão verbal a policiais	1 (13%)	1 (20%)	-	2 (20%)
Confronto físico com a polícia	1 (13%)	5 (100%)	2 (25%)	3 (30%)
Barricada	-	1 (20%)	1 (13%)	-
Rompimento de bloqueio espacial	2 (25%)	-	1 (13%)	2 (20%)

Conflito entre manifestantes	3 (38%)	5 (100%)	1 (13%)	4 (40%)
Confinamento de pessoa	1 (13%)	-	-	-
Conflito com pessoa	2 (25%)	2 (40%)	2 (25%)	3 (30%)
Impedir registro midiático ou policial	-	1 (20%)	2 (25%)	-
Escracho	-	-	1 (13%)	-
Total	8 (100%)	5 (100%)	8 (100%)	10 (100%)

Fonte: autoria própria.

Os dados acima apontam que entre janeiro e maio de 2013 (T1) predominou o uso de táticas rotineiras - passeata, porte de faixas, cartazes e bandeiras, palavras de ordem. Ainda assim, já nesse período táticas disruptivas tiveram um número relevante de ocorrências: pichações foram noticiadas em mais da metade dos eventos; depredações, em metade. Além disso, já se identificavam nesse período manifestantes utilizando vestimentas *black bloc*.

No período de junho de 2013 (T2), a mudança<sup>89</sup> mais evidente foi a ampliação do uso de táticas disruptivas, com um aumento relevante na frequência de depredações e de confrontos físicos com a polícia. Nesse período o saque também emergiu como tática disruptiva, e em todos os eventos foram identificados manifestantes com vestimentas *black bloc*. Ainda, aumentou consideravelmente a conflitualidade entre os próprios manifestantes.

No período de julho a dezembro de 2013 (T3), uma mudança marcante foi a diversificação das táticas, com queda no percentual de eventos em que foram realizadas passeatas e com a emergência de outros formatos de protesto - como demonstração no espaço público e ocupação. Além disso, houve uma queda considerável na frequência de táticas disruptivas, tanto entre manifestantes e agentes policiais quanto dos manifestantes entre si.

O período de janeiro a julho de 2014 (T4) foi marcado pela retomada do predomínio de passeatas com o porte de faixas, cartazes e bandeiras e palavras de ordem. A frequência de táticas disruptivas manteve-se relativamente estável, em níveis marcadamente inferiores em relação ao período de maior conflitualidade (junho de 2013 - T2).

Essas transformações táticas podem ser sintetizadas da seguinte forma:

---

<sup>89</sup> Nas Tabelas 7 e 9 foram consideradas como relevantes as variações de 30% a mais ou menos na frequência do uso de cada tática.

**Quadro 11 - Transformações nas táticas da ação coletiva (T1-T4)**

<b>Táticas da ação coletiva</b>	<b>T1 -&gt; T2</b>	<b>T2 -&gt; T3</b>	<b>T3 -&gt; T4</b>
<b>Disruptividade da ação</b>	Radicalização	Moderação	Rotinização
<b>Conflitualidade entre manifestantes</b>	Aumento	Diminuição	Estabilização
<b>Diversidade do formato</b>	Estabilização	Diversificação	Homogeneização

### 6.3 Quais táticas policiais?

Os números totais das ocorrências identificadas para táticas policiais utilizadas no conjunto dos eventos, bem como a descrição do significado de cada uma dessas táticas, constam na Tabela 8:

**Tabela 8 - Descrição e quantificação das táticas policiais (números totais)**

<b>Tática</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ocorrências</b>
<b>Acompanhamento de protesto</b>	Uso de contingente policial para acompanhar, a determinada distância, o trajeto de um evento de protesto sem produzir interações de confronto	17
<b>Distribuição de cartilha de recomendações</b>	Entrega aos manifestantes de material escrito contendo recomendações de segurança para a manifestação	02
<b>Uso de bomba de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos</b>	Uso de bomba de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos considerados armamentos menos letais para dispersão de eventos de protesto	11
<b>Uso de bala de borracha e demais projéteis de impacto</b>	Uso de bala de borracha e demais projéteis de impacto considerados armamentos menos letais para dispersão de eventos de protesto	04



<b>Uso de canhão d'água</b>	Uso de canhão d'água para dispersão de eventos de protesto	01
<b>Agressão</b>	Manifestantes feridos pela ação policial	08
<b>Uso de cavalaria</b>	Uso de grupos policiais montados em cavalos	11
<b>Cerco</b>	Ato de cercar manifestantes	07
<b>Perseguição</b>	Ato de perseguir manifestantes	07
<b>Detenção</b>	Ato de restringir a liberdade de manifestantes por meio de detenção em estabelecimento estatal	11
<b>Revista</b>	Ato de revistar manifestantes	05
<b>Retenção, apreensão ou desmontagem de objeto</b>	Ato de reter, apreender ou desmontar objeto em posse de manifestante	02
<b>Barreiras policiais (no protest zones)</b>	Estipulação de espaço territorial em que a prática de protestos sociais está proibida	17
<b>Uso de câmeras de vigilância e imageamento aéreo</b>	Uso de câmeras de vigilância do CICCERS e/ou do CEIC para ou de imagens aéreas para coletar informações sobre eventos de protesto	06
<b>Contagem do número de manifestantes</b>	Ato de prever e/ou contar o número de manifestantes presentes em protestos, geralmente por meio de tecnologias do CICCERS e/ou do CEIC.	04
<b>Infiltração</b>	Ato de policial infiltrar-se em eventos organizados por movimentos sociais para coletar informações sobre eventos de protesto	04
<b>Monitoramento de redes sociais</b>	Ato de monitorar redes sociais para coletar informações sobre eventos de protesto	01
<b>Uso de imagens produzidas por manifestantes</b>	Uso de imagens produzidas por equipamento apreendido de manifestantes para coletar informações sobre o protesto	01
<b>Uso de helicóptero</b>	Uso de helicóptero para sobrevoar protesto	06

Fonte: autoria própria

Adotando-se como critério a lógica de ação que predomina em cada uma das táticas e com base nas sistematizações já realizadas pela literatura em policiamento a protestos, é possível identificar um primeiro conjunto de táticas formado pelo acompanhamento de protesto e pela distribuição de cartilha de recomendações. Essas táticas privilegiam uma lógica de diálogo e negociação com manifestantes e tendem a ser mais tolerantes. Geralmente, quando essas táticas predominam a literatura enquadra a estratégia policial no modelo da gestão negociada (McPHAIL et al., 1998).

A seguir é identificado um conjunto de táticas que se pautam por uma lógica mais reativa e menos tolerante, focada na dispersão de eventos de protesto. Esse conjunto é formado pelas seguintes táticas: uso de bombas de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos; uso de bala de borracha e demais projéteis de impacto; uso de canhão d'água; agressão; uso de cavalaria; cerco; perseguição; detenção; revista; retenção, apreensão ou desmontagem de objeto. A literatura tende a relacionar essas táticas com a estratégia de força em escalada (DELLA PORTA; REITER, 1998).

Um terceiro conjunto de táticas é pautado pela lógica preventiva, seja pelo controle do espaço, seja pelo controle da informação, privilegiando-se a coleta de dados sobre o protesto e os grupos nele envolvidos. Sob esse tipo de estratégia podem ser englobadas as seguintes táticas: barreiras policiais; uso de câmeras de vigilância e imageamento aéreo; contagem do número de manifestantes; infiltração; monitoramento de redes sociais; uso de imagens produzidas por manifestantes; uso de helicóptero. A adoção desse tipo de lógica tem sido enquadrada pela literatura como incapacitação estratégica (GILLHAM et al., 2013).

Apesar da utilidade dessa classificação, as táticas dos conjuntos acima podem ser - e frequentemente são - adotadas simultaneamente, em diversas combinações e sequências (BOYKOFF, 2007). Por exemplo, é recorrente no caso em estudo o uso de barreiras policiais para proteção de patrimônios públicos e um número alto de detenções no mesmo evento - combinando-se, assim, lógica da incapacitação estratégica com a da força em escalada. Os números da Tabela 8 demonstram que as táticas mais noticiadas foram o acompanhamento a protesto e o uso de barreiras policiais (17 ocorrências cada), seguidas do uso de bombas de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos, o uso de cavalaria e a detenção.

Quanto ao fenômeno da vigilância, com exceção das barreiras policiais, todas as táticas identificadas no modelo da incapacitação estratégica são classificadas como táticas de vigilância. Dentre estas, as com maior número de ocorrência no banco foram câmeras de vigilância e imageamento aéreo e o uso de helicóptero (seis ocorrências cada), seguidas da

contagem do número de manifestantes e da infiltração (quatro ocorrências cada). Apenas uma vez foram mencionados nas notícias o monitoramento de redes sociais e o uso de imagens produzidas por manifestantes.

Esses dados indicariam, de modo geral, o uso pouco frequente de táticas de vigilância em relação à demais táticas, o que vai ao encontro do entendimento de que as polícias no Brasil atuariam de forma predominantemente reativa. Por outro lado, a análise de fontes jornalísticas é insuficiente para dar conta desse fenômeno, dado que, de modo geral, as táticas de vigilância operam de forma invisível ou pouco visível - por exemplo, o monitoramento de redes sociais -, sendo assim necessário complementar esses dados com a fase qualitativa da análise no Capítulo 7. A Tabela 9 demonstra a variação das táticas policiais por período:

**Tabela 9 - Táticas policiais por período analisado**

<b>Tática policial</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>	<b>T4</b>
Acompanhamento de protesto	4 (50%)	-	6 (63%)	5 (50%)
Distribuição de cartilha de recomendações	-	1 (20%)	-	1 (10%)
Uso de bomba de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos	1 (13%)	5 (100%)	2 (25%)	3 (30%)
Uso de bala de borracha e demais projéteis de impacto	-	4 (80%)	-	-
Uso de canhão d'água	-	-	-	1 (10%)
Agressão	1 (13%)	4 (80%)	1 (13%)	2 (20%)
Uso de Cavalaria	2 (25%)	3 (60%)	-	6 (60%)
Cerco	-	4 (80%)	1 (13%)	2 (20%)
Perseguição	1 (13%)	4 (80%)	1 (13%)	1 (10%)
Detenção	1 (13%)	5 (100%)	3 (38%)	2 (20%)
Revista	-	3 (60%)	-	2 (20%)
Retenção, apreensão ou desmontagem de objeto	-	1 (20%)	1 (13%)	-
Barreiras policiais ( <i>no protest zones</i> )	4 (50%)	5 (100%)	2 (25%)	6 (60%)
Câmeras de vigilância e imageamento aéreo	2 (25%)	-	-	4 (40%)
Contagem do número de manifestantes	-	-	2 (25%)	2 (20%)

Infiltração	1 (13%)	1 (20%)	1 (13%)	1 (10%)
Monitoramento de redes sociais	-	-	1 (13%)	-
Uso de imagens produzidas por manifestantes	-	1 (20%)	-	-
Uso de helicóptero	-	2 (40%)	-	4 (40%)
Total	8 (100%)	5 (100%)	8 (100%)	10 (100%)

Fonte: autoria própria.

Os dados da Tabela 9 demonstram a predominância, entre janeiro e maio de 2013 (T1), de táticas policiais de gestão negociada - o acompanhamento de protesto foi noticiado em metade dos eventos. A tática da barreira policial também teve ocorrência em metade dos eventos desse período, embora outras táticas do modelo de incapacitação estratégica - táticas de vigilância (câmeras de vigilância em dois eventos e infiltração em um) - tenham sido noticiadas de forma residual. Táticas da estratégia de força em escalada foram identificadas em um protesto específico, em 27 de março, quando houve uso de bombas de gás lacrimogêneo, perseguição e detenção de manifestantes.

Em junho de 2013 (T2), os dados indicam uma importante mudança na direção de tática de força em escalada. O uso de bombas de gás lacrimogêneo e detenções foram identificados em todos os protestos de junho de 2013 - do total de 163 detenções noticiadas no banco de eventos de protesto, 147 (mais de 90%) ocorreram nos cinco eventos de junho de 2013. Além disso, uso de balas de borracha, agressões, cerco e perseguições a manifestantes foram noticiados em quatro dos cinco protestos do período. Essas táticas combinaram-se com táticas de incapacitação de estratégica: barreiras policiais foram utilizadas em todos os eventos do período; quanto às táticas de vigilância, o uso de helicóptero e o uso de imagens produzidas por manifestantes emergiram como táticas não utilizadas no período anterior, assim como houve notícia de infiltração policial em um evento.

Entre julho e dezembro de 2013 (T3), táticas de gestão negociada - acompanhamento de protesto - tornaram-se novamente predominantes. Todas as táticas de força em escalada - bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, agressão, cerco, perseguição a manifestantes - sofreram um decréscimo em seu uso. Esse decréscimo também foi verificado em táticas identificadas no modelo de incapacitação estratégica (barreira policial e táticas de vigilância). A novidade foi a notícia, em um protesto, do monitoramento de redes sociais.

No período de janeiro a junho de 2014 (T4), as táticas policiais mantiveram uma frequência relativamente alta de táticas do modelo de gestão negociada - acompanhamento de protesto foi noticiado em metade dos eventos. Ainda assim, houve ocorrências de táticas de força em escalada em determinadas situações - o uso de bomba de gás lacrimogêneo foi identificado em 30% dos protestos do período, por exemplo. Quanto às táticas do modelo de incapacitação estratégica, o uso de barreiras policiais voltou a ter uma frequência alta. Sobre as táticas de vigilância, verificou-se um aumento significativo de citações a esse tipo de ação. O uso de câmeras de vigilância e de helicóptero foi noticiado em 40% dos eventos do período. A contagem do número de manifestantes por centros integrados de comando e controle e o uso de infiltração também foram noticiados.

As transformações nas táticas policiais por período podem ser assim sintetizadas:

**Quadro 12 - Transformações nas táticas policiais (T1-T4)**

<b>Táticas policiais</b>	<b>T1 -&gt; T2</b>	<b>T2 -&gt; T3</b>	<b>T3 -&gt; T4</b>
<b>Uso da força</b>	Escalada	Moderação	Estabilização
<b>Uso de táticas de vigilância</b>	Aumento	Diminuição	Aumento

#### **6.4 Quais interações táticas?**

A partir do que foi identificado nas seções anteriores, os elementos e as transformações das características gerais dos protestos, das táticas da ação coletiva e das táticas policiais podem ser cruzados. Esse cruzamento fornece indícios das coevoluções táticas no caso em estudo, ou seja, sugere-se que à medida que as dinâmicas dos protestos e as táticas da ação coletiva alteram-se, as táticas policiais tendem a, interativamente, responder a essas mudanças, e vice-versa, “em um processo interativo de aprendizado social” (DELLA PORTA; TARROW, 2012, p. 144). Assim, cada ator da disputa buscaria adaptar-se e responder às transformações produzidas pelos seus oponentes.

Entre T1 e T2, em um contexto de heterogeneização dos grupos e reivindicações dos protestos e de aumento significativo do número de manifestantes às ruas, identificou-se uma radicalização das táticas dos manifestantes, com o aumento da frequência do uso de ações disruptivas. Esse processo foi acompanhado tanto pelo aumento da conflitualidade entre os próprios manifestantes quanto pela escalada da força policial, com o uso recorrente de

armamento menos letal, detenções e outras táticas pouco tolerante ao protesto. Identificou-se também o aumento da frequência de uso de táticas de vigilância.

Entre T2 e T3, as características dos protestos modificaram-se, com a homogeneização dos grupos e reivindicações nas ruas, bem como a diminuição do número de manifestantes. Nesse contexto, operou-se uma diversificação nas táticas prevalentes - não mais apenas passeatas - e uma moderação das táticas da ação coletiva, com o decréscimo de ocorrência de ações disruptivas, embora estas ainda se fizessem presentes de forma residual. No mesmo sentido, houve uma diminuição da conflitualidade entre manifestantes. Essas transformações foram acompanhadas pela moderação da força policial, com a predominância de táticas de gestão negociada (acompanhamento a protestos), e pela diminuição do número de ocorrências sobre táticas de vigilância.

Entre T3 e T4, a estabilização dos grupos presentes (coalizão de esquerda), do número (baixo) de manifestantes e da homogeneidade da reivindicação (contra a Copa do Mundo) foi acompanhada pela rotinização das táticas, apesar da ocorrência residual de táticas disruptivas. O formato predominante dos protestos, porém, voltou a ser a passeata. O uso de táticas policiais de gestão negociada seguiu prevalente em relação a táticas de força em escalada, embora essas últimas - como bombas de gás lacrimogêneo - tenham sido adotadas em alguns eventos. A tendência de transformação mais marcante nas táticas policiais do período foi o aumento significativo no uso de táticas de bloqueio espacial e de vigilância - com destaque para uso de câmeras de videomonitoramento, de helicóptero e da contagem do número de manifestantes. O Quadro 13 demonstra como esses diferentes processos combinaram-se:

**Quadro 13 - Interações táticas (T1-T4)**

	<b>Características do protesto</b>	<b>Táticas da ação coletiva</b>	<b>Táticas policiais</b>
<b>T1 -&gt; T2</b>	Heterogeneização dos grupos + heterogeneização das reivindicações + aumento do n. de manifestantes	Radicalização tática + aumento da conflitualidade entre manifestantes + estabilização do formato	Escalada do uso da força + aumento do uso de táticas de vigilância
<b>T2 -&gt; T3</b>	Homogeneização dos grupos + homogeneização das reivindicações +	Moderação tática + diminuição da conflitualidade entre	Moderação do uso da força + diminuição do

	diminuição do n. de manifestantes	manifestantes + diversificação do formato	uso de táticas de vigilância
<b>T3 -&gt; T4</b>	Estabilização dos grupos + estabilização das reivindicações + estabilização do n. de manifestantes	Rotinização tática + estabilização da conflitualidade entre manifestantes + homogeneização do formato	Estabilização do uso da força + aumento do uso de táticas de vigilância

Fonte: autoria própria.

Esse quadro fornece indícios importantes sobre as interações entre forças policiais e grupos promotores da ação coletiva. De qualquer modo, a AEP é uma técnica limitada, dado que seu escopo se reduz à identificação da correlação entre as características visíveis dos protestos e da ação policial. A análise quantitativa deve ser confrontada com dados qualitativos, os quais possam, além confirmar ou negar as correlações acima, explicar, por mecanismos causais, como ocorreram as transformações táticas, ou seja, como as ações dos diferentes agentes e actantes nos processos se relacionam aos resultados observados. A análise qualitativa tem, nesse sentido, o objetivo de abranger a interação entre as forças policiais e outros agentes além dos manifestantes - mídias, governo local etc. -, identificando-se o papel das TICs e das táticas de vigilância como mediadoras dessas interações.

## 7. O CONTROLE POLICIAL DA AÇÃO COLETIVA NAS RUAS

Neste capítulo, busca-se explicar como as variações táticas e correlações identificadas no capítulo anterior ocorreram. Para tanto, lança-se mão da análise de conteúdo jornalísticos (banco de cobertura a eventos de protesto e banco de repercussão da ação policial) e de entrevistas com agentes de segurança pública, analisando-se, por período, como se deu a construção e a operacionalização das táticas policiais. A primeira seção do capítulo sintetiza, com base no conteúdo das entrevistas, o histórico de estratégias e táticas adotadas pelas forças policiais do Rio Grande do Sul para controle da ação coletiva, tendo como exemplo paradigmático desse padrão de interações o episódio do tatu-bola (T0). As sessões posteriores dedicam-se à explicação, para cada período empírico delimitado (de T1 a T4), das escolhas estratégias e táticas para controle da ação coletiva entre 2013 e 2014. Esse procedimento, de viés qualitativo, centra-se sobre a identificação de mecanismos causais que explicam o papel das TICs para transformação das táticas de vigilância policial no período.

### 7.1 O episódio do tatu-bola e o controle da ação coletiva “à moda antiga”

Para que sejam explicadas as dinâmicas dos conflitos de 2013 e 2014, um passo anterior é reconhecer a força e a permanência das interações do passado; ou seja, pressupõe-se que as dinâmicas recentes são, em parte, resultantes do desenvolvimento histórico de determinadas formas de interação entre as forças policiais do estado do Rio Grande do Sul e os atores promotores de ações coletivas. Por um lado, as estratégias e táticas adotadas pelas forças policiais tendem a ser, como demonstrando no Capítulo 5, resultantes de organizações e culturas institucionais que historicamente afirmam um *modus operandi* específico na relação com manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais. Por outro lado, como afirma Boykoff (2007), o “efeito de demonstração” (*demonstration effect*) - ou seja, a tomada de decisões baseada na observação dos efeitos das ações anteriores de outros indivíduos - pode, no campo dos movimentos sociais, explicar tanto a mobilização quanto a desmobilização: atores que se engajam em ações coletivas têm uma memória das interações passadas e agem - ou deixam de agir - em parte em função do histórico de interações com as forças de repressão e controle. Os policiais entrevistados para esta pesquisa afirmam a existência de uma forma de atuação policial “à moda antiga” no controle da ação coletiva no Rio Grande do Sul. Nesta seção o significado da expressão “à moda antiga” é destrinchando, descrevendo-se as estratégias policiais mais tradicionais e quais mecanismos elas ativam.



### 7.1.1 O controle repressivo: intimidando e dispersando eventos de protesto

O episódio do tatu-bola, narrado na *Cena 1* da Introdução deste trabalho, representou um exemplo de controle repressivo da ação coletiva. A ação dos manifestantes foi respondida com um confronto físico e com a dispersão dos protestos por meio de armamentos menos letais e de detenções. Esse tipo de estratégia é identificado pelos policiais militares entrevistados como um padrão histórico de relação entre a PM e os movimentos sociais no país e especificamente no Rio Grande do Sul.

Segundo o policial Fernando, “a relação entre a Brigada, a polícia ostensiva e os movimentos sociais [...] tem uma história conflitada por natureza”. No mesmo sentido, o policial Marcos sugere que até meados dos anos 2000, quando os principais movimentos sociais com os quais a Polícia Militar do Rio Grande do Sul (PMRS) lidava eram relacionados à temática rural - como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) - e utilizavam táticas radicalizadas - como ocupações de terras -, a estratégia policial era construída “à moda antiga”, recorrentemente com fim de dispersão. Segundo Marcos, nesse período, a principal diretriz era a seguinte: “dissolve essas manifestações quando os governos disserem”. Ainda sobre esse estilo de policiamento, o policial Clóvis afirma: “antigamente tu entravas com a cavalaria, ‘esparramava’, depois iam os pelotões de choque lá, identificavam, prendiam se fosse o caso um ou outro, mas a ideia era primeiro desmobilizar a massa”. Essas interações, assim, tendiam a envolver o confronto físico e a culminar em ferimentos e detenções; o objetivo da ação policial era a desmobilização.

Esse tipo de estratégia, que difere do modelo de força em escalada (DELLA PORTA; REITER, 1998) por mobilizar táticas de confronto físico como primeira opção (e não progredir no uso da força), aciona um primeiro mecanismo: a *dispersão*. Esse mecanismo é aqui entendido como a forma mais direta de isolar indivíduos que agem em conjunto com fins de mobilização (BOYKOFF, 2007). Ao isolar tais indivíduos, a dispersão busca enfraquecer o grupo e causar desmobilização.

Esse padrão conflitivo de interação, já extensamente abordado pela literatura nacional em segurança pública (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015), é explicado pelos policiais entrevistados por alguns elementos. O primeiro deles é a construção histórica, no Brasil - e reforçada pelo regime ditatorial da segunda metade do século XX - de instituições policiais voltadas centralmente para a preservação da ordem do Estado, e não para a defesa dos direitos de cidadania. Essa cultura de defesa do Estado tem como uma das principais estratégias o

controle interno das ações coletivas, as quais tendem a ser entendidas como “distúrbios” ou “tumultos” (ATAK, 2015; HOGGETT; STOTT, 2010). Segundo o entrevistado Clóvis, a nomenclatura adotada pela PM para eventos de protesto promovidos por movimentos sociais, até meados dos anos 2000, era o “controle de tumultos”, ou seja, uma expressão que considerava *a priori* um protesto como um problema, uma desordem. A priorização da defesa do Estado tende a ser reforçada também na formação da PM: segundo o policial Marcos, ainda hoje, há resistência para introdução e estudo de disciplinas relacionadas aos direitos humanos e a movimentos sociais nos cursos de formação da PM.

O segundo elemento explicativo citado pelos policiais entrevistados para essa história conflitiva são as limitações da PM em termos de efetivo, de treinamento e de aparatos tecnológicos para controle de protestos. Segundo Marcos, também até meados dos anos 2000 ele nunca teve treinamento específico voltado para eventos de protesto. Além disso, as operações das quais ele participou recorrentemente contaram com um efetivo de policiais menor do que o necessário, muitas vezes em número marcadamente inferior ao de manifestantes. Marcos narra que passou por diversas situações “caóticas” e “tensas”, também em função da falta de equipamentos necessários para lidar com grandes multidões. O entrevistado viveu situações em que policiais tiveram de usar granadas de gás lacrimogêneo vencidas e armamentos sem munição. Por exemplo, Marcos cita momentos em que, diante de um protesto, policiais usaram fuzis sem munição com o fim de intimidar manifestantes ou apontaram revólveres sem projéteis para ameaçar a multidão.

Essa forma de evitar o confronto direto com base na demonstração simbólica de força - por meio, por exemplo, de armamentos visualmente impactantes - e na constituição de uma atmosfera ameaçadora e potencialmente desmobilizadora para manifestantes é o mecanismo da *intimidação* (BOYKOFF, 2007). Enquanto a dispersão é o mecanismo adotado para desmobilizar por meio do confronto físico - o qual envolve um desgaste físico e emocional muito marcante dos soldados -, a intimidação busca ameaçar manifestantes sem necessariamente se partir para o confronto físico. Porém, nem sempre a intimidação é eficaz. De acordo com os policiais entrevistados, o déficit de equipamentos tem repercussões negativas para a conduta e o preparo emocional dos policiais para lidar com multidões, o que pode ocasionar situações de violência. Nesse sentido aponta o relato de Fernando:

Fernando: ...tem episódios em que, se tu colocares um grupo de pessoas mal treinadas e mal equipadas para lidar com movimento social, dependendo do movimento [...] dá problema. [...] vou te dar um exemplo: se tu não tens o escudo e o capacete e o ‘cara’ atirar uma pedra, [...] ele [o policial] se sente

desprotegido. Se ele tiver uma arma ele vai querer usar. É uma reação natural do ser humano.

No mesmo sentido narra Marcos uma situação específica de controle de protesto, na qual se identifica o desgaste causado aos soldados nesse tipo de situação. O relato demonstra também que a intimidação não é apenas usada pelas forças policiais, mas pode ser também mobilizada por manifestantes:

Marcos: ...às vezes você saía com uma sensação muito ruim. “Eu estou aqui para evitar isso e não evitei”. [...] A gente ficava daí assim meio até tentando dar satisfações. “Bom, vocês eram para cuidar disso e não cuidaram”. [...] Por outro lado, eu tinha uma preocupação muito grande - e isso era geral - com o pessoal policial. Porque às vezes a gente notava [...], percebia policiais que atuavam bem em coisas específicas, mas ali no momento de tensão em grandes quantidades psicologicamente ficavam muito abalados. Eu tive uma vez um policial específico que eu verifiquei que ele estava muito abalado, agitado, ele queria atirar nos manifestantes, e a agitação era grande. Eles batiam com facão e foice, gritavam, estavam se aproximando, e nós estávamos em poucas pessoas, poucos policiais, pouquíssimos, 7 ou 8 assim, e eles estavam se aproximando [...]. E eu vi que tinha um policial que apontava e abaixava a arma, e eu resolvi tirar ele dali, [...] e ele ficou um tempo nervoso, bravo comigo. Ficou muito abalado emocionalmente.

Em suma, os policiais entrevistados identificam um padrão conflitivo de relação da PM com movimentos sociais promotores de ações coletivas no Rio Grande do Sul, como exemplificado pelo episódio do tatu-bola. Os mecanismos das forças policiais para lidar com essas situações envolveram historicamente o controle repressivo, com a ativação do mecanismo da dispersão para desmobilização de protestos. Em situações em que se buscava evitar o confronto físico, utilizava-se a intimidação como recurso de demonstração simbólica de força, o que nem sempre era eficaz. Nesse sentido, a Polícia Militar, encarregada do policiamento ostensivo, tem um papel central; o outro ator citado pelos entrevistados nesse contexto é o governo estadual, que determinaria se e quando adotar o controle repressivo, de modo que à BM caberia cumprir essas determinações. A predominância desse padrão violento de interação tende a ser explicado pelos policiais entrevistados por dois elementos: uma cultura de priorização da ordem estatal em frente às demandas dos cidadãos e das organizações de movimento social (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015); a falta de preparo - déficit de efetivo, de treinamento e de aparatos tecnológicos - para lidar com eventos de protesto. Nesse ponto pela primeira vez na fala dos entrevistados as tecnologias aparecem, mas como falta, ou seja, como um dos fatores que, caso não disponíveis, podem gerar situações de violência.

**Figura 15 - Mecanismos da estratégia de controle repressivo (T0)**



Fonte: autoria própria.

### 7.1.2 O uso progressivo da força: da negociação ao confronto

Embora todos os policiais militares entrevistados reconheçam um histórico conflitivo na atuação da PMRS com eventos de protestos, todos também sugerem mudanças recentes, cujo marco inicial é geralmente situado na promulgação da CF88 e em suas consequências a longo prazo. Segundo o policial Fernando, os dispositivos da CF88 seriam direcionados à lógica de proteção do cidadão, contrapondo-se à lógica de defesa do Estado. Como já debatido, essa fala deve ser tomada de forma crítica, dado que a literatura nacional em segurança pública questiona as limitações de implementação da CF88 para efetivação de uma cultura policial voltada para a defesa dos direitos de cidadania (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016; LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015); ou seja, não necessariamente a mudança legislativa traduz-se no policiamento de nível de rua (LIPSKY, 1980).

Além do conjunto de normas nacionais e internacionais que protegem a liberdade de expressão e o direito ao protesto, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) estabelece o chamado “teste de três fases”, com a finalidade de avaliar, caso a caso, se restrições à liberdade de expressão e informação podem ser consideradas legítimas. Essa regra determina que qualquer restrição à liberdade de expressão deve seguir três critérios: estar prevista por lei e regulamento de forma clara e objetiva; proteger um fim considerado legítimo perante o direito internacional, sendo eles: respeito pelos direitos e reputações de outros e a proteção da segurança nacional, ordem, saúde e moral públicas; ser necessária para a proteção do propósito legítimo (ARTIGO 19, 2014).

Nesse sentido, os policiais entrevistados citam que se desenvolveu, desde a CF88, um protocolo de atuação da PMRS no controle de eventos de protestos.<sup>90</sup> Esse protocolo consiste centralmente no uso progressivo (ou, mais contemporaneamente, no uso diferencial) da força. O uso progressivo da força significa que a ação policial aumenta progressivamente sua força à medida que as táticas menos confrontacionais não são efetivas, conceito semelhante ao apontado pela literatura para a estratégia de força em escalada (DELLA PORTA; REITER, 1998). Fernando assim descreve o uso progressivo da força no caso de um evento de protesto:

Fernando: ...tu não chegas numa manifestação, por exemplo, por qualquer motivo que for, [...] e usa arma de fogo. Tu não fazes isso. Claro que tu vais me dizer que tem lugar em que acontece isso. Tem. Mas o protocolo não é esse. E todo mundo sabe qual é o protocolo. O protocolo ele envolve assim [...], resumidamente, a gente chama de “proclamação”, ou seja, tu mostras que tu estás ali e [...] tu falas com alguém: “olha, é o seguinte: essa manifestação aqui não tem autorização para prosseguir, vocês devem se dispersar e tal e tal”. Ok, se funcionar, beleza. Se não funcionar, a gente procura, se for o caso, usar “formações” para empurrar as pessoas e dispersar. [...] Agora, se tu te aproximares, as pessoas não saírem e houver confronto, aí o próximo passo se usa os agentes químicos de dispersão [...]. Depois a gente comprou pra Copa agora esse negócio de água, canhão d’água. Nunca chegamos a usar. [...] A última escalada desse negócio é o uso de arma de fogo.

Marcos, no mesmo sentido, define esse protocolo da seguinte forma:

Marcos: A escala era mais ou menos essa: se falava voz, uso da voz, negociando. O certo seria com megafone, alguma coisa assim, mas em geral era no grito. [...] Aí a negociação voz, visual. E aí havendo os efeitos, o segundo passo era [...] se não fosse atendido e houvesse aproximação, era uma intimidação com granadas se tivesse. Granadas eu falo em geral, mas pode ser outro tipo de produção de gás. Pode ser produção de gás com máquinas. [...] E avançando aí pro uso de munição. Na época se chamava munição não letal. Hoje chama munição menos letal. A expressão foi mudando. Borracha. O cartucho de borracha ou com munição com esferas, aquela calibre 12 com esferas de plástico, que atinge e tal. E aí para munição real e prisões até os enfrentamentos maiores. Havia uma recomendação para isso. Claro que a ideia era que nunca se precisasse chegar a tal.

Marcos situa o uso mais frequente desse protocolo a partir do final dos anos 1990. Ainda segundo Marcos, contemporaneamente a nomenclatura mais apropriada é o uso diferencial da força, dado que nem sempre há uma progressão linear no uso da força. É frequente, por

---

<sup>90</sup> Para esta pesquisa, foi solicitado ao Chefe do Estado Maior da Brigada do RS, por e-mail, o envio da Nota de Instrução que regulamenta o Protocolo de Conduta para Uso Moderado, Proporcional e Progressivo da Força. O e-mail não foi respondido.

exemplo, que a uma escalada de força se siga uma diminuição da força - como no caso do retorno à negociação depois que o uso de agentes químicos diminuiu os níveis de tensão entre agentes policiais e manifestantes.

Como afirmado acima, o mecanismo prioritário para o uso progressivo da força é a *negociação*, ou seja, a proposição de um diálogo no qual os agentes policiais compactuam com os manifestantes os limites para a realização do protesto. Apenas caso a negociação não se mostre eficaz ela é seguida, progressivamente, pela intimidação e pela dispersão. Para movimentos de estrutura organizativa mais hierarquizada, o protocolo de negociação envolve a identificação de lideranças. Marcos exemplifica essa dinâmica para um protesto promovido pelo MST:

Essa negociação era bastante eficiente. Mas variava muito os grupos. Por exemplo, você negociar com o Movimento Sem Terra: normalmente eles faziam uma assembleia entre eles e acabavam cumprindo aquilo que eles tinham decidido na assembleia. Se eles decidissem “não, nós vamos continuar aqui e não vamos sair”. Se eles diziam “nós vamos entrar no banco”, eles tentavam cumprir. Se eles dissessem assim: “nós concordamos em ir para outra área que vocês acharem para nós”. E eles concordavam.

Segundo Marcos, a negociação tende a ser mais efetiva caso haja uma liderança claramente identificada e caso se construa um vínculo de confiança entre agentes policiais e tal liderança. Por outro lado, como se verá a seguir nos casos dos protestos de 2013, a dificuldade de identificação de uma liderança tende a ocasionar problemas para controle policial sobre o evento de protesto. Também segundo Marcos, o protocolo para lidar com esse tipo de situação envolve reuniões de avaliação posteriores ao evento, embora também segundo Marcos estas tendam a se focar em números - quantidade de manifestantes e policiais ferido, por exemplo - e a ser relativamente confusas.

**Figura 16 - Mecanismos da estratégia de uso progressivo da força (T0)**



Fonte: autoria própria.

### 7.1.3 A coleta de informações: antecipando-se à ação coletiva

Quanto às táticas de vigilância historicamente utilizadas no estado, os policiais entrevistados citam a importância do setor de inteligência da Brigada, a PM2, para o planejamento e a operacionalização de estratégias de controle da ação coletiva. O entrevistado Clóvis enfatiza que a inteligência da PMRS trabalha em diferentes campos,<sup>91</sup> sendo um desses o “campo institucional”, no qual se insere a temática dos movimentos sociais.

Segundo Clóvis, o trabalho de inteligência historicamente é fundamentado na prática que ele denomina “garimpagem”, ou seja, na coleta de informações de forma relativamente “artesanal” e não sistemática, realizada pelos policiais desse setor. A lógica da garimpagem não utiliza aparatos tecnológicos avançados e automatizados para coleta e análise de dados. Pelo contrário, atribui-se ênfase ao fator humano, às ações tomadas e às relações construídas pelos profissionais da inteligência. Clóvis afirma que “historicamente o sistema de inteligência [...], pelo menos aqui, dentro do estado, sempre foi muito baseado em pessoas”.

Conectando-se ao mecanismo de negociação previsto no protocolo do uso progressivo da força, a inteligência, sob essa perspectiva, tende a adotar a tática de infiltração para construção de vínculos entre agentes policiais e pessoas que possam vir a ser objetos de controle policial - como ativistas vinculados a organizações de movimentos sociais. Essa tática envolve a aproximação de agentes policiais a ativistas e a manifestantes ou mesmo a entrada de agentes policiais em organizações de movimentos sociais para mapeamento de perfil desses atores. Clóvis exemplifica tal prática a partir de sua experiência profissional: “em todos os lugares que eu trabalhei [...] eu sempre mantive contato muito próximo com o pessoal, então sabia que tinha um cara mais radical e tudo, o que o cara está pensando, o que o cara vai fazer, que tipo de protesto vai acontecer”. No caso específico da realização de um evento de protesto, Clóvis afirma que a inteligência, por essa perspectiva, adota o seguinte planejamento:

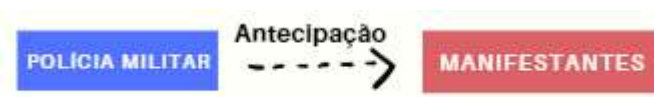
Clóvis: Se tu tens uma capacidade de antecipar tu vais fazer um relatório que vai contemplar as probabilidades da manifestação. “A manifestação X vai acontecer”. Então tu tens as probabilidades ali. “Quem é que vai participar? Fulano, beltrano, sindicatos abc, movimentos sociais...”. Aí claro: bota “liderança fulano e beltrano, ligações, até ligações políticas. Quem é que banca isso daqui? É o deputado fulano, senador beltrano. Coloca isso daí para o comandante ter um panorama da situação”.

---

<sup>91</sup> Clóvis afirma que os quatro principais campos de atuação da inteligência da PMRS são: assuntos institucionais; crime organizado; crime eventual; eficiência policial.

Esse mapeamento culminaria, segundo Clóvis, na identificação do “sistema de vínculos” entre os diferentes atores mapeados. De acordo com Clóvis, o trabalho da inteligência envolve o mecanismo da *antecipação*: “o grande valor da inteligência é antecipar o problema”. Antecipação, nesse sentido, significa coletar e processar informações para que se adquiram vantagens táticas sobre manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais, no limite prevendo e/ou impedindo a prática da ação coletiva. Para Clóvis, a eficácia das táticas de vigilância está relacionada à discrição, ou seja, à baixa visibilidade desse tipo de ação policial, dado que caso essas táticas se tornem visíveis ao público elas perdem a vantagem de operar de forma antecipada. Ainda assim, as tecnologias também no caso da estratégia de coleta de informações historicamente aparecem na PMRS como falta, ou seja, priorizam-se a agência humana e a construção de vínculos de confiança entre policiais e os demais atores.

**Figura 17 - Mecanismos da estratégia de coleta de informações (T0)**



Fonte: autoria própria.

## RESUMO DA SEÇÃO

Na seção, dedicada ao histórico de interações entre as forças policiais e os agentes promotores da ação coletiva no rio Grande do Sul, foram identificadas três estratégias centrais de ação policial: o controle repressivo; o uso progressivo da força; a coleta de informações. Tais estratégias, mobilizadas centralmente pela Polícia Militar, acionam, respectivamente, os seguintes mecanismos: dispersão e intimidação; negociação, intimidação e dispersão (progressivamente); antecipação. Um ator citado como relevante nesse contexto é o governo estadual, o qual determinaria quando adotar o mecanismo de dispersão. A atuação policial “à moda antiga” é marcada pelo déficit de aparatos tecnológicos, de modo que a falta de tecnologias é, em parte, um argumento que justifica a adoção de algumas dessas estratégias e táticas. A fala dos entrevistados, por outro lado, salienta a importância da tomada de decisão dos agentes humanos nesse contexto.



## **7.2 Janeiro a maio de 2013**

Tendo como herança o histórico de estratégias e táticas acima explicitado, as forças policiais do Rio Grande do Sul enfrentaram o desafio de lidar com os conflitos ocorridos entre os anos de 2013 e 2014. O período de janeiro a maio de 2013 abrange os eventos de 21 de janeiro, 18 de fevereiro, 27 de março, 01 de abril, 04 de abril, 11 de abril, 23 de abril e 01 de maio. Nos protestos desse período, prevaleceram, conforme a quantificação do Capítulo 6, eventos protagonizados pela coalização de esquerda - sempre com o Bloco de Lutas à frente -, tendo como pauta central o valor do transporte público e com baixo número de manifestantes.

Nesses eventos, predominou o uso de táticas rotineiras pelos manifestantes, com a realização de passeatas nas quais os manifestantes portavam faixas, cartazes e bandeiras e gritavam palavras de ordem contra o valor da passagem. Nos protestos de 21 de janeiro e 18 de fevereiro esse roteiro foi seguido, sem o registro do uso de táticas disruptivas ou a ocorrência de confrontos físicos entre manifestantes e policiais. A única situação de presença de forças policiais nesses dois eventos ocorreu em 18 de fevereiro, quando agentes da GM de Porto Alegre adotaram a tática de barreira policial para proteção do prédio da Prefeitura. A partir do evento do dia 27 de março, porém, as interações entre forças policiais e manifestantes se tornariam mais intensas.

### **7.2.1 A reprodução do controle repressivo: dispersando o protesto e mobilizando recursos jurídicos**

O evento de 27 de março marca uma escalada no nível de conflitualidade entre manifestantes e agentes policiais. Nessa data, manifestantes novamente reuniram-se à frente do prédio da Prefeitura, em torno da qual foi construída uma barreira pela GM, produzindo-se uma limitação quanto ao espaço em que poderia haver a manifestação. Diferentemente do ato anterior, alguns manifestantes subiram as escadarias do prédio e tentaram entrar na Prefeitura sob as palavras de ordem “a prefeitura é nossa” e “abre a casa do povo”. Eles conseguiram romper a barreira policial, momento em que ocorreu um tumulto. Em meio a este, o então secretário municipal de governança, César Busatto (PMDB), foi atingido com tinta vermelha -

em declaração ao jornal *Zero Hora* Busatto posteriormente disse que os manifestantes pareciam “animais querendo guerra”.<sup>92</sup>

Enquanto o tumulto na Prefeitura ocorria, policiais da BM dirigiram-se ao local e dispersaram os manifestantes com o uso de bombas de gás lacrimogêneo. Alguns manifestantes responderam atirando pedaços de pau, frutas e bolas de gude nos policiais. Como resultado do confronto, um manifestante foi ferido com um corte na cabeça. Por outro lado, foram realizadas depredações no prédio da Prefeitura. Segundo a reportagem do jornal *Sul21*, 21 vidros do prédio foram quebrados, uma pilastra foi pichada com a frase “R\$ 3,05 é roubo”, e ao menos uma viatura da GM foi danificada. A Prefeitura entrou com uma notícia-crime junto ao Ministério Público para apuração de responsabilidades pelos danos ao prédio.

Segundo a reportagem do *Sul21*, dentro do prédio da Prefeitura uma manifestante foi detida e algemada pela GM para em seguida ser encaminhada ao Palácio da Polícia, onde prestou depoimento à Polícia Civil. Nessa situação, a manifestante foi assistida pela então vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) e por um advogado, os quais acompanharam a jovem e articularam sua liberação. Quando soube da detenção, um grupo de manifestantes seguiu em marcha da prefeitura ao Palácio da Polícia para prestar solidariedade. No caminho, gritavam: “Ela apanhou dentro da prefeitura. Obviamente, isso é para nos intimidar. Mas pegaram um dos nossos e nossa indignação dobrou”.

Nesse evento, assim, as forças policiais reproduziram o padrão histórico confrontacional por meio do uso do mecanismo de dispersão. Não foram registradas tentativas de negociação ou outras formas de ação que precedessem a escalada de forças. A novidade é que o protagonismo da ação não se circunscreveu à PM; diferentes organizações policiais - GM, PM e PC - atuaram cooperativamente no controle do protesto, causando a dispersão: a PM usou armamento menos letal; a GM deteve a manifestante na Prefeitura; a PC recebeu a manifestante detida.

O apoio da vereadora do PSOL e do advogado à manifestante detida indicou o início da formação de uma coalizão de defesa dos manifestantes, atuando por meio do mecanismo da *mobilização de recursos jurídicos*. Esse mecanismo consiste na ativação de recursos no campo jurídico como forma de resolução de conflitos em torno da ação coletiva. Essa coalizão passaria a adotar táticas de resistência ao controle da ação coletiva - como a defesa jurídica dos manifestantes. Por outro lado, a mobilização de recursos jurídicos também foi acionada para

---

<sup>92</sup> Prefeitura no alvo. Pedras e baderna em ataque na Capital. *Zero Hora*, 28/03/2013, p. 50.

apuração dos danos ao prédio, demonstrando-se o início da constituição de uma coalizão de defesa da lei e da ordem, coalizão que à época envolvia a Prefeitura e o MP. Essas disputas apontavam para a relevância do campo jurídico como arena para a qual se direcionavam as dinâmicas das ruas.

**Figura 18 - Mecanismos da estratégia de controle repressivo (T1)**



Fonte: autoria própria.

### 7.2.2 A coleta de informações e a emergência do uso das novas tecnologias: entre a intimidação e a desconfiança

A repressão nas ruas do dia 27 de março foi respondida com o aumento da mobilização. O protesto seguinte, em 01 de abril, foi marcado por uma elevação significativa no número de manifestantes às ruas. A BM estimou mais de 4 mil participantes, enquanto o Bloco de Lutas divulgou o número de 10 mil pessoas presentes no ato. Para esse protesto, a GM posicionou seus agentes dentro do prédio da Prefeitura, enquanto a BM deslocou, segundo dados da reportagem do *Sul21*, um efetivo de cerca de 50 soldados do batalhão de choque para acompanhar a marcha. O mesmo jornal apontou que a BM não divulgou o número exato de soldados presentes no ato, pois tal informação foi considerada “reservada”. A não divulgação desse tipo de informação tornar-se-ia recorrente em protestos posteriores, o que pode ser interpretado tanto como parte da discricionariedade necessária para a eficácia da ação policial - fala do entrevistado Clóvis - quanto como reprodução de uma “cultura do segredo” das instituições policiais no Brasil (ARTIGO 19, 2017b).

Durante a passeata, que foi realizada nos arredores do centro da cidade, não foram registrados confrontos físicos entre manifestantes e policiais nem o uso de táticas policiais

voltadas para a dispersão. Por outro lado, um grupo de manifestantes adotou táticas disruptivas, realizando pichações, soltando rojões e investindo, a socos, contra uma agência bancária e um contêiner de lixo. Esse grupo de manifestantes, formado majoritariamente por pessoas com o rosto coberto, passaria a assumir, nos protestos seguintes, uma posição central nas disputas interpretativas acerca das formas (i)legítimas de controle da ação coletiva. Nesse ato, a adoção de táticas disruptivas foi confrontada por alguns manifestantes, os quais portavam faixas contrárias a esse tipo de ação e vaiavam quem executasse tais atos.

Assim, já nesse evento era possível identificar uma preocupação por parte de alguns manifestantes sobre as consequências negativas que ações potencialmente interpretadas como violentas pelas mídias pudessem causar. Segundo a reportagem de *Zero Hora*, havia uma “clara preocupação em rechaçar a pecha de ‘movimento violento’”.<sup>93</sup> Essa preocupação era, em parte, explicada pelo enquadramento da própria *Zero Hora*, a qual havia sido fortemente criticada por alguns manifestantes por classificar o evento anterior, de 27 de março, como “baderna” (FERNANDES, 2016).<sup>94</sup> Não por acaso no protesto de 01 de abril alguns manifestantes direcionaram suas críticas à mídia corporativa, atingindo um fotógrafo do jornal *Zero Hora* no rosto por um ovo.

Porém, durante a marcha, predominou a busca pelo controle dos atos violentos por meio do mecanismo de *autopolicimento* (FERNANDEZ, 2008; McCARTHY, McPHAIL, 1997; McPHAIL et al., 1998). O autopolicimento é aqui conceituado como um mecanismo adotado por manifestantes e direcionado para controlar os níveis de disruptividade das táticas da ação coletiva. Esse mecanismo tende a ser adotado para tornar menos provável que as mídias enquadrem negativamente o movimento - embora, por outro lado, protestos menos disruptivos tendam a receber menor atenção midiática (BOYKOFF, 2006). Além disso, esse mecanismo tende a cooperar com os objetivos traçados pelas forças policiais, tornando o protesto mais previsível e rotinizado - e assim facilmente controlável. O autopolicimento aproxima-se do que Foucault (2002) entende como docilização, ou seja, a incorporação subjetiva da vigilância pelo próprio sujeito que é objeto da vigilância, tornando relativamente dispensável o trabalho de controle por um agente externo. O autopolicimento não apenas tende a facilitar o trabalho policial, como pode expor e/ou intensificar conflitos internos a um movimento, como a divisão entre aqueles que são favoráveis e aqueles que são contrários ao uso de táticas disruptivas

---

<sup>93</sup> Jovens unidos por uma causa. *Zero Hora*, 03/04/2013, p. 34.

<sup>94</sup> Ver Seção 7.2.5.

(FERNANDEZ, 2008). No limite, uma discordância sobre o uso de determinada tática pode gerar o rompimento diviso entre manifestantes, ativistas ou organizações de movimentos sociais (BOYKOFF, 2007).

As divergências entre manifestantes eram também expressas quanto ao tema da presença dos partidos. No protesto de 01 de abril, foram noticiadas palavras de ordem como “abaixa a bandeira” e “povo unido não precisa de partido”, embora parte do Bloco de Lutas fosse constituída, à época, pela juventude do PSOL, do PSTU e do PT. Esse rechaço quanto à presença de partidos nos atos também escalaria em protestos posteriores.

O evento seguinte, em 04 de abril, realizado sob chuva, teve um componente distinto. Enquanto os manifestantes reuniam-se em frente ao prédio da Prefeitura, minutos antes do início da marcha, foi divulgada a notícia da revogação do aumento do valor do transporte público - que voltou a ser de R\$ 2,85 - em Porto Alegre como resultado de decisão judicial em ação impetrada por vereadores do PSOL. A mobilização de recursos jurídicos pela coalizão de defesa dos manifestantes conquistou, assim, uma vitória. Logo, a passeata acabou tornando-se uma comemoração, composta por milhares de pessoas - 3,5 mil segundo a BM; 10 mil segundo o Bloco de Lutas - e acompanhada por trás por um deslocamento de cerca de 60 policiais militares. Em resposta, os manifestantes bradavam o grito “recua, polícia, recua! É o poder popular que está na rua!”. As táticas rotineiras seguiram prevalecendo, mas a adoção de tática disruptivas por alguns manifestantes repetiu-se.

Um manifestante depredou um ônibus, e um grupo de manifestantes, classificados pelo jornal *Zero Hora* como “anarquistas mascarados”,<sup>95</sup> realizou pichações em ônibus e muros. Essas ações foram, assim como no protesto anterior, respondidas com o mecanismo de autopolicamento, com vaias e reprimendas verbais de um grupo de manifestantes. Do carro de som à frente da marcha, foi solicitado que as ações disruptivas não fossem adotadas, procedimento qualificado por *Zero Hora* como “controle contra excessos”. Alguns manifestantes na rua, ainda, chegaram a solicitar a intervenção de agentes policiais contra quem estava realizando depredações. Foram noticiadas também situações de desentendimento entre manifestantes e pessoas que não participavam do protesto, como passageiros de um ônibus em cuja lataria alguns manifestantes batiam e um motoqueiro que atravessou o caminho da marcha. Por outro lado, a reação mais noticiada foi de apoio da população à passeata.

---

<sup>95</sup> Protesto e comemoração sob aguaceiro. *Zero Hora*, 05/04/2013, p. 35.

Ainda, a cobertura dos protestos realizada pelo jornal *Zero Hora* seguiu sendo criticada por parte dos manifestantes. Para confrontar a posição do jornal, no ato de 04 de abril foi utilizada uma faixa de crítica à mídia corporativa, com a frase: “RBS, ontem cúmplice da ditadura. Hoje, parceira da máfia do transporte”. Além disso, a marcha, após deixar a região central, seguiu pela Avenida Ipiranga, em direção a um ponto em que se situa, de um lado, o prédio do Grupo RBS, e de outro, a sede da Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre (EPTC). Nesse momento, soldados da BM estabeleceram uma barreira policial em frente ao prédio do Grupo RBS, uma dinâmica que se repetiria em eventos posteriores. Do outro lado da avenida, manifestantes atiraram tinta, pedras e bolinhas de gude no prédio da EPTC. O contingente da BM que seguia a marcha por trás aproximou-se, movimento que foi o suficiente para a dispersão da marcha.

No protesto posterior, em 11 de abril, milhares de pessoas - 1,5 mil segundo a BM; 3 mil segundo o Bloco de Lutas - realizaram um trajeto distinto dos anteriores, dessa vez em direção à sede da Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP). Dada a revogação do aumento no valor do transporte, ocorrida dias antes, nesse ato as reivindicações centraram-se em torno de uma nova redução.

Ainda, pela primeira vez no ciclo de protestos, foram noticiadas faixas contra a “criminalização do movimento”. Também foram bradados gritos de “a luta não se reprime! Protesto não é crime”. Essa reivindicação era uma resposta, entre outros fatores, ao fato de manifestantes estarem, à época, sendo chamados para depor à PC por atos ocorridos em 27 de março. Segundo a reportagem do *Sul21*, estavam sendo intimados para prestar depoimentos tanto ativistas que convocaram eventos nas redes sociais quanto pessoas sem envolvimento orgânico com o Bloco de Lutas. Essa postura indica que alguns manifestantes, à época, enquadravam negativamente a ação da PC como resposta às investigações realizadas.

**Figura 19 - Faixa contra a criminalização do movimento em protesto de 11 de abril de 2013**



Fonte: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2013/04/milhares-marcham-ate-a-sede-da-atp-para-exigir-reducao-da-passagem-em-porto-alegre/>>. Fotografia: Ramiro Furquim.

Além disso, o protesto do dia 11 de abril foi o primeiro em que se noticiou a preocupação de manifestantes com táticas de infiltração adotadas pelo serviço de inteligência da BM (P2). Tal preocupação levou uma manifestante a fotografar todos os repórteres e fotógrafos que estavam cobrindo a passeata. Segundo *Sul21*, a mesma manifestante, durante a marcha, teria “expulsado” dois agentes P2 da BM que caminhavam disfarçados.<sup>96</sup> Essa atmosfera de desconfiança sobre a ação policial se confirmaria nos protestos seguintes. Esse tipo de mecanismo de defesa utilizado pelos manifestantes, caracterizado pela literatura como *desconfiança* (ou paranoia) (BOYKOFF, 2007; CUNNINGHAM; NOAKES, 2008; FERNANDEZ, 2008), pode ser ativado em situações nas quais os manifestantes sentem-se intimidados pela ação policial, passando a tomar atitudes que visam proteger o grupo, muitas vezes repelindo dos protestos e de reuniões preparatórias pessoas desconhecidas.

Para compreensão do mecanismo de desconfiança, é necessário primeiramente delimitar o que se caracteriza aqui como “confiança”. Segundo Sztompka (1999), confiança é uma aposta na ação do outro, ou seja, uma propensão a se prever qual será a ação futura dos atores com os quais se interage. No caso de uma relação de confiança pressupõe-se que a ação do outro será benéfica; pelo contrário, quando se configura a desconfiança, pressupõe-se que a ação do outro causará danos ou é incerta (WAHLSTRÖM, OSKARSSON, 2006). No caso em análise, o histórico conflitivo de interações dos movimentos sociais com as forças policiais atua no sentido de os manifestantes constituírem um conhecimento negativo sobre os agentes policiais, ativando-se o mecanismo de desconfiança.

A ativação desse mecanismo confirma também, no caso, a teoria de que táticas de vigilância policial - como a infiltração - podem ativar o mecanismo de intimidação (BOYKOFF, 2007). Independentemente da real utilização de táticas de infiltração, o simples temor de que tais táticas estariam sendo usadas tem o poder de intimidar manifestantes e instaurar a atmosfera de desconfiança e paranoia. Como resposta, no caso, os manifestantes adotaram táticas de “contravigilância”, coletando informações sobre os jornalistas que estavam nos protestos e buscando ativamente identificar policiais infiltrados (MONAHAN, 2006).

---

<sup>96</sup> Milhares marcham até a sede da ATP para exigir redução da passagem em Porto Alegre. *Sul21*, 12/03/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2013/04/milhares-marcham-ate-a-sede-da-atp-para-exigir-reducao-da-passagem-em-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

No trajeto da passeata, foram adotadas táticas disruptivas. Alguns manifestantes realizaram pichações, e em frente à sede da ATP um grupo de cerca de 20 manifestantes atirou pedras e desferiu socos contra o edifício. Novamente, esses atos foram respondidos com orientações, desde o carro de som, de que o protesto fosse pacífico e com vaias de alguns manifestantes. Um destes gritou “assim vocês estão queimando nosso filme”, em referência à preocupação sobre como as mídias enquadrariam o protesto. No prédio da ATP, que inicialmente não estava protegido pela BM, a reportagem do *Sul21* relatou que da sacada uma mulher - não identificada - filmava o protesto com uma câmera na mão. Após os manifestantes deixarem o local, a BM chegou na sede da ATP para verificar os danos causados. Fotos e imagens do protesto foram encaminhadas pela BM para a PC e o MP com fins de identificação dos responsáveis. Nesse sentido, a coleta de informações não foi direcionada para a antecipação à ação dos manifestantes, mas para utilização dos dados *a posteriori* em investigação da PC.<sup>97</sup>

As interações dos protestos de 01, 04 e 11 de abril, em suma, demonstram mudanças nas estratégias e táticas adotadas pelas forças policiais em relação ao protesto de 27 de março. Embora em todos os protestos de abril grupos de manifestantes tenham adotado táticas disruptivas, não foi adotada a repressão física por parte das polícias. Ao invés de usar táticas direcionadas à dispersão, as polícias priorizaram estratégias de controle mais sutis, que se direcionaram para a coleta de informações. Grandes contingentes de policiais militares realizaram o acompanhamento dos protestos à distância, observando as ações dos manifestantes; registrou-se o uso de táticas de vigilância: a suposta infiltração dos protestos por agentes da BM e a filmagem de protesto na sede da ATP por pessoa não identificada. Também foi adotado o bloqueio espacial em frente à sede do Grupo RBS, uma tática que se repetiria nos protestos de junho. A investigação de fatos ocorridos em protestos pela PC confirmou a tendência de ênfase sobre a coleta de dados em detrimento das táticas de repressão física.

Já os manifestantes tiveram a vitória judicial de revogação do aumento do valor da passagem em função da mobilização de recursos jurídicos pela coalizão de defesa do direito ao protesto. Nesse período, ainda, os manifestantes responderam à ação policial enquadrando negativamente a ação da PC e criticando a “criminalização” dos movimentos sociais. Quanto ao controle nas ruas, ativou-se o mecanismo de desconfiança, com manifestantes buscando identificar possíveis agentes policiais e jornalistas infiltrados nas passeatas. A busca de neutralização da ação de agentes policiais infiltrados fornece indícios para a constituição, à

---

<sup>97</sup> Sobre o processo de “criminalização”, ver ponto 7.4.2.



época, de uma “contraineligência” ou “contravigilância” de alguns manifestantes sobre a ação policial como forma de defesa diante da desconfiança sobre a ação policial (MONAHAN, 2006). Por outro lado, os mecanismos de autopolicamento de atos disruptivos tornou-se recorrente, com manifestantes buscando impedir atos como depredações e pichações por outros manifestantes, dado o receio de que esse a cobertura midiática a esses atos gerasse repercussões negativas dos protestos.

**Figura 20 - Mecanismos da estratégia de coleta de informações (T1)**



Fonte: autoria própria.

Como se identifica na Figura 20, esse é um momento em que a estratégia de controle dos protestos torna-se mais complexa. Não foi adotada a dispersão física, ao mesmo tempo em que formas mais sutis de controle passaram a ser mais mobilizadas. É nesse contexto que pela primeira vez no caso emerge a mobilização das TICs pelas forças policiais. As novas tecnologias são utilizadas pelas polícias para coletas de dados sobre os protestos, seja intimidando os manifestantes, seja coletando dados para fins de investigação criminal. Esse incremento no uso das TICs, por um lado, potencializa a tensão entre os mecanismos de intimidação e de desconfiança na relação de polícias com manifestantes: quanto mais os manifestantes sentem-se vigiados, mais eles buscam combater a vigilância policial por meio de táticas de contravigilância (fotografando, por exemplo, policiais e jornalistas nos atos). As TICs, nesse sentido, emergem como uma arma nas disputas entre manifestantes e forças policiais pela coleta e difusão de informações (TROTIER, 2017).

### 7.2.3 Problemas policiais: tolerar ou dispersar? A busca por legitimação tática

Como demonstrado, entre o protesto de 27 de março e os protestos de abril, a atuação da PM modificou-se de uma estratégia de confrontação física para o uso de táticas de controle mais sutis, focadas na coleta de informações sobre manifestantes. Porém, a não repressão física dos protestos de abril, principalmente após os danos causados pelas depredações à sede da ATP - o prejuízo material pelas depredações foi calculado em cerca de R\$ 70 mil -, ocasionou problemas para a PMRS. À época, a BM foi criticada por sua postura, considerada tolerante, em especial pelo presidente da ATP. Essas críticas indicam formulação de demandas por parte de uma coalizão de lei e ordem que exigia o endurecimento da ação policial.<sup>98</sup>

Esse tipo de enquadramento negativo à ação policial exemplifica o conceito de *‘in the job troubles’*, ou seja, problemas políticos relacionados à publicidade da ação policial (WADDINGTON, 1998; WADDINGTON, KING, 2005). Devido à necessidade das organizações policiais de manter a legitimidade de sua ação perante a opinião pública, recorrentemente as autoridades em segurança pública devem responder às críticas feitas por outros atores às escolhas táticas adotadas. Em resposta às críticas de que a BM estaria sendo “tolerante”, oficiais da PM deram declarações ao jornal *Zero Hora* no sentido de um endurecimento futuro na estratégia policial de controle dos protestos. Na notícia “BM avisa que irá endurecer”, de 13 de abril de 2013, afirmou o então comandante do policiamento da capital, Solon Beresford: “o movimento está em uma escalada de violência, e o Estado, como poder público, tem de tomar uma providência”.<sup>99</sup>

Quanto às providências que seriam adotadas para conter essa “escalada e violência”, a BM posicionou-se no sentido de, ao mesmo tempo, defender um mecanismo preventivo, de antecipação à ação dos manifestantes, e enfatizar que a BM deveria respeitar a liberdade de expressão e os direitos humanos. Quanto ao mecanismo de antecipação, o então comandante-geral da Brigada, Fábio Duarte Fernandes, afirmou: “Se acontecer algo semelhante a isso (depredações), não vamos permitir e vamos tentar nos antecipar a esse fato”. Por outro lado, o então secretário estadual da Justiça e dos Direitos Humanos, Fabiano Pereira, defendeu uma postura não repressiva da BM: “A visão da nossa segurança é de polícia ativa, mas que respeite

---

<sup>98</sup> Embora não tenha sido feito um mapeamento sistemático dos atores que formaram a coalizão de lei e ordem nos diferentes tempos desta pesquisa, os dados do campo demonstram os efeitos de formação dessa coalizão, com uma constante necessidade de resposta policial a sensações relativamente difusas de tolerância às ações disruptivas. Os atores que formariam a coalizão de lei e ordem são citados em diferentes momentos da pesquisa: a prefeitura, Ministério Público, a ATP, a “população em geral” etc.

<sup>99</sup> Protestos na Capital. BM avisa que irá endurecer. *Zero Hora*, 13/04/2013, p. 29.

os direitos humanos e o direito à liberdade de expressão. A polícia deve auxiliar a segurança de todos, não ser agente repressivo”.<sup>100</sup>

Essa relativa ambivalência na postura da BM, de reconhecimento de que a polícia deveria ter uma postura mais ativa contra depredações ao mesmo tempo em que deveria se manter o respeito aos direitos dos manifestantes, sintetiza o problema enfrentado pela BM naquele contexto. Sobre a posição da PM, assim afirmou à época o especialista em segurança Carlos Portolan, em depoimento ao jornal *Zero Hora*: “se age com maior vigor, é acusada de violência. Se adota uma postura mais passiva, é criticada por tolerar a desordem”.<sup>101</sup>

Esse tipo de problema e as respostas dadas pelas autoridades policiais colocam em questão o conhecimento policial para se lidar com a ação coletiva, em especial quanto ao papel que os próprios agentes de segurança pública atribuem às instituições policiais (WINTER, 1998). A dificuldade de enfrentamento dessas críticas no dia-a-dia policial, principalmente quanto às denúncias de violência policial, é expressa pelo entrevistado Fernando, o qual rechaça a interpretação de que a função exclusiva da polícia seria a repressão. Segundo Fernando, diante dessas situações em que as pessoas passam dos “limites”, o papel das forças policiais seria “ajudar” e “representar” as pessoas que não estariam presentes no evento de protesto. Nas palavras de Fernando:

Fernando: eventualmente as pessoas acham que a gente tem prazer em estar ali reprimindo os outros. Não. Meu trabalho não é impedir as pessoas de se manifestar. [...] Então a gente às vezes não faz o papel simpático, mas bom, enfim, é que as pessoas imaginam que a maioria de nós, os policiais, tem prazer em estar reprimindo os outros. [...] O policial é de carne e osso. Ele não é um robô que cumpre ordens inobstantemente.

[...]

Eu acredito que as formas que às vezes as pessoas escolhem é que são [...] eu não vou te dizer equivocadas. É que às vezes os ‘caras’ passam do limite. Por exemplo, “tá bem, quer interromper uma rua e tal?” Tudo bem, a gente negocia. Sai de casa e interrompe um pouco. Tá bom. Agora, não me joga um molotov. Para que isso, sabe? Para que jogar um foguete? [...] Eu acho que as pessoas têm que entender que... algumas pessoas têm que entender que nós estamos ali para ajudar. Nós não estamos ali para... nós estamos representando todas as outras pessoas que não estão ali para impedir que eventualmente alguém daqui faça isso.

---

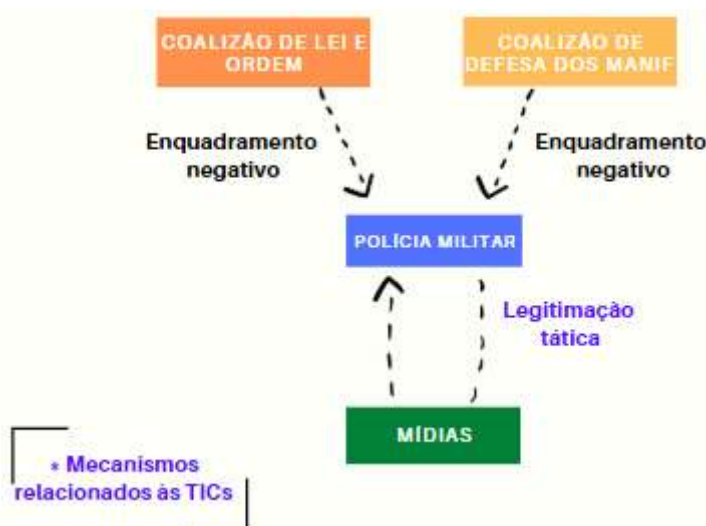
<sup>100</sup> Protestos na Capital. BM avisa que irá endurecer. *Zero Hora*, 13/04/2013, p. 29.

<sup>101</sup> Protestos na Capital. BM avisa que irá endurecer. *Zero Hora*, 13/04/2013, p. 29.

A demanda para que as autoridades policiais explicassem publicamente as táticas adotadas e qual o planejamento para protestos futuros coloca no centro da discussão o papel das polícias e a (i)legitimidade das táticas adotadas. Os estudos em segurança pública indicam que em uma sociedade historicamente violenta e autoritária como a brasileira há uma constante demanda social por punição e pela aplicação de medidas duras contra atores que são enquadrados como contrários à ordem (FONSECA, 2017; PINHEIRO 1997; WEICHERT, 2017). Por outro lado, os manifestantes, já nos primeiros meses de 2013, pautavam a violência policial e a suposta “criminalização” do movimento, sendo reforçados por uma coalizão de defesa do direito aos protestos, formada por autoridades políticas e jurídicas. Ao mesmo tempo, os protestos, já naquele período, eram apoiados por uma parcela relevante da população, de modo que a repressão física gerava repercussões problemáticas para as forças policiais, diferentemente do que tenderia a ocorrer no caso de repressão de minorias com poucos recursos e pouco apoio popular (AYOUB, 2010; SHANG; VITALE, 2013).

Trafegando nessa linha tênue entre críticas de ambos os lados, os depoimentos das autoridades policiais a *Zero Hora*, jornal mais representativo do estado do Rio Grande do Sul, buscaram explicar táticas passadas e prometer uma ação policial mais condizente com as demandas do público. Esse mecanismo de buscar afirmar a legitimidade de escolhas táticas em declarações às mídias é aqui denominado *legitimação tática*. Como já demonstrado, um dos elementos centrais do imaginário em torno das TICs é a ideia de que estas seriam eficazes por si só, dados o apelo estético e a promessa de modernização vinculados às tecnologias (CARDOSO, 2013; BYRNE; MARX, 20011). Não por acaso, como se verá a seguir, a promessa de uso das TICs tende a ser um dos elementos centrais quando as forças policiais se deparam com a necessidade de ativar o mecanismo de legitimação tática.

**Figura 21 - Mecanismo de legitimação tática (T1)**



Fonte: autoria própria.

#### 7.2.4 A gestão do confronto: negociação ou normalização do protesto?

As tensões entre manifestantes e instituições policiais e a configuração de uma atmosfera de desconfiança foram reafirmadas nos dias seguintes. Como resposta às críticas de tolerância a atos de depredação, a BM convocou uma reunião, realizada em 17 de abril, para tratar dos protestos. Foram convidados membros dos diretórios acadêmicos de universidades (UFRGS e PUCRS), representantes de partidos de esquerda (PSOL, PSTU e PT), do MP Estadual, do MP de Contas, da Prefeitura, da Câmara dos Vereadores e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O objetivo da reunião seria discutir “estratégias para que as novas manifestações não resultem em pichações ou quebra-quebra”.

No encontro, estiveram presentes o subcomandante geral da BM, o delegado da Divisão de Assessoramento Especial da PC, o procurador geral do MP de contas, o diretor-geral da EPTC, o secretário municipal adjunto de Governança Local e uma vereadora do PT. Integrantes do Bloco de Lutas não compareceram à reunião. Segundo um dos integrantes do Bloco, em depoimento ao *Sul21*, o teor do encontro não estava nítido no convite: “Foi um convite muito mal articulado, porque não dizia qual o objetivo da reunião, apenas apontava que a temática seria as mobilizações, mas não explicava qual seria a pauta e quem seriam os convidados”.<sup>102</sup>

Após a reunião, o então subcomandante da BM informou quais seriam as diretrizes adotadas nos eventos futuros. As novas táticas abarcavam, por um lado, a antecipação e a negociação: antes dos atos, seriam realizadas revistas com o objetivo de apreender “paus, taquaras, pedras e *sprays*” que estivessem sob a posse de manifestantes, bem como seria buscada uma interlocução entre BM e ativistas para que estes informassem previamente o trajeto das passeatas. Por outro lado, quanto às interações ocorridas durante os protestos, as novas diretrizes abarcavam o incentivo ao autopolicamento e a amplificação do coleta de dados por meio das TICs: o pedido para que manifestantes cooperassem com as forças policiais, identificando e retirando dos atos quem realizasse depredações; o policiamento “mais

---

<sup>102</sup> Brigada Militar realiza reunião para tratar de manifestações em Porto Alegre. *Sul21*, 17/04/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2013/04/brigada-militar-realiza-reuniao-para-tratar-das-manifestacoes-em-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

aproximado” das marchas; o aumento do número de registros fotográficos e de filmagens durante os protestos.

As diretrizes apontadas pelo subcomandante da BM demonstram como se desenvolvia, na época, um processo de construção de estratégias policiais para controle da ação coletiva e indicam algumas tendências que se delineavam. Como já referido, a prioridade do protocolo do uso progressivo da força é, em tese, a negociação com ativistas. Não por acaso, integrantes do Bloco de Lutas foram convidados para a reunião de planejamento. Embora a gestão negociada tenha sido recorrentemente estudada pela literatura de movimentos sociais como um elemento de um processo mais amplo de democratização do policiamento aos protestos (DELLA PORTA; REITER, 1998; McPHAIL et al., 1998), alguns autores identificam a suposta negociação como uma forma de aumento do controle das forças policiais sobre os manifestantes: ao serem estabelecidos os limites dos comportamentos aceitáveis e inaceitáveis em um protesto pelas autoridades policiais, este tende a ser mais rotinizado e passivo, ou seja, menos disruptivo (FERNANDEZ, 2008).

A interpretação de que “negociar” é uma forma de aumento do controle policial sobre o protesto é também baseada no argumento de que reuniões entre manifestantes e forças policiais não se dariam de forma simétrica: dada desigualdade de poder e de recursos entre os dois lados, esse tipo de tática não se trataria exatamente de uma negociação, mas de uma mera comunicação pelas forças policiais dos limites do protesto. Caso tais limites, estabelecidos unilateralmente, fossem ultrapassados, o uso progressivo da força seria legitimado - dado que uma das partes não teria seguido o acordo (FERNANDEZ, 2008).

A postura dos integrantes do Bloco de Lutas, ao não comparecer ao encontro, reafirma o mecanismo de desconfiança do movimento quanto às instituições policiais e uma indisposição ao diálogo. Essa postura refratária à negociação é, como já afirmado, em parte explicada pelo histórico conflitivo entre instituições policiais e movimentos sociais no país. A memória do que ocorreu no passado, em alguma medida, informa a ação presente, de modo que os manifestantes, em seus depoimentos, tendiam a enquadrar as instituições policiais como autoritárias e violadoras de direitos (BOYKOFF, 2007).

No caso em análise, o não comparecimento de integrantes do Bloco não impediu que a reunião fosse realizada e que diretrizes fossem apontadas, ou seja, não houve negociação. O mecanismo de estabelecimento unilateral e assimétrico dos limites do protesto, sob o argumento de que teria havido uma negociação prévia entre partes em posição simétrica, é aqui denominado *normalização*. O mecanismo de normalização busca, ao estabelecer limites estritos ao protesto, impor a rotinização das táticas dos manifestantes e evitar o uso de táticas

disruptivas, que causem problemas às instituições de controle (como depredações e transtornos ao tráfego urbano): o protesto é permitido desde que ele não afronte a ordem.

A normalização é um mecanismo que compõe uma estratégia mais ampla: a gestão do confronto. Diferentemente da gestão negociada, estudada pela literatura de movimentos sociais (McPHAIL et al., 1998), a estratégia de gestão do confronto dispensa a negociação ou supõe que teria havido uma negociação mesmo que, na prática, tenham sido tomadas decisões unilaterais. Além do mecanismo amplo da normalização, a gestão do confronto tende a acionar outros mecanismos: a antecipação, o autopolicciamento, a intimidação e a amplificação da visibilidade.

As diretrizes apontadas na reunião de 17 de abril tenderam para a estratégia da gestão do confronto. O mecanismo da antecipação seria ativado seja por meio das revistas para apreensão de objetos, seja pela busca da informação prévia sobre qual seria o trajeto da marcha. A antecipação aumentaria a quantidade de informações disponíveis à autoridades policiais e, como proposto na doutrina do Comando e Controle, facilitaria o planejamento das operações - por exemplo, na decisão sobre para quais territórios da cidade deslocar contingentes policiais, diminuindo o grau de imprevisibilidade do protesto (CARDOSO, 2013; SOARES; BATITUCCI, 2017). O mecanismo do autopolicciamento seria ativado com os pedidos dirigidos aos manifestantes - informação sobre trajeto e identificação de quem estaria realizando depredações. A intimidação segue presente nas diretrizes apontadas na reunião, seja pela proposta de revista e apreensão de objetos, seja na ideia de que investiria na coleta de dados sobre manifestantes.

Por fim, a *amplificação da visibilidade* é um mecanismo que resulta do esforço de um agente no sentido de tornar mais visível a ação dos agentes cuja ação se busca controlar e/ou combater. O aumento do número de registros fotográficos e de filmagens apontam para a ênfase sobre a coleta de informações e o monitoramento *in loco* dos manifestantes, táticas que, assim como aquelas voltadas para a antecipação, aproxima-se dos princípios do comando e controle (CARDOSO, 2013; SOARES; BATITUCCI, 2017). Enquanto o policiamento preditivo visa a coleta de informações que antecipem a ação dos manifestantes, o monitoramento *in loco* auxilia a tomada de decisões em tempo real - tais dados podem também ser usados posteriormente para investigação de eventuais ilícitos. Nesse ponto, o uso das TICs emerge como um fator relevante, embora os registros fotográficos e as filmagens fossem, à época, realizados de forma relativamente experimental, com poucas informações das autoridades policiais sobre o grau de eficácia desse tipo de tática. Por outro lado, a declaração de que se lançaria mão de novas tecnologias tende a se conectar, como já ressaltado, com o mecanismo de legitimação tática.

O estabelecimento dessas diretrizes foi justificado pelo subcomandante da BM, segundo a reportagem do *Sul21*, como forma de garantir a “segurança na caminhada” e “amenizar os problemas causados no trânsito”, ou seja, a preocupação central era a retomada do controle e da ordem no espaço público. A fala do oficial direcionou-se, por outro lado, no sentido de enfatizar que a reivindicação do movimento era “legítima e democrática” e que o objetivo da BM seria “evitar o conflito”, sendo a ação da polícia dirigida apenas para impedir depredações e pichações. A justificativa do subcomandante, assim, enquadrava a ação coletiva como legítima, entendendo-se como ilegítimas aquelas que causariam distúrbios à ordem social - enquadramento que seria reafirmado em junho de 2013 (FERNANDES, 2016).

As diretrizes propostas pela BM foram criticadas por alguns ativistas. Naquele momento, eram crescentes nas redes sociais as denúncias de que agentes infiltrados da inteligência da PM estariam registrando imagens nas marchas e de que a BM estaria agindo de forma violenta, intensificando a desconfiança e a paranoia. De modo geral, a postura dos integrantes do Bloco em resposta à reunião foi a busca por reafirmação da “autonomia” do movimento. Em depoimento ao *Sul21*, um integrante do Bloco rechaçou as propostas da BM:

“Não podem interferir na autonomia do movimento, querer organizar o itinerário ou retirar das pessoas objetos que não foram utilizados para agredir ninguém. A livre manifestação nas ruas é garantida pela Constituição e temos liberdade de decidir o itinerário que será feito [...] em qualquer momento.”<sup>103</sup>

No mesmo sentido, uma integrante do Bloco vinculada a grupos autonomistas, também em depoimento ao *Sul21*, reforçou que os grupos anarquistas não acreditavam no diálogo com a BM e formulou críticas à forma de atuação da polícia do governador Tarso Genro (PT), principalmente quanto à adoção de táticas mais sutis de controle, fundamentadas no uso de táticas de vigilância pelos serviços de inteligência:

*“O governo Tarso investe muito mais na polícia de inteligência do que o governo Yeda, que era mais truculento. O atual governo tem sutilezas na criminalização dos manifestantes, vai identificando e obtendo informações. E agora vem esse movimento inadmissível de conciliação e negociação que a*

---

<sup>103</sup> Brigada Militar realiza reunião para tratar de manifestações em Porto Alegre. *Sul21*, 17/04/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2013/04/brigada-militar-realiza-reuniao-para-tratar-das-manifestacoes-em-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

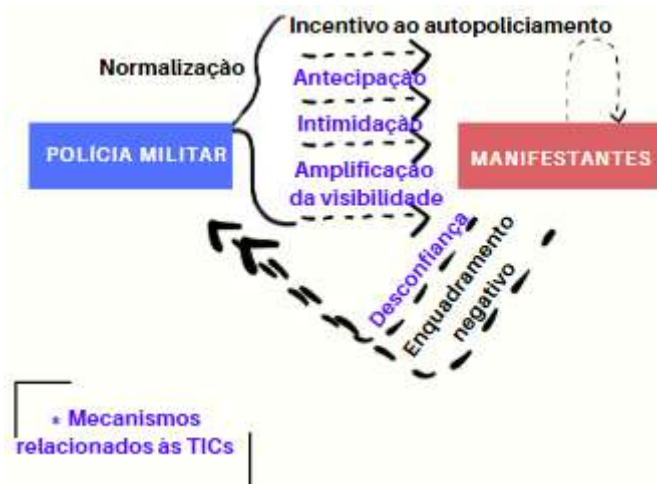


Brigada e o governo do estado tentam colocar para dentro do movimento”.<sup>104</sup>  
(grifo nosso)

A fala da manifestante autonomista coloca em questão dois pontos centrais para os protestos posteriores: as críticas ao governo de Tarso Genro em virtude da atuação das forças policiais, situação que se intensificaria nos eventos de junho; a percepção dos manifestantes sobre o desenvolvimento de formas sutis de controle policial, baseadas na coleta de informações e no monitoramento.

Em meio a esse contexto de tensão, as diretrizes policiais estipuladas na reunião do dia 17 de abril foram concretizadas no protesto posterior: em 23 de abril, novamente os manifestantes reuniram-se em frente ao prédio da Prefeitura reivindicando a redução do valor da passagem de transporte público. Nesse evento, a PM adotou, segundo a interpretação do jornal *Zero Hora*, uma “nova postura”.<sup>105</sup> Foi noticiado o uso da cavalaria (30 cavalos), e policiais acompanharam a marcha pelas laterais com a finalidade de impedir pichações. Ademais, policiais à paisana usaram câmeras para gravar o protesto. Mesmo com os esforços das forças policiais para aumentar o controle sobre o evento, alguns manifestantes picharam pilares do prédio da Prefeitura.

**Figura 22 - Mecanismos da estratégia de gestão do confronto (T1)**



Fonte: autoria própria.

<sup>104</sup> Brigada Militar realiza reunião para tratar de manifestações em Porto Alegre. *Sul21*, 17/04/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2013/04/brigada-militar-realiza-reuniao-para-tratar-das-manifestacoes-em-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

<sup>105</sup> Protesto na Capital. Ato por tarifa menor termina em pichação. *Zero Hora*, 24/04/2013, p. 36.

### 7.2.5 Problemas e oportunidades de ver e ser visto: mídias e disputas interpretativas

As dinâmicas deflagradas nos meses iniciais de 2013 colocam em destaque uma dimensão central das disputas em torno do controle dos protestos: o campo da visibilidade (BRIGHENTI, 2007). Como pontua Brighenti (2007, p. 324-325), a visibilidade pode ser entendida como um processo social que se situa na interação entre a estética (relações de percepção) e a política (relações de poder). Considerando-se a visibilidade como um campo relacional, os atores em disputa no confronto político agem estrategicamente para controlar o que é e o que não é visto e conquistar apoio do público. Essa disputa em torno da visibilidade enfatiza a faceta performática do campo dos movimentos sociais, ou seja, as interações no confronto político são marcadamente direcionadas à representação simbólica dos atores no espaço público: um protesto, por exemplo, segue um determinado roteiro, e as interações são mais ou menos improvisadas segundo o repertório disponível (TILLY, 2006). No mesmo sentido, Koopmans (2005, p. 159) afirma que “a repressão é um ato estratégico de comunicação no espaço público” (*tradução nossa*). Essas interações, em conjunto, conformam um campo de disputas interpretativas (BENFORD, 1993).

Como já demonstrado na explicação do mecanismo de legitimação tática, o que é visto da ação policial e a forma como essa ação é interpretada pelos veículos midiáticos são fatores considerados para as escolhas estratégias e táticas. A legitimidade da ação policial, porém, envolve outros atores: os grupos que são objeto da ação policial - quando, por exemplo, os grupo reprimidos são enquadrados negativamente pelas mídias a ação policial tende a ser legitimada (KOOPMANS, 2005); o público ao qual as interpretações midiáticas são dirigidas - os atores que recebem as mensagens da mídia podem avaliar criticamente as interpretações midiáticas segundo suas visões de mundo, podendo ser mais ou menos favoráveis a atuações repressivas.

Um dos principais efeitos das TICs na contemporaneidade é a amplificação da visibilidade sobre interações ocorridas no espaço público. Nesse sentido, um dos problemas enfrentados pelas forças policiais é a possibilidade de táticas de repressão física serem registradas e utilizadas para que se enquadre a ação policial como violenta e/ou violadora de direitos. O policial Carlos, entrevistado para esta pesquisa, entende ser importante o controle social sobre as ações das polícias e enfatiza a relevância das novas tecnologias na amplificação dessa visibilidade:

Carlos: ...uma das questões que eu mesmo sempre defendi foi de que nós, policiais, na época, não deveríamos nos preocupar com pessoas que estão nos

filmando ou filmar uma ação da polícia. Porque de fato não tem nenhum problema, é transparente, tem que ser assim, e o cidadão tem direito à identificação do policial, a filmar a ação. A não ser que a pessoa não quiser que seja filmada. Mas eu acho que são tecnologias extremamente importantes que garantem, digamos assim, o exercício da cidadania, o exercício e a garantia dos direitos individuais e coletivos das pessoas. Então eu acho que essa questão da tecnologia ela também fez com que os policiais mudassem o comportamento. Hoje, se ele quiser agredir uma pessoa ou efetuar algo que não seja de acordo com aquilo que ele está fazendo, é extremamente complicado, complexo

No mesmo sentido afirma o então comandante-geral da BM do Rio Grande do Sul, Fábio Duarte Fernandes, em entrevista ao *Sul21*:

“Vocês não se preocupem se um jornalista quiser tirar uma foto de vocês trabalhando. [...] O que vocês tem que se preocupar é em fazer a coisa certa. Se estiver certo, não tem porque não deixar fotografar’. E eu dizia para os comandantes: ‘O que tu não puder dizer para um jornalista, tu não faz’”.<sup>106</sup>

Essas falas são convergentes com as pesquisas que concluem que a maior visibilidade sobre a ação policial tende a coibir a violência policial e a violação dos direitos dos manifestantes (WISLER; GIUGNI, 1999). Por outro lado, como ocorreu no caso aqui estudado durante os protestos de abril de 2013, as polícias podem ser criticadas pela postura oposta, ou seja, por uma ação, em tese, excessivamente tolerante a táticas disruptivas. Assim, a forma como a ação policial é interpretada e (des)legitimada socialmente depende da recepção do público e da posição político dos veículos midiáticos. Públicos e veículos midiáticos que priorizam a defesa da ordem sobre os direitos de expressão, por exemplo, podem demandar ações de repressão física mesmo em contextos democráticos (FONSECA, 2017).

Nessas disputas interpretativas em torno da ação policial, as autoridades policiais podem, como no caso em estudo, fazer declarações voltadas a afirmar a legitimidade e a eficácia das ações policiais e a (re)conquistar apoio do público (mecanismo de legitimação tática). Nesse sentido, a adoção de táticas específicas não considera apenas a eficácia *per se*, mas também o grau reconhecimento social da tática. Como demonstrado, as táticas que envolvem o uso de novas tecnologias tendem a ser enquadradas positivamente, dado o imaginário de eficácia e modernidade a elas relacionado (CARDOSO, 2013). Por outro lado, como afirmou o policial Clóvis, algumas táticas policiais, em especial as de vigilância, tendem a ser mais eficazes se

---

<sup>106</sup> Priorização das vidas ou repressão violenta? O papel da BM em junho de 2013. *Sul21*, 11/06/2018. Disponível em: <<http://junho2013.sul21.com.br/priorizacao-das-vidas-ou-repressao-violenta-o-papel-da-bm-em-junho-de-2013/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

adotadas de forma discreta e pouco visível. Assim, a declaração de autoridades policiais de que se aumentaria o uso de registros fotográficos e de filmagens após a reunião de 17 e abril envolveu potenciais perdas e ganhos: por um lado, expôs táticas de vigilância que poderiam ser mais eficazes caso operadas de forma discreta; por outro, buscou legitimar a ação policial.

Os problemas e oportunidades da visibilidade apresentam-se também para manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais. O que é rotineiro e “normal” tende a não ser noticiado (BRINGHENTI, 2007); já ações disruptivas, que se opõem à ordem social - como depredações de patrimônio e discursos mais radicais - tendem a ser mais visibilizados pelas mídias do que ações rotinizadas (BOYKOFF, 2006). Por outro lado, ações disruptivas tendem a ser enquadradas negativamente pelas mídias corporativas, o que pode levar à perda de apoio popular e à legitimação de ações policiais repressivas. Assim, é comum manifestantes enfrentarem o dilema de como ser vistos e atrair a atenção e o apoio do público: por meio de ações disruptivas, que têm alto valor-notícia, mas que tendem a ser enquadradas negativamente; ou por meio de ações rotineiras, que tendem a ser enquadradas como legítimas, mas a receber menos atenção das mídias e do público.

Assim como as instituições policiais, ativistas, manifestantes e organizações de movimentos sociais utilizam os recursos disponíveis para construir e disseminar enquadramentos favoráveis aos seus interesses. Nesse sentido, os integrantes do Bloco de Lutas fizeram declarações buscando enquadrar negativamente a ação policial - adjetivando-a como “criminalizante” -; ao mesmo tempo, defenderam o caráter pacífico dos eventos de protestos e inferiram que ações de depredação estariam sendo adotadas por pessoas “infiltradas” no movimento - ou seja, buscaram desvincular a representação do Bloco à violência. Por outro lado, a busca por afirmação do caráter pacífico foi central para a ativação do mecanismo de autopolicamento por alguns manifestantes, os quais durante as passeatas passaram a criticar e a tentar impedir a prática de depredações a patrimônio, cooperando assim com as demandas de ordem das forças policiais.

As disputas em torno da visibilidade enfatizam a importância das mídias como arenas do confronto político e dos veículos midiáticos como atores em interação com as forças policiais e os movimentos sociais; ou seja, as mídias não são neutras, mas sim parte atuante no confronto. Nesse sentido, outro recurso adotado por integrantes do Bloco nesse período foi a crítica à forma como as mídias corporativas - principalmente do Grupo RBS - estavam enquadrando os eventos de protesto. Esse mecanismo dos manifestantes de desqualificar a interpretação de veículos midiáticos é aqui denominado *deslegitimação da cobertura*. Por outro lado, o desenvolvimento das TICs relaciona-se com a disseminação de veículos midiáticos alternativos - como o *Sul21*

no caso de Porto Alegre e a Mídia Ninja nacionalmente -, os quais podem construir e disseminar enquadramento favoráveis aos movimentos e contrários à narrativa das mídias corporativas, como enquadramentos que ressaltam a violência policial (FERNANDES, 2016).

**Figura 23 - Mecanismos das disputas interpretativas (T1)**



Fonte: autoria própria.

## RESUMO DA SEÇÃO

Durante esta seção, que tratou dos protestos ocorridos entre janeiro e maio de 2013, foram identificadas diferentes estratégias e novos mecanismos de controle da ação coletiva. No protesto de 27 de março, foi reproduzida a estratégia de controle repressivo pelas forças policiais (PM, GM e PC), ao mesmo tempo em que uma coalização em defesa dos manifestantes mobilizou recursos jurídicos para combater a repressão. Nos atos seguintes, em abril, as polícias passaram a priorizar a estratégia da coleta de informações, tanto com o monitoramento *in loco* dos atos quanto com a investigação criminal. Os temores sobre as infiltrações policiais e a “criminalização” intimidaram os manifestantes, os quais ativaram o mecanismo de desconfiança em relação às forças policiais, ao mesmo tempo em que alguns manifestantes passaram a acionar o autopolicciamento para impedir a prática de atos disruptivos. A mobilização de recursos jurídicos pela coalização de defesa dos manifestantes, por sua vez, teve uma vitória, com a revogação do aumento do valor do transporte público. Esse contexto causou problemas às forças policiais (criticadas seja por uma postura tolerante, seja pela ação violenta), o que levou as autoridades policiais a ativar o mecanismo de legitimação tática. Como resposta

às críticas, as forças policiais passaram a adotar a estratégia de gestão do confronto, ativando mecanismos de antecipação, intimidação e amplificação de visibilidade sobre a ação dos manifestantes. Também foi incentivado pelas polícias o autopolicimento durante os atos. As interações ocorridas durante o período colocaram destaque para as disputas interpretativas em torno da (i)legitimidade dos atores policiais e dos manifestantes.

As TICs nesse contexto emergiram como agentes importantes para a ativação dos mecanismos da estratégia de coleta de informações (intimidação e “criminalização”) e assumiram ainda maior protagonismo para ativação dos mecanismos da estratégia de gestão do confronto (antecipação, intimidação, amplificação da visibilidade sobre a ação dos manifestantes). Por outro lado, a mobilização de TICs para controle da ação coletiva potencializou a desconfiança dos manifestantes sobre as instituições policiais. Demonstrou-se ainda o papel central das TICs para ativação do mecanismo de legitimação tática e na configuração de disputas interpretativas sobre a ação das forças policiais.

### **7.3 Junho de 2013**

O período de junho de 2013 é composto pelos protestos de 13, 17, 20, 24 e 27 de junho daquele ano. O período de junho em Porto Alegre, assim como diversas outras cidades do país, é marcado pela amplificação das mobilizações, com a ocorrência de protestos massivos e heterogêneos congregando distintos grupos e múltiplas reivindicações nas ruas. Essa diversificação de atores e pautas nas ruas foi acompanhada pela radicalização tática, com a escalada no nível de conflitualidade entre manifestantes e forças policiais. Apesar de se manter, no período, o predomínio do uso de táticas rotineiras - passeatas, uso de faixas, bandeiras e cartazes, palavras de ordem -, verificou-se, em relação aos protestos iniciais do ano, um importante aumento na frequência do uso de táticas disruptivas.

Em todos os protestos de junho foram noticiados atos de depredação de patrimônios, praticados majoritariamente por manifestantes mascarados, identificados com as táticas *black bloc*; em mais da metade dos protestos do período foram noticiados saques, pichações e o uso de rojões. Nesse contexto tornaram-se recorrentes os confrontos físicos com as forças policiais, as quais, em todos os eventos de junho em Porto Alegre, utilizaram armamento menos letal - principalmente bombas de gás lacrimogêneo - e realizaram detenções - foram noticiadas ao menos 147 detenções de manifestantes. O nível de conflitualidade também se expressou na intensificação das divergências entre manifestantes. Essas divergências tenderam a envolver

disputas sobre a (i)legitimidade do uso de táticas disruptivas e sobre o porte de símbolos de partidos - bandeiras e demais adereços -, com um rechaço marcante à presença partidária.

### **7.3.1 Novos problemas policiais: heterogeneização dos protestos, surpresa e a retomada do controle repressivo**

Junho é considerado um mês de nacionalização, heterogeneização e massificação dos protestos em torno da tarifa do transporte público. Apesar de em Porto Alegre a revogação do aumento da tarifa ter ocorrido no início de abril, as mobilizações em torno dessa questão seguiram ocorrendo. O primeiro protesto do mês ocorreu em 13 de junho, congregando milhares de pessoas em um ato ainda relativamente homogêneo, protagonizado pelo Bloco de Lutas. Nesse dia, desde o início da marcha os manifestantes demonstraram solidariedade aos protestos de outras cidades do país, gritando palavras de ordem como “Um, dois, três! Quatro, cinco, mil! Ou baixa a passagem, ou paramos o Brasil!” e “São Paulo! Rio de Janeiro! Porto Alegre e Natal! Pelo passe livre! A luta é nacional!”. Além disso, já nesse momento a insatisfação parecia começar a ser também canalizada para o governo federal de Dilma Rousseff, com o grito “Ô Dilma! Eu quero ver! O passe livre nacional acontecer”.

Apesar da adoção de táticas rotineiras - principalmente cartazes e faixas com reivindicações -, esse protesto foi caracterizado pelo aumento de frequência no uso de táticas disruptivas por manifestantes, assim como pela escalada da força policial, uma dinâmica que iria se repetir em todos os eventos de junho. O evento iniciou-se de forma pacífica no centro da cidade, embora desde o início da marcha, como havia sido estipulado na reunião do dia 17 de abril, a cavalaria da BM seguisse os manifestantes de perto, pela lateral da passeata. A forma de acompanhamento do ato pelas forças policiais ocasionou um clima tenso desde o início do evento. Por outro lado, manifestantes entoavam o grito “Acabou o amor! Isso aqui vai virar a Turquia”.<sup>107</sup> As divergências entre manifestantes pareciam também acirrar-se, seja pela ocorrência de conflitos acerca do papel dos partidos no ato, seja pela falta de uma determinação coesa do trajeto da marcha.

Durante o trajeto, que percorreu vias do centro da cidade, contêineres de lixo foram revirados, e agências bancárias, estabelecimentos comerciais e ônibus foram apedrejados.

---

<sup>107</sup> Referência aos eventos de protesto ocorridos na Turquia em 2013. Também na Turquia ocorreu uma escalada no confronto, culminando em violenta repressão policial.

Como nos eventos anteriores, uma parcela dos manifestantes opôs-se à adoção das táticas disruptivas, ativando o mecanismo de autopolicamento e vaiando quem as praticava. Também foram atingidos por pedras um carro da Rádio Gaúcha, a sede do PMDB e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, situações que indicavam a diversificação dos alvos da insatisfação dos manifestantes.

Em certo ponto da marcha, a BM passou a utilizar bombas de efeito moral e tiros de bala de borracha, dispersando o protesto. Ao total, 23 pessoas foram detidas, acusadas de dano ao patrimônio, resistência e conspurcação (pichação). Como ficaria mais evidente nos protestos posteriores, as prisões foram realizadas de forma relativamente generalizada. A ação policial, baseada em uso de armamento menos letal e em detenções em massa, retomou, diferentemente do que havia sido declarado após a reunião de 17 de abril, uma estratégia de controle repressivo ao protesto - estratégia adotada em todos os eventos de junho. As prisões, apesar de terem sido justificadas discursivamente pela necessidade de se apreender quem havia praticado depredações, foram realizadas de forma generalizada, arbitrária e com poucos fundamentos legais (ALMEIDA; LOPES, 2019). Pessoas foram presas relativamente ao acaso nas ruas, e a ação policial direcionou-se a dispersar o protesto, atuando repressivamente mesmo contra os manifestantes que não praticaram atos disruptivos. Ou seja, o uso de armamentos menos letais e de prisões generalizadas funcionou como tática de incapacitação de manifestantes (STARR et. al, 2011).

A truculência da ação policial foi denunciada por alguns manifestantes. A mobilização de recursos jurídicos foi acionada, com a formação de equipes jurídicas responsáveis pela defesa dos manifestantes durante os protestos do mês (STARR et. al, 2011). Quanto ao protesto de 13 de junho, uma advogada informou que pelo menos três das pessoas detidas apresentaram sinais de agressão. O papel das TICs nas disputas interpretativas sobre o que estava acontecendo nos protestos passou a ficar mais evidente, com postagem nas redes de vídeos denunciando a violência policial: em vídeo postado no *Youtube*,<sup>108</sup> soldados da BM entram em um bar perseguindo manifestantes, e um deles fala “na hora de fazer baderna e quebrar as coisas [os manifestantes] são machinhos, mas, depois, não abraçam nada”, ameaçando prender todas as pessoas que estavam no local.

Por outro lado, o uso de imagens produzidas por TICs como fonte de informação pelas forças policiais passou a ser incorporado como tática: um cicloativista que fazia um

---

<sup>108</sup> Fonte: <[https://www.youtube.com/watch?v=aMMTB\\_gvhbw](https://www.youtube.com/watch?v=aMMTB_gvhbw)>. Último acesso em: 13/12/2019.



documentário teve seus equipamentos apreendidos para que a polícia usasse as imagens para identificar quem havia praticado as depredações. O policial entrevistado Carlos também cita que imagens em tempo real produzidas pela *Mídia Ninja* foram utilizadas pelas polícias para identificar pessoas que teriam praticado depredações em junho. Essas situações reafirmam o mecanismo de amplificação da visibilidade acionado pelo uso das TICs como forma de produção e disseminação de informações. Tanto manifestantes quanto policiais utilizaram imagens produzidas por TICs nas disputas interpretativas acerca do que ocorria nos protestos.

Em entrevista coletiva à mídia após o protesto de 13 de junho, um oficial da BM buscou legitimar as táticas empregadas: informou que as táticas de dispersão foram adotadas após a realização de “atos de vandalismo” por uma “minoria” de manifestantes e declarou, ainda, que ao menos um agente policial havia sido agredido por uma pedrada. O subcomandante afirmou no mesmo sentido que a orientação da BM era “a mesma de sempre: acompanhar o protesto para garantir a segurança das pessoas poderem se manifestar democraticamente. Isso desde que não tenha nenhum tipo de depredação”.<sup>109</sup>

O protesto seguinte, no dia 17 de junho, foi marcado pela nítida heterogeneização dos grupos presentes e das reivindicações nas ruas. Se no ato anterior, apesar das divergências entre manifestantes, o Bloco de Lutas e a pauta do transporte público ainda mantinham certa centralidade, no dia 17, em ato que congregou mais de 10 mil pessoas às ruas, foram multiplicadas as demandas nos cartazes: contra a corrupção, contra a PEC 37, contra a Copa do Mundo 2014, contra a “criminalização” dos movimentos sociais etc. Essa multiplicidade passaria a ser interpretada por alguns manifestantes e alguns veículos midiáticos com uma insatisfação generalizada.

Apesar de um início pacífico, caracterizado pelo clima festivo e pelo apoio da população, a marcha chegou à Avenida Ipiranga e seguiu na direção do prédio do Grupo RBS, quando a BM, novamente protegendo o prédio por meio de um bloqueio, começou a disparar bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, impedido a aproximação dos manifestantes. Estes começaram a se dispersar, e um grupo passou a incendiar contêineres de lixo e a depredar ônibus e estabelecimentos comerciais. Em seguida, soldados da BM, alguns a cavalo, perseguiram manifestantes pelas ruas da cidade, bloqueando ruas e revistando pessoas. Ao total 38 manifestantes foram detidos e cinco ficaram feridos.

---

<sup>109</sup> Atos de vandalismo. *Zero Hora*, 14/06/2013, p. 5.

Após o ato, o então governador Tarso Genro concedeu uma entrevista coletiva explicando a postura adotada pela BM. Segundo o governador, a BM interveio para preservar a “integridade física” dos manifestantes, e as barreiras policiais nas vias da cidade foram construídas para evitar a “violência generalizada”. Tarso afirmou ainda que eventuais ações que não tivessem seguido a ponderação necessária poderiam ser apuradas pela Corregedoria da BM e gerar responsabilizações. Sobre a autoria dos atos de depredação, o governador seguiu a interpretação que se consolidava entre manifestantes, mídias e autoridades policiais, ou seja, de que esses atos eram realizados por uma “minoria”.<sup>110</sup>

A heterogeneidade e o caráter massivo dos protestos de junho foram interpretados pelas autoridades policiais como uma “surpresa”, a qual causou problemas para que as polícias exercessem o controle sobre os eventos. Como anteriormente demonstrado, o mecanismo de negociação, quando se relaciona com movimentos sociais mais tradicionais, envolve o contato com uma ou algumas lideranças do movimento para coleta de informações e estabelecimento de limites sobre o comportamento dos manifestantes. No caso dos protestos de junho de 2013, a heterogeneização de atores, o elevado número de manifestantes - muito dos quais em desacordo sobre reivindicações e trajeto do protesto - e o rechaço dos integrantes do Bloco a cooperar com as forças policiais - não informando, por exemplo, o trajeto - ocasionaram problemas de operacionalização das táticas no curso das interações com os manifestantes (WADDINGTON, 1998; WADDINGTON, KING, 2005).

Segundo o policial Marcos, a (des)confiança é um fator fundamental para determinar o grau de interlocução entre as polícias e os movimentos. Como já demonstrado, o contexto de 2013 é marcado pela resistência de parte dos manifestantes para dialogar com as polícias e pela ativação do mecanismo de desconfiança. Nas palavras de Marcos:

Marcos: [Com movimentos tradicionais] tinha uma confiabilidade dentro do pessoal, então havia um controle, então a gente conseguia negociar com as lideranças, e as lideranças conseguiam manter. O que mais tarde eu acho que foi se dissolvendo um pouco. Tanto na polícia quanto nos movimentos. Acho que ficou mais difícil de controlar algumas questões policiais e ficou mais difícil de controlar. Também às vezes as lideranças diziam uma coisa, e o pessoal às vezes não seguia. Então acho que o que mais funcionava era mesmo a negociação na confiança, baseado na confiança.

---

<sup>110</sup> Protesto em Porto Alegre tem multidão nas ruas e forte confronto com a polícia. *Sul21*, 18/06/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/06/protesto-em-porto-alegre-tem-multidao-nas-ruas-e-forte-confronto-com-a-policia/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

A interpretação de que as forças policiais foram surpreendidas em junho de 2013 é formulada por diversos policiais militares entrevistados:

Fernando: a gente tinha passado pela experiência de 2013, que foi um negócio cruel. Para tu teres uma ideia nós, a polícia, o Estado todo foi pego, toda a organização pública, ela foi pega de surpresa.

Carlos: Eu recordo que em 1986, 1988 ali, a gente tinha dificuldade de identificar pessoas, de conduzir pessoas, de identificar focos de violência nas manifestações por exemplo. Então eu sempre partia de um acordo com a liderança. Tinha normalmente uma liderança: “o que acontecer com o pessoal aqui é tua responsabilidade. O que acontecer com o meu pessoal é responsabilidade minha”. Então tinha uma troca assim. Hoje tu não tens uma liderança identificada no movimento. Cada um é meio por si.

Marcos: Contemporaneamente, se pegar aí 2005 em diante, acho que mudou muito mais, porque aí você tem uma outra configuração, um diálogo eu acho que é a questão aí de vários movimentos ao mesmo tempo. Então você tem lá *black blocs* identificados como aqueles, se autodizendo “nós somos *black blocs*”. Tem gente da CUT lá, e todos ao mesmo tempo reivindicando, e reivindicações às vezes diferentes, e eles mesmos se desentendendo entre eles na reivindicação. [...] Bom, essa mistura toda causou grandes problemas aí que eu acho que vigoram até hoje, que é uma confusão total. O Judiciário não sabe quem absolver, quem condenar. A polícia não sabe o que fazer com quem prende, porque você pode ver essa minha ideia quando acontece. [...] Mas é tudo um pouco intuitivo, um pouco confuso. Confuso mesmo do ponto de vista da polícia e dos movimentos sociais também [...]. Eu acho que o panorama atual mais ou menos é esse. O que leva a se agir de modo intuitivo e perigoso, porque desse jeito você pode prender gente porque está com vinagre e às vezes não poder prender alguém que estava quebrando para furtar um celular, que não tem nenhuma ideologia, não tem nada. Então eu acho hoje bem confuso, desse ponto de vista. Embora eu ache que os movimentos sociais têm se organizado mais e melhor. Mas ainda assim na hora da manifestação de rua tem sido mais confuso. Bem mais confuso. Se confundem as questões políticas, propósitos: “bom, nós queremos isto, nós estamos aqui porque queremos que baixe o preço da passagem. Estamos aqui porque queremos que se eleja Fulano. Estamos aqui [...]”. Às vezes não tem a mínima ideia por que está lá, e a polícia também não tem a mínima ideia de: “quem são as pessoas que vão estar lá? Vai ter criança?” Há um tempo atrás você tinha bem essa estimativa: “tem que ter médico, tem que ter ambulância, tem que ter isso, tem que ter aquilo. Poder atirar gás, não pode atirar gás, as pessoas podem correr pra lá, podem correr pra lá.” Hoje isso é muito confuso, e aí você não tem muito como planejar. “Se eu atirar gás ali vai ter criança caindo?” [...] Uma polícia confusa, que não sabe muito bem como agir, não sabe se atira com bala de borracha, não sabe se deixa tudo acontecer, se deixa incendiar contêineres por exemplo. Não sabe se deixa derrubar o boneco da Copa, o Tatu. [...] Se você tem um planejamento e sabe qual é tipo de ação, você está preparado. [...] Agora, se você não sabe bem o que fazer, quem são, você não tem como fazer isso.

A fala de Marcos demonstra os detalhes das dificuldades enfrentadas pelas forças policiais em formatos de evento heterogêneos e os riscos causados por um policiamento “intuitivo” e “confuso”. A descontinuidade das táticas policiais entre os primeiros meses de 2013 e os protestos de junho, com uma escalada de forças que diverge das diretrizes de policiamento apontadas na reunião de 17 de abril, expõe tais dificuldades. A resposta “intuitiva” à massificação dos protestos tendeu ao controle repressivo, com o uso generalizado de armamento menos letal e de detenções. Considerando-se que o controle repressivo, como anteriormente demonstrado, é a forma historicamente consolidada de relação da PMRS com os movimentos sociais, é possível apontar que, diante da “surpresa” causada pela massificação e heterogeneização dos protestos, a reação inicial do policiamento foi acionar o mecanismo que se conhecia, ou seja, a dispersão (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015). Essa constatação é convergente com a fala dos policiais entrevistados, segundo a qual soldados despreparados para uma situação tendem a agir violentamente. No entanto, também esse tipo de ação enfrentou limitações imprevistas. Segundo o policial Fernando, todo o estoque dos agentes químicos utilizados como armamento menos letal pela PMRS acabou em junho de 2013.

**Figura 24 - Mecanismos da estratégia de controle repressivo (T2)**



Fonte: autoria própria:

### 7.3.2 Problemas de governo: entre a negociação com manifestantes e a legitimação das táticas policiais

O protesto posterior, em 20 de junho, foi o maior do ciclo, com a presença de cerca de 20 mil manifestantes às ruas de Porto Alegre, e os problemas enfrentados pelas forças policiais seguiram-se. Na passeata, realizada sob forte chuva, a heterogeneização de grupos e reivindicações intensificou-se. Diversas pautas foram expressas em cartazes, faixas e palavras de ordem, incluindo demandas relativas ao transporte e contra o governo. Nessa data, a ferramenta “Causa Brasil”, desenvolvida para mapeamento, a nível nacional, de menções a protestos nas redes sociais, identificou a pauta da “segurança” como a mais mencionada naquela data:

**Figura 25 - Reivindicações predominantes nas redes segundo a ferramenta “Causa Brasil” em 20 de junho de 2013**



Fonte: <<http://www.causabrasil.com.br/m/index.html>>.

A heterogeneidade de pautas foi também expressa na intensificação das divergências entre manifestantes. Após a concentração no centro da cidade, foram realizadas marchas com dois trajetos diversos - um grupo liderado pelo Bloco de Lutas e outro sem liderança identificável. Em determinado momento do percurso, as marchas reencontraram-se. Além

disso, o rechaço à presença de partidos tornou-se mais nítido, ao mesmo tempo em que o porte de símbolos nacionais e regionais - como as bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul - foi marcante.

Novamente, quando a passeata se situava na Avenida Ipiranga, em direção ao prédio do Grupo RBS, a BM utilizou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar a multidão, sob a justificativa de que o prédio seria um “alvo declarado de ataques”. Em depoimento à reportagem do jornal *Zero Hora*, Eviltom Pereira Diaz, à época porta-voz da BM, afirmou: “Não vamos tolerar depredação, principalmente se já soubermos onde e quando ele está programado para acontecer”.<sup>111</sup> Ainda segundo a reportagem de *Zero Hora*, em reunião no dia anterior os manifestantes teriam definido o prédio do Grupo RBS como um alvo a ser destruído, informação que teria guiado a ação policial. Por outro lado, tanto ao *Sul21* quanto à *Zero Hora* manifestantes disseram que a BM atirou bombas antes da realização de qualquer ato de depredação.

A partir da dispersão na Avenida Ipiranga, os rumos da passeata tornaram-se mais confusos, e grupos de manifestantes seguiram por diferentes direções. Um grupo ergueu uma barricada no bairro Cidade Baixa; alguns manifestantes buscaram se dirigir ao Palácio Piratini - sede do governo estadual - e à Assembleia Legislativa, mas foram impedidos pelas bombas da BM; outros reuniram-se novamente em frente à Prefeitura para reiniciar a marcha. No centro da cidade, a BM bloqueou vias, utilizou a cavalaria, perseguiu manifestantes, recorreu novamente ao uso de armamento menos letal e prendeu ao menos 18 pessoas. Alguns manifestantes saquearam lojas, depredaram agências bancárias e a sede do PT.

O protesto de 24 de junho, com cerca de 10 mil pessoas presentes, foi marcado por uma tentativa de retomada dos rumos da passeata pelo Bloco de Lutas. Diferentemente do evento anterior, foi adotado um trajeto único para a marcha com a utilização de um carro de som. Ainda, grupos tradicionalmente vinculados à esquerda, como sindicatos, foram mais representados do que nos protestos anteriores. Identificou-se também uma menor conflitualidade em torno da presença de partidos políticos. Ainda assim, manteve-se a relativa heterogeneidade de grupos e reivindicações. Nesse protesto, por exemplo, várias pessoas carregaram cartazes com “cinco causas” prioritárias,<sup>112</sup> nenhuma delas relativa ao valor do transporte público.

---

<sup>111</sup> BM explica proteção a alvos de vandalismo. *Zero Hora*, 21/06/2013, p. 8.

<sup>112</sup> Extinção da PEC 37, saída de Renan Calheiros do Congresso, investigação de irregularidades em obras da Copa do Mundo, fim do foro privilegiado e a aprovação de uma lei que torne corrupção um crime hediondo.

Os manifestantes não deixaram as vias do centro da cidade, mas novamente ocorreram situações de confronto com a BM. A insatisfação com a atuação das forças policiais nos protestos era crescente, com gritos, por exemplo, pelo fim da Polícia Militar. Durante o trajeto, a passeata buscou chegar ao Palácio Piratini, mas todos os caminhos à sede do governo estadual estavam bloqueados pela BM; enquanto isso, um helicóptero da BM, a voou baixo e emitindo sons altos, acompanhou a marcha. Em determinado momento, foram atiradas bombas de gás lacrimogêneo em ruas próximas ao ato, tática adotada, segundo as autoridades policiais, para conter pessoas que realizavam saques em estabelecimentos comerciais nas proximidades. Porém, após os disparos iniciais, foram atiradas mais bombas, dessa vez diretamente na multidão, causando a dispersão da marcha pelas vias do centro. Segundo a reportagem do jornal *Sul21*, algumas bombas teriam sido jogadas da sacada de prédios, bem como agentes da P2 da BM teriam disparado bombas em meio à multidão quando a marcha ainda estava unificada.<sup>113</sup> Assim, a atmosfera de desconfiança e paranoia dos manifestantes em relação às forças policiais, em função da ameaça de infiltração, seguiu-se.

Após o uso das táticas de dispersão, repetiu-se o cenário dos eventos anteriores: grupos de manifestantes em diversos pontos da cidade sendo perseguidos pelas forças policiais. Além dos saques a estabelecimentos comerciais, houve apedrejamento de agências bancárias. Novamente foram realizadas prisões generalizadas: mais de 60 pessoas foram detidas. Em suma, a estratégia de controle repressivo seguia prevalecendo.

Entre os eventos iniciais do ano e os protestos de junho parte da insatisfação dos manifestantes foi canalizada para o governo do estado, em especial quanto à atuação do então governador Tarso Genro (PT) à frente da PM e da PC. No dia 20 de junho, antes da realização do protesto daquele dia, integrantes do Bloco de Lutas concederam uma entrevista coletiva enquadrando negativamente as táticas policiais que vinham sendo adotadas, classificadas pelo movimento como uma “perseguição”. Na oportunidade uma ativista de um grupo autonomista referiu estar sendo perseguida por agentes à paisana. Ela afirmou, de acordo com a reportagem do *Sul21*:

“Espaços de organizações sociais e populares estão sendo visitados pela Polícia Civil [...]. Denunciamos ao país inteiro o risco que nossa militância está sofrendo por parte de uma investida e *sabemos que a responsabilidade*

---

<sup>113</sup> Após caminhada, manifestação termina com violência no Centro de Porto Alegre. *Sul21*, 25/06/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/06/apos-caminhada-manifestacao-termina-com-violencia-no-centro-de-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

*política por essa criminalização é do governo dos trabalhadores de Tarso Genro*<sup>114</sup>

Na mesma ocasião, outro ativista do Bloco responsabilizou a “mídia” e o “governo” pela “criminalização” e pela “perseguição” ao movimento. Parte das críticas era dirigida também ao fato de que a BM estava posicionando bloqueios policiais em frente ao prédio do Grupo RBS, impedindo os manifestantes de se aproximar do local. Sobre a proteção do prédio, o então governador Tarso Genro afirmou, segundo reportagem do *Sul21*: “A Brigada vai proteger, sem discriminação, sempre que houver ameaça. Vai proteger o Correio do Povo, a Zero Hora, a sede do PSOL, do PMDB ou de qualquer partido que venha a ser ameaçado”.<sup>115</sup>

Os problemas enfrentados pelo governador Tarso Genro eram especialmente relacionados ao fato de o governo estadual ser do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido progressista e historicamente vinculado à luta dos movimentos sociais. Ser vinculado ao PT no contexto da realização de protestos massivos e disruptivos impôs diversos desafios ao governador, dado que uma postura policial considerada repressiva teria como alvos os próprios militantes do partido e outros grupos progressistas (à época, a juventude do PT integrava o Bloco de Lutas). Ao mesmo tempo, como já demonstrado, parte dos problemas policiais do período foram relacionados a uma demanda social para que, diante das táticas disruptivas adotadas por alguns manifestantes, a polícia não tivesse uma postura “tolerante”. Tarso Genro, assim, encontrava-se em uma espécie de encruzilhada.

A importância da relação entre as forças policiais e as decisões do governo estadual é ressaltada pelos policiais entrevistados. Fernando afirma:

Fernando: ...elas [as polícias] são subordinadas ao governador diretamente no que tange à parte administrativa e operacional. [...] A Brigada tem um comandante-geral que é um oficial da Brigada. Acima dele só o governador. Então o governador do Estado [...] é o comandante da Brigada. De fato ele é o comandante da Brigada. [...] A palavra final no processo de exclusão, por exemplo, de um policial militar, seja ele oficial ou praça, é do governador. É ele que emite um parecer contra ou a favor. O comandante recomenda, mas é ele [o governador] que diz que sim ou que não.

---

<sup>114</sup> Debaixo de chuva, ato tem 20 mil nas ruas e novo confronto violento com Brigada Militar. *Sul21*, 21/06/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/06/debaixo-de-chuva-ato-tem-20-mil-nas-ruas-e-novo-confronto-violento-com-brigada-militar/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

<sup>115</sup> Debaixo de chuva, ato tem 20 mil nas ruas e novo confronto violento com Brigada Militar. *Sul21*, 21/06/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/06/debaixo-de-chuva-ato-tem-20-mil-nas-ruas-e-novo-confronto-violento-com-brigada-militar/>>. Último acesso em: 13/02/2020.



A questão mais recorrentemente abordada pelos entrevistados sobre essa temática refere-se ao fato de a alternância de governos dificultar a construção e a manutenção de políticas de segurança pública, de modo que estas se tornam políticas de governo, e não políticas de Estado. Essa alternância repercute na dificuldade de estabelecimento de diretrizes para as estratégias de controle da ação coletiva. Segundo o policial Marcos, governos “de esquerda” tendem a buscar a responsabilização de agentes policiais em casos de violência e a conter ações de repressão física. Por outro lado, Marcos associa governos “de direita” à menor contenção de ações violentas. De acordo com o relato do policial, o discurso dos governantes pode ter o efeito de legitimar e incentivar práticas violentas:

Marcos: ...o policial [...] ao longo dos anos ele vai ficando carregado de um sentimento de muita revolta. Se vê muita coisa terrível, e isso é um fato. E contra algumas pessoas bem pontuais. É o traficante [...] você vai criando esses estigmas sem querer. Por mais que você evite você cria. Então você está disposto a reações muito violentas. Se um governo disser “Faz!”, é um estopim. Quer dizer, o governo aí deveria sempre estar controlando, quer dizer, contendo. “Devagar, calma”, assim. E tem governos que têm feito isso. Tem governos pontuais que têm feito discursos assim: “nós vamos colocar os bandidos no seu lugar”. [...] Dizer isso para a polícia é dizer “batam, que está tudo bem...”.

Esse tipo de discurso governamental, que reforça estereótipos dos agentes policiais sobre os “inimigos” a serem combatidos, tende a gerar dificuldades de contenção do uso da força. Ainda, a construção social de figuras opositoras da ordem é um processo histórico, de modo que, como afirmado por Marcos, há uma certa disposição dos agentes policiais a agir violentamente contra determinadas categorias de atores (MISSE, 2014). O próprio governador Tarso Genro, em entrevista ao jornal *Sul21*, afirma: “a memória do sistema repressivo é a memória da violência e não do diálogo com o outro. Está presente no imaginário dos aparatos de repressão e no imaginário do movimento”.<sup>116</sup>

Para enfrentar os dilemas de sua posição à época, Tarso Genro adotou algumas medidas. Em 20 de junho, o governador recebeu um grupo de manifestantes no Palácio Piratini, sede do governo estadual, e utilizou a tecnologia do *Gabinete Digital* - um site, construído pelo governo Tarso, que servia como ferramenta de diálogo entre o governo e a população - para responder a perguntas de internautas sobre a atuação da BM nos protestos. Tarso ouviu relatos

---

<sup>116</sup> Priorização das vidas ou repressão violenta? O papel da BM em junho de 2013. *Sul21*, 11/06/2018. Disponível em: <<http://junho2013.sul21.com.br/priorizacao-das-vidas-ou-repressao-violenta-o-papel-da-bm-em-junho-de-2013/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

de violência policial e afirmou que a diretriz da BM nos protestos era, segundo *Zero Hora*, “proteger, em primeiro lugar, a vida das pessoas”.<sup>117</sup>

Uma dinâmica semelhante ocorreu durante o protesto 27 de junho. Nessa data, foi realizado um protesto na Praça da Matriz, local onde fica o Palácio Piratini, sede do governo estadual. Para esse evento, a BM, a qual já bloqueara os caminhos para a praça nos protestos anteriores, realizou reuniões para discutir a estratégia e as táticas adotadas. Além do posicionamento de soldados em pontos considerados visados para depredações, o comando fez uma previsão do número de participantes com base na página do evento no *Facebook* e reafirmou que a BM atuaria para garantir o direito de participação no protesto, evitando, porém, atos de “vandalismo”. Ainda, o comando da BM buscou prever o trajeto da marcha e fez recomendações de que os manifestantes comunicassem à polícia e impedissem grupos que adotassem táticas disruptivas. Segundo a reportagem do jornal *Zero Hora*, a BM estaria “atenta ao crescimento de criminosos entre os manifestantes” e iria “incrementar o policiamento”. Na mesma reportagem, integrante do Bloco, rechaçando o autopolicamento, afirmou que não caberia aos manifestantes fazer “papel de polícia” na identificação de grupos que utilizassem táticas disruptivas, assim como recomendou o uso de vinagre e de máscaras de médico para amenizar efeitos do gás lacrimogêneo.<sup>118</sup>

O evento na Praça da Matriz foi realizado em formato mais lúdico, sem marcha. Antes do ato, a presença de Tarso Genro foi central. No Palácio Piratini, foi feita uma reunião entre integrantes do Bloco de Lutas e o governador para que este ouvisse as demandas do grupo. No encontro, os ativistas reafirmaram o pedido pelo fim da “criminalização” do movimento, e em resposta Tarso disse que a PC agia direcionada a averiguar eventuais crimes ocorridos durante os protestos e que a BM estava orientada para agir repressivamente apenas como respostas a atitudes que colocassem vidas em risco. Concretamente, o governador propôs a criação de um mecanismo vinculado a seu gabinete para apuração de casos de violência policial nos protestos. Por outro lado, logo em seguida ao protesto o governador se dirigiu à frente do Palácio Piratini, onde um deslocamento de soldados da BM estava posicionado, e elogiou a atuação da polícia do Rio Grande do Sul em junho. Ou seja, naquele momento o governador adotou a postura de ao mesmo tempo se dispor a ouvir denúncias relacionadas à “criminalização” do movimento e legitimar a forma como as forças policiais estavam atuando.

---

<sup>117</sup> Portas abertas aos manifestantes. *Zero Hora*, 21/06/2013, p. 29.

<sup>118</sup> Protesto na Capital. Encontro será na Praça da Matriz. *Zero Hora*, 27/06/2013, p. 10.

Durante o protesto do dia 27, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se na Praça da Matriz para realização de uma espécie de evento cultural cuja pauta colocava centralidade no enquadramento negativo da ação policial: a contrariedade à “criminalização” dos movimentos sociais. Como no ato anterior, a heterogeneidade dos grupos, ainda que relevante, foi menor, com o uso evidente de bandeiras de partidos de esquerda. Ainda assim, foram identificados manifestantes com pautas diversas, alguns dos quais inclusive entregaram flores a agentes policiais que acompanhavam o evento. De cima de um carro de som, bandas fizeram apresentações musicais. O objetivo da adoção desse formato foi evitar a repetição dos confrontos ocorridos nos eventos anteriores. No entanto, um grupo de manifestantes mostrou-se, desde o início do evento, contrário a esse formato, gritando a frase “menos festa e mais protesto”.

O evento foi sobrevoado por um helicóptero, de procedência não identificada, com um painel eletrônico que anunciava, alternadamente, as seguintes palavras: “Não ao vandalismo”; “Sem partido”; “Não deixemos vândalos agirem. Denunciem”, “A polícia está aqui pela segurança de todos”. Além disso, a Praça da Matriz foi cercada por grades, e policiais militares só permitiam a entrada na praça por meio de apresentação de documento de identificação. Foram também realizadas revistas, buscas e apreensões de objetos suspeitos. Buscou-se, assim, reativar o mecanismo de antecipação, com a coleta de informações sobre os manifestantes e a neutralização do uso de objetos que potencialmente seriam utilizados para depredações.

Essa atuação preventiva, porém, não evitou a ocorrência do confronto físico. Um grupo de manifestantes atirou pedras no Palácio da Justiça, e a BM respondeu com o disparo de bombas de gás lacrimogêneo na praça, causando um tumulto e a dispersão do protesto. Em meio à dispersão, grupos de manifestantes passaram a incendiar contêineres e a quebrar vidros de carros, e estabelecimentos comerciais foram saqueados. Foram registradas situações de tensão entre grupos que saqueavam estabelecimentos e moradores da cidade. Comerciantes e moradores chegaram a se armar com paus, facões e barras de ferro para confrontar quem lhes ameaçasse. Na multidão que corria desorganizadamente, foi vista uma pessoa usando uma arma de choque contra os manifestantes. Como resultado do confronto, ao menos dois policiais e um manifestante feridos, assim como oito pessoas detidas.

Apesar das diversas denúncias de violação de direitos por agentes policiais durante os protestos de junho em Porto Alegre, Tarso Genro, em entrevista ao *Sul21* em 2018, defendeu a interpretação de que a ação policial no período foi bem-sucedida. O governador afirmou que a diretriz estratégica adotada pela BM foi a “priorização da vida ao patrimônio”. Sobre essa

diretriz, o então comandante-geral da BM, Fábio Duarte Fernandes, também foi entrevistado por *Sul21*. Segundo a reportagem do jornal:

“A orientação primordial que [Fábio] recebeu foi de preservar a vida das pessoas. [...] Fábio assegura que a instrução geral para todos os brigadianos era de não usar balas de borracha ou gás lacrimogêneo. Mas abriu uma exceção: em caso de risco ao próprio oficial. ‘No meu entendimento, se um oficial militar está protegido, ele não tem porque agredir as pessoas. Mas isso fazia parte da estratégia, proteger o servidor para que ele não atacasse as pessoas.’”<sup>119</sup>

Em nota publicada em 05 de julho de 2013, o governo estadual sintetizou seu posicionamento a respeito das críticas de que estaria ocorrendo uma “criminalização” dos movimentos sociais:

...O Governo do Estado afirma seu profundo respeito pelos movimentos sociais. Acreditamos que as mobilizações que sacudiram o país nas últimas semanas são não apenas legítimas, mas fundamentais para que o Brasil avance no rumo de superar as enormes desigualdades sociais que, a despeito dos avanços registrados nos últimos anos, ainda fazem do nosso país um dos mais injustos do mundo. São também fundamentais para que o sistema democrático brasileiro, tradicionalmente excludente, possa seguir incorporando milhões de brasileiros no processo político, gerando mais participação e mais democracia. É preciso constatar, no entanto, que o processo de mobilizações em curso no Estado, e em particular em Porto Alegre, não teve um saldo apenas positivo. Trata-se da ocorrência de dezenas de atos de vandalismo, ameaças, agressões e depredações de prédios públicos e particulares. É contra essas atitudes que as forças de segurança do Estado estiveram, estão e estarão mobilizadas. Os direitos de participação cidadã e democrática dos manifestantes não podem e não devem se sobrepor aos direitos de liberdades dos demais cidadãos. As depredações em diversas regiões da cidade ferem gravemente os direitos de centenas de pessoas, que vivem do seu trabalho diário, às vezes com enormes dificuldades de toda ordem, e que viram suas vidas ameaçadas, com seus estabelecimentos depredados e saqueados, gerando prejuízos, pessoais e materiais, de grave repercussão.

É contra essas práticas que as forças de segurança pública do Estado estão agindo. Não há nenhum inquérito policial em andamento que se dirija contra pessoas por sua militância, ou que tenha por objeto reprimir ou sancionar a militância e a participação políticas. Essas são legítimas e gozam da proteção do Estado. As ameaças, depredações e saques serão apurados e as conclusões encaminhadas ao Poder Judiciário.

Quanto à atuação da Brigada Militar durante as manifestações, a orientação do Governo do Estado é no sentido de que se procure sempre a proteção das pessoas. Nas situações em que a BM viu-se obrigada a agir para dispersar os

---

<sup>119</sup> Priorização das vidas ou repressão violenta? O papel da BM em junho de 2013. *Sul21*, 11/06/2018. Disponível em: <<http://junho2013.sul21.com.br/priorizacao-das-vidas-ou-repressao-violenta-o-papel-da-bm-em-junho-de-2013/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

manifestantes, havia risco à incolumidade física dos brigadianos, ante informações, que acabaram confirmadas, de que havia manifestantes portando bombas caseiras, os chamados coquetéis molotov, garrafas contendo líquidos inflamáveis. Em algumas dessas situações havia inclusive proximidade física a postos de gasolina, o que colocava em risco a vida não apenas de manifestantes e policiais, mas de moradores de áreas próximas.

O Governo do Estado reconhece que as ações de dispersão podem ter gerado problemas e incômodo a manifestantes que protestavam pacificamente, mas tal situação não pode ser imputada à Brigada Militar ou ao governo, mas aos manifestantes que participavam dos atos munidos de pedras e bombas caseiras, os quais, até o momento, não foram recriminados por nenhuma das direções do movimento. Sabemos também que num contexto como esse podem ocorrer excessos individuais de agentes públicos, que devem e estão sendo apurados para a devida responsabilização.

O Governo do Estado ao passo que reafirma seu profundo respeito pelos movimentos sociais, suas pautas e mobilizações, conclama todos os militantes e suas representações a combater e denunciar práticas de ameaça, violência e depredação, como práticas incompatíveis com a democracia e as liberdades. O silêncio das representações quanto a este tema pode funcionar como estímulo e acobertamento de práticas criminosas, o que, temos convicção, não interessa ao próprio movimento.

Instauramos, por meio do Decreto nº 50.431, de 27 de junho de 2013, um processo especial restaurativo, para solução de problemas causados por atos de violência que afetem os direitos humanos, individuais ou coletivos, para que os próprios movimentos sociais possam ajudar a corrigir distorções, excessos e abusos ocorridos.<sup>120</sup>

Em suma, o governador Tarso Genro, durante os protestos de junho e diante das críticas que estavam sendo direcionadas ao governo e às forças policiais, adotou a seguinte postura: por um lado, reconheceu a legitimidade dos protestos e ativou o mecanismo de negociação com os manifestantes, recebendo-os para dialogar e inclusive lançando mão das TICs - *Gabinete Digital* - para ouvir internautas; por outro lado, buscou a legitimação das táticas policiais empregadas como forma de combate ao “vandalismo”, mesmo que estivesse ouvindo críticas sobre detenções generalizadas, violências policiais e demais violações de direitos nos protestos. A legitimação tática foi baseada no argumento de “proteção das pessoas”, embora em alguma medida a própria atuação das forças policiais, ao confrontar todos os protestos de modo generalizado, possa ser interpretada como um dos fatores que elevaram os riscos de interações violentas naquele contexto. A relativa contradição entre o discursos oficiais do governador e as práticas policiais reforça a interpretação de que o governo estava “embretado” entre pressões antagônicas de diferentes atores (manifestantes, forças policiais e mídias).

---

<sup>120</sup> Fonte: <<https://estado.rs.gov.br/governo-divulga-resposta-as-reivindicacoes-do-bloco-de-luta-pelo-transporte-publico>>. Último acesso em: 13/02/2020.

**Figura 26 - Mecanismos para os problemas de governo (T2)**



Fonte: autoria própria.

### 7.3.3 “Quem são os anarquistas?” A estigmatização das táticas *black bloc* e a cooperação entre mídias corporativas e forças policiais

A nota publicada pelo governo reconheceu a legitimidade do movimento, mas ao mesmo tempo fez referência a grupos de manifestantes que durante todos os protestos de junho de 2013 em Porto Alegre adotaram táticas disruptivas - como depredações a patrimônios, saques e pichações. Nesse período intensificou-se a discussão sobre a (i)legitimidade do uso de táticas enquadradas por parte da mídia como “vandalismo”. Diante da recorrência da aparição, nos protestos, de grupos de indivíduos geralmente mascarados e vestidos de preto, realizando tais práticas, diversos veículos midiáticos passaram a pesquisar e a publicar reportagens sobre quem eram as pessoas que adotavam as denominadas táticas “*black bloc*”.

Em 29 de junho de 2013, o jornal *Zero Hora* publicou a reportagem “Contra tudo: eles são anarquistas”.<sup>121</sup> No texto, busca-se descrever, sinteticamente, o fundamento da ideologia anarquista, afirmando-se que o que une as diversas matizes do anarquismo é a oposição ao Estado. Porém, o foco central da reportagem é a relação entre essa ideologia e os atos de depredação realizados nos protestos de junho: é informado que a PC estava “convencida” de que grupos anarquistas estavam por trás das depredações, como no caso de pedras atiradas contra o Palácio da Justiça no protesto de 27 de junho; informa-se também que a violência seria

<sup>121</sup> Contra tudo: eles são anarquistas. *Zero Hora*, 29/06/2013, p. 11.

uma estratégia dos “*black bloc*”, caracterizados pelo jornal como aqueles que “vestem negro e usam lenços sobre o rosto”.

**Figura 27 - Imagem de manifestante mascarado, vestido de preto e portando bandeira com símbolo anarquista na reportagem “Contra tudo: eles são anarquistas”, do jornal *Zero Hora***



Fonte: Jornal *Zero Hora*, edição impressa, 29/06/2013. Fotografia: Adriana Franciosi.

A reportagem de *Zero Hora* é uma entre diversas outras que foram publicadas no país sobre anarquismo e sobre táticas *black bloc* em junho de 2013. Nesse período, a cobertura das mídias corporativas do país e de Porto Alegre tendeu a produzir enquadramentos que distinguiam a “maioria de manifestantes pacíficos” da “minoridade de vândalos”. O termo “vandalismo” passou a ser frequente para caracterizar as táticas disruptivas. Por esse procedimento interpretativo, preservava-se o reconhecimento de que os protestos eram, de modo geral, legítimos - ressalta-se que esse era um momento em que estavam indo para as ruas grupos heterogêneos, inclusive grupos conservadores -, circunscrevendo como ilegítimo o uso das táticas disruptivas e relacionando tais táticas a grupos específicos: os anarquistas e os que utilizavam táticas *black bloc* (FERNANDES, 2016; FREITAS, 2017). Esse mecanismo de atribuição de características de descrédito ao caráter ou à reputação de um grupo de indivíduos é aqui denominado *estigmatização*. A respeito desse mecanismo, Boykoff (2007, p. 296) aponta que:

Um estigma é algo que prejudica o caráter, a natureza ou a reputação de um indivíduo ou grupo. A estigmatização, portanto, é um mecanismo relacional pelo qual atributos de descrédito são vinculados ao caráter, à natureza ou à reputação de um indivíduo ou grupo com base nas percepções sobre esse indivíduo ou grupo (*tradução nossa*).

Como aponta a literatura sobre movimentos sociais, um dos elementos centrais da construção da realidade policial é a separação entre os “bons” e os “maus” manifestantes, geralmente sendo classificados como “maus” os manifestantes que adotam táticas mais radicalizadas e que tendem a impor mais problemas de controle ao policiamento (DELLA PORTA; ATAK, 2015; DE FAZIO, 2007; GILLHAM, 2011). O mecanismo de rotulação de um determinado grupo de indivíduos como alvo da ação repressiva é um recurso recorrentemente utilizado pelos agentes policiais para direcionar sua ação; especialmente, em meio a um conjunto heterogêneo e amplo de indivíduos e grupos em interação, como ocorreu em junho de 2013, a construção e a reafirmação de estereótipos tende a auxiliar a canalização da ação policial para alvos específicos. O mecanismo de estigmatização enfatiza o aspecto relacional da determinação de quais indivíduos e grupos sociais são vistos como “estigmatizados” (GOFFMAN, 1988) ou “desviantes” (BECKER, 2008), tornando-se assim alvos preferenciais da ação punitiva.

No caso dos protestos de 2013, especialmente em junho, grupos anarquistas que utilizavam as táticas *black blocs*, visualmente identificáveis pelas vestimentas pretas e pelo uso do lenço no rosto, tornaram-se centrais na cobertura midiática e na construção policial da realidade. Enquanto as falas das autoridades policiais do Rio Grande do Sul na época convergiram no sentido de reconhecer a legitimidade dos protestos de modo geral, o perfil dos “maus” manifestantes, seguindo o que já era apontado pelas mídias corporativas, foi vinculado aos indivíduos que se vestiam de preto, usavam máscaras e realizavam depredações. A fala do policial militar Fernando exemplifica essa percepção: “os *black blocs* na época e tal [...] não sei se *black blocs* é movimento social. Mas enfim, [...] era cruel, cara. Os ‘caras’ eram perigosos” (*grifo nosso*).

A atribuição dos atos violentos não foi, porém, totalmente direcionada aos anarquistas no enquadramento de *Zero Hora*. Em determinado momento, principalmente a partir do protesto de 20 de junho, passou a ser noticiada a ocorrência de saques a estabelecimentos comerciais durante os protestos. A partir de então, o jornal passou a afirmar que os protestos estavam sendo “infiltrados” por pessoas motivadas a cometer crimes e que pareciam não ter “motivação política”. A esses indivíduos *Zero Hora* sequer atribuiu o *status* de manifestantes. Essa cisão entre manifestantes que depredavam como forma de demonstrar insatisfação e



peças motivadas a cometer crimes foi incorporada à fala de outro policial entrevistado,

Marcos:

Marcos: E às vezes [havia] alguns [indivíduos] que se aproveitam para praticar crimes ali. Então, quer dizer, tem algumas lojas que são quebradas como expressão de descontentamento com a conjuntura, mas são quebradas como protesto. Mas tinham outras que são invadidas para saque de capacetes, telefone celular e outras coisas.

Nesse ponto, é interessante notar que a construção da percepção policial sobre quem são os “maus” manifestantes tende a interagir com os enquadramentos construídos pela mídia corporativa. Ou seja, ao menos parte do conhecimento policial sobre os manifestantes tende a ser resultante da difusão dos enquadramentos midiáticos e da recepção destes por agentes policiais. Sobre o papel das mídias corporativas na construção da realidade e na ação policial de controle à ação coletiva, afirma o entrevistado Marcos:

Marcos: ...eu encontro amigos pobres contra alguns movimentos que são favoráveis a eles. Então “os estudantes lá querem que baixe o preço da mensalidade”. Ele é estudante lá, mas ele acha que eles são bagunceiros. [...] E isso impacta nos movimentos sociais, porque se a imprensa começa a divulgar algumas questões que acontecem no meio dos movimentos sociais [...], os policiais chegam e dizem “bom, é assim que tem que ser. Posso ir lá e jogar bomba e bater”. E isso qualquer tipo de manifestação então.

Essa relação entre mídia corporativa e forças policiais não se restringe, porém, à difusão de enquadramentos midiáticos. A literatura demonstra que o caminho inverso é comum: há uma tendência das mídias corporativas em confiar nas versões das fontes oficiais, como no depoimento de autoridades policiais (BOYKOFF, 2007; KIELBOWICZ, R. B.; SCHERER, 1986). Não por acaso, as reportagens de *Zero Hora* sobre os protestos de 2013 recorrentemente incluem depoimentos de autoridades policiais.

Além da questão dos enquadramentos, a literatura aponta a importância da construção de vínculos entre agentes policiais e jornalistas (FERNANDEZ, 2008). Esses vínculos podem ser fortalecidos em espaços de encontro presencial, como cursos de capacitação sobre protestos. Carlos relata um exemplo desse tipo de situação durante os protestos de junho 2013:

Carlos: ...nós procuramos estabelecer [...], nós fizemos cursos de proteção para jornalistas. Os jornalistas precisavam se defender, porque eles estavam na linha de frente. Então eles ficavam entre a Brigada e os manifestantes. E às vezes o sistema... principalmente *black bloc* e outros atacavam a tropa e

atacavam jornalista também. Então a gente fez curso de capacitação, de proteção deles e tal.

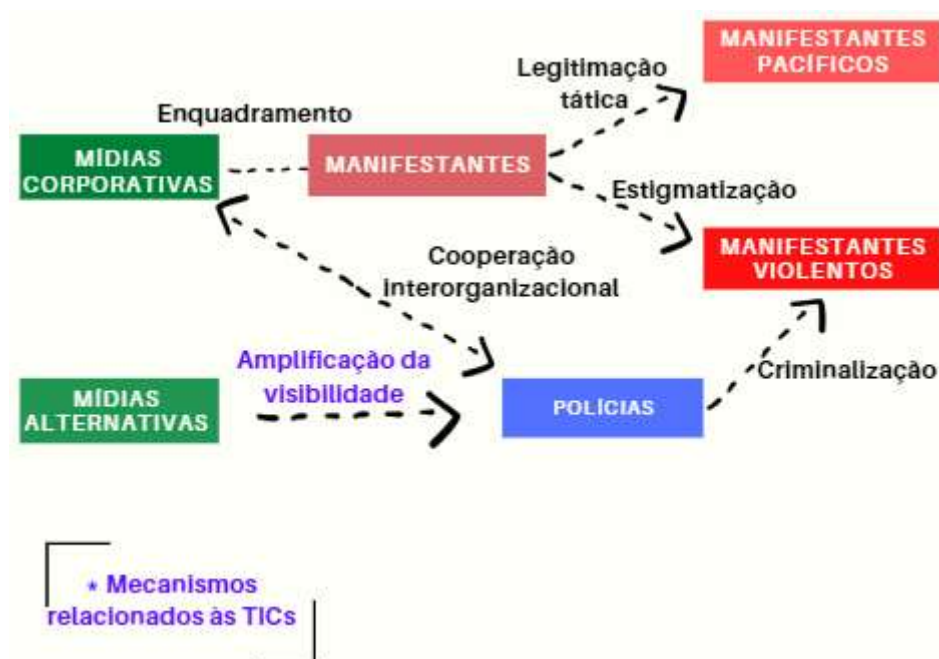
A realização dessa espécie de reunião com jornalistas pode ser uma estratégia de construção de relacionamentos entre as polícias e as mídias, fortalecendo um vínculo de confiança entre esses atores e aumentando a probabilidade de produção de enquadramentos midiáticos que favorecem a ação policial. Nesse sentido, o estabelecimento de relações de proximidade é também uma forma de controle sutil das forças policiais sobre as mídias (FERNANDEZ, 2008). Nas palavras de Marcos, “a relação da polícia com a imprensa continua relativamente boa. Até se pode chegar fazendo suas trocas, suas negociações, que não são lá prejudiciais para a sociedade. Acho que todo mundo ganha”. Esse mecanismo de construção de vínculos entre diferentes organizações com finalidade de controle da ação coletiva é aqui denominado *cooperação interorganizacional*.

Por outro lado, o policial Marcos enfatiza que a emergência das TICs e a disseminação de mídias alternativas tende a transformar em alguma medida as relações de proximidade e confiança entre policiais e jornalistas, dado que a multiplicação de tecnologias para registro de acontecimentos permite a produção de uma maior multiplicidade de enquadramentos, sendo estes menos passíveis de controle:

Marcos: Acho que aí tem uma quebra muito grande, uma virada muito grande, que é assim: até o ano 2000, [...] você tem uma possibilidade de ter a mídia um pouco mais próxima assim, mais controlada. “O que você vai publicar?” O repórter dependia [...], o povo todo que ia muito no interior dependia de um troca muito sincera. [O policial dizia] “Eu deixo tu ficar aqui, mas eu quero saber o que tu vais publicar”, e aí não tinha outra maneira de fazer isso. E aí tinha que fazer essas trocas, claro que às vezes tinha um pouco de [o policial dizer] “divulgou um pouco a mais do que eu disse, mas também aconteceram coisas que fugiram ao controle”. E isso funcionava mais pessoalmente. De 2000, 2005 em diante, aí você tem os telefones, as câmeras de longo alcance, e aí a imprensa pode explorar isso de um ponto de vista melhor, mas também pode explorar isso de um ponto de vista muito tendencioso [...]. O que acontece bastante. Então acho que tem uma virada bem mais difícil de se controlar.

Em suma, a estigmatização de manifestantes e a cooperação interorganizacional entre mídias corporativas e forças policiais tende a facilitar o trabalho das últimas. Por outro lado, a amplificação de visibilidade da ação policial, resultante da disseminação de TICs e de mídias alternativas, coloca problemas de legitimidade para as forças policiais, pois dificulta o controle sobre as informações divulgadas acerca da ação policial.

**Figura 28 - Mecanismos de estigmatização e cooperação interorganizacional (T2)**



Fonte: autoria própria.

#### 7.3.4 O aprendizado policial nos protestos de junho de 2013 e as novas tecnologias: ver sem ser visto

Enquanto o formato dos protestos de junho foi interpretado como uma “surpresa” pelas autoridades policiais e causou problemas para o controle dos eventos, o curso dos protestos durante o mês foi também interpretado como uma espécie de laboratório de experimentação para as forças policiais e uma oportunidade de construção de um aprendizado policial sobre como lidar com manifestações massivas e heterogêneas. O mecanismo de *aprendizado policial* é aqui citado para descrever adaptações (mudanças estratégicas, adoção de novas táticas etc.) das instituições policiais como resultado do conhecimento adquirido em experiências passadas. Esse mecanismo, relacionado à difusão de novas táticas, tem sido desenvolvido para explicar as mudanças das estratégias e táticas durante as experiências de policiamento dos protestos do Movimento por Justiça Global (BOYKOFF, 2007; DELLA PORTA; REITER, 2006; NOAKES; GILLHAM, 2006, WAHLSTRÖM, 2007; WAHLSTRÖM, OSKARSSON, 2006).

Assim como nos protestos de Seattle em 1999 e Genova em 2001, as forças policiais brasileiras em junho de 2013 foram criticadas pelo uso de estratégias de controle repressivo, tendo sua legitimidade questionada publicamente (ARTIGO 19, 2014). No caso de Porto

Alegre, o mecanismo de dispersão foi adotado em todos os protestos; porém, à medida que os protestos foram realizados e a partir da experiência acumulada, a PM passou a introduzir novas formas de lidar com os protestos, principalmente focadas no desenvolvimento da estratégia de coleta de informações. Segundo o policial Carlos, em junho de 2013 a PM foi “evoluindo” assim como o movimento (DELLA PORTA; TARROW, 2012). Se nos protestos iniciais não estava evidente quem eram os manifestantes e como lidar com eles, a PM foi coletando informações e buscando retomar o controle das ruas.

Nesse contexto, a produção de conhecimento policial sobre os manifestantes tornou-se central. Como afirma Fernandez (2008, p. 151, *tradução nossa*), as forças de lei e ordem estão “envolvidas em um processo contínuo de aprendizado para controlar o fluxo de informações”, mas há, especialmente no caso do Brasil, uma relativa dificuldade de acesso sobre a forma como a produção de conhecimento policial opera (ARTIGO 19, 2017b). Em junho de 2013 em Porto Alegre, foram avistados helicópteros da PM acompanhando alguns protestos, mas as táticas mais utilizadas para coleta de informação operaram de forma menos visível aos olhos do público. Nesse ponto, a mobilização de TICs, especialmente com o monitoramento de redes sociais, assumiu um papel central. Assim Carlos narra como se deu o aprendizado policial no período:

Carlos: ...nós fomos evoluindo. Assim como o movimento foi evoluindo nós temos. No início nós fomos pegos de surpresa. Em fevereiro teve uma manifestação do Pula Catraca e tal, um negócio assim. E depois em junho, maio junho começou a evoluir muito fortemente, com *black bloc*, com outras características. E nós fomos aprendendo, tanto é que na primeira manifestação queimaram um ônibus. Bom, daí a gente foi tomando medidas para isso, cada manifestação tinha um mote específico: “Olha essa manifestação aqui então a informação que a gente tem que é vai haver depredações, essa manifestação agora eles vão querer botar fogo em posto de gasolina, essa manifestação é a imprensa o mote, é a comunicação, então eles vão tentar depredar lojas de celulares”. Essas coisas. E essa, digamos assim, essas informações elas iam fluindo pela questão das informações, do sistema de informações que a Brigada tinha e também por aparatos de *Facebook*, *Twitter*, porque hoje as redes sociais são muito abertas. Então a gente mais ou menos tinha um cálculo. “Olha, via de regra tem 10, 15% daquelas confirmadas”. Então a manifestação com 10 mil pessoas confirmadas pelo *Facebook* por exemplo nós tínhamos lá 10 a 15% de controle.

[...]

Então houve assim uma estratégia, digamos assim, de pesquisa por parte da polícia nas redes sociais e nas comunicações abertas, sem edição, que era o que nos interessava. Porque a edição não nos interessava, porque tinha um viés mais político. Então a gente tinha um monitoramento assim. Claro que hoje já existem *softwares* de monitoramento disso. Nós não tivemos acesso a isso. Até eu quis comprar e tal e não consegui. Mas, enfim, acho que a gente teve uma mudança por parte da inteligência da polícia no controle disso.

Houve um aprendizado, um crescimento, houve algumas violências, truculências por parte da polícia no início. Nós tivemos o episódio do Tatu Bola. Então tudo isso foi nos ajudando a formar um conceito e uma metodologia que respondesse aos interesses do governo e aos interesses da sociedade como um todo. Não que fosse dicotômico. Mas nós precisávamos, digamos assim, de uma política de redução de danos. Então isso tudo foi bem marcante.

A fala de Carlos é muito elucidativa no sentido de demonstrar que, diante das dificuldades de controle dos protestos, as redes sociais tornaram-se uma fonte central de informação para as forças policiais. O aprendizado policial descrito por Carlos consistiu, assim, na busca por acionar o mecanismo de antecipação à ação dos manifestantes com base nas interações prévias com manifestantes e nas informações disponíveis nas redes. Nesse sentido, plataformas como o *Twitter* e o *Facebook* são citadas como fontes de informação. Em especial, eventos agendados por *Facebook* passaram a ser utilizados para previsão do número de manifestantes às ruas. Ao mesmo tempo, Carlos enfatiza que naquele período não foram utilizados *softwares* para buscas automatizadas, mas foi feita uma busca não sistematizada de informações na Internet, nos moldes da “garimpagem” descrita pelo Clóvis em entrevista ao pesquisador.

Enfatizando o caráter “aberto” das redes sociais e assim legitimando esse tipo de tática, Carlos ressalta que a transposição dos métodos mais tradicionais de vigilância para as redes também se operou, na época, por meio da infiltração de agentes em redes sociais para monitoramento de manifestantes, inclusive para identificação de lideranças informais:

Carlos: Tu monitoravas. Eu não sei se a inteligência da Brigada chegou a criar *fake*, por exemplo. Isso eu não saberia te dizer. Tinha lá [...] inclusive eu me lembro de um oficial que estava dentro do sistema, inclusive acampando com os manifestantes, essas coisas assim. Era o nosso, digamos assim, elemento mais infiltrado. Mas eu acredito que não havia muita necessidade. Tu colhias por informação da Internet. *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, essas coisas. [...] E o movimento disperso “não tem liderança, não sei o que”. A gente mais ou menos sabia quem eram as pessoas, mas eles também tinham uma liderança relativa, porque de repente o movimento enveredava para um lado e eles não conseguiam segurar. Então esse monitoramento era feito pelo poder que a gente tinha de interlocução pelas mídias sociais. Eu imagino que os ‘caras’ não se identificavam como polícia, entendeu? Mas é isso, se tu entras num *chat* por exemplo e se identificar como polícia vai todo mundo rir. “A polícia entrou”, entendeu?

A fala de Carlos vai ao encontro do entendimento da literatura de que as TICs diminuem os custos da ação de controle policial, dada a facilidade de coleta de dados por redes sociais

(EARL, 2011). Além de permitir que as forças policiais se antecipem à ação coletiva - por exemplo, prevendo o número de participantes em uma passeata -, o caráter aberto das redes permite a ativação do mecanismo de amplificação da visibilidade sobre os manifestantes, com a coleta de informações que os próprios manifestantes publicam. Carlos fortalece esse argumento ao citar o caráter aberto das redes sociais e, ao mesmo tempo, a importância de uso das redes para a própria mobilização: “Acho que o monitoramento ele se dá muito pela rede social. Que não adianta, entende? Se bloquear a rede social e vai fazer [o protesto] como? Vai fazer outra coisa? [...] Também é aberto, entende? Qualquer jornalista pode acompanhar, por exemplo”. Ainda sobre a metodologia utilizada para a coleta de informações, Carlos afirma que em junho de 2013 foram realizados relatórios com o “perfil” dos grupos de manifestantes para que a polícia pudesse identificar e prever o *modus operandi* de cada grupo. O policial enfatiza ainda que parte da informação coleta foi direcionada para a PC para apuração dos fatos, enquanto coube à PM o policiamento preventivo:

Carlos: Eram feitos relatórios com a identificação das pessoas, com a questão do modo de agir do movimento. Diz “olha, os *black bloc* agem assim”. Que nem tem as facções. [...] Não sei se é uma comparação muito própria ou muito adequada, mas os Bala na Cara, os Mano, os Brasa (etc.) têm um *modus operandi*. Assim também têm os *black bloc*, os “Marighella Vive”, a juventude e esquerda, agora não me lembro mais os nomes. Mas cada um tinha um perfil assim. Uns mais violentos, outros menos. Uns dava para dialogar, outros não, sabe? Então isso foi se consolidando também, a polícia também foi conhecendo como agiam e tal. Pela prática, digamos assim. Diz “oh esses aqui vão atuar ali na Lima e Silva, Cidade Baixa, os outros atuam mais no Centro, o pessoal gosta mais de ir pelo túnel, outros entram pela Borges”. Enfim, era mais essa a informação, porque na verdade as informações de detenção, crime (etc.) ficava com a Polícia Civil. A Polícia Civil é que pelas imagens acabava identificando e abrindo inquérito, investigando essas coisas. A Brigada não. A Brigada era mais uma atuação nessa linha assim de tentar prevenir algumas ações.

O uso das redes, ainda assim, não excluiu, em junho de 2013, a adoção de táticas de vigilância não mediadas por TICs, como a infiltração em reuniões presenciais e abertas, bem como a troca de informações com manifestantes mais próximos do governo estadual:

Carlos: Eu acho que ele [o agente infiltrado] participava mais das coisas mais abertas, porque, por exemplo, a reunião do Bloco de Lutas: as reuniões deliberativas do Bloco de Lutas eram três, quatro, entendeu? Faz na casa da pessoa. Não tem como entrar, entendeu? Então a gente não tinha influência na liderança e, por exemplo, o Bloco de Lutas ou *black bloc*, ou seja, outro movimento que for é 3, 4 que vão decidir, entendeu? E aí quando ia para as reuniões, bom, tinha 50, 60 pessoas. Tu fazes uma reunião sigilosa com 5, 6

já é difícil. Então a gente não [...] na verdade o que a gente tinha às vezes [...] usava o apoio que o governo tinha dentro dos movimentos para buscar informação, entende? Porque também havia uma espécie de [...] não digo parceria, mas uma espécie de troca entre algumas lideranças do governo que tinham conhecimento do movimento, participava do movimento, etc. E alguma informação vinha. Mas não antes. Via de regra essas informações elas vinham depois. Ou durante o evento. “Oh, os caras vão fazer isso, agora vão fazer aquilo”, entendeu? Era as informações que a gente tinha.

É importante ressaltar que o aprendizado direcionado para a coleta de informações, com a centralidade do monitoramento das redes sociais, além de ativar mecanismos de antecipação policial e de amplificação visibilidade dos manifestantes, confere outra vantagem estratégica para as forças policiais: o mecanismo da *invisibilização*. Como já demonstrado, as ações policiais de controle repressivo passavam, à época, por intenso questionamento, com denúncias sobre a “criminalização” do movimento e com a constituição de uma coalizão de defesa do direito ao protesto. A ênfase sobre a coleta de informações permite que as forças policiais ajam sem ser vistas, ou seja, táticas de vigilância como o monitoramento de redes e a infiltração tendem a tornar invisível a ação policial, diminuindo a probabilidade de as organizações policiais enfrentarem problemas relacionados à visibilidade e à publicização das práticas de controle. Ainda assim, é importante ressaltar que, mesmo com o aprendizado descrito por Carlos, a coleta de informações pela BM em junho de 2013 foi realizada de forma relativamente experimental e pouco sistemática; além disso, a coleta de informações foi utilizada de modo combinado com os mecanismos tradicionais do controle repressivo, como a dispersão dos protestos.

**Figura 29 - Mecanismos de aprendizado e invisibilização (T2)**



Fonte: autoria própria.

## RESUMO DA SEÇÃO

A seção foi focada sobre as formas de controle da ação coletiva em junho de 2013. Nesse período, a heterogeneização dos protestos causou surpresas e problemas para as forças policiais, as quais tenderam a reproduzir a estratégia de controle repressivo. As críticas sobre a atuação das polícias foram também direcionadas para o governo estadual, e o governador buscou ativar, ao mesmo tempo, mecanismos de negociação com os manifestantes e de legitimação tática das forças policiais. Também no período a distinção, construída principalmente pelas mídias corporativas, entre manifestantes pacíficos e “vândalos” ativou o mecanismo de estigmatização sobre os últimos.

Junho de 2013 é interpretado como um laboratório de experimentação e um momento de aprendizado policial pelos entrevistados. Nesse contexto, a mediação das TICs foi central. As novas tecnologias auxiliaram a amplificação da visibilidade sobre a ação de agentes policiais e de manifestantes, fomentando-se as disputas interpretativas do período. Em especial, a mobilização das TICs por mídias alternativas produziu e disseminou informações sobre atos de violência policial. Por outro lado, a mobilização das TICs pelas forças policiais foi um dos principais aprendizados do período, com o uso das tecnologias para a antecipação à ação coletiva e para a produção de informações sobre manifestantes *in loco* e nos inquéritos. Ainda, táticas como o monitoramento das redes possibilitaram a relativa invisibilização da ação policial, tornando esta menos suscetível a críticas e ao controle externo.

### 7.4 Julho a dezembro de 2013

O período de julho a dezembro de 2013 abrange os eventos de protesto de 01 de julho, 04 de julho, 11 de julho, 22 de julho, 01 de agosto, 14 de agosto, 30 de agosto, 07 de setembro, 10 de outubro, 25 de outubro e 19 de dezembro, além da ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre - entre 10 e 17 de julho - e da ocupação da Assembleia Legislativa - 10 a 11 de setembro. Nesse período, os eventos voltaram a ser protagonizados pelo Bloco de Lutas (coalizão de esquerda), centrados na questão da tarifa do transporte público e com baixo número de manifestantes. Essas mudanças foram acompanhadas pela diversificação das táticas da ação coletiva. Passou a ser mais frequente a ocorrência de formatos como ocupações e demonstrações em espaço público (assembleias públicas, por exemplo), diminuindo a frequência de ocorrências de passeatas. O uso de carros de som e/ou alto falante por lideranças também passou a ser mais frequente, o que confirma os indícios de diminuição da



heterogeneidade dos grupos presentes. Além disso, houve uma moderação da ação dos manifestantes em relação ao mês de junho. Depredações, ainda assim, foram noticiadas em mais da metade dos atos do período. Em poucos eventos foram identificadas pichações, confronto com a polícia e conflitos entre manifestantes.

#### **7.4.1 O Bloco busca a retomada do controle das ruas: homogeneização de grupos, diversificação tática**

Os protestos de junho configuraram uma situação em que diversos grupos, muitos deles com reivindicações marcadamente divergentes, compartilharam o mesmo espaço nas ruas e produziram uma efervescência cuja explicação ainda desafia a literatura (BRINGEL; PLEYERS, 2017; SILVA, 2018; TATAGIBA, 2014). Porém, essa união momentânea não se prolongou no tempo. Os protestos de junho também expuseram as diferenças entre os grupos presentes nos atos: muitos desses grupos, em parte pela recepção de um enquadramento - difundido principalmente pelas mídias corporativas - de rechaço a partidos e contra o governo federal, mostraram-se contra a presença de partidos nos protestos;<sup>122</sup> além disso, como já reiterado, o uso de táticas disruptivas (*black blocs*), que já era combatido por alguns manifestantes nos protestos iniciais no ano, passou a ser um alvo cada vez mais recorrente de controle pelos próprios manifestantes (autopolicamento) devido à estigmatização de grupos anarquistas nas mídias e ao consequente risco de deslegitimação dos protestos perante a opinião pública.

Esse contexto de desgaste entre os próprios manifestantes, somado ao desgaste causado pelo controle repressivo das forças policiais, levou os integrantes do Bloco a buscar maior controle sobre os rumos dos protestos. Assim, no dia 01 de julho, ao invés de uma nova passeata, foi realizada uma assembleia pública com o objetivo de avaliar as marchas já realizadas. Naquele momento seguia intenso o debate em torno da realização de depredações e de saques durante protestos. Em depoimento à *Zero Hora*, o coronel Silanus Melo, confirmando a fala do policial Carlos em entrevista ao pesquisador, afirmou que a BM estava “se aprimorando” a cada evento para lidar com essas situações (mecanismo de aprendizado policial); porém, a interpretação, por parte da opinião pública, de que o policiamento estava sendo “tolerante” aos atos disruptivos dos manifestantes seguiu-se. Uma parcela da população demonstrava-se

---

<sup>122</sup> Notícias sobre partidários expulsos dos protestos.

disposta a realizar seu próprio policiamento: por exemplo, um comerciante local, também segundo *Zero Hora*, afirmou, em relação ao evento marcado para o dia 01 de julho, que “se tiver algum protesto, vamos nos reunir na Travessa do Carmo para tentar fazer um bloqueio ali. Em função de não ter policiamento, a gente precisa defender o que é nosso”.<sup>123</sup> Essa impressão de que não havia policiamento, embora o confronto físico tenha sido constante nos protestos de junho, foi em parte resultante do investimento policial na invisibilização de suas ações por meio da estratégia de coleta de informações.

Apesar da preocupação de moradores e comerciantes, realizou-se naquela data a assembleia pública no Largo Zumbi dos Palmares, congregando os grupos integrantes do Bloco. Na ocasião, foram novamente registradas falas contra as investidas do serviço de inteligência da BM no movimento e contra a suposta presença de grupos “neonazistas” nos atos. Ou seja, além da reafirmação do mecanismo de desconfiança em relação às forças policiais, difundiu-se a preocupação de que grupos estariam se infiltrando nos atos para causar transtornos e deslegitimar os atos intencionalmente. A BM apenas acompanhou a assembleia à distância, com motocicletas.

O evento seguinte foi realizado em 04 de julho, na Vila Cruzeiro, região que concentra diversas vilas e que foi impactada pelo planejamento da Copa do Mundo, com remoções de famílias para obras nas cercanias de Avenida Tronco. Esse protesto, em uma região periférica da cidade, teve a presença de um número significativamente mais baixo de manifestantes - cerca de 2 mil de acordo com os organizadores; 500 segundo a BM - em relação aos eventos de junho, congregando de modo geral os integrantes do Bloco de Lutas. A escolha da Vila Cruzeiro foi uma tática adotada para que os protestos fossem a partir de então constituídos apenas por manifestantes que compartilhassem as pautas do Bloco. A partir de então, seria marcante a homogeneização dos protestos, sem a presença dos manifestantes mais vinculados a pautas conservadoras e genéricas.

Diferentemente do que ocorreu em junho, nessa data não foram registradas situações de confronto físico. A situação de maior conflitualidade envolveu a expulsão de um fotógrafo que teria fotografado organizadores da passeata empunhando bandeiras anarquistas e cobrindo o rosto com máscaras. A desconfiança dos manifestantes do Bloco em relação à mídia corporativa, assim, reafirmava-se. Quanto à reação da população, registrou-se de modo geral o

---

<sup>123</sup> Brigada pronta para evitar vandalismo. *Zero Hora*, 01/07/2013, p. 8.

apoio, embora algumas pessoas tenham se mostrado apreensivas com a possibilidade de depredações. A BM, por sua vez, apenas acompanhou a marcha à distância.

Em 10 de julho, o Bloco adotou uma nova tática, que se prolongou por oito dias: a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. A ocupação, que se iniciou com cerca de 200 manifestantes, teve como pauta a questão do valor da tarifa do transporte público. A BM e a GM foram chamadas pelos vereadores; a BM ficou do lado de fora, enquanto a GM fez a proteção interna do patrimônio da Câmara. Durante a ocupação, a BM adotou a postura de que a segurança do prédio seria de responsabilidade da GM, não utilizando táticas de dispersão.

Ainda assim, alguns vereadores mostraram-se favoráveis a uma atuação mais repressiva da BM para desocupação do prédio e protocolaram, na Justiça, um pedido de reintegração de posse do prédio da Câmara. O pedido tramitou no campo jurídico, e em 13 de julho decisão em 1º grau determinou, liminarmente, a reintegração de posse e a desocupação do prédio. Essa decisão, porém, foi suspensa em seguida, no dia 15 de julho, quando se determinou a realização de uma audiência de conciliação entre as partes. A desocupação deu-se no dia 17 de julho, em troca da proposição e tramitação de dois projetos de lei (propostos por vereadores de PSOL e PT): um determinando a abertura das contas das empresas de transporte público de Porto Alegre; outro de passe livre para estudantes, desempregados, indígenas e quilombolas. Nenhum desses projetos seria posteriormente aprovado.

Após a desocupação da Câmara, o período de julho a dezembro de 2013 foi caracterizado por uma relativa desmobilização, com a ocorrência de protestos menos frequentes e menores em relação aos atos de junho, geralmente congregando algumas centenas de manifestantes. Houve também uma redução significativa na adoção de táticas disruptivas por manifestantes e na ocorrência de situações de confronto com as forças policiais. Em algumas situações, como na Greve Geral de 11 de julho, nos protestos de 30 de agosto e de 7 de setembro e na ocupação da Assembleia Legislativa entre 10 e 11 de setembro, os integrantes do Bloco protestaram junto a outras organizações, principalmente sindicatos de trabalhadores urbanos. As reivindicações, as táticas de ação e as formas gerais de atuação desses grupos, porém, demonstraram algumas diferenças, com certa desarticulação cujo resultado foi a não reprodução da efervescência dos protestos de junho.

Na maioria dos protestos desse período foram adotadas táticas rotineiras (cartazes, faixas, bandeiras). Em algumas situações específicas, manifestantes utilizaram táticas mais disruptivas. Em 11 de julho, reafirmando a contrariedade de alguns manifestantes à forma como a mídia corporativa estava enquadrando os protestos, um grupo conseguiu manifestar-se pela “democratização dos meios de comunicação” à frente do prédio do Grupo RBS, derramando

esterco na entrada do edifício e pichando a calçada. Em protesto pelo passe livre em 2 de agosto, manifestantes queimaram um boneco alusivo ao então prefeito José Fortunati (Partido Democrático Trabalhista - PDT) em frente à sua residência. O prefeito, utilizando o termo que havia se consolidado em junho para definir a prática de ações disruptivas, respondeu por *Twitter* que “vândalos” teriam tentado depredar seu edifício. No mesmo protesto, foram registradas pichações, a queima de um contêiner e a depredação de um estabelecimento comercial por manifestantes mascarados. Nesse evento, a tropa de choque da BM acompanhou o protesto à distância.

No dia 14 de agosto ocorreu um protesto relativamente radicalizado em relação aos precedentes. Manifestantes tentaram entrar no prédio da Prefeitura, o qual estava protegido pelo cordão de isolamento da GM. A BM interveio, houve um confronto físico entre policiais e manifestantes, e foram disparadas de bombas de gás lacrimogênio para dispersar o protesto; um manifestante foi detido. Em protestos de 30 de agosto, manifestantes do Bloco de Lutas ocuparam os trilhos do *Trensurb*, transporte metroviário da região metropolitana de Porto Alegre, mas foram dispersados pela ação da BM.

Em 07 de setembro, em protesto organizado por diversos grupos progressistas, a desmilitarização das polícias foi uma das reivindicações dos manifestantes, reafirmando-se as críticas à atuação da BM nos protestos ocorridos durante o ano. Nesse evento, a BM acompanhou os manifestantes e adotou cordões de isolamento em algumas áreas centrais da cidade, bem como cercou alguns manifestantes identificados como suspeitos. A orientação aos soldados, segundo um oficial da BM, era aguardar a dispersão dos manifestantes, evitando-se confrontos físicos. Ainda, três manifestantes foram detidos e tiveram apreendidas armas brancas que estariam sob sua posse. Em protesto de 25 de outubro pelo passe livre, foram noticiadas situações específicas de escalada, com o uso de bombas de gás lacrimogêneo pela BM, a depredação de agências bancárias e a detenção de um manifestante, o qual estaria portando armas brancas antes do ato.

Em suma, nas dinâmicas das ruas o segundo semestre de 2013 não apresentou transformações relevantes ou novos mecanismos de controle policial aos atos. A novidade maior desse período referiu-se à transformação das características do movimento, com os processos simultâneos de homogeneização dos grupos presentes nos protestos e de diversificação tática. Esses processos indicam uma adaptação tática à heterogeneidade dos protestos de junho e à estigmatização de alguns grupos, dado que o Bloco de Lutas buscou ativamente retomar o controle sobre os protestos com eventos como a passeata na Avenida Tronco e a ocupação da Câmara de Vereadores. O controle policial, que nas ruas transitava

entre o controle repressivo e a coleta de informações, direcionou-se cada vez mais para o campo jurídico, na produção de inquéritos criminais.

#### **7.4.2 Das ruas às delegacias: decompondo o processo de criminalização**

Embora as situações de confronto físico tenham sido menos recorrentes nesse período, em diversos protestos a crítica à atuação das forças policiais no controle dos protestos e dos movimentos sociais foi uma das reivindicações. Essa crítica era especialmente direcionada à denominada “criminalização” dos movimentos sociais. A conflitualidade que tinha sido marcante nas interações nas ruas em junho tendeu a ser canalizada, no segundo semestre de 2013, para a investigação de fatos delituosos nos protestos pela PC. Nesse período foi realizado o cumprimento de mandados de busca e apreensão na residência de integrantes do Bloco de Lutas, prática denunciada pelos manifestantes como um “controle político”.

Porém, do que se trataria exatamente a “criminalização” denunciada pelos manifestantes? Como esse termo, utilizado para criticar a ação policial desde os protestos iniciais do ano, se traduz analiticamente? A literatura em criminologia, controle social e segurança pública oferece instrumentos analíticos para que se entenda esse fenômeno. De modo geral, Almeida e Lopes (2019, p. 4) conceituam a criminalização como “um processo de sucessivas classificações de pessoas e cursos de ação, nas quais conteúdos jurídicos e morais são disputados por atores e instituições envolvidos nesse processo”. Lacey e Zedner (2012) entendem a criminalização como um fluxo, o qual se desenvolve em diferentes etapas e procedimentos, abrangendo desde o controle policial de protestos nas ruas até a condenação criminal. As autoras também distinguem a construção legal do crime - elementos legais que definem o que é um delito e as normas que ditam o andamento do processo criminal - da construção social do crime e da criminalidade - práticas sociais e discursos que dão substância e concretude às prescrições legais -, demonstrando como se dá a articulação entre as dimensões legal e social da criminalização.

Misse (2010) diferencia quatro elementos específicos do processo de criminalização: a criminalização propriamente dita, ou seja, a tipificação legal de uma conduta como crime no ordenamento jurídico; a criminalização, que se refere ao enquadramento de um fato da realidade como crime, ou seja, a articulação entre o que é previsto legalmente e um fato concreto; a incriminação, que se refere à responsabilização de um indivíduo ou um conjunto de indivíduos pelo fato criminoso; a sujeição criminal, que significa a tendência à identificação de grupos sociais como mais propensos à realização de condutas criminosas, de modo que as instituições

de controle tendem a selecionar tais sujeitos ou grupos como alvos preferenciais do direito penal.

Neste trabalho, seguindo a proposta de Misse (2010), entende-se a criminalização como um processo, que pode ser decomposto em quatro mecanismos: *criminalização propriamente dita*, *criminação*, *incriminação* e *sujeição criminal*. Até o segundo semestre de 2013, a criminalização propriamente dita não tinha sido um mecanismo adotado pelas forças de controle, ou seja, os manifestantes eram enquadrados em tipos penais já existentes no ordenamento jurídico - como dano e lesão corporal. Ainda assim, medidas legislativas relacionadas a uma demanda por controle dos protestos seriam posteriormente propostas, como a Lei Antiterrorismo, a Lei de Organizações Criminosas e outros dispositivos administrativos que buscariam restringir o direito ao protesto - proibição de uso de máscaras, exigência de autorização prévia para realização de protestos de rua etc. (ALMEIDA, LOPES, 2019; ARTIGO 19, 2014; FREITAS, 2017).

Quanto à criminação e à incriminação, como já demonstrando, em Porto Alegre os protestos até junho de 2013 envolveram prioritariamente a atuação da PM nas ruas, recorrentemente se adotando o mecanismo da dispersão por meio da prática de detenções generalizadas. A ênfase sobre a atuação da PM é confirmada pelo número de detenções que geraram inquéritos, processos ou condenações criminais contra manifestantes: pelo menos 152 detenções foram realizadas pela PM entre março e setembro de 2013 em Porto Alegre; esse total resultou em 80 pessoas indiciadas em inquéritos criminais, com apenas duas condenações até março de 2014.<sup>124</sup> Esses dados confirmam a hipótese de tais detenções foram realizadas com o fim de dispersão e mobilização (ALMEIDA; LOPES, 2019; WADDINGTON, 1999; 2010).

Apesar da predominância da atuação da PM nos protestos, no segundo semestre de 2013 o debate sobre a incriminação de manifestantes acirrou-se, principalmente em função da abertura de inquérito contra seis integrantes do Bloco de Lutas por delitos supostamente cometidos no protesto de 27 de junho. Uma quantidade considerável de notícias sobre o Bloco de Lutas no segundo semestre de 2013 trata desse inquérito e da contraposição ele.

Assim, identificou-se nesse período o direcionamento das ações policiais para formas menos visíveis de controle. Por um lado, os protestos menores desse período, com grupos mais homogêneos e a menor frequência da adoção de táticas disruptivas, tornaram menos necessário o controle repressivo, reduzindo-se problemas policiais para manutenção do controle nas ruas

---

<sup>124</sup> Raio X dos inquéritos: protestos resultaram em duas condenações. *Zero Hora*, 09/03/2018, p. 24.

(WADDINGTON, 1998; WADDINGTON, KING, 2005). Por outro lado, a própria desmobilização e a moderação tática desse período podem ser, entre outros fatores, consideradas resultantes do controle repressivo pelas forças policiais em junho. Enquanto em junho a atuação das forças de controle combinou a dispersão física com o aprendizado policial - monitoramento por meio das TICs - e o processo midiático de estigmatização do uso de táticas disruptivas, o segundo semestre de 2013 consolidou a institucionalização do controle por meio da produção de inquéritos criminais contra manifestantes, principalmente para averiguação de atos ocorridos em junho.

Essa relativa mudança do campo de atuação das ruas para os instrumentos jurídicos oferece ganhos para as instituições de controle. As táticas de dispersão física tendem a impor problemas às forças policiais, tendo em vista que a ampliação da visibilidade sobre a violência policial, decorrente do uso das TICs por manifestantes, coloca a ação das forças policiais no centro do debate público e pode deslegitimar as instituições de controle, seja por ações consideradas repressivas, seja por ações consideradas tolerantes (WISLER, GIUGNI, 1999). Já a investigação criminal tende a conferir um caráter de institucionalidade à persecução dos manifestantes, dado o teor técnico, menos acessível - e, assim, menos visível - controle jurídico do ativismo.

A investigação aos manifestantes envolveu o cumprimento de mandados de busca e apreensão em locais específicos. Em 1º de outubro de 2013, por exemplo, segundo reportagem do *Sul21*, ao menos quatro locais foram vistoriados por agentes da PC: duas residências particulares (uma de um militante do PSOL e outra de um militante do PSTU), um centro cultural (o Moinho Negro) e um assentamento urbano (o Utopia e Luta). Nesses locais, foram apreendidos folhetos de propaganda anarquista, panfletos políticos, cartazes, cadernos, adesivos e computadores.

Os manifestantes reafirmaram, à época, a crítica de que estaria ocorrendo uma “perseguição política” e uma “criminalização” do movimento. Por outro lado, Ranolfo Viera Jr., então chefe da PC, negou que a polícia estaria agindo politicamente. O governador Tarso Genro lançou mão das TICs para, em vídeo, buscar a legitimação tática dos inquéritos e desvincular a prática de táticas disruptivas da militância política:

“A finalidade desta atitude do governo é deixar claro que não compactuamos com qualquer tipo de perseguição política ou mesmo de resposta política a agressões que o governo tenha sofrido a partir de determinados atos

criminosos, que, na nossa opinião, não são realizados por militantes políticos”<sup>125</sup>

A interpretação de que os inquiridos não eram direcionados a militantes, mas sim a “vândalos” infiltrados nos protestos, reafirma o mecanismo de estigmatização, que já estava sendo mobilizado principalmente pela mídia corporativa na cobertura dos protestos. Os “vândalos” eram assim o tipo social sobre o qual recaía a sujeição criminal nos protestos, sendo o estereótipo do “vândalo” assim vinculado a uma ideia de propensão ao crime, o que legitimava a atuação policial, tanto nas ruas quanto nos inquiridos (ALMEIDA, LOPES, 2019). A sujeição criminal, porém, não é causada pela estigmatização, mas sim se articula ao estigma, e ambos se retroalimentam (MISSE, 2014). A análise do conteúdo do inquirido contra os manifestantes do Bloco de Lutas consta no Capítulo 8 deste trabalho.

**Figura 30 - Mecanismos do processo de criminalização (T3)**



Fonte: autoria própria.

## RESUMO DA SEÇÃO

A seção centrou-se sobre o controle da ação coletiva entre julho e dezembro de 2013. Nesse período identificou-se um processo de desmobilização, combinado com a

<sup>125</sup> Polícia Civil faz buscas para investigar militantes do Bloco de Lutas em Porto Alegre. *Sul21*, 01/10/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/em-destaque/2013/10/12policia-civil-faz-buscas-para-investigar-militantes-do-bloco-de-lutas-em-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.



homogeneização dos grupos presentes nos protestos e a diversificação das táticas da ação coletiva. A novidade em termos de ação policial foi a canalização das formas de controle das ruas para as delegacias, com a produção de inquéritos policiais contra manifestantes, principalmente por supostos delitos em eventos de protesto de junho. Para compreensão desse contexto o termo “criminalização” foi conceituado como um processo, composto por quatro mecanismos (criminalização propriamente dita, criminação, incriminação e sujeição criminal). Nesse período diferentes mecanismos foram ativados, com destaque para a forma como a estigmatização dos manifestantes “vândalos” pelas mídias corporativas articulou-se com a ação policial, ativando o mecanismo de sujeição criminal. O governo estadual seguiu mobilizando as TICs para legitimar a ação policial e para reafirmar a estigmatização dos “vândalos”.

## **7.5 Janeiro a junho de 2014**

O período de janeiro a junho de 2014 é composto pelos eventos de 23 de janeiro, 02 de abril, 07 de abril, 24 de abril, 08 de maio, 15 de maio, 12 de junho, 15 de junho, 18 de junho e 23 de junho, além de um acampamento público entre 8 e 15 de abril. Assim como nos protestos do segundo semestre de 2013, os eventos de 2014 tiveram o protagonismo dos grupos integrantes do Bloco de Lutas e um baixo número de manifestantes por protesto. Embora tenham sido realizados protestos especificamente sobre a questão do transporte público, a reivindicação central passou a ser a contrariedade à Copa do Mundo, megaevento que ocorreria naquele ano.

### **7.5.1 Entre o controle repressivo e a coleta de informações: variabilidade estratégica**

As primeiras passeatas do ano seguiram as dinâmicas do período anterior, com manifestantes em torno do Bloco de Lutas portando e faixas, cartazes e bandeiras e a adoção residual de táticas disruptivas. A ação policial nos primeiros protestos de 2014 não seguiu uma diretriz única, sendo adotadas estratégias distintas para cada ato. O protesto de 23 de janeiro, realizado contra o aumento do valor da passagem do transporte público e contra a Copa do Mundo, reuniu milhares de manifestantes no centro de Porto Alegre (2 mil segundo o Bloco; 1,2 mil segundo a BM). No trajeto alguns contêineres foram incendiados, uma agência bancária foi apedrejada, os muros de uma estação do *Trensurb* e as paredes de uma Igreja Universal do Reino de Deus foram pichados. Diferentemente dos eventos de junho, a BM não utilizou

armamentos menos letais. Agentes policiais acompanharam o protesto e realizaram revistas em manifestantes. Também foi realizado o monitoramento *in loco* do protesto pelas forças policiais com a mobilização de TICs: soldados da BM fotografaram manifestantes durante as revistas.

No protesto seguinte, em 02 de abril, a BM adotou uma estratégia distinta. Em passeata contra o aumento da passagem, foram identificadas situações de maior conflitualidade entre agentes policiais e manifestantes. Já na concentração em frente ao prédio da Prefeitura, manifestantes romperam um cordão de isolamento construído pela GM. Esta respondeu com o uso de um canhão d'água, aparato cuja utilização não tinha sido registrada nos protestos de 2013. Quando se iniciou a marcha por vias do centro da cidade, foram quebrados vidros de uma agência bancária. Em frente à Igreja Universal que havia sido pichada no protesto anterior, se posicionava uma barreira de soldados da BM. Quando a passeata estava em frente à igreja, policiais militares que acompanhavam os manifestantes por trás dispararam bombas de gás lacrimogêneo, causando a dispersão da marcha após 15 minutos do seu início. Em seguida, policiais militares passaram a revistar manifestantes pelas ruas do centro. Houve relatos de truculência nas abordagens, e quatro pessoas foram detidas. Após o protesto, a reportagem do *Sul21* coletou depoimentos de integrantes do Bloco de Lutas. Um deles atribuiu as depredações ocorridas a pessoas infiltradas no protesto com a finalidade de causar tumultos, reafirmando-se a busca dos manifestantes por se dissociar da violência:

“Todo mundo percebeu a ação de pessoas estranhas ao movimento. Claramente havia gente infiltrada fazendo ações provocativas. Do carro de som, dávamos a orientação de seguir com o ato organizado, dialogando com a população, mas havia um setor que de forma alguma correspondia ao que o Bloco orientava”<sup>126</sup>

Em seguida, novamente as táticas do movimento foram diversificadas. No dia 07 de abril, foi realizada uma assembleia pública do Bloco, com a utilização de táticas lúdicas (apresentações teatrais e musicais). No dia seguinte, o Bloco adotou a tática de ocupação, com a realização de um acampamento em frente ao prédio da Prefeitura para coleta de assinaturas com vistas a protocolar um projeto de lei de municipalização do transporte público na cidade. O acampamento foi retirado após oito dias para descentralização da coleta de assinaturas.

---

<sup>126</sup> Brigada Militar dispersa protesto contra aumento da passagem após 15 minutos de marcha em Porto Alegre. *Sul21*, 02/04/2014. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2014/04/brigada-militar-dispersa-protesto-contra-aumento-da-passagem-apos-15-minutos-de-marcha-em-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

Nos eventos seguintes, em 24 de abril, 08 de maio e 15 de maio, todos em torno das pautas do transporte público e contra a Copa, agentes policiais realizaram o acompanhamento dos protestos, sem a adoção de táticas de dispersão. No protesto de 08 de maio, os manifestantes dirigiram-se até a frente do prédio do Grupo RBS, onde manifestaram-se contra as coberturas do jornal *Zero Hora*. Em frente ao prédio, cerca de 200 soldados da BM realizaram uma barreira, mas não houve confronto físico.

Enquanto os protestos ocorriam, seguia-se a disputa a respeito da realização de inquéritos contra manifestantes. Em 05 de junho, foi realizada uma reunião com representantes de diversas organizações contra a “criminalização” dos movimentos sociais. O evento abordou a repressão policial aos protestos de 2013, em especial o inquérito contra ativistas do Bloco de Lutas em função de fatos ocorridos no protesto de 27 de junho de 2013. De modo geral, criticou-se o “caráter político” da “criminalização” dos militantes que participaram do ciclo de protestos de 2013.

Assim, nos protestos iniciais de 2014 não houve novidade em relação às formas de controle já identificadas no período anterior. A estratégia policial variou entre a coleta de informações e o controle repressivo dos atos, e TICs foram utilizadas para amplificar a visibilidade sobre manifestantes. Estes, por sua vez, buscaram dissociar sua imagem do estigma de “vândalos” e diversificar as táticas da ação coletiva, ao mesmo tempo em que seguiram criticando a forma como estavam sendo realizadas as investigações contra manifestantes.

### **7.5.2 Preparando-se para a Copa: memória de 2013, antecipação e integração**

Os protestos seguintes no ano seriam direcionados contra a Copa do Mundo, no período de realização do megaevento. Considerando-se a memória dos protestos massivos de junho de 2013, havia à época um temor por parte das autoridades policiais de que o período da Copa fosse marcado por uma nova efervescência e pela ocorrência de grandes protestos. À memória de 2013 somava-se o fato de que a insatisfação popular com as consequências da realização do megaevento era evidente. Esse temor foi expresso no relato do policial Fernando:

Fernando: Nós achamos que as manifestações [durante a Copa] seriam iguais às de 2013. Sinceramente. Porque era o momento para essas coisas acontecerem. Se em junho de 2013 [...] começou com o negócio do combustível, depois juntou toda a insatisfação e deu no que deu, a Copa do Mundo e todo o cenário que cercou a Copa do Mundo, que foram os gastos com estádio, que eram questionados por parte da população e são até hoje, era

um momento propício para se manifestar e aparecer. [...] Sinceramente nós imaginamos que ia ser muito pior.

Os riscos de perda de controle das ruas durante o megaevento foram respondidos pelo mecanismo da antecipação, com a construção de um planejamento em segurança pública para a Copa. Além disso, como já demonstrado, para a Copa foi realizado um alto investimento em aparatos tecnológicos de segurança pública, especialmente direcionados para a integração entre os órgãos policiais. A integração, considerada o maior “legado” do megaevento na área de segurança, seria o mecanismo voltado para a realização de ações de cooperação entre diferentes organizações policiais, combatendo-se um histórico de sobreposição de funções e de disputas entre esses órgãos (BRASIL, 2012). A *integração*, nesse sentido, equipara-se ao mecanismo de cooperação interorganizacional, mas diz respeito à articulação entre as organizações da área de segurança pública. O documento de *Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014* sintetiza essa proposta ao estabelecer que “a preparação das forças de segurança pública é tarefa de enorme complexidade, que exige planejamento, articulação e integração” (BRASIL, 2012, p. 12).

Para concretização dessa proposta, foram realizadas diversas reuniões de planejamento, bem como houve um deslocamento de soldados da PM lotados no interior do Rio Grande do Sul para atuar em Porto Alegre. Para o policiamento durante o megaevento, foram formados dois batalhões especiais: o Batalhão Copa (BCopa) e o Batalhão Especial de Pronto Emprego (BEPE), sendo o último direcionado especificamente para lidar com eventuais protestos. Sobre esse planejamento, o policial Fernando afirma:

Fernando: Para esse evento específico Copa do Mundo, foram constituídas duas grandes frações, dois grandes batalhões a gente chama. [Com efetivo] em torno de 1200, 1300 cada um, oriundos de todo o estado. Um era encarregado [...] de atender as ocorrências, o policiamento de rotina, o policiamento de presença que a gente chama, o policiamento de proximidade, ou seja, aquele que [...] iria trabalhar no ambiente do jogo, nas escoltas, no policiamento em geral. Esse era o chamado Batalhão Copa. [...] E o outro batalhão [...] era o BEPE, era o que ia lidar única e exclusivamente com as prováveis manifestações se elas acontecessem. Porque tinha uma certa parcela que tinha intenção de demonstrar que não estava contente com a Copa.

Além da formação desses batalhões, o planejamento para a Copa envolveu a realização de reuniões entre diversas instituições, antes, durante e após o megaevento:

Fernando: ...tinha todos os tipos de reunião. Primeiro, tinha o Comitê Gestor Superior, que era o comandante geral da brigada, [...] o chefe da Polícia Civil,

o Secretário [de Segurança Pública], o Secretário da 3ª Região Militar, [...] o superintendente da Polícia Federal, entre outros. [...] Aí a gente tinha as informações gerais: [...] horário de jogo, horário de treino, horário de escolta, tinha muita escolta para ser feita, muita gente, as próprias delegações. A gente tinha que limpar ruas, limpar a Ipiranga inteira, por exemplo. Então isso exigia muito planejamento. Todos os dias de manhã, às 8hs, 7:30, 8hs, tinha uma reunião no Estado Maior, no QG da Brigada, interna, [...] do comando geral da corporação [...] com os comandantes de batalhão. E cada batalhão tinha 6 companhias. E cada companhia era um major. Esses oficiais também compareciam para [...] combinar as estratégias do dia. Porque às vezes [os acontecimentos planejados] mudavam, entendeu? [...]. Então tu tinhas que mudar tudo [...]. Então assim: as internas eram diárias, as de avaliação mais gerencial eram semanais, depois de cada jogo tinha um *briefing* do que deu certo, do que deu errado com imagens, a gente captava imagens das aeronaves ou do próprio Centro de Operações. Então elas eram as de avaliação eram depois de cada evento. As de planejamento eram todo dia.

Especificamente para as reuniões da Copa, dado o alto número de atores que trabalharam no megaevento, o papel das TICs para a construção do planejamento tornou-se evidente. Devido à necessidade de comunicação entre diferentes organizações de segurança pública, o policial Marcos enfatiza, por exemplo, o uso do *Skype* como ferramenta facilitadora da integração entre os atores envolvidos no planejamento, reduzindo-se assim os custos que reuniões presenciais demandariam:

Marcos: Eu creio que aí as tecnologias tenham um baita impacto. Porque antes você tinha o rádio com alcance de 100, 500 metros. Depende de onde você está, se tem algum um ou outro anteparo, uma nuvem, às vezes uma coisa que não deixa os rádios comunicarem, e aí você fica isolado. [...] Então hoje você tem *Skype*, pode reunir com o comandante aqui em Porto Alegre.

[...]

O impacto maior eu creio que foi em termos de planejamento. Havia uma preocupação muito grande com a Copa principalmente, mas os outros eventos também. O Fórum Social Mundial antes já tinha nos alertado aqui no Rio Grande do Sul para isso. [...] Mas isso chamou a atenção primeiro pra ideia do planejamento, porque envolve muitas pessoas. E planejar com essas pessoas esse tipo de ação é difícil. Bem difícil. Então acho que isso foi o grande marco. Onde a tecnologia se envolveu nisso aí? O sistema de reunião, por exemplo. Os Comandantes de Porto Alegre por exemplo podiam fazer reunião por *Skype*. Quer dizer, o cara pode estar lá no Primeiro Batalhão aqui na Zona Sul, o outro estar na Zona Norte e tal e não tinha como se reunir, porque isso era muito problemático. Você tinha que trazer gente de todo o interior, marcar um dia, em um momento em que pudesse todo mundo e tal, aí fazia uma pauta, conseguir fazer tudo isso. As vezes surgia uma coisa. Então isso é difícil. As tecnologias deram uma força para isso. Ajudaram que você podia fazer uma reunião virtual. E mesmo dentro de Porto Alegre isso aí foi uma mudança.

O policial Fernando salienta ainda o uso do *Whatsapp* como ferramenta de comunicação com profissionais da mídia. Além das reuniões presenciais, parte da comunicação com a

imprensa durante a Copa deu-se por meio a criação de um grupo de *Whatsapp* no qual as autoridades policiais transmitiam informações sobre os protestos e as táticas adotadas. Assim as TICs passaram a também fortalecer o mecanismo de cooperação interorganizacional entre as polícias e os profissionais da mídia corporativa:

Fernando: ...a gente teve a seguinte ideia: quem sabe a gente pede uma reunião com o pessoal da imprensa, diz o que a gente quer? A gente sabe que vai ter imprensa organizada, vai ter *freelancer*, tinha imprensa de todo o país. A gente fez reunião com o pessoal daqui. Depois, no primeiro dia, quando a gente soube quem era a imprensa que cobria lá, a gente conversou com alguns repórteres durante o jogo, nos intervalos dos jogos. Procurava esclarecer: “olha, o direito de manifestação está garantido”. Aquilo que a gente já conversou aqui agora: “A única coisa que se busca impedir é a interrupção desse trajeto, obviamente qualquer ato de depredação”. [...] Então a gente [...] formou um grupo de *Whatsapp*, [...] pegou o telefone de todos os repórteres e explicava [...]. Usamos até esse recurso do *Whatsapp* com a imprensa para explicar: “hoje tem jogo tal, tem previsão de manifestação em tal lugar, o objetivo é esse”, e é isso aí. Eles cobriam. Não tinham problema de cobertura.

A preparação para o megaevento também envolveu a aquisição de equipamento para proteção dos soldados nas ruas. Em 12 de junho de 2014, *Zero Hora* publicou notícia sobre a preparação da BM para eventuais protestos contra o evento. O jornal destacou a compra de 300 máscaras antigás para que os policiais do Batalhão e Operações Especiais (BOE) não sentissem o efeito do uso de bombas de gás lacrimogêneo e outros agentes químicos. Segundo Rogério Araújo de Souza, então Capitão do 1º BOE: “Ano passado, atuamos sem máscaras. Agora, com ela, temos condições de usar o agente químico e permanecer no local sem fazer movimentação da tropa. Além disso, a máscara dá demonstração de força, tem um efeito psicológico”.<sup>127</sup> Além de acionar novamente a memória de 2013 como experiência que impactou as decisões para os protestos futuros, o subcomandante enfatizou a importância do uso de equipamentos de proteção como mecanismo de intimidação dos manifestantes. Na mesma ocasião, por outro lado, *Zero Hora* noticiou a confecção pela BM de cartilhas de idiomas, uma espécie de manual para facilitar o contato da PM com os turistas. Para estes, ainda, seriam entregues panfletos com orientações de segurança.

### **Figura 31 - Equipamento de proteção do BOE adquirido para a Copa do Mundo de 2014**

---

<sup>127</sup> A Copa nas ruas: Estreia com protestos... *Zero Hora*, 12/06/2014, p. 18.



Fonte: Jornal *Zero Hora*, 12/06/2014. Fotografia: Ronaldo Bernardi.

O policial Fernando ressalta a importância da aquisição de equipamentos de proteção para lidar com eventos de protesto no contexto da Copa, reafirmando que a proteção dos soldados diminui a propensão a escaladas de violência:

Fernando: O nosso nível de preparo hoje para lidar com esse tipo de coisa é muito maior do que há 20 anos atrás. [...] Por exemplo, o pessoal não tinha nem equipamento de proteção. Quando tu vais lidar com uma manifestação potencialmente violenta, se tu estás protegido, além de tu não te ferires, tu estás menos propenso a revidar violentamente.

[...]

Já em 2013 já tinha, mas na Copa de 2014 nós compramos o equipamento para todo mundo. Então assim: o 'cara' não se fere, porque ele está protegido desde o pé até a cabeça. O escudo não é à prova de bala, mas é um escudo que tu podes dar nele com o que tu quiseres, e ele não vai quebrar. Então isso de certa forma permite que tu até fiques mais tranquilo.

Por fim, quanto à diretriz estratégica estabelecida no BEPE para lidar com eventos de protesto, Fernando enfatiza a preocupação do governo do estado e da BM em não ter a imagem da polícia vinculada à conflitualidade, demonstrando, também como resultado da memória de 2013, a centralidade dos problemas relacionados à visibilidade e à legitimidade das instituições policiais perante a opinião pública. Fernando, nesse sentido, afirma que a diretriz para lidar com eventos de protesto seria a aplicação do uso progressivo da força, priorizando-se a negociação com manifestantes e o estabelecimento dos limites do protesto anteriormente ao uso da repressão física:

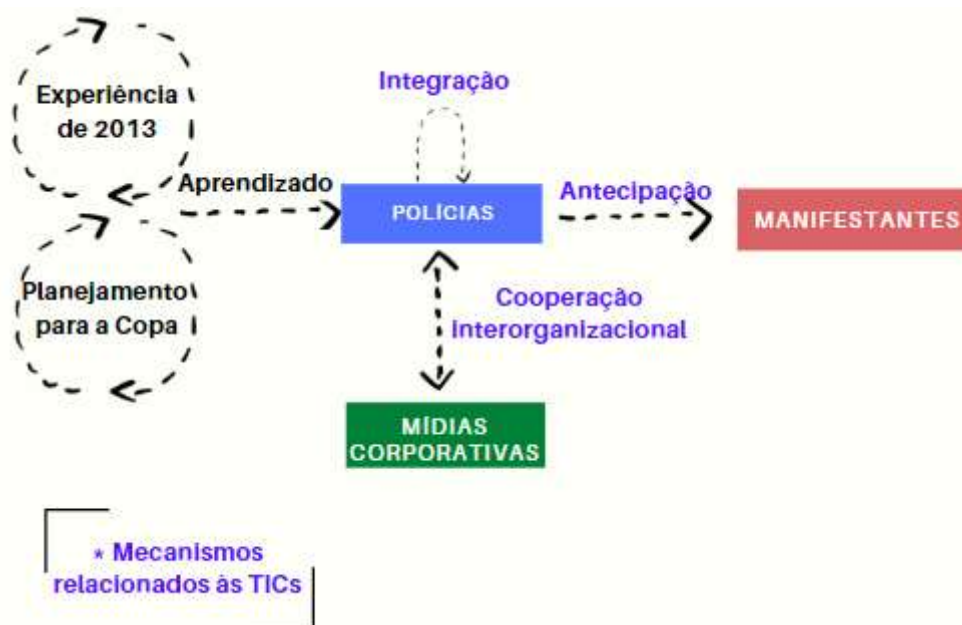
Fernando: A estratégia sempre ficou muito clara. Desde o começo por parte do governo do estado. E nosso também. Porque a gente não tem nenhum interesse e nunca teve de uma imagem vinculada a conflito. [...] Qualquer tumulto, qualquer problema que dá isso não pega bem para a imagem da cidade, para a imagem do governo, para a imagem da polícia. Então a gente procurava evitar esse tipo de coisas justamente porque isso é um evento mundial. É a imagem da tua cidade, é a imagem do teu país, é a imagem da tua corporação. Então a gente procurava vender, passar a melhor imagem possível da forma mais natural possível.

[...]

Qual era a orientação do pessoal para a Copa do Mundo e para lidar com movimentos sociais? Cumprir as normas de uso progressivo da força. Conversa primeiro e [...] se tu estabelece limite para as pessoas elas não vão fazer aquilo que tu não queres que faça. Se fizerem, bom, tu foste avisado. Então [a orientação era] evitar o máximo possível o confronto que pudesse redundar em feridos.

Em suma, o planejamento para a Copa, articulando o que havia sido estipulado como política de segurança para o megaevento com a experiência dos protestos de 2013, buscou ativar os mecanismos da antecipação à ação coletiva e da integração entre os órgãos de segurança. Para tanto, o papel das TICs mostrou-se central, principalmente para facilitação da comunicação entre as polícias e entre estas e a imprensa. A preocupação com a imagem das forças policiais perante o público mostrou-se também evidente, com a adoção, em tese, do princípio do uso progressivo. Como se verá a seguir, porém, a real efetivação do policiamento a protesto durante a Copa envolveu uma estratégia distinta.

**Figura 32 - Mecanismos do planejamento para a Copa (T4)**



Fonte: autoria própria.



### 7.5.3 Antecipando-se ao protesto e amplificando a visibilidade sobre manifestantes: o papel das novas tecnologias na busca por um policiamento seletivo

Na abertura da Copa do Mundo, em 12 de junho de 2014, foi realizado um protesto contra o megaevento em Porto Alegre. Como relatado pelo policial Fernando, a estratégia prioritária da BM seria negociar com os manifestantes e estabelecer limites ao protesto, enfatizando a não tolerância a atos de depredação. Porém, como havia ocorrido nos protestos de 2013, houve dificuldade para o estabelecimento de diálogo entre policiais e manifestantes, reafirmando-se a desconfiança dos manifestantes em relação às forças policiais. Nas palavras do policial Fernando:

Fernando: [A conversa com manifestantes] era no dia do evento. A gente tentou estabelecer uma negociação assim: [...] “olha, amanhã vocês vão se manifestar? Qual é o itinerário que vocês pretendem seguir? Porque nós vamos seguir”. Mas não houve sucesso, entende? Não aconteceram. [...] O pessoal [respondia] “não, nós não temos nada o que conversar”. Está bem. Então a gente tratava no dia. [...] A gente procurou estabelecer um contato para dizer assim: “as regras que a gente tem do governo do Estado são estas: a manifestação é livre, entendeu? Contra, a favor, está bom”. O que não seria permitido seria, por exemplo, [...] qualquer pessoa que provocasse algum ato de depredação nós procuraríamos detê-la, só essa pessoa, entendeu? E [...] eu pude perceber isto: não era a intenção clara daquele grupo que estava ali promover esse tipo de coisa. Isso ficou claro. Mas a vida é cheia de gente que se aproveita dessas coisas. Então [...] a gente procurou estabelecer uma conversa. Inicialmente ela não foi [...] não vou dizer inamistosa, mas ela foi seca, foi dura. Porque o pessoal tinha uma imagem diferente. Eu disse: “olha, nós estamos aqui para impedir o mal maior, para impedir que haja algum tipo de conflito, algum tipo de depredação, que essas coisas inclusive depõem contra o que vocês estão [reivindicando]”.

O protesto de 12 junho foi chamado de *Fifa, go home*. O evento reuniu cerca de 500 (segundo estimativa do CEIC) a mil manifestantes (de acordo com os organizadores). O número de pessoas foi considerado baixo pelas autoridades policiais, dado que a preparação para a Copa envolveu, como já demonstrado, a expectativa de protestos massivos. Além disso, na página do evento no *Facebook*, por volta de 4,5 mil perfis haviam confirmado presença. A previsão do número de manifestantes pelo CEIC confirmou a ativação, pelas forças policiais, do mecanismo de antecipação mediada pelas TICs.

A marcha iniciou-se no centro da cidade, com a entoação de gritos como “Da copa eu abro mão! Eu quero é dinheiro para saúde e educação”. A passeata foi acompanhada por

soldados da BM nas ruas, além de um helicóptero que sobrevoou a caminhada durante todo o percurso - tratava-se do helicóptero com a tecnologia de imageamento aéreo adquirida para o megaevento. A amplificação da visibilidade sobre os manifestantes pelo uso das novas tecnologias foi, assim, um mecanismo marcante desse evento.

Durante o trajeto, alguns manifestantes com os rostos cobertos depredaram agências bancárias, estabelecimentos comerciais e peças publicitárias alusivas à Copa, sendo vaiados por alguns - mecanismo de autopolicamento - e apoiados por outros manifestantes. A recepção da população nas ruas pelas quais o protesto passou também foi ambígua, com uma parcela de apoio e outra de reprovação. As forças policiais, porém, não responderam às depredações com a dispersão imediata do ato e seguiram realizando o seu acompanhamento.

Em um episódio considerado “inusitado” pela reportagem do jornal *Sul21*, um homem retirou um rapaz do protesto à força, pelo braço. Algumas pessoas reagiram, pensando que o homem se tratava de um policial infiltrado, mas amigos do rapaz solucionaram a confusão alertando que o homem era o pai do rapaz.<sup>128</sup> Essa situação novamente explicitaria o mecanismo de desconfiança relacionado ao temor em torno da infiltração policial e à intimidação que esse tipo de tática - ou a ameaça de sua adoção - gera sobre os manifestantes (BOYKOFF, 2007; CUNNINGHAM; NOAKES, 2008; FERNANDEZ, 2008).

Após a chegada dos manifestantes ao Largo Zumbi dos Palmares - local típico de encerramento de marchas na cidade -, um grupo reduzido de manifestantes decidiu marchar até a *Fan Fest*;<sup>129</sup> no entanto, a BM havia construído barreiras que cerravam todos os acessos ao local. Sem conseguir romper a barreira, o grupo de manifestantes retornou ao centro, onde foi perseguido pela cavalaria da BM. Também foram disparadas bombas de gás lacrimogêneo pelos policiais. Ao fim, foram registrados dois soldados da BM e dois manifestantes feridos, além de cerca de 15 manifestantes detidos.

Para a realização dessas detenções, foram utilizadas as imagens da câmera acoplada ao helicóptero da BM - imageamento aéreo. A reportagem do jornal *Zero Hora* descreveu o uso da referida tecnologia e produziu um enquadramento positivo e legitimador das táticas policiais, reforçando o imaginário de eficácia e modernidade vinculado às tecnologias (CARDOSO, 2013). Segundo o texto de *Zero Hora*, o equipamento, que transmite imagens em tempo real,

---

<sup>128</sup> “Fifa, go home”: cerca de mil pessoas protestam contra a Copa em Porto Alegre. *Sul21*, 12/06/2014. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2014/06/fifa-go-home-cerca-de-mil-pessoas-protestam-contra-a-copa-em-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

<sup>129</sup> Evento festivo promovido pela FIFA e por patrocinadores da Copa, com um telão no qual a população local e turistas podiam acompanhar os jogos do megaevento.

foi utilizado para identificação, localização e prisão em flagrante de três manifestantes. Também com auxílio do equipamento outros 12 manifestantes foram detidos e chamados a depor. Sobre a forma de realização das abordagens, o delegado da PC, Márcio Zachello, informou ao jornal *Zero Hora* que as prisões envolveram o uso das TICs e a integração entre os atores policiais: “O equipamento identificou, e as informações foram passadas ao pessoal que estava em terra. Na dispersão, a BM fez as abordagens”. O então subcomandante geral da BM, Silanus Mello, defendeu a tática de monitoramento dos manifestantes e de uma intervenção policial seletiva, que não atacasse a totalidade da marcha, priorizando-se a integridade físicas dos manifestantes:

Nossa linha é de acompanhar a manifestação, tentar evitar depredações, mas, se acontecem, monitoramos quem está depredando, dentro daquela linha de não atacar toda a manifestação. Tem presos que foram monitorados, filmados e depois, na dispersão, a gente fez a prisão. [...] Estamos adotando o mesmo procedimento de 2013. [...] A linha que adotamos é manter a integridade física dos manifestantes e das pessoas que não estão na manifestação.<sup>130</sup>

As situações e as falas acima demonstram a utilização das TICs para monitoramento *in loco* dos manifestantes durante o evento e, em especial, o uso do imageamento aéreo para, seletivamente, identificar e deter manifestantes que teriam realizado atos de depredação. O uso dessa tecnologia direcionou-se, assim, no sentido de não se dispersar o protesto de forma generalizada e violenta, buscando-se selecionar, entre o conjunto de manifestantes, aqueles que seriam detidos (GILLHAM, 2011). A respeito dessa situação afirma o policial Carlos:

Carlos: ...o que ajuda muito são tecnologias de videomonitoramento, câmeras. Eu me recordo no episódio da Copa do Mundo, [...] eu estava no Centro de Comando e Controle, e nós monitoramos toda a ação de dois ou três pessoas, duas ou três pessoas que estavam depredando, estavam vandalizando, vamos chamar assim, pelo meio do imageador colocado na aeronave da Brigada. Portanto, aí a gente conseguiu identificar e conseguiu prender aquelas pessoas e tirá-las digamos assim, três pessoas, e isso sem nenhuma violência, sem nenhum constrangimento a quem quer que seja. Eu me lembro que durante o percurso ele veio aqui na Borges, depredou o Tribunal de Justiça, subiu, ele trocou de camisa para não ser identificado e tudo isso está filmado...

Essa forma de atuação confirmou a preocupação das forças policiais em não serem criticadas por uma dispersão generalizada do protesto; por outro turno, essa estratégia gerou, segundo a reportagem de *Zero Hora*, uma “sensação de tolerância” da opinião pública a respeito

---

<sup>130</sup> Nova arma contra o vandalismo: BBB da Brigada. *Zero Hora*, 14/06/2014, p 12.

da atuação policial. Em resposta a essa crítica, o subcomandante Silanus, buscando legitimar as táticas adotadas, reafirmou o princípio de defesa da integridade das pessoas:

ZH: Há pessoas que relataram sensação de tolerância por parte da BM?

Silanus: Essa sensação, para mim, pouco importa. Eu estava lá, e estou dizendo qual o procedimento, de garantir a integridade das pessoas para que elas e os policiais não se machuquem, e assim, a gente evita que eles atrapalhem o evento.<sup>131</sup>

**Figura 33 - Mecanismos do policiamento seletivo (T4)**



Fonte: autoria própria.

#### 7.5.4 Rumo à incapacitação estratégica: o controle do espaço, a sofisticação da vigilância e a gestão da informação

O protesto seguinte, em 15 de junho, quando ocorreria a primeira partida da Copa em Porto Alegre, iniciou-se de forma controversa. Em assembleia, o Bloco de Lutas havia decidido pela realização de uma demonstração pública com atividades culturais no parque Redenção, sem marcha. Um grupo de cerca de 100 pessoas contrárias a essa decisão, portando símbolos anarquistas, reuniu-se no parque nesse dia, e apenas cerca de 30 manifestantes concordaram em marchar em direção ao estádio Beira-Rio, onde ocorreria a partida. O número baixíssimo de

<sup>131</sup> Poucos, mas capazes de destruir. *Zero Hora*, 13/06/2014, p 15.

manifestantes contrastou com o número de agentes policiais deslocados para acompanhar a passeata - pelo menos 200 segundo estimativa de *Zero Hora*.<sup>132</sup> Novamente, a expectativa de protestos massivos não se confirmou.

O controle das forças policiais sobre o espaço durante a passeata destacou-se. A BM construiu barreiras impedindo a chegada ao estádio e acompanhou os poucos manifestantes por todos os lados. Os manifestantes, que portavam à frente da marcha uma faixa com a frase “Não vai ter Copa”, foram seguidos mais proximamente por uma tropa de policiais mascarados e com mais distância pela cavalaria e pela tropa de choque.

**Figura 34 - Bloqueios da BM para impedir o acesso ao estádio Beira-Rio**



Fonte: <<https://www.sul21.com.br/breaking-news/2014/06/proteto-e-acompanhado-por-imenso-aparato-policial-no-primeiro-dia-de-jogo-da-copa-em-porto-alegre/>>. Fotografia: Ramiro Furquim.

Os policiais portavam diversos equipamentos, como máscaras, granadas de mão, motos, viaturas e camburões, utilizando assim os equipamentos que haviam sido adquiridos para a segurança do megaevento. Para o monitoramento *in loco* do protesto, foram utilizadas câmeras *GoPro* nos ombros e capacetes de agentes policiais, conectadas a mochilas *Mochilink LiveU*, equipamento utilizado para transmitir imagens em tempo real pela Internet; além disso, novamente foi utilizado o helicóptero para imageamento aéreo. O uso desses equipamentos reforçou a centralidade das TICs na amplificação da visibilidade sobre os manifestantes por táticas de vigilância.

---

<sup>132</sup> Protesto em Porto Alegre. Futebol em ato contra a Copa. *Zero Hora*, 16/06/2014, p. 15.

**Figura 35 - Policial militar portando câmera GoPro para filmar manifestantes**



Fonte: <<https://www.sul21.com.br/breaking-news/2014/06/protesto-e-acompanhado-por-imenso-aparato-policial-no-primeiro-dia-de-jogo-da-copa-em-porto-alegre/>>. Fotografia: Ramiro Furquim.

O policial Fernando enfatiza a função tanto das câmeras fixas posicionadas na cidade quanto das câmeras móveis carregadas por agentes policiais para a identificação seletiva de manifestantes que viessem a cometer ações ilícitas, impedindo que o protesto como um todo fosse dispersado e diminuindo a probabilidade de as forças policiais serem criticadas pela repressão generalizada:

Fernando: Se tem um grupo que todos estão caminhando numa boa e um sujeito de repente resolve jogar um *molotov* numa parede, tu estás vendo. Então o monitoramento para isso é feito muito mais com as câmeras fixas se por acaso tiveres uma. E nós tínhamos uma câmera móvel. Era uma câmera móvel, que nem de TV, que transmitia imagens ao vivo para o Centro de Operações. Era uma mochila. Era uma mochila assim: o ‘cara’ carregava uma câmera, tipo uma *GoPro*, e ele acompanhava as manifestações e tal. E aí tu conseguias [...] quando acontecia um evento, se acontecesse um evento do tipo depredação, identificar exatamente quem foi. Para não dizer “foi o grupo todo”. [...] Então se tu identificares um só e souberes quem é tu sabes exatamente quem tu precisas afastar se for o caso ou eventualmente prender para não precisar, por exemplo, desnecessariamente dispersar todo mundo. Porque [...] aí tu geras até uma revolta

No breve percurso da marcha pelas ruas do bairro Cidade Baixa, foram registradas reações de rechaço de frequentadores de bares da região ao protesto. Algumas pessoas nos bares chamaram os manifestantes de “vagabundos” e aplaudiram a polícia, solicitando que ela “descesse o sarrafo” em quem estava protestando. Dada a impossibilidade de ultrapassar as

barreiras policiais que impediam o acesso ao estádio, os manifestantes retornaram ao parque Redenção e encerraram a passeata.

Em 18 de junho de 2014, houve a tentativa de realização de um novo protesto contra a Copa no centro da cidade. Cerca de 100 manifestantes reuniram-se na Praça Argentina e tentaram marchar em direção à Avenida Borges de Medeiros, onde se localizava o denominado “Caminho do Gol” - trajeto que percorria ruas do centro da cidade até o estádio Beira-Rio -, mas o ato foi rapidamente dispersado pela BM.

Apesar do número baixo de manifestantes, novamente um numeroso contingente policial - com centenas de agentes - foi mobilizado. De um lado, foi construída uma barreira policial que impedia que os manifestantes se dirigissem ao “Caminho do Gol”; do outro lado, uma barreira policial na Avenida João Pessoa impedia um caminho alternativo que levasse ao estádio Beira-Rio pela Avenida Ipiranga. Assim, os manifestantes ficaram cercados em praticamente todos os sentidos. O jornal *Zero Hora*, em sua manchete de cobertura do evento, definiu a situação como “um protesto embretado”.<sup>133</sup>

**Figura 36 - Barreira policial impedindo o acesso ao “Caminho do Gol”**



Fonte: <https://www.sul21.com.br/cidades/2014/06/forte-aparato-policial-impede-manifestacao-contra-a-copa-em-porto-alegre/>>. Fotografia: Ramiro Furquim.

---

<sup>133</sup> Copa nas ruas. Um protesto embretado. *Zero Hora*, 19/06/2014, p. 11.



**Figura 37 - Barreira policial impedindo o acesso alternativo ao estádio Beira-Rio**



Fonte: *Jornal Zero Hora*, edição impressa, 19/06/2014. Fotografia: Ronaldo Bernardi.

A construção de barreiras policiais impedindo que manifestantes se aproximassem do chamado “Caminho do Gol” foi uma das principais táticas adotadas nos protestos contra a Copa. Esse percurso, que ia do início da Avenida Borges de Medeiros, na região central da cidade, até o estádio Beira-Rio, abrangia a área histórica e simbolicamente mais importante da cidade para a realização de eventos de protestos, incluindo a chamada “Esquina Democrática”, ponto recorrente de concentração para passeatas em Porto Alegre. A respeito da decisão sobre quais vias seriam abrangidas pelo “Caminho do Gol” afirma o policial Fernando:

Fernando: Isso foi uma decisão com a prefeitura. [...] na verdade foi uma sugestão da prefeitura na época. Aí levaram para a FIFA lá no comitê da FIFA lá em Brasília. Eles aceitaram. Enfim, e aí foi feita uma reunião e a combinação de esforços com o governo do estado para ver se era possível manter isso. Foi difícil, porque tu usas muito mais gente. Porque esse chamado Caminho do Gol, digamos, era um corredor destinado às pessoas, porque tu não podias chegar de carro no estádio. Até onde tu podias chegar de carro era fora da Borges até a Ipiranga. Não tinha estacionamento. Então o caminho para as pessoas virem ficou combinado para virem a pé com segurança, porque nesses eventos tem oportunista, tem cara que vai querer roubar ingresso, tem cara que vai querer bater carteira. [...] Então ficou convencionado que seria a Borges. Essa decisão foi tomada em conjunto com a FIFA na época e tal que seria isso. Enfim, esse acordo de que pelo menos nesse local não teria interrupção, porque se tu interrompes o caminho tu vais ter que desviar para outro lugar, e não tinha outra alternativa, não tinha plano B.

Assim, segundo Fernando, aos manifestantes estaria garantido o direito de manifestação, mas no Caminho do Gol as manifestações deveriam ser “evitadas”. Na prática,



durante a Copa o protesto nessa região foi proibido. Quanto à comunicação sobre essa proibição aos manifestantes, Fernando afirma que era difícil manter essa posição, pois faltavam argumentos para justificar tal medida. Nas palavras de Fernando: “se tu dizes pra pessoa ‘olha, tu não podes manifestar ali’, ele vai dizer ‘não, mas eu tenho direito’. ‘Está bom, mas está combinado que ali não é para fazer’”.

Assim como no evento anterior, o policiamento contou com motos, viaturas, camburões e um helicóptero. Diante da aproximação dos manifestantes da barreira que impedia o acesso à Avenida Borges de Medeiros, foram disparadas granadas de efeito moral contra os manifestantes. Após essa situação, os manifestantes, que seguiam um carro de som e gritavam palavras de ordem contra a Copa, passaram a dirigir sua insatisfação ao governo federal e à atuação das forças policiais - especialmente quanto às tecnologias adquiridas -, com os gritos “Oh Dilma, que papelão, Copa da Fifa é só polícia e repressão!” e “Não tem dinheiro para educação, mas tem dinheiro para armar a repressão”.

Em meio ao tumulto, uma senhora que passava na rua desmaiou. Os estilhaços também causaram ferimentos em alguns manifestantes e jornalistas - cinco manifestantes e três jornalistas segundo *Sul21*; três manifestantes e dois jornalistas segundo *Zero Hora*. Sem alternativas de trajeto, os manifestantes tiveram de marchar até o Largo Zumbi dos Palmares, onde seria realizada a dispersão. Do carro de som, um manifestante bradou: “Fariamos um diálogo com a população, mas nos trancaram em todos os sentidos. [...] Não podemos enfrentar essa ditadura”. A ocorrência de pessoas feridas - especialmente jornalistas - causou problemas às forças policiais. Assim, para legitimar a tática adotada, a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul divulgou uma nota, relacionando o bloqueio espacial à “segurança dos manifestantes”:

O protesto contra a Copa do Mundo, em Porto Alegre, reuniu menos de cem participantes, por volta das 13h dessa quarta-feira (18), e foi de curta duração. Na Avenida Salgado Filho, próximo a Av. João Pessoa, no Centro, a Brigada Militar estendeu uma fita e posicionou-se atrás, a uma distância de 40 metros. O objetivo foi garantir a segurança dos manifestantes, de quem estava no trânsito e dos pedestres. Integrantes do protesto ultrapassaram rapidamente esse limite, rompendo a fita e avançando em direção à tropa. Para contê-los, foram lançadas quatro granadas de efeito moral pela Brigada Militar. Não foram usadas bombas de gás lacrimogênio para não atingir um número maior de pessoas que estavam nas proximidades.

Dois jornalistas, que estavam entre os manifestantes que atravessaram a linha, acabaram sendo atingidos por estilhaços das granadas. Um teve um corte na mão e outro teve lesões no braço e na barriga. Ambos foram atendidos na ambulância da Brigada Militar e liberados. A Secretaria da Segurança Pública entrou em contato com os veículos em que os profissionais trabalham, onde informaram que os dois passam bem.

O grupo seguiu pela Avenida Loureiro da Silva e se dispersou no Largo Zumbi dos Palmares. Não houve atos de vandalismo até o momento.<sup>134</sup>

O último protesto contra a Copa em Porto Alegre ocorreu em 23 de junho, reunindo novamente cerca de uma centena de manifestantes. Assim como nos eventos anteriores, o ato foi acompanhado por um numeroso contingente policial. A marcha, que percorreu vias do centro da cidade, novamente teve seu trajeto limitado pela presença de bloqueios policiais que impediam o percurso até o estádio Beira-Rio e a *Fan Fest*. A tática de posicionamento de um grupo de policiais mascarados próximos dos manifestantes, com a cavalaria da BM a uma distância maior, repetiu-se. Além disso, a marcha foi acompanhada pelo helicóptero da BM, e policiais nas ruas portaram novamente câmeras de vídeo e mochilas para captura de imagens do protesto em tempo real. A passeata terminou sem a realização de atos disruptivos ou a ocorrência de confrontos.

As táticas policiais utilizadas nos protestos contra a Copa demonstram a sofisticação tática e a tendência de adoção de uma estratégia policial distinta daquelas adotadas nos períodos anteriores: a incapacitação estratégica (GILLHAM; NOAKES, 2007; GILLHAM et al., 2013). Esse modelo de policiamento, amplamente adotado nos protestos do Movimento por Justiça Global, é assim descrito por Gillham e Noakes (2007, p. 343):

[A incapacitação estratégica] caracteriza-se por uma série de inovações táticas destinadas a temporariamente incapacitar manifestantes transgressores, incluindo o estabelecimento de extensas ‘*no-protestos zones*’, o aumento do uso de armas menos letais, o uso estratégico de prisões e o revigoramento de vigilância e da infiltração de organizações de movimento. Essa mudança de tática policial durante protestos é consistente com mudanças mais amplas nos fundamentos ideológicos do controle do crime, incluindo uma ênfase na gestão de riscos e na prevenção (em vez de reação ao) crime e desordem (*tradução nossa*).

Gillham e seus colegas (2013) afirmam que essa estratégia é fundamentada em três repertórios centrais: as táticas voltadas à contenção do espaço; as táticas de vigilância; a gestão da informação. O controle sobre o espaço é evidente nos protestos contra a Copa. Em todos os protestos foram deslocados grandes contingentes policiais, formando barreiras que pré-determinavam os espaços nos quais o protesto era proibido - com destaque para o “Caminho do

---

<sup>134</sup> Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre. *Sul21*, 18/06/2014. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2014/06/forte-aparato-policial-impede-manifestacao-contr-a-copa-em-porto-alegre/>>. Último acesso em: 13/02/2020.

Gol”. Essas zonas, denominadas por Gillham e Noakes (2007) como “*no protest zones*”, incapacitam espacialmente a ação coletiva, principalmente em espaços simbolicamente importantes para movimentos sociais ou em vias próximas do evento contra o qual ocorreria o protesto. Esse mecanismo de impossibilitar a ocorrência do protesto em determinado território é aqui denominado *neutralização espacial*.

A amplificação do uso de táticas de vigilância no período da Copa é também evidente. Enquanto nos demais períodos do estudo as táticas de vigilância foram utilizadas de forma relativamente experimental e não sistematizada, os aprendizados de 2013 e as tecnologias adquiridas para o megaevento convergiram para uma ênfase na coleta ampla de informações sobre os manifestantes. As táticas de vigilância nesse período se basearam em três elementos, todos mediados pelas TICs: o uso dos centros integrados de comando e controle; o monitoramento *in loco* dos protestos na rua; o monitoramento das redes sociais.

Quanto ao papel dos centros integrados de comando e controle, o principal mecanismo destacado pelos policiais entrevistados é a integração, ou seja, a construção de fluxos de informação entre diferentes atores e órgãos de segurança pública, facilitando as operações em tempo real. As tecnologias do centro ficam à disposição dos comandos para que estes decidam utilizar tais aparatos em operações específicas:

Fernando: Quando tu tens uma manifestação, um movimento social qualquer, que acontece mais na área do 9º batalhão [...]. Então o comandante do 9º Batalhão [...] vou te dar um exemplo: quem mais lida com manifestação e movimentos sociais? O comando do 9º, que é o Centro [...]. O 9º batalhão e o Batalhão de Operações Especiais, que normalmente lida com esse fato quando o 9º pede ajuda. Então essas pessoas são as que buscam interagir com manifestações e tal. O Centro de Operações fica sabendo das decisões tomadas. [...] A gente coloca todos os sistemas [do Centro de Operações] à disposição, mas a decisão final de como vai ser feito o trabalho não é do Centro de Operações. [...] O Centro de Operações ajuda, coloca tudo à disposição, mas quem vai definir o que vai ser feito e o trato são os comandantes de unidades operacionais [...]. Então é exatamente o centro de operações que te facilita

Na prática, durante um evento de protesto, todas as tecnologias utilizadas nas ruas - imageamento aéreo, câmeras usadas por soldados etc. - foram conectadas ao CICCERS, permitindo que as decisões fossem tomadas de dentro do Centro:

Carlos: ...sob o argumento da Copa, nós tínhamos por exemplo robô anti-bomba, que é um negócio que a Brigada vinha querendo conseguir há muito tempo e não conseguia, helicóptero, nós adquirimos duas aeronaves. Tinha uma mochila que filmava. Então o soldado carregava aquela mochila e ele ia

filmando e aquela imagem repercutia dentro do QG da Brigada, na sala de Comando e Controle, onde nós poderíamos comandar as tropas. “Olha, vai pra cá, vai pra lá, faz isso faz aquilo, prende aquele, solta esse, ignora esse”. Então tecnologia que ajudou muito e uma viatura. Nós tínhamos uma viatura em experiência que tinha também câmeras que a gente colocava aqui nos viadutos e tal onde a gente monitorava todo o movimento.

Outro elemento, conectado aos centros de comando e controle, é uso de TICs nas ruas para monitoramento *in loco* de protestos. Essa tática é avaliada, de modo geral, positivamente pelos policiais entrevistados, dada a possibilidade de amplificação da visibilidade sobre as interações nas ruas, o que tenderia a aumentar o controle sobre tais interações seletivamente. Ou seja, como já demonstrado, ao invés de se dispersar um protesto inteiro por um ato de depredação, os dados coletados permitiriam a identificação precisa da pessoa que teria cometido tal. Ainda, segundo um dos entrevistados, o uso de aparatos de filmagem em tempo real auxiliaria a polícia na relação com os manifestantes pela transmissão da mensagem de que a polícia não estaria ali com a finalidade de dispersar o protesto:

Marcos: a possibilidade de se tirar fotografia com o telefone também mudou nos últimos [...] vamos dizer nos últimos 5 anos. Vem de 2005 a agora [...] mudou muito, porque [...] numa ocorrência policial a possibilidade de filmar alguma coisa, tirar foto de algum objeto, de alguma pessoa e mandar para um colega ficou completamente [...], revolucionou.

Carlos: Eu sempre citei essa questão [das tecnologias] principalmente na Copa do Mundo nos estádios de futebol. Quer dizer, a Inglaterra resolveu problemas de violência em seus estádios com câmeras, com videomonitoramento, com identificação facial, enfim, todas questões que ajudam a polícia e principalmente controle de massa, que é um negócio bem complexo. As pessoas se utilizam de um movimento de massa para se protegerem e praticarem delitos e crimes etc. E a tecnologia tem um papel fundamental nisso.

Fernando: [Na Copa] que eu me lembro nós usamos câmeras e câmeras de visão noturna. [...] Vou te dar um exemplo: a gente tem alguns tipos de munição, de granada química que ela explode e solta um marcador ultravioleta. [...] Então se tu quiseres identificar alguém, um sujeito no meio [...]. As pessoas se reúnem legitimamente e tal. Aí tem um cara lá e tal que resolve que vai [...] jogar um *molotov* na polícia. [...] Daí tu identificas essa pessoa, tu usas um tipo de munição que identifica essa pessoa. Tem uma câmera no helicóptero que tem um espectro ultravioleta. Tu identificas [...] mesmo que ela saia dali, tu vais achar ela em qualquer lugar. Então é um exemplo. Tu evitas por exemplo de ter que [...] se tem 50 pessoas aqui, ter que brigar com 50 para pegar um. Tu pegas só um. Deixa que se disperse. Esse cara aqui que fica cuidando de cima pega ele sozinho. Tu entendes? É isso. Isso é um exemplo. As câmeras de observação em tempo real, que tinha no helicóptero, a gente tinha duas câmeras de [...] são parecidas com essas câmeras que os cinematografistas usam para trabalhar em portátil com transmissão em tempo real até para fins de auditoria. [...] E aí a gente apresenta

a imagem. “Olha, o que aconteceu foi isso aqui”. Sabe? Então essas câmeras ajudaram muito até para mostrar para essas pessoas a nossa disposição: “olha, nós não estamos aqui para ferir ninguém. Nós não estamos aqui para impedir as pessoas de se manifestar. Muito pelo contrário. Só a gente não quer que eventualmente alguém aproveite isso aqui para fazer algo que fica ruim para todo mundo”. Que é tu depredar uma loja, jogar um objeto incendiário...

O policial Marcos enfatiza também que o monitoramento *in loco* de protestos é mais sofisticado quando envolve o uso de TICs em virtude da possibilidade amplificada de comunicação entre diferentes agentes – mecanismo de integração. A visualização de imagens em tempo real e a transmissão das informações torna, segundo Marcos, a ação policial menos intuitiva:

Marcos: E a comunicação dos policiais também facilitou. Hoje você pega o telefone e você tem comunicação com todos. O policial que está ali [no centro] pode ligar para ele e [dizer] “fica aí, sai daí, entra em tal lugar”. Antes não tinha essa possibilidade. A gente acompanhava completamente isolado. Isso era um perigo. Você [...] está sem rádio, descia da viatura, entrava no local, acabou. Você não tinha mais contato com essas pessoas. Hoje não tem quem não tenha um celular. Então você consegue se comunicar com um celular, com dois celulares, com três, com imagens, tirar foto e dizer “comandante, aqui está assim, a foto está aqui”. Pode o helicóptero ir por cima e fazer uma gravação, mandar para quem está lá o vídeo, você pode por telefone assistir aqui e dizer “vamos para lá”. Isso aí mudou muito, melhorou bastante.

Marcos: Hoje você tem condições por exemplo de assistir ao vivo de lá do centro e tomar decisões que eram muito mais vagarosas e muito intuitivas. Porque antes você acompanhava pelos relatos de mensagens ou ligações. Então tem policiais que estão lá no local trabalhando ou dentro dali, infiltrados ali no meio ou em volta, e estão lá comunicando por telefone. Quando você está vendo é muito diferente. Quer dizer, você está vendo ali pela câmera, está vendo o que está acontecendo. Vendo a rua, tal e tal. E também essa possibilidade de quem está tomando as decisões lá poder ver até do ponto de vista estratégico. Você está vendo todas as ruas lá. Quem estava no local não vê isso. Mentalmente, você diz “bom, estou aqui na Ipiranga, tem ali”, mas quem está lá, ou até por câmera de helicóptero alguma coisa consegue ter um panorama muito mais [...] “bom, você pode sair dali, ir por ali e fazer isso, tirar gente dali, botar ali, levar ferido para ali, ambulância e tal”. E isso mudou, o impacto é grande.

O policial Marcos enfatiza também, citando aplicativos como *Google Maps* e *Waze*, a conexão entre o uso das TICs e a possibilidade amplificada de controle sobre o espaço. Segundo Marcos, esse controle maior sobre o espaço diminuiria a probabilidade de adoção de ações confrontacionais:

Marcos: O uso melhora muito para toda a sociedade. Vou pegar alguma pontas agora. Uma é você pode tomar estrategicamente como Polícia Militar seguir algumas das diretrizes que você não conseguia. Por exemplo, uma das diretrizes que tem que é que se você vai usar a força para conter uma massa, muitos manifestantes, você tem que conter eles: “bom, eles não podem passar para cá, tem algum problema”. Uma diretriz é que você nunca leva eles para ficar encurralados, porque a tendência é que encurralados eles vão se voltar contra você e você vai ser confrontado, não vai conseguir conter eles. Ou vai ser um confronto muito violento. Ocorre que se você não tiver um satélite ou possibilidades de filmagens de cima [...] hoje você levanta a mão aqui com o telefone e tira uma foto do panorama todo assim, filma “tem uma rua, ali tem um prédio. Dá para fazer isso, vamos escoar para lá”. Isso não tinha. Sem tecnologia você não conseguia fazer isso. Aí você tinha que calcular de memória e aí dependia muito de onde você está. Se você está operando num lugar que você trabalha tudo bem, mas daqui a pouco o pessoal de operações especiais, que trabalha em todo o Rio Grande do Sul, chega em Charqueadas e está lá na periferia de Charqueadas e se depara com isso. A tecnologia melhorou. Você pode olhar o *Google Maps*, o *Waze* e planejar a sua ação. Fica muito mais eficiente e você usa menos a força. “Então está bom, vamos deixar eles saírem aqui, e eles vão para a rua tal”. Ponto. Não há nenhum ponto de risco. “Fechar aqui e tentar induzir para que eles vão para aquele...”. Isso hoje facilitou.

Marcos: Se eu posso ver onde é que eles [os manifestantes] estão, os policiais estão se deslocando, posso ver os manifestantes pelo satélite. O comandante da operação pode estar lá na Secretaria de Segurança junto com quem precisar e olhando tudo isso ao vivo, online. Isso mudou muito. Então as decisões podem ser muito mais qualificadas. Aí eu acho que reduz muito o emprego de violência, porque você pode planejar: “bom, estão aqui, mas tem a rua tal que eles podem se deslocar”. Você está enxergando. Isso você tinha que calcular: “eu sei que tem a rua tal. E se eu não sei [...]. Se for um carro para lá, se for muita gente vai trancar e eles vão confrontar de volta”. Bom, você está enxergando isso tudo com o satélite. Isso mudou muito.

Marcos destaca também que os resultados do monitoramento *in loco* tenderiam a resultar na produção mais ampla de e apurada de informações a serem utilizadas para distinguir manifestantes de pessoas que estariam utilizando o protesto para praticar crimes, tanto durante as ações nas ruas quanto em investigações criminais posteriores:

Marcos: Investigação facilitou bastante, porque [...] aqui em Porto Alegre aconteceu. Você tinha algumas pessoas se aproveitando de manifestações para assaltar lojas, vitrine, assaltavam especializadas em capacetes de moto e celulares. Aqui na Ipiranga aconteceu. Com câmeras você conseguiu distinguir: “essas pessoas não eram manifestantes. Eles eram outras pessoas”. Dava para notar roupa, características e tal. Isso sem as tecnologias não se conseguiria. Isso aí entraria pra conta dos manifestantes: “bom, a loja ali vai ficar no prejuízo.”. E atribuir esse prejuízo [...] e a investigação ficaria prejudicada. Hoje você consegue enxergar câmeras. Pega ângulo daqui, ângulo dali, e você consegue distinguir o que foi feito por quem e atribuir responsabilidades. Até mesmo nas manifestações. “Fizeram isso, incendiaram

um contêiner. Bom, é isso o que fizeram. Essas pessoas aqui foram lá e fizeram isso”. Com câmeras você consegue fazer isso. Antes não havia essa possibilidade. Tanto na investigação quanto na ação mesmo, na hora ali.

Quanto ao monitoramento das redes sociais, um tema recorrente na fala dos entrevistados, o policial Fernando enfatiza o mecanismo de antecipação e afirma que as redes são um “termômetro” do que ocorrerá nas ruas para as forças policiais não serem pegas “de surpresa”. O policial Marcos narra como se dá esse tipo de monitoramento, enfatizando o caráter sigiloso de parte desses procedimentos - mecanismo de invisibilização - e a sistematização desse tipo de coleta de dados pelos agentes da inteligência:

Marcos: [As redes sociais têm] um impacto muito grande [sobre o policiamento]. Aí tem um limite que [...] os detalhes não devem ser contados às vezes para funcionar de novo, porque ontem eu estava vendo uma notícia no jornal, uma notícia do telejornal que o pessoal lá de São Paulo estava contando lá, exatamente como foi policiais infiltrados [...] isso não se deve contar. Mas o *Facebook* hoje, qualquer rede social, *Twitter* [...] há vários mecanismos de controle semelhantes aos que a gente usa para pesquisa, fazer etnografia ou alguma coisa assim. Os Órgãos de segurança usam isso. A Secretaria de Segurança estava trabalhando com isso aí. E isso ajudou muito, porque você consegue identificar grupos e subgrupos infiltrados. [...] Funciona tipo mais ou menos um *NVivo*. Por exemplo, tem um tronco lá falando em “protesto”, tem um tronco ali falando as palavras assim “nova ordem” alguma coisa assim e tal, aí você tem um tronco falando em queimar contêiner. Então [...] isso aí ajuda. Principalmente o *Facebook* [...]. E tem um pessoal [...] da inteligência que trabalha com isso aí e aí consegue inclusive identificar pessoas e tudo aí que às vezes nem o movimento social quer eles lá. Isso foi bastante usado. Bastante. O *Twitter*, *Facebook*...

Fornecendo mais detalhes sobre o monitoramento de redes, o policial Marcos afirma que esse tipo de tática facilita o policiamento, dado que permite a antecipação das características de um protesto - por exemplo, quantos manifestantes vão se reunir e quais reivindicações que pleiteiam. Esse recurso às redes, segundo Marcos, tende a facilitar um planejamento mais sofisticado de operações policiais, como identificado nas operações durante a Copa:

Marcos: Outro componente [...] é a análise de redes sociais. Então você consegue hoje [...] com *software* de pesquisadores, você consegue entrar numa rede social e ver. Isso você tinha que fazer antes por telefone, pedir para alguém olhar. “Vá na empresa de ônibus e veja se locaram ônibus. Quantos ônibus foram”. Para tentar calcular. Então “estava prevista uma manifestação com 2 mil pessoas no Centro de Porto Alegre em tal lugar”. [...] Você levava um tempo muito [grande] e não saía um levantamento muito fiel. E você mobiliza gente às vezes pouco [...], recursos demais, recursos de menos. Aí gera problemas. Vão reunir 100 pessoas, e você tem um aparato lá de um monte de policiais: já é um problema, não dá certo. E até também o tipo de

peçoal que você coloca. Você coloca um peçoal das Operações Especiais, e a manifestação é tão simplória que não comporta esse efetivo. Hoje você mobiliza rede social com 2, 3 *softwares*. Você consegue ter quase certeza de que “são tantas pessoas que vão estar lá”. E o central você consegue também ver assim: “reivindicando o que?” Que era um grande problema de alguns lugares. Você às vezes estava lidando com uma manifestação e você ficava pensando “mas o que que eles querem?” Para você negociar “o que que eu posso oferecer?” Mas às vezes eu não sabia o que eles estavam querendo. E hoje, com as redes sociais, isso mudou muito. Você consegue, livremente, sem nenhum acesso reservado, um acesso público, você entra e o *software* te dá o centro: as palavras-chave de comunicações estão sendo “dia 31 vamos nos manifestar alguns contra a ideia da ditadura no lugar tal, e outros vão se manifestar a favor disso no lugar tal”. Ok, você pode montar uma operação com uma certa tranquilidade. Você sabe que tem que mobilizar tal e tal isso e você tem que fazer isso. Isso as tecnologias facilitaram muito, muito, muito. [...] Os grandes eventos foram muito mais controlados. Eu não sei se os resultados foram tão melhores, mas [...] o planejamento [foi] muito mais sofisticado do que era.

Além da ampliação e sofisticação das táticas de vigilância, outro conjunto de táticas identificado por Gillham e seus colegas (2013) para o modelo de incapacitação estratégica é a gestão da informação. Tal gestão envolve tanto o controle e a disseminação entre órgãos policiais das informações sobre os manifestantes como o controle sobre os enquadramentos produzidos a respeito da ação policial. Como identificado ao longo deste trabalho, as disputas em torno da visibilidade e da legitimidade tática são centrais no campo do controle à ação coletiva. As redes têm assumido um papel relevante nessas disputas: além do já citado uso de grupo do *Whatsapp* para comunicação com a imprensa, um dos usos das redes sociais durante a Copa, segundo um dos entrevistados, foi a comunicação, para o público geral, de informações sobre os protestos e sobre as táticas policiais adotadas (mecanismo de legitimação tática):

Fernando: Eu acho que as ferramentas mais importantes [na Copa] foram o *Facebook*, o *Twitter* e o *Whatsapp*. Foi onde as pessoas interagem. [...] Mas eu diria assim que o *Facebook* [foi o mais importante]. Foi o criado o *Facebook* do BEPE [...] e do Batalhão da Copa e o próprio da Brigada para colocar a público que a gente estava [fazendo e] ia fazer, o que já fez, notas oficiais acerca de ocorridos, por exemplo. [...] Então a gente sabe que as pessoas tomavam nota da nossa estratégia, além dos contatos pessoais por esses meios também.

[...]

O *Twitter* era mais para [...] informar para as pessoas, a gente usava muito para dizer para as pessoas do resto da cidade onde é que tinha movimentos e bloqueios para eles não irem para ali. Para não criar conflito de circulação. Mas todo mundo usava. A imprensa usava muito o *Twitter* para saber das manifestações, para saber se tinha algum bloqueio, [...] basicamente.



Além disso, como já afirmado, as táticas policiais de vigilância - diferentemente, por exemplo, do controle repressivo e violento -, por operarem de forma relativamente sigilosa e propiciarem uma maior discrição à ação policial - mecanismo invisibilização -, tendem a tornar as forças policiais menos expostas a críticas nas mídias (CALATAYUD; VÁZQUEZ, 2018). Por outro lado, como demonstrado durante este trabalho, a não adoção do controle repressivo tradicional pode ser interpretado como excessivamente “tolerante” por grupos que demandam ações mais punitivas.

Em resumo, o controle policial sobre os protestos da Copa do Mundo direcionou-se para a configuração de um modelo de incapacitação estratégica (GILLHAM; NOAKES, 2007; GILLHAM et al., 2013). Nesse processo, além da ênfase sobre o controle espacial (mecanismo de neutralização espacial), a sofisticação tecnológica e a consequente ampliação no uso de táticas de vigilância foram fenômenos centrais. As táticas de vigilância, mediadas pelas TICs, ativaram os seguintes mecanismos: antecipação à ação dos manifestantes; amplificação da visibilidade sobre a ação dos manifestantes; dispersão seletiva de manifestantes identificados como violentos e/ou criminosos; invisibilização e legitimação das táticas policiais; integração das forças policiais.

**Figura 38 - Mecanismos da incapacitação estratégica (T4)**



Fonte: autoria própria.

### 7.5.5 Os limites das tecnologias

Apesar de as transformações táticas do caso estudado apontarem o processo de ampliação do uso das tecnologias e das táticas de vigilância policial como parte de um modelo de incapacitação estratégica, é necessário, analiticamente, evitar a reafirmação do imaginário de que as tecnologias seriam, por si só, eficazes. Embora, nas palavras do ex-diretor do CICCRS, Antônio Scussel, o objetivo do centro fosse “ter o controle total do espaço público” (FIAMMINGHI, 2017, p. 257, *tradução nossa*), os dados do campo apontam para diversas limitações nos aparatos tecnológicos e na operacionalização de táticas de vigilância. Tais limitações são relacionadas a diferentes dimensões, entre elas: resultados operacionais não condizentes com as expectativas, especialmente quanto aos sistemas de videomonitoramento; insuficiência de treinamento dos agentes humanos; limitações de recursos, principalmente para manutenção das tecnologias.

Quanto à inconsistência entre resultados e expectativas, o policial Marcos entende que a efetividade das câmeras de videomonitoramento é reduzida se comparada à expectativa que se tinha quando da sua implementação (BYRNE; MARX, 2011). A fala de Marcos indica que a expectativa era de que os aparatos tecnológicos substituíssem os agentes humanos; porém, o policial aponta que a amplificação da visibilidade sobre as dinâmicas do espaço urbano é ineficaz caso não haja uma quantidade suficiente de agentes humanos para atuar em resposta às informações que são coletadas e disseminadas pelo uso das tecnologias:

Marcos: a grande mudança das câmeras foi que se esperava muito delas, mas depois se percebeu que a nossa capacidade de reação era muito pequena e ainda é pequena. A câmera estava te oferecendo o visual de alguma coisa acontecendo, mas você não pode, não tem às vezes disponibilidade de gente para ir lá assistir. Isso é extremamente agonizante. Você às vezes está vendo lá uma briga. Ou alguém que assaltou e saiu correndo. Ou um furto ou um roubo, alguma [...]. Por exemplo, isso está ocorrendo no momento, você está assistindo. E às vezes todas as viaturas estão ocupadas ali. Bom, então a câmera sozinha ela não resolve.

Marcos também afirma que, como demonstrado empiricamente neste trabalho, situações em que a população não identifica policiais nas ruas podem ser interpretadas como ausência de policiamento ou “tolerância”, mesmo que a presença dos agentes humanos seja, na prática, direcionada apenas para legitimar os órgãos de segurança pública, propiciando uma sensação difusa de segurança. Nesse sentido, os aparatos tecnológicos também não substituem os agentes humanos:

Marcos: Lá por 2000 por ali, se acreditava que nós poderíamos reduzir o efetivo da polícia aos poucos e aumentar tecnologias. O problema é que a gente descobriu que o efetivo de polícia militar [...] é difícil [...] essa ideia não se cumpriu. Bom, se precisa. A gente acreditava na ideia de que as pessoas, ao longo dos anos, iam querer ser atendidas, mas não iam querer ver policiais na rua. E as pessoas querem. Então você tem lugares que tem que ter os policiais lá. Às vezes com baixíssimo [...] policiais a pé em dupla têm baixíssimo poder de resolver algum conflito. O risco pessoal deles é grande também. Só que às vezes você não tem outra saída. Bom, as pessoas querem ver alguém ali para se sentirem mais seguras. E você tem que [...] e as câmeras vieram nessa sensação de que nós conseguiríamos ter um controle maior, nós conseguimos ter visibilidade maior. Mas o controle não. E isso é meio problemático do ponto de vista de consciência, de tudo.

Ainda, Marcos afirma que os aparatos tecnológicos são limitados pelo fato de o alcance das câmeras não ser tão grande quanto o esperado, assim como pela insuficiência no número de câmeras espalhadas pela cidade:

Marcos: A câmera talvez seja a questão visual, porque o alcance dela não é tão grande assim. Então você alcance ali centro de Porto Alegre, algumas outras regiões e só. O número de câmeras não é tão grande também. Então não é tão eficiente assim. Assim pro alcance.

Quantos às limitações de treinamento dos agentes policiais para se adaptarem ao uso das TICs de modo geral, os policiais entrevistados enfatizam que, com a aquisição de novos aparatos tecnológicos, os treinamentos tendem a se restringir aos agentes que vão trabalhar diretamente com a operação desses sistemas, não havendo uma capacitação mais ampla de agentes às novas tecnologias. Ainda, um dos entrevistados afirma que alguns *softwares* adquiridos não são utilizados em todas as suas potencialidades por falta de agentes treinados para usar tais tecnologias:

Carlos: Por exemplo, a gente comprou robô. Bom, aí aquele pessoal do GAT, que ia usar robô anti-bomba e tal ele recebeu treinamento. A gente criou lá [...] ampliou o sistema de monitoramento ou o imageador do helicóptero. Bom, o pessoal então do aéreo começou a trabalhar com isso, entende? Então na verdade as capacitações elas foram restritas aos operadores do sistema. Não teve assim, me parece, pelo menos que eu lembre, acho que não teve mesmo uma estratificação da educação nesse sentido.

Marcos: Até vou usar a figura de linguagem que o meu chefe usava lá. Ele dizia assim: “às vezes a gente tem um Boeing, mas um piloto de avião pequeno, privado”. Que a empresa não ofereceu treinamento para o pessoal. Então você tem uma [...] aquilo ali te oferece 10, 15 possibilidades, e você

está usando duas. E ainda tem isso. Então nós temos sistemas que estão comprados, pagos, disponíveis, mas o pessoal não usa. Porque tem que treinar, tem que saber usar e tem que usar para melhorar o uso.

Além disso, as limitações de recursos citadas são principalmente relativas à dificuldade orçamentária para atualização e manutenção das tecnologias adquiridas. Como já demonstrado, a Copa do Mundo foi uma oportunidade de investimentos em segurança pública no país, com um importante aporte de recursos para a compra de novas tecnologias. Porém, passado o evento, a manutenção desses aparatos tem um custo que recorrentemente não é disponível aos órgãos de segurança pública, torando as tecnologias adquiridas obsoletas e/ou inutilizáveis:

Marcos: Às vezes falta o recurso, e a empresa tinha um contrato de 5 anos. Terminou o contrato. Você pode ficar com aquele *software* que está lá, mas realmente aí tem a versão nova, desfazer os bugs aqui, que qualquer outra empresa de software tem. E às vezes você não tem recurso para comprar e vai ficar com aquela versão que vai falhando e daqui a pouco a empresa não fornece mais suporte para ela. Como qualquer outro *software*. E às vezes esbarra nessa questão de recurso mesmo. “Bom, não tem mais”. Uma é essa questão de renovar.

Essas limitações, de modo geral, confirmam resultados de outros estudos nacionais sobre centros integrados de comando e controle (CARDOSO, 2015; SOARES; BATITUCCI, 2017). Assim, apesar das expectativas que sistemas de videomonitoramento como o do CICC geram, não necessariamente eles configuram o panóptico foucaultiano, ou seja, um centro de comando que, assimetricamente, vigia objetos sem se tornar objeto da vigilância (FOUCAULT, 2002). Como apontam os estudos contemporâneos em vigilância e como demonstrado neste trabalho, as ações policiais também estão inseridas nas disputas em torno da visibilidade e dos problemas de legitimidade que tais disputas envolvem. Nesse sentido, as novas tecnologias também permitem a amplificação da visibilidade da ação policial, principalmente com a disseminação de mídias alternativas. Manifestantes, assim, buscam adaptar-se e responder às ações policiais, protegendo-se da vigilância e mobilizando táticas de “contravigilância”, como a filmagem e a postagem nas redes de situações de violência policial (DELLA PORTA; TARROW, 2012; MONAHAN, 2016). Ainda assim, ao longo deste trabalho evidenciou-se um processo de aprendizado policial e de mudanças nas estratégias, táticas e mecanismos de controle da ação coletiva, processo no qual as novas tecnologias assumiram um papel central. Alguns dos impactos dessas transformações sobre a ação coletiva podem ser identificados na

passagem das ruas ao campo jurídico, mais especificamente por meio da análise do inquérito policial conduzido contra manifestantes do Bloco de Lutas, como se verá a seguir.

### RESUMO DA SEÇÃO

Na seção foi analisado o controle da ação coletiva entre janeiro e junho de 2014. No contexto da Copa do Mundo, a memória dos protestos de 2013 - mecanismo de aprendizado policial - e os investimentos em segurança pública para o megaevento convergiram para um planejamento mais amplo e sofisticado em relação aos períodos anteriores. Esse planejamento ativou os mecanismos de antecipação e integração, além da cooperação interorganizacional com as mídias corporativas. Em todos esses mecanismos houve a mediação das TICs. Nos protestos iniciais do período da Copa, além dos mecanismos acima citados, as TICs foram mobilizadas para monitoramento *in loco* dos eventos, amplificando a visibilidade sobre manifestantes e canalizando o mecanismo de dispersão para o controle seletivo de manifestantes que teriam cometido atos de depredação (“vândalos”), ao invés da dispersão generalizada dos atos.

Os protestos seguintes confirmaram essas tendências, com a aplicação do modelo de incapacitação estratégica, no qual três elementos se destacam: o controle do espaço (mecanismo de neutralização especial); as táticas de vigilância; a gestão da informação. A mobilização das TICs assumiu protagonismo nesse contexto, de modo que as novas tecnologias mediaram os seguintes mecanismos: antecipação à ação dos manifestantes; amplificação da visibilidade sobre a ação dos manifestantes; dispersão seletiva de manifestantes identificados como violentos e/ou criminosos; invisibilização e legitimação das táticas policiais; integração das forças policiais. Ainda assim, os achados do campo relativizam esse processo de sofisticação, enfatizando-se os limites na operacionalização das TICs pelas forças policiais, especialmente quanto a três elementos: resultados operacionais não condizentes com as expectativas, especialmente quanto aos sistemas de videomonitoramento; insuficiência de treinamento dos agentes humanos; limitações de recursos, principalmente para manutenção das tecnologias.

## 8. O INQUÉRITO POLICIAL CONTRA INTEGRANTES DO BLOCO DE LUTAS

O capítulo anterior centrou-se primordialmente sobre as dinâmicas de controle à ação coletiva nas ruas, priorizando-se assim a ação da PM no policiamento ostensivo a eventos de protestos. Ainda assim, uma das discussões emergentes naquele contexto foi a realização de inquéritos policiais para apuração de fatos ocorridos durante os protestos. Por um lado, os policiais entrevistados destacaram o papel das TICs - videomonitoramento, monitoramento das redes etc. - para a coleta de informações utilizadas em inquéritos policiais. Por outro lado, os manifestantes recorrentemente demonstraram sua insatisfação com a forma como estavam sendo produzidos e conduzidos os inquéritos, afirmando que estaria havendo uma “criminalização” do movimento.

Como já discutido, o processo de criminalização pode ser entendido como um fluxo (LACEY; ZENDER, 2012), dividido em diferentes mecanismos: criminalização em sentido estrito, criminação, incriminação e sujeição criminal (MISSE, 2010; 2014). Uma pesquisa sobre o total de inquéritos realizados contra manifestantes nos protestos de 2013 foi realizada pelo jornal *Zero Hora*. Segundo a reportagem “Raio X dos Inquéritos”<sup>135</sup>, publicada em 09 de março de 2014, haviam sido abertos até aquele momento 71 inquéritos relativos aos protestos recentes, indiciando ao total 80 pessoas por fatos ocorridos em protestos entre março e setembro de 2013. O jornal analisou a situação de 72 dos 80 indiciados e concluiu que estes eram provenientes, em sua maioria, de bairros periféricos e pobres da cidade, com uma parcela significativa deles (30 indiciados) já possuindo antecedentes criminais. Os tipos penais mais recorrentes nos inquéritos foram a depredação (31 ocorrências) e a desobediência (14 ocorrências). O jornal apurou ainda que, dentre 72 indiciados, 34 haviam sido absolvidos ou haviam tido seus inquéritos arquivados, 26 haviam sido denunciados pelo MP e respondiam a processo, 10 estavam com inquérito sob análise pelo MP e 2 haviam sido condenados.

---

<sup>135</sup> Raio X dos inquéritos: protestos resultaram em duas condenações. *Zero Hora*, 09/03/2018, p. 24.

**Figura 39 - Dados sobre inquéritos policiais contra manifestantes por protestos ocorridos entre março e setembro de 2013, segundo reportagem do jornal Zero Hora.**

LOCAIS DOS PROTESTOS		TIPOS DE CRIMES			RESULTADO NA JUSTIÇA		PERFIL DOS INVESTIGADOS	
Bairros onde ocorreram os atos que resultaram em inquéritos		Os delitos relacionados nos inquéritos remetidos à Justiça			ZH conseguiu atualizar a situação de 72 dos 80 indiciados			
Centro	35	Depredação	31	Resistência à prisão	2	Absolvidos ou inquéritos arquivados	34	Total
Azenha	17	Desobediência	14	Dano	1	Denunciados pelo MP e respondem a processo	26	Presos
Cidade Baixa	16	Arrombamento	10	Posse de entorpecentes	1	Caso ainda em análise do MP	10	76
Bom Fim	2	Roubo ou tentativa	5	Pichação	1	Condenados	2	Com antecedentes criminais
Santana	1	Incêndio	3	Invasão	1			30
Independência	1	Desacato	3	Lesão corporal	1			

Fonte: Jornal *Zero Hora*, edição impressa, 09/03/2014.

O baixo número de condenados, como já debatido, contrasta com o alto número de prisões realizadas nas ruas - pelo menos 152 entre março e setembro de 2013. Esse dado reforça a hipótese da detenção generalizada e relativamente arbitrária nas ruas como tática de dispersão dos protestos (ALMEIDA; LOPES, 2019; WADDINGTON, 1999; 2010). Esse baixo índice de apuração criminal e de condenações foi ainda mais marcante nos protestos de 2014, dado que não há registro de processos criminais contra as cerca de 20 pessoas que foram detidas nos atos desse período.

Do total de inquéritos realizados para apurar fatos ocorridos nos protestos de 2013 em Porto Alegre, um deles destacou-se por indiciar, de um total de 7 pessoas, 6 integrantes do Bloco de Lutas. Esse inquérito, que foi o principal objeto de críticas pelos manifestantes a respeito da suposta “criminalização” do movimento, é um documento central para entendimento da forma como as TICs são incorporadas às táticas policiais de vigilância à ação coletiva. Enquanto as ações nas ruas demonstram a operacionalização de aparatos tecnológicos para vigilância, o conteúdo do inquérito demonstra a materialização das informações produzidas como indícios criminais contra manifestantes. Assim, o objetivo deste capítulo é identificar quais as táticas de vigilância adotadas no inquérito, como as informações coletadas pelo uso das TICs incorporam-se ao conteúdo do inquérito e quais mecanismos causais foram acionados no processo de incorporação das TICs às táticas de vigilância.

### 8.1 Infiltrando eventos de protesto e a confiança na palavra policial

O procedimento do inquérito foi instaurado para apuração de fatos ocorridos durante protesto de 27 de junho de 2013. Dos 7 indiciados, todos eram do gênero masculino e jovens, com idade variando entre 21 e 30 anos à época dos fatos, 4 eram brancos e 3 eram negros. Dentre todos os investigados, apenas um foi preso em flagrante: o único que não seria vinculado

ao Bloco de Lutas. A ausência de associação desse indiciado ao Bloco foi confirmada, em depoimento, por todos os outros investigados, os quais declararam nunca o ter visto. Os integrantes do Bloco foram incorporados ao inquérito com o avanço das investigações.

No relatório produzido pelas autoridades policiais, foi atribuída aos indiciados a prática dos crimes de furto qualificado, dano qualificado, lesão corporal, emprego de artefato explosivo e/ou incendiário e constituição de milícia armada. Na denúncia posteriormente prolatada pelo MP, foram afastados os crimes de lesão corporal e de constituição de milícia armada. Na denúncia os indiciados foram acusados dos seguintes crimes: associação criminosa armada (art. 288, par. único do Código Penal), dano qualificado (art. 163, par. único, incisos I e III do Código Penal), explosão (art. 251, *caput* do Código Penal), furto qualificado (art. 155, par. 4º, incisos I e II do Código Penal).

O procedimento do inquérito foi instaurado a partir da prisão em flagrante do indiciado que não integrava o Bloco de Lutas. O boletim de ocorrência (BO) da prisão, o qual relacionou o indiciado aos crimes de furto qualificado e de dano qualificado, informa que a prisão foi realizada durante o protesto de 27 de junho de 2013 por um policial civil que monitorava o protesto, infiltrado entre os manifestantes com a finalidade de identificar possíveis lideranças vinculadas a depredações e a “vandalismos”. Além da palavra do policial que realizou a prisão em flagrante (denominado como “condutor” no inquérito), o BO foi fundamentado na oitiva de outra agente da PC que estava infiltrada no protesto e da proprietária de um estabelecimento comercial da região em que o evento ocorreu. Além disso, foi feita a apreensão de bens que estavam sob posse dos manifestantes, bem como foram solicitadas perícias sobre eventuais danos produzidos em patrimônios públicos e privados. Após a prisão em flagrante, o indiciado foi conduzido para o Presídio Central de Porto Alegre, mas em seguida lhe foi concedida liberdade provisória por juiz de direito, dado não haver argumentos que justificassem a prisão preventiva.

A forma como se deu a prisão em flagrante confirma a desconfiança e a paranoia que parte dos manifestantes tinham a respeito de possíveis infiltrações policiais nos protestos (BOYKOFF, 2007; FERNANDEZ, 2008). De fato, policiais civis acompanharam os atos com o fim de observar as dinâmicas das ruas e identificar eventuais delitos. Essa tática de infiltração, no entanto, seguiu os moldes tradicionais de aproximação, observação e coleta de dados sobre os sujeitos que se buscava vigiar, sem a mobilização sistemática de novas tecnologias.

Em seguida, a Divisão de Assessoramento Especial do Departamento de Polícia Metropolitana, vinculada à PC do Rio Grande do Sul, entrou com representação por prisão preventiva, busca e quebra de sigilo. Nesse documento pela primeira vez foram citados os



integrantes do Bloco de Lutas. A Divisão de Assessoramento Especial<sup>136</sup> ficou responsável por apurar eventuais delitos cometidos durante os protestos de 2013, e segundo um dos policiais civis envolvidos nessa divisão o objetivo das operações nos protestos seria identificar “criminosos infiltrados” entre os manifestantes durante os eventos - tática de infiltração policial.

O primeiro integrante do Bloco de Lutas citado no procedimento foi identificado por um policial civil. Este afirmou que o indicado estaria entre os que teriam participado, em 27 de junho, de depredações e “vandalismos”. O indiciamento foi fundamentado pelo fato de o manifestante, segundo a autoridade policial, supostamente ter se envolvido em depredações à Prefeitura de Porto Alegre em março de 2013 e por sua vinculação a movimentos anarquistas.

Também no documento juntado pela Divisão de Assessoramento Especial citou-se que um policial militar que foi atingido por pedradas no dia 27 de junho foi ouvido e afirmou que os manifestantes que o agrediram seriam “punks” e indivíduos com roupas pretas que carregavam uma bandeira com o símbolo do anarquismo. O policial militar atingido declarou ainda ter conhecimento, por conversas com outros policiais, que um grupo se reunia antes dos protestos para planejar atos de depredação. Esse policial afirmou também ter comparecido a uma palestra no seu batalhão, na qual foi informado de que dois outros integrantes do Bloco de Lutas seriam “lideranças”. Ambos os ativistas passaram, em função da palavra desse policial militar, a ser indiciados no inquérito. Ainda, o mesmo policial militar identificou, por reconhecimento fotográfico, outros integrantes do Bloco de Lutas que participavam frequentemente dos protestos. No inquérito é também informado que esses manifestantes teriam participado do protesto de março, quando o prédio da Prefeitura foi depredado, e de protestos anteriores. Além disso, é afirmado que alguns desses ativistas teriam vínculos organizativos entre si. Por esses motivos os demais ativistas do Bloco foram indiciados.

O modo como se deu o indiciamento dos integrantes do Bloco de Lutas reproduz uma especificidade do inquérito policial no Brasil: a centralidade da palavra policial na condução das investigações (MISSE, 2011; RATTON et al., 2011). Os depoimentos do policial civil e do policial militar foram os únicos elementos que embasaram o início da investigação contra os integrantes do Bloco. Tais depoimentos foram incorporados ao inquérito e formaram indícios

---

<sup>136</sup> Segundo o site da Polícia Civil do estado do Rio Grande do Sul, à Divisão de Assessoramento Especial compete: “assessorar a Direção do DAP [Departamento de Administração Policial] em assuntos pertinentes à administração-geral, planejamento, jurídicos, técnicos, informações e outras atividades atribuídas pelo Diretor do Departamento”. Disponível em: <http://dapc.rs.gov.br/conteudo/22086/divisao-de-assessoramento-especial>. Último acesso em: 05/02/2020.

sem que outros elementos probatórios tivessem sido incorporados. Alguns manifestantes passaram a ser investigados por serem participantes frequentes de protestos, sem indícios de que eles teriam participado de atos de depredação além da própria participação nos eventos, sendo esta confirmada, em alguns casos, por reconhecimento fotográfico ou pelo conteúdo de uma palestra no batalhão policial.

Um dos princípios centrais da doutrina de direito penal acolhida no ordenamento jurídico brasileiro, porém, é a ideia de que a investigação policial e o processo penal devem, ao menos em tese, incidir sobre o fato, e não sobre o autor. O direito penal do fato busca estabelecer que o que se julga é o fato delituoso, e não a personalidade - como, por exemplo, a preferência política - dos investigados. O policial civil entrevistado Miguel afirma que a investigação do caso partiu do fato criminoso, e não das pessoas:

Miguel: A gente verificava os fatos criminosos. A gente sempre partia do fato criminoso. [...]. Aí a partir do evento criminoso nós chegaremos nas pessoas. Uma lógica inversa de um trabalho de inteligência pura. O trabalho de inteligência parte da pessoa. Quer saber o que que a pessoa faz, o que que a pessoa pensa. Nosso trabalho de investigação criminal é um trabalho que parte do fato. Então o trabalho de investigação ele é um pouco diferente do trabalho de inteligência, porque o trabalho de investigação, aquele que é correto, ele parte do fato criminoso. E o inquérito que foi o inquérito central onde a gente debruçou as maiores forças para investigar a organização criminosa foi um fato que foi de depredação do Palácio da Justiça. Então a partir do evento criminoso “depredação do palácio” e “emprego de explosivo” na tropa [...], a gente, através daquele fato criminoso ali, a gente começou a ir atrás da mídia, atrás do que que nós tínhamos de documentação daquilo ali, e aí foi um trabalho de pesquisa muito forte.

Porém, o conteúdo do inquérito contradiz essa fala. Como ficará mais evidente a seguir, o indiciamento e a investigação dos integrantes do Bloco apresentaram pouca conexão com os fatos delituosos do dia 27 de junho. Pelo contrário: os ativistas do Bloco passaram a ser investigados por serem pessoas que frequentemente compareciam a eventos de protesto, com base exclusiva em depoimentos policiais (MISSE, 2011; RATTON et al., 2011).

## **8.2 Conhecimento policial sobre protestos: enquadrando os “maus” manifestantes**

Durante o desenvolvimento do inquérito, as autoridades policiais responsáveis pela investigação construíram uma linha narrativa que expressa determinado enquadramento a respeito de quem eram os indiciados e de como eles agiam. Ao invés de um grupo que se reunia para se manifestar, os investigados foram enquadrados como indivíduos que intencionalmente

se associariam para a prática de crimes. Durante os protestos de 2013, foi recorrente o uso de táticas de depredação de patrimônios, pichação e saques por alguns manifestantes. Para responder à necessidade de explicar como tais situações ocorriam, o inquérito foi construído no sentido de produzir uma narrativa segundo a qual tais manifestantes iriam aos eventos de protesto com a finalidade previamente planejada de realizar atos ilícitos. Partindo-se da ideia de que haveria uma “pré-disposição” de alguns manifestantes a praticar esses atos e a entrar em confronto com as forças policiais, o inquérito busca evidenciar como essas dinâmicas desenvolviam-se nos protestos.

Para tanto, partiu-se da divisão entre “bons” e “maus” manifestantes (DELLA PORTA; ATAK, 2015; DE FAZIO, 2007; GILLHAM, 2011). Entende-se no inquérito que em meio a uma maioria de manifestantes pacíficos, haveria um grupo “de segurança”, formado por pessoas geralmente mascaradas e identificadas com ideias anarquistas. Esse grupo estaria colocando em risco a segurança das pessoas que iriam se manifestar pacificamente, o que justificaria a atuação do Estado para preservar a ordem pública. Essa divisão entre manifestantes pacíficos e “vândalos” reproduz o já analisado mecanismo de estigmatização de um tipo social específico (os “vândalos”), mecanismo que estava sendo ativado principalmente pelas mídias corporativas. O inquérito recepciona esse tipo de enquadramento e articula tal estigma ao mecanismo de sujeição criminal (MISSE, 2014), vinculando determinado grupo social a uma propensão ao crime e descrevendo elementos que caracterizariam esse grupo, como a estética das táticas *black bloc* (pessoas mascaradas e vestidas de preto) e a simbologia anarquista.

Embora parte do fundamento legitimador de práticas de ação direta - como depredações - seja uma crítica a instituições sociais como o Estado e o direito à propriedade (GELDERLOOS, 2011), no inquérito essa questão não é debatida. Sob o argumento de uma investigação técnica, focada exclusivamente na apuração de delitos, o inquérito funciona como uma afirmação da ordem e da defesa da propriedade (LIMA; SINHORETO; BUENO, 2015). Porém, apesar de no documento ser reiteradamente afirmado que a investigação não teria um caráter político, o inquérito não se limita aos fatos de 27 de junho de 2013; o documento é repleto de informações sobre outros eventos de protesto e se foca na identificação de diversas situações de depredação e na coleta de informações sobre grupos e pessoas presentes nos eventos.

Quanto aos investigados, há no inquérito diversas informações sobre o comparecimento deles em protestos, bem como conteúdo relacionando tais indivíduos entre si e indicando o vínculo deles a grupos anarquistas e a outras organizações políticos. Por exemplo, são enfatizadas situações em que os investigados estariam portando máscaras ou estariam próximos

a pessoas mascaradas durante os eventos. Assim, o inquérito tende a se focar sobre a demonstração de que os investigados participavam de eventos de protesto, eram vinculados a organizações políticas e seriam “lideranças” dos grupos de depredadores. Sobre o efetivo cometimento de delitos pelos investigados, porém, constam poucas informações. Situações típicas dos protestos, como por exemplo o porte de bandeiras pelos investigados, tendem a ser interpretadas como indício de que os investigados usariam esses objetos como armas. É comum também serem apresentadas imagens dos investigados próximos a situações de “tumulto”, como a tentativa de entrada no prédio da Prefeitura em 27 de março, interpretando-se que tais situações por si só seriam indício do cometimento de delitos.

O policial entrevistado Miguel, por outro lado, enfatiza que as investigações não se baseariam exclusivamente no fato de um manifestante ser uma liderança, mas sim na suposta relação de algumas lideranças com a prática de crimes:

Miguel: Não aconteceu a gente monitorar uma pessoa por ser uma liderança. Tanto que a gente identificou vários líderes de alguns grupos ali que não necessariamente eram criminosos. Que eram pela palavra de ordem, eram formadores de opinião, mas não queriam entrar [...] eram contra até a presença dos chamados *black blocs*. Tinha muita gente que não gostava daquilo ali, enfim. E tinham lideranças que eram avessas a esse tipo de prática, mas no momento em que a gente, a partir do evento criminoso, ia investigando a organização criminosa, começou a ver que tinham lideranças de grupos que praticavam crimes. Aí sim tu passas a monitorar aquela pessoa como foco de interesse policial.

A vinculação de lideranças específicas à prática de crimes fundamentou-se, porém, unicamente na palavra de agentes policiais que afirmaram serem os investigados pessoas assíduas nos protestos. Nesse sentido, mesmo com indícios pouco consistentes, a narrativa central do inquérito é a pressuposição de que um determinado grupo de manifestantes se reunia com a predisposição de se associar para cometer crimes (AMARAL et al., 2017; MISSE, 2014). A consulta pelas 100 palavras mais frequentes no inquérito retornou tais resultados:



### 8.3 Coletando depoimentos: integração e cooperação interorganizacional

Uma tática tradicionalmente utilizada em inquéritos criminais é a escuta de depoimentos. Na investigação analisada, os indiciados foram ouvidos. De forma geral, eles responderam a perguntas sobre os seguintes temas: se participaram e como participaram do protesto de 27 de junho de 2013; se conheciam os demais investigados e quais os vínculos que tinham com eles; se praticavam atos de depredação em protestos; se achavam que esse tipo de tática era legítima e se sabiam da existência grupos “*black blocs*” nos protestos.

Além dos investigados, foram ouvidas testemunhas. Algumas dessas testemunhas, como já referido, eram policiais - civis, militares e guardas municipais - que estavam infiltrados no protesto de 27 de junho, em protestos anteriores ou em protestos posteriores. Esse fato demonstra a relação entre as táticas de infiltração e coleta de depoimento, além de indicar o acionamento do mecanismo de integração, com a cooperação entre policiais de diferentes órgãos de segurança pública. Os relatos dos policiais, de modo geral, confirmaram o enquadramento de que haveria grupos organizados nos protestos para realização de atos ilícitos, agindo segundo um *modus operandi* já estabelecido e seguindo determinadas lideranças. É interessante notar que alguns policiais ouvidos afirmaram que os manifestantes estavam se aprimorando em relação aos anos anteriores, destacando táticas de “contravigilância”, como a presença de grupos responsáveis por filmar e fotografar os protestos para que fossem identificados eventuais policiais infiltrados (DELLA PORTA; TARROW, 2012; MONAHAN, 2006). Além disso, alguns dos policiais ouvidos relataram um sentimento de medo em relação aos manifestantes (ATAK, 2015; HOGGETT; STOTT, 2010).

Uma testemunha específica chama a atenção e tem um papel destacado no inquérito: um jornalista do grupo RBS que participou de uma reunião do Bloco de Lutas em 18 de junho de 2013. A testemunha afirmou que foi à reunião sem revelar sua real identidade, pois haveria uma espécie de grupo de segurança formado por pessoas com o rosto coberto as quais, aleatoriamente, revistavam as pessoas que entravam na reunião. O mecanismo de desconfiança dos manifestantes como proteção contra infiltrações ao movimento era evidente. Essa desconfiança, a qual se mostraria coerente dada a cooperação do jornalista com a PC, era direcionada tanto contra as polícias quanto contra algumas mídias: segundo a testemunha, foi afirmado na reunião que pessoas do Grupo RBS e de outras mídias deveriam se acusar e se retirar do local. Em seu depoimento, o jornalista novamente informou quais os grupos políticos presentes no evento, identificou pessoas investigadas que estavam na reunião e afirmou que não eram discutidas ações ilícitas eventualmente adotadas, mas que tais conversas poderiam estar

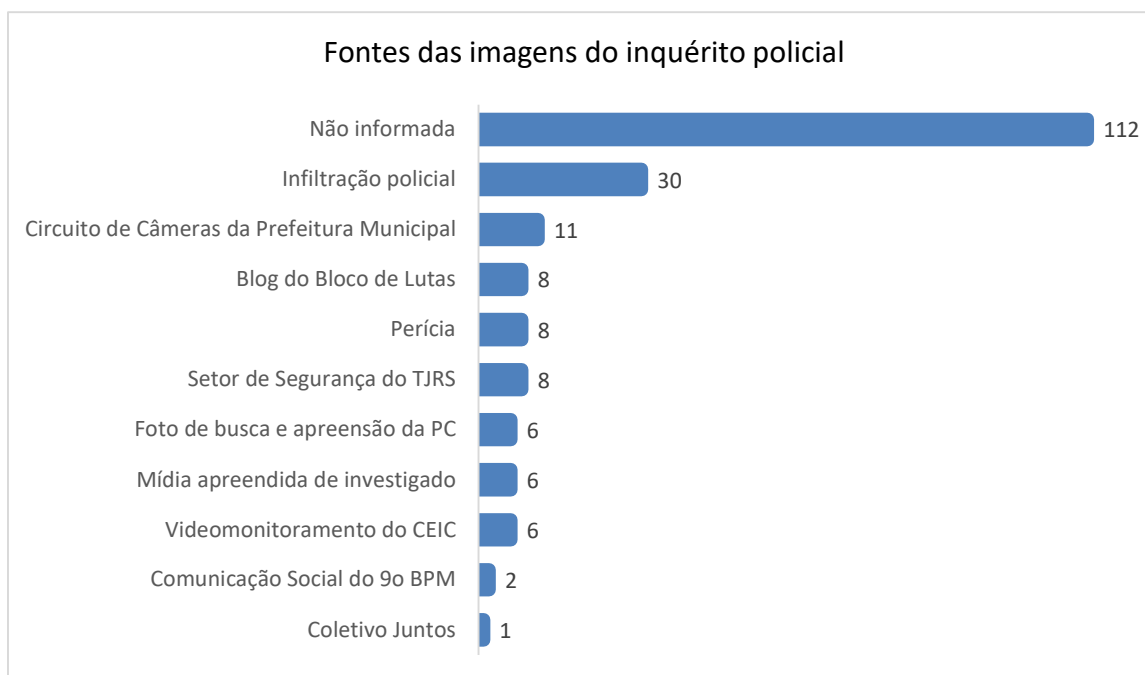
ocorrendo de forma paralela à pauta central da reunião. Esse testemunho reafirma o mecanismo de cooperação interorganizacional entre as forças policiais e a mídia corporativa.

Além das testemunhas acima citadas, o inquérito contém depoimentos de outros personagens, como proprietários de estabelecimentos comerciais dos arredores dos protestos e pessoas moradoras de rua que teriam realizado furtos durante os protestos. Esses depoimentos confirmaram quais seriam alguns dos manifestantes mais frequentes nos protestos, mas novamente não estabeleceram umnexo causal entre a prática de atos ilícitos e os investigados.

#### **8.4 As novas tecnologias entram em cena: múltiplas imagens, amplificação da visibilidade sobre manifestantes e apropriação de conteúdo**

Até esse ponto foi explicitado o trabalho policial na infiltração dos protestos e na construção de uma narrativa sobre os fatos e os manifestantes. Porém, qual o papel das TICs nesse contexto? Um dos aspectos centrais do inquérito é o uso amplo de imagens, as quais foram interpretadas como indícios contra os ativistas. No documento constam, ao total, 197 imagens, e algumas delas aparecerem diversas vezes ao longo do documento. Quase todas as imagens foram juntadas pela Divisão de Assessoramento Especial da PC - as exceções são aquelas relativas a procedimentos de perícia, juntadas pelo Instituto Geral de Perícias.

De modo geral, as imagens foram utilizadas para reafirmar a narrativa textual anteriormente descrita. É possível afirmar que as imagens serviram para ilustrar o conteúdo do texto. Para análise das imagens, elas foram aqui classificadas segundo os seguintes critérios: de quais fontes são provenientes; a quais eventos se referem; qual o conteúdo central representado. O gráfico a seguir demonstra qual a fonte das imagens juntadas ao inquérito:

**Gráfico 3 - Fontes das imagens do inquérito policial**

Fonte: autoria própria.

Em primeiro lugar é possível apontar que proliferação de imagens, quase todas relativas a eventos de protesto nas ruas, conecta-se com um mecanismo já identificado no capítulo anterior: a amplificação da visibilidade sobre os manifestantes. A quantidade de imagens no inquérito aponta para uma facilitação das táticas policiais de vigilância pela proliferação das TICs, uma vez que são diversas as fontes das quais as imagens podem ser extraídas.

A maior parte das imagens (112 ocorrências) foi juntada ao inquérito sem que tenha sido informada a fonte. A falta dessa informação reforça a interpretação de que uma “cultura do segredo” permeia a atividade policial no Brasil, causando dificuldades de controle sobre os fundamentos das práticas policiais (ARTIGO 19, 2017b). Comparando-se o conteúdo do inquérito com as notícias analisadas nos capítulos anteriores, porém, foi possível perceber que, dentre as imagens de fonte não informada no inquérito, uma significativa parcela é proveniente de notícias de cobertura jornalística aos protestos. A ampla utilização de imagens publicadas nas mídias é confirmada pelo policial entrevistado Miguel: “...como era um evento que estava sendo, muito, muito noticiado na época, o principal assunto na imprensa era esse, então a gente tinha toda uma informação vinda da própria imprensa. Inúmeras fotos de jornalistas”.

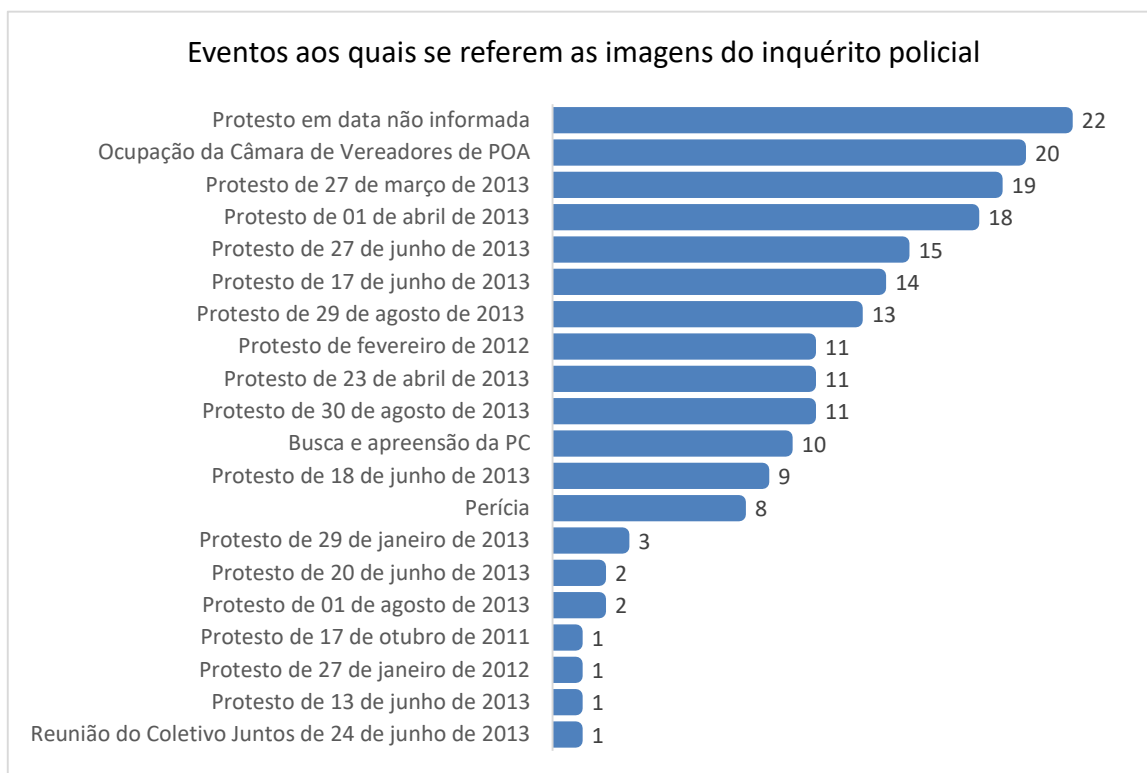
A comparação das imagens no inquérito com as notícias apresenta um elemento peculiar. Diversas imagens coletadas nas mídias foram provenientes da cobertura do jornal *Sul21*. É interessante notar que, em trabalho anterior, profissionais que trabalharam na cobertura



do *Sul21* aos protestos de 2013 afirmaram ao pesquisador que esse veículo jornalístico tinha o objetivo de produzir uma espécie de “contrainformação” à cobertura da mídia corporativa, principalmente com foco sobre a visibilização da ação policiais e de eventuais atos de violência policial (FERNANDES, 2016). Ou seja, diferentemente do que se identificou no capítulo anterior no caso de *Zero Hora*, o *Sul21* não adotou uma postura cooperativa com as forças policiais; pelo contrário: a crítica à ação policial era um dos focos centrais da cobertura do jornal. Porém, as notícias do *Sul21* publicaram diversas fotografias das dinâmicas das ruas, inclusive situações de depredação por parte de manifestantes; assim, o conteúdo publicado pelo jornal produziu uma cooperação não intencional com as forças policiais, ou seja, as imagens foram utilizadas no inquérito contra os manifestantes. O mecanismo de utilização de material produzido por indivíduos, grupos e organizações que não se colocaram em relação de cooperação com as forças policiais é aqui denominado *apropriação de conteúdo*. Esse tipo de mecanismo, que é muito articulado à proliferação das TICs, é também identificado pelo uso de imagens publicadas pelos próprios ativistas, como aquelas provenientes do *blog* do Bloco de Lutas.

Por outro lado, uma quantidade relevante de imagens (30 ocorrências) é proveniente da atuação de agentes policiais infiltrados em eventos de protesto. Essa possibilidade, também conectada ao mecanismo de amplificação da visibilidade sobre os manifestantes, é mediada pelas TICs, dada a facilidade de utilização de diversos aparatos portáteis - câmeras de celular, câmeras GoPro etc. - para produção desse tipo de conteúdo. Algumas imagens (6 ocorrências) são também de fotografias tiradas por agentes policiais em situações de busca e apreensão na residência de investigados. Há ainda imagens proveniente do diálogo com a Brigada Militar (2 imagens do setor de Comunicação do 9º BPM).

Algumas imagens são oriundas de sistemas de videomonitoramento - 11 do Circuito de Câmeras da Prefeitura Municipal, 8 do Setor de Segurança do TJRS e 6 do CEIC. Esses dados apontam para uma importância relativa dos sistemas de videomonitoramento no caso, pois a quantidade e importância narrativa de imagens provenientes de outras fontes - mídias alternativas e corporativas, infiltração policial - é marcadamente superior no inquérito. Esse é outro fator que aponta para certa inconsistência entre a expectativa de eficácia dos sistemas de videomonitoramento e os resultados práticos (BYRNE; MARX, 2011). A coleta de imagens publicadas nas redes por mídias alternativas, por exemplo, envolve custos muito menores e é mais amplamente utilizada na investigação. Outra classificação das imagens foi relativa à identificação dos eventos aos quais se refere cada imagem:

**Gráfico 4 - Eventos aos quais se referem as imagens do inquérito policial**

Fonte: autoria própria.

Do total de imagens do inquérito, a grande maioria refere-se a eventos de protesto. Além disso, a maioria expressiva também se concentra sobre eventos de protesto de rua realizados no ano de 2013. Ainda assim, algumas imagens tratam de eventos de protesto ocorridos em anos anteriores (17 de outubro de 2011, 27 de janeiro de 2012 e em data não especificada de fevereiro de 2012). O total das imagens evidencia que, apesar de os fatos investigados no inquérito estarem restritos a situações ocorridas em 27 de junho de 2013, a PC coletou e utilizou como indícios diversas imagens relativas a outros eventos de protesto, sem conexão direta com os fatos investigados. É marcante identificar que, do total de imagens classificadas quanto ao evento a que se referem, apenas cerca de 8% são relativas à data dos fatos, ou seja, ao protesto de 27 de março de 2013.

Essa constatação reafirma que o foco da investigação se direcionou para a coleta de informações sobre os investigados, sobre a participação destes em eventos de protestos e sobre seus vínculos organizativos, sem por outro lado ser estabelecido o nexo causal entre a ação dos indiciados e os supostos delitos cometidos. Nesse sentido, o inquérito tendeu a coletar uma série de informações que mais diziam respeito à participação dos indiciados em ações coletivas e em organizações políticas - e sobre os protestos e as organizações a eles vinculadas, de forma geral

- do que a eventuais ilícitos penais cometidos pelos indiciados. O conteúdo das imagens foi também codificado segundo as temáticas que prevalecem nelas:<sup>138</sup>

**Gráfico 5 - Conteúdo das imagens do inquérito policial**



Fonte: autoria própria.

O resultado da codificação do conteúdo das imagens demonstra que a preocupação central das autoridades policiais no inquérito foi a identificação dos indiciados em eventos de protestos (138 ocorrências), com algumas das imagens demonstrando os investigados em posição de destaque (33 ocorrências). Algumas das fotografias apenas apresentam imagens de protestos, mapeando-se pessoas e organizações presentes sem ser feita uma vinculação direta com os investigados (61 ocorrências). Além disso, um conjunto de imagens busca identificar os vínculos entre os investigados e organizações políticas (24 ocorrências) ou os vínculos pessoais e políticos entre os investigados (24 ocorrências). A narrativa textual relacionada a essas imagens no inquérito, de modo geral, buscou demonstrar que os investigados participavam recorrentemente de eventos de protesto. Pela frequência da participação dos investigados nos eventos, pelos seus vínculos organizativos e pelos vínculos dos indiciados

<sup>138</sup> Para uma mesma imagem mais de uma temática pode ter sido codificada.

entre si, as autoridades policiais tenderam a inferir que os investigados seriam “lideranças” do movimento.

Ao mesmo tempo, há um conjunto de imagens que busca demonstrar a presença de simbologia anarquista - principalmente bandeiras - (84 ocorrências), de “grupos de segurança” ou “*black blocs*” (72 ocorrências) e de manifestante(s) não identificado(s) com o rosto coberto (26 ocorrências) nos protestos. A essa simbologia tendeu a ser associada, no inquérito, a prática de atos de depredação por manifestante(s) não identificado(s) (55 ocorrências). São apresentadas, ainda, imagens de objetos e prédios depredados (28 ocorrências), de pichações (14 ocorrências) e de policiais agredidos (09 ocorrências) como resultados dessas ações. Esse conteúdo confirma, de modo geral, os mecanismos de estigmatização e de sujeição criminal dessa categoria social (MISSE, 2014).

Para conectar esses dois conjuntos mais amplos de imagens, o procedimento argumentativo no inquérito foi a afirmação de que os investigados seriam figuras frequentes nos eventos, bem como seriam vinculados a organizações políticas, sendo assim considerados “lideranças”. Embora a grande maioria das imagens de atos de depredação mostre indivíduos não identificados, a autoridade policial infere que os investigados, por serem “lideranças” do movimento, estariam de alguma forma relacionados aos atos de depredação. Nesse sentido, imagens dos investigados portando objetos - como bandeiras - (24 ocorrências) e com o rosto coberto (12 ocorrências) foram interpretados como um indício de que eles fariam parte do grupo de depredadores. Há, porém, um conjunto pouco representativo (8 ocorrências) de imagens que foram interpretadas pelas autoridades policiais como um efetivo ataque a objeto ou pessoa por algum dos investigados.

## **8.5 Realizando buscas e apreensões, monitorando as redes: novas tecnologias e legitimação tática**

Outra tática adotada no inquérito foi a realização de buscas e apreensões nas residências dos investigados. Essas buscas foram baseadas na identificação de indícios materiais e virtuais contra os investigados. Quanto aos indícios materiais, de modo geral o inquérito apresenta fotografias das residências de alguns entrevistados, buscando vinculá-los à ideologia anarquista: parede pintada com o símbolo anarquista, bandeiras com as cores anarquistas (preto e vermelho) e lenços como os utilizados por alguns manifestantes para cobrir o rosto.

Quanto ao conteúdo virtual, novamente fica evidente a relevância das TICs, com a apreensão dos computadores de alguns dos investigados. Foram feitas cópias dos HDs desses

computadores, e as autoridades policiais procederam à busca de arquivos que pudessem ser indícios contra os investigados, acionando o mecanismo de apropriação de conteúdo. De modo geral, foram encontrados conteúdos que confirmavam o que já estava sendo argumentado: material de militância política (relatos e encaminhamentos de reuniões, panfletos, cartas para a mídia etc), fotografias da ocupação da Câmara de Vereadores, fotografias que demonstravam vínculos pessoais e políticos entre os investigados, áudios e vídeos de entrevistas concedidas pelos investigados para a imprensa sobre os protestos; enfim, todos conteúdos que confirmavam a militância política dos indiciados.

Além disso, foi realizado o monitoramento das redes. Em documento anexado pelo Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos da PC, foram incorporadas algumas informações a respeito dos investigados e de outros manifestantes. O conteúdo desse documento foi resultante de pesquisa nos bancos de dados da agência de inteligência e em fontes abertas sobre a reunião do Bloco de Lutas realizada em 18 de junho de 2013 - a mesma em que houve a infiltração do jornalista. Sem informar como foi feita a coleta de informações sobre o que ocorreu na reunião de 18 de junho (ARTIGO 19, 2017b), o Gabinete de Inteligência afirmou que os temas centrais da reunião teriam envolvido a definição de alvos para os próximos eventos, o enquadramento da polícia como inimiga, o incentivo a atos de depredação e ao comparecimento em delegacias para prestar auxílio a manifestantes eventualmente presos nos protestos.

A pesquisa em fontes abertas foi realizada tanto nos veículos de mídia corporativa quanto nas redes sociais. Quanto às mídias corporativas, foram citados *links* para notícias dos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo* sobre a reunião acima mencionada e sobre as reivindicações dos manifestantes naquele momento. Quanto às redes sociais, foi feita uma pesquisa nos perfis de *Facebook* de pessoas que teriam participado da referida reunião, apresentando-se uma lista dessas pessoas com as seguintes informações: foto, nome, número de registro civil, função exercida no Bloco de lutas, vínculos organizativos e *link* para o perfil do *Facebook*. Nessa lista foram incluídos diversos ativistas - não apenas aqueles que estavam sendo investigados no inquérito. Ainda, no documento há a cópia de uma postagem de um dos investigados no seu perfil do *Facebook* criticando a ação da polícia e do governo estadual nos protestos. O monitoramento das redes, porém, não foi feito de forma sistemática no inquérito, nem utilizou *softwares* para coleta ou análise dos dados, de modo que esse tipo de informação assume uma função residual no inquérito se comparado à importância atribuída a outras informações - principalmente o depoimento dos policiais.

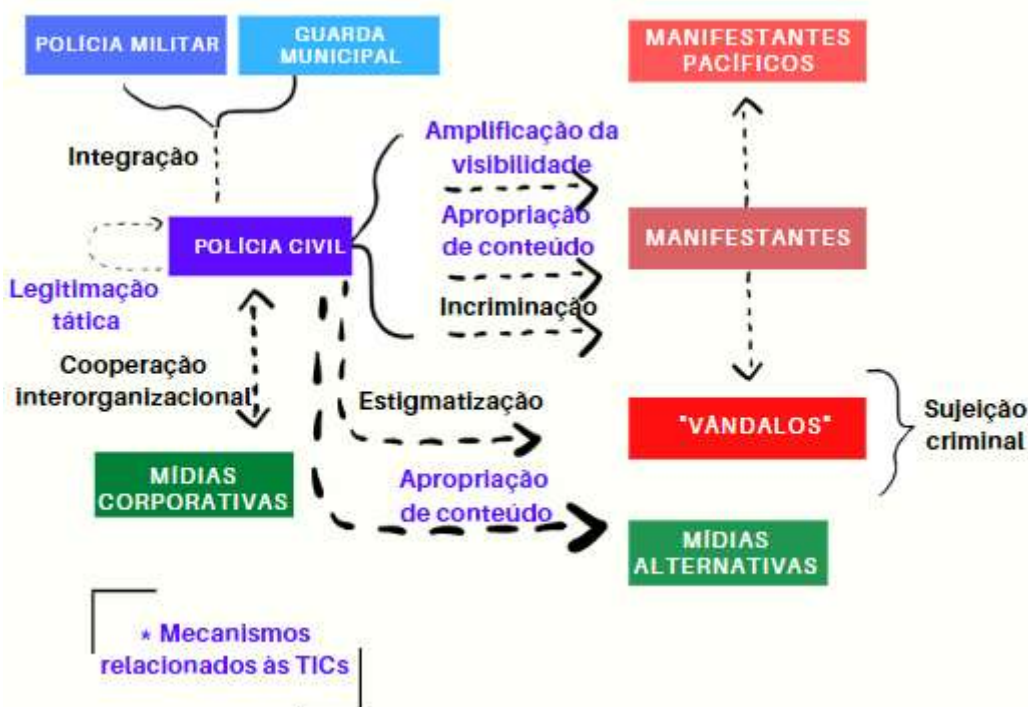
Nesse sentido, o policial entrevistado Miguel enfatiza a importância das TICs como forma de legitimação da ação policial perante o público: ele afirma que a principal eficácia das TICs, no caso de inquéritos policiais, mais do que agregar novo ou mais sofisticado conteúdo probatório, é legitimar o próprio inquérito - ou seja, ativar o mecanismo de legitimação tática. Assim, a coleta de informações provenientes de diversas mídias serviria como forma de confirmar a narrativa policial dos fatos, diversificando as fontes de dados do inquérito:

Miguel: Mais do que eficácia da investigação eu vejo uma eficácia da legitimidade do trabalho feito. [...] Então é importante, quanto mais científico for o procedimento, quanto mais estribado em prova científica for o procedimento, ou em mídias, em tecnologia, mais legitimidade vai ter a polícia para trabalhar. Porque a polícia ela faz um trabalho que é indispensável. Indispensável. Mas que tem a sua legitimidade questionada como história. Porque tem que ser assim. A polícia ela tem que ser questionada. A polícia ela tem que ser questionada de uma forma ininterrupta, para que a polícia produza as suas ferramentas de legitimidade. Porque na verdade quem manda na polícia é o povo. Quem manda na polícia é o povo. E a gente tem que saber criar ferramentas para trazer a legitimidade daquilo que a gente está fazendo. Então a tecnologia, as ferramentas tecnológicas, o incremento da ciência na investigação criminal, mais do que trazer eficácia pra investigação, ela traz um conteúdo probatório muito bom, óbvio, porque ela confirma o que os agentes viram em campo, mas também proporciona uma legitimidade maior ao trabalho policial, porque daí tu consegue demonstrar de forma cabal que aquilo que tu fez é isento.

## **8.6 Inquérito policial como tática de vigilância**

As táticas policiais utilizadas no inquérito foram as seguintes: infiltração em eventos de protesto; coleta de depoimentos; coleta e análise de imagens, realização de buscas e apreensões em residências e em mídias dos investigados; monitoramento das redes. Para mobilização dessas táticas, as TICs tiveram um papel importante, embora os argumentos centrais do inquérito tenham se baseado no depoimento de policiais infiltrados (MISSE, 2011; RATTON et al., 2011). Ainda assim, o documento do inquérito possui uma profusão de informações (sobretudo imagens) decorrentes do uso das TICs, sendo esse conteúdo integrado à investigação como forma de legitimação tática do inquérito. O conjunto de mecanismos acionados na investigação é a seguir esquematizado:

Figura 41 - Mecanismos do inquérito



Fonte: autoria própria.

A ativação desses diversos mecanismos e a construção de um inquérito no qual há uma profusão de informações sobre os investigados e sobre eventos de protesto - muitas delas sem conexão com os supostos fatos criminosos - coloca uma última questão, qual seja, o caráter político do inquérito. Em entrevista, o policial Miguel, de forma coerente com o que foi apontados pelos policiais militares entrevistados, confirma que parte do trabalho investigativo, envolvendo tanto as infiltrações quanto o monitoramento de mídias e de redes sociais, consistiu em pesquisar e entender o que estava acontecendo diante das surpresas dos protestos:

Miguel: A gente conseguia monitorar [os protestos] pela mídia. E também a gente participava de algumas, ia lá para ver o que estava acontecendo, para ver a realidade mesmo do evento. Então a gente também foi a campo para fazer esse tipo de trabalho também, até para *entender o que estava acontecendo*. Porque o início do trabalho foi exatamente entender o que estava acontecendo. Por que como é que explodiu esse tipo de movimento? As manifestações estavam acontecendo, e em dado momento aconteciam depredações. Aconteciam ataques a prédios públicos, privados, enfim. E a partir dali a coisa descambava de um jeito que ninguém entendia o que estava acontecendo, ou quem seria o responsável. Se isso seria orquestrado ou não, se isso seria aleatório ou não. Então no início foi um trabalho de entendimento mesmo do que está acontecendo, *qual a pauta, qual o perfil de quem está indo*. Então a gente teve que participar junto também muitas vezes, estar em campo olhando o que estava acontecendo, ia junto do policiamento ostensivo que acompanhava também esse pessoal. Então foi um trabalho que nós utilizamos

de mídias eletrônicas exatamente por ter as câmeras de segurança, a própria mídia, a própria Internet, mas também a gente não pode se furtar de fazer o trabalho que é o corriqueiro, que é o trabalho aquele à moda antiga mesmo que foi o de ir a campo para sentir o clima mesmo, para saber o que estava acontecendo.

Por outro lado, a fala de Miguel busca rechaçar a ideia de que a investigação teria assumido um viés político ao enfatizar que ele era pessoalmente favorável a algumas das pautas dos protestos - em especial a pauta contra a corrupção, que foi centralmente mobilizada por grupos distintos daqueles que compunham o Bloco de Lutas. Miguel afirma que o foco da investigação consistiria em apontar quais seriam os criminosos em meio aos manifestantes:

Miguel: ...por vezes um trabalho que nos levava até a separar afinidades pessoais com profissional. Muitos dos discursos que eram feitos na manifestação eu concordava. Teve um discurso muito forte contra a corrupção na época [...]. Então eu era favorável a esse discurso. Dentre outros. De gastos da Copa também, que eu era contra o gasto excessivo. Enfim, mas a gente teve que separar isso aí para apontar realmente quem seriam os criminosos no seio daquele evento ali

Porém, como demonstrado, o conteúdo do inquérito contrapõe-se a essa última fala de Miguel. O documento é composto por diversas informações que apontam na direção de uma busca da PC por, mais do que apurar delitos, produzir conhecimento sobre os manifestantes e sobre os protestos, de modo que o instrumento jurídico do inquérito, em si, funciona como uma tática de vigilância, potencializada - e legitimada - pelas informações produzidas com o uso das TICs. Assim, a investigação finda por assumir um caráter voltado para a coleta de informações sobre ativistas, manifestantes e organizações de movimentos sociais (EMSLEY, 1997; HOLM; ROTH, 2010; REZNIK, 2004).

## RESUMO DO CAPÍTULO

O capítulo centrou-se sobre a análise do papel das TICs no inquérito contra ativistas do Bloco de Lutas. Identificou-se o uso de uma multiplicidade de táticas policiais no inquérito: infiltração em eventos de protesto; coleta de depoimentos; coleta e análise de imagens; realização de buscas e apreensões em residências e em mídias dos investigados; monitoramento das redes. Apesar de o principal argumento do inquérito centrar-se sobre o depoimento de policiais, as TICs foram mobilizadas principalmente para coleta de imagens e para monitoramento das redes, conectando-se aos mecanismos de amplificação da visibilidade sobre



os manifestantes e de apropriação de conteúdo das mídias alternativas. Ainda, as TICs relacionaram-se ao mecanismo de legitimação tática, dado que as informações produzidas pelo uso das TICs foram utilizadas para confirmar a narrativa policial. Demonstrou-se que o inquérito foi mobilizado para construção de conhecimento policial sobre os ativistas, ou seja, como tática de vigilância.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou, a partir do caso do controle policial às ações promovidas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público entre os anos de 2013 e 2014 em Porto Alegre, investigar em que medida e como a incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) compõe e/ou transforma as táticas policiais de vigilância à ação coletiva. Por meio da seleção desse caso empírico, buscou-se analisar a articulação de dois processos concomitantes no tempo: a ocorrência de eventos de protesto massivos (e os desafios que estes apresentam às forças policiais); o investimento em TICs no campo da segurança pública para a Copa do Mundo de 2014.

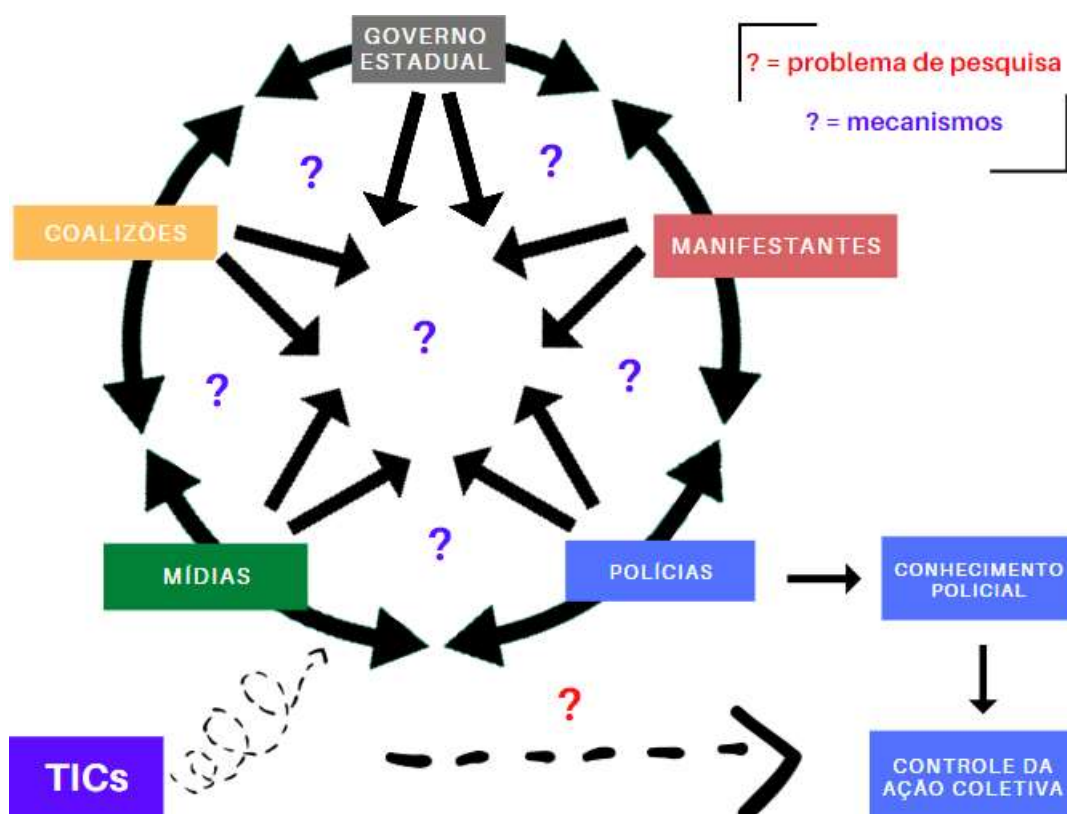
A proposta do trabalho buscou enfrentar algumas lacunas da literatura. A primeira delas é a desarticulação entre dois campos de estudo no Brasil: a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais, de um lado, e a sociologia da violência e os estudos em segurança pública, de outro. Partindo-se de uma revisão da área internacionalmente denominada “policimento a protestos” (*protest policing*), buscou-se enfrentar ainda outras questões: a escassez, nesse campo de estudos, de trabalhos sobre o Sul Global; a predominância de estudos “movimentocêntricos”, que tendem a se focar exclusivamente sobre a análise da repressão física e observável a eventos de protesto; o pouco desenvolvimento, por outro turno, de investigações sobre formas mais sutis e menos visíveis de controle, mediadas por TICs (táticas de vigilância); a escassez, nessa área, de estudos de abordagem relacional, cuja preocupação central não seja o estabelecimento de correlações entre variáveis, mas sim a identificação de mecanismos que decompõem o processo analisado.

Para enfrentamento desses desafios, foi proposto um modelo de análise fundamentado na interlocução entre três campos teóricos: o da ação coletiva e dos movimentos sociais; o do controle social e da segurança pública; o da vigilância. Uma primeira contribuição do trabalho, sintetizada no Capítulo 3, é a construção de um referencial teórico que, adotando como ponto de partida a teoria do confronto político (*contentious politics*), define conceitos que combinam esses diferentes campos: confronto político; ação coletiva; movimentos sociais; protestos; controle da ação coletiva; repertório, táticas e estratégias policiais de controle da ação coletiva; vigilância; inteligência; tecnologia; táticas policiais de vigilância à ação coletiva etc. Esse conjunto de conceitos fornece um vocabulário que transita entre os diferentes campos teóricos do estudo.

Outra contribuição original da pesquisa é a proposição, no campo do controle da ação coletiva, de um modelo de análise que não busca a verificação de correlação entre variáveis ou

de condições para a repressão, mas sim que, com base em uma abordagem relacional, identifica, por mecanismos causais, agentes em interação e as formas como esses agentes interagem (quem são os agentes e como eles agem). Em especial, propõe-se no modelo de análise a incorporação do papel das TICs, buscando-se demonstrar a ação de agentes não humanos (actantes) no campo do controle policial, conforme se explicitou na Figura 8 deste trabalho:

**Figura 8 - Modelo de análise da pesquisa**



Fonte: autoria própria.

Para aplicação desse modelo de análise foram realizadas entrevistas com agentes de segurança pública, foram mapeadas as estruturas institucionais e os aparatos tecnológicos das polícias do Rio Grande do Sul, foi realizada, com base em conteúdo dos jornais *Zero Hora* e *Sul21*, a análise dos eventos de protesto promovidos pelo Bloco de Lutas entre 2013 e 2014 e foi, por fim, analisado o conteúdo de inquérito policial contra ativistas do Bloco. Os resultados dessas análises foram desenvolvidos nos Capítulos 5, 6, 7 e 8. Algumas das hipóteses das quais partiu a pesquisa foram confirmadas nos Capítulos 5 e 6: no período estudado (entre 2013 e 2014), foram incorporadas novas tecnologias às forças policiais do Rio Grande do Sul, em especial quanto ao desenvolvimento dos centros integrandos de comando e controle para a Copa

do Mundo; também nesse período, ocorreram mudanças nas táticas policiais de controle à ação coletiva, em especial quanto à amplificação do uso de táticas de vigilância mediadas por TICs. A catalogação das táticas policiais adotadas no período (Tabela 8) configura outra contribuição da pesquisa para investigações futuras. Porém, como esse processo de transformação tática ocorreu?

*Aprendizado policial e novas tecnologias: a sofisticação do controle da ação coletiva*

Para explicação desse processo, foi realizada a decomposição das interações entre os diferentes agentes do campo do controle da ação, analisando-se o papel das TICs no processo. O resultado geral do trabalho indica que os conflitos entre 2013 e 2014 na cidade de Porto Alegre constituíram uma espécie de laboratório para as forças policiais, com o desenvolvimento de um aprendizado sobre como controlar a ação coletiva. Considera-se aqui o aprendizado policial o mecanismo mais amplo da pesquisa, pois ele envolve a incorporação e a difusão de táticas, estratégias e mecanismos no tempo (BOYKOFF, 2007). Em outros termos, as decisões sobre a reprodução ou a não disseminação dos demais mecanismos dependem, em alguma medida, do conhecimento produzido nas experiências passadas.

De modo amplo, a investigação demonstrou que esse aprendizado envolveu, no período analisado, a transição do predomínio de estratégias de controle repressivo, centradas fundamentalmente na coerção física e na dispersão generalizada de manifestantes, para o predomínio de um modelo de incapacitação estratégica nos protestos contra a Copa do Mundo em 2014 (GILLHAM, 2011; GILLHAM; NOAKES, 2007; GILLHAM et al., 2013). Quanto à forma como se deu esse aprendizado, a pesquisa demonstrou que as forças policiais foram, ao longo do processo, interagindo com diferentes atores (seja cooperativamente, seja em oposição), enfrentando problemas e se adaptando com base na ativação de mecanismos, para, por um lado, enfrentar oponentes, e, por outro, legitimar a ação policial perante a opinião pública (DELLA PORTA; TARROW, 2012; WADDINGTON, 1998; WADDINGTON, KING, 2005). Esses mecanismos foram mapeados nos Capítulos 7 e 8 e são a seguir sintetizados, na ordem em que eles apareceram no campo empírico:

**Quadro 14 - Síntese dos mecanismos causais identificados na pesquisa**

Mecanismo	Conceito
-----------	----------

Dispersão	Forma mais direta de isolar indivíduos que agem em conjunto com fins de mobilização, geralmente em forma de repressão física. Ao isolar tais indivíduos, a dispersão busca enfraquecer o grupo e causar desmobilização.
Intimidação	Demonstração simbólica de força - por meio, por exemplo, de armamentos visualmente impactantes - para constituição de uma atmosfera ameaçadora e potencialmente desmobilizadora para os adversários.
Negociação	Proposição de um diálogo no qual os agentes que buscam o controle do protesto compactuam com os manifestantes os limites para a realização do ato.
Antecipação	Busca de coleta e processamento de informações para que se adquiram vantagens táticas sobre manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais, no limite prevendo e/ou impedindo a prática da ação coletiva.
Mobilização de recursos jurídicos	Ativação de recursos no campo jurídico como forma de resolução de conflitos em torno da ação coletiva.
Autopolicamento	Mecanismo adotado por manifestantes e direcionado para controlar os níveis de disruptividade das táticas da ação coletiva. Tende a ser adotado para tornar menos provável que as mídias enquadrem negativamente o movimento.
Desconfiança	Mecanismo ativado em situações nas quais os manifestantes sentem-se intimidados pela ação policial, passando a tomar atitudes que visam proteger o grupo, muitas vezes repelindo dos protestos e de reuniões preparatórias pessoas desconhecidas.
Legitimação tática	Busca de afirmação da legitimidade de escolhas táticas realizadas pelos atores em disputa, recorrentemente por meio de declarações à imprensa.
Normalização	Busca, por meio do estabelecimento de limites estritos ao protesto, de impor a rotinização das táticas dos manifestantes e evitar o uso de táticas disruptivas, que causem problemas às instituições de controle (como depredações e transtornos ao tráfego urbano): o protesto é permitido desde que ele não afronte a ordem.
Amplificação de visibilidade	Esforço de um agente no sentido de tornar mais visível a ação dos agentes cuja ação se busca controlar e/ou combater.

Deslegitimação da cobertura	Busca, por um agente, por desqualificar a interpretação de veículos midiáticos que interpretam negativamente as táticas adotadas por tal agente.
Estigmatização	Atribuição de características de descrédito ao caráter ou à reputação de um grupo de indivíduos.
Cooperação interorganizacional	Construção de vínculos entre diferentes organizações com finalidade de controle da ação coletiva.
Invisibilização	Busca, por um agente, por tornar invisível a própria ação, diminuindo a probabilidade de serem enfrentados problemas relacionados à visibilidade e à publicização das táticas adotadas por tal agente.
Incriminação	Responsabilização de um indivíduo ou um conjunto de indivíduos por um fato criminoso.
Sujeição criminal	Tendência à identificação de grupos sociais como mais propensos à realização de condutas criminosas, de modo que as instituições de controle tendem a selecionar tais sujeitos ou grupos como alvos preferenciais do direito penal.
Integração	Ação articulada entre organizações da área de segurança pública.
Neutralização espacial	Impossibilitar a ocorrência do protesto em determinado território por meio do controle espacial.
Apropriação de conteúdo	Utilização, para controle da ação coletiva, de material produzido por indivíduos, grupos e organizações que não se colocaram em relação de cooperação com as forças policiais.

Fonte: autoria própria.

No percurso de identificação dos mecanismos, buscou-se demonstrar o papel das TICs, investigando-se como estas mediaram as interações entre os agentes e assumiram protagonismo ao longo do processo. Assim, enquanto, na história do policiamento à ação coletiva no Rio Grande do Sul, os dados indicaram o déficit de aparatos tecnológicos e a reprodução de um padrão conflitivo, durante o período de 2013 a 2014 as TICs tiveram um papel central. Esse percurso é a seguir sintetizado.

Entre janeiro e maio de 2013, após um protesto em que foi adotada a estratégia tradicional de controle repressivo (27 de março), as polícias direcionaram seus esforços para táticas menos confrontacionais e mais direcionadas para a coleta de informações, momento em que as TICs pela primeira vez emergiram como agentes importantes no estudo. O uso de táticas

de vigilância, como a filmagem dos protestos por câmeras de videomonitoramento, buscou a antecipação à ação dos manifestantes e a amplificação da visibilidade sobre o que estava ocorrendo nas ruas. Por outro lado, o uso das novas tecnologias já nesse período foi interpretado como forma de intimidação por manifestantes do Bloco, os quais durante todo o processo adotaram o mecanismo de desconfiança em relação às forças policiais, negando-se a negociar e utilizando táticas de contravigilância (por exemplo, buscando identificar policiais infiltrados nas marchas). Nesse mesmo período, ao mesmo tempo, uma parcela dos manifestantes buscou o autopolicamento dos protestos, tentando evitar que a prática de táticas disruptivas - principalmente a depredação de patrimônios - deslegitimasse o movimento perante a opinião pública. Nesse mesmo período, ainda, a não adoção de táticas de repressão física em alguns protestos causou problemas para as autoridades policiais perante a opinião pública, dada a interpretação de que o policiamento estaria sendo “tolerante”. A análise das interações nesse período, assim, explicitou disputas interpretativas em torno da (i)legitimidade das ações de agentes policiais e de manifestantes.

O uso das TICs, que aparecia de forma relativamente residual nos primeiros períodos de 2013, intensificou-se em junho de 2013. Esse mês é interpretado como o principal momento de experimentação e de aprendizado policial pelos entrevistados. Os protestos massivos e heterogêneos de junho de 2013 causaram surpresas para as forças policiais, dadas a imprevisibilidade dos atos e a dificuldade de identificação de lideranças definidas para negociação. Nesse contexto, apesar da alta frequência do uso de táticas de repressão física (bombas de gás lacrimogêneo e detenções generalizadas), as TICs foram mobilizadas para aprimorar o conhecimento policial sobre quem eram os manifestantes e quais suas formas de agir. O uso de táticas de vigilância mediadas pelas TICs (filmagem *in loco*, uso de helicóptero, monitoramento das redes sociais) buscou amplificar a visibilidade sobre a ação de manifestantes, sendo as tecnologias também adotadas como forma de antecipação ao que ocorreria nos protestos (monitoramento de *Facebook* para previsão do número de manifestantes em protesto, por exemplo). Os manifestantes, por outro turno, também investiram na mobilização das TICs para coletar e disseminar denúncias de violência policial (postagem de vídeos no *Youtube*, por exemplo), fomentando-se as disputas interpretativas do período. Ainda, o uso de táticas policiais menos visíveis (como o monitoramento das redes) ofereceu vantagens táticas para as forças policiais, tornando estas menos suscetíveis ao controle externo. Esse período também explicitou a importância das interações das forças policiais com os veículos midiáticos (mídias corporativas e alternativas) e com o governo estadual. Em especial, a estigmatização de um grupo social específico (os “vândalos”) por uma parcela dos veículos

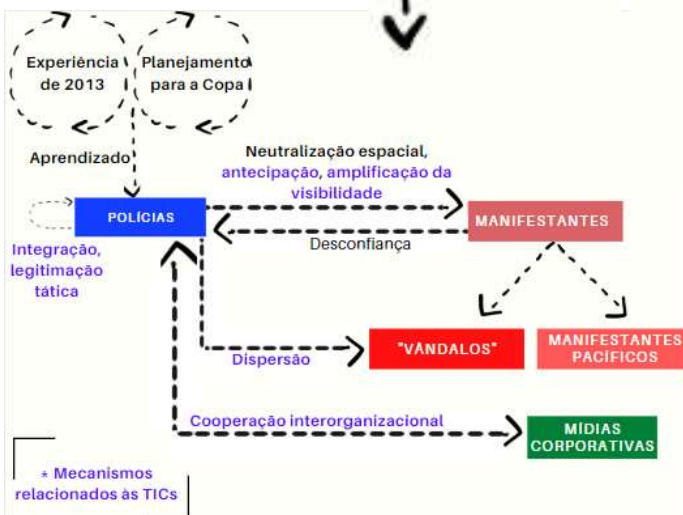
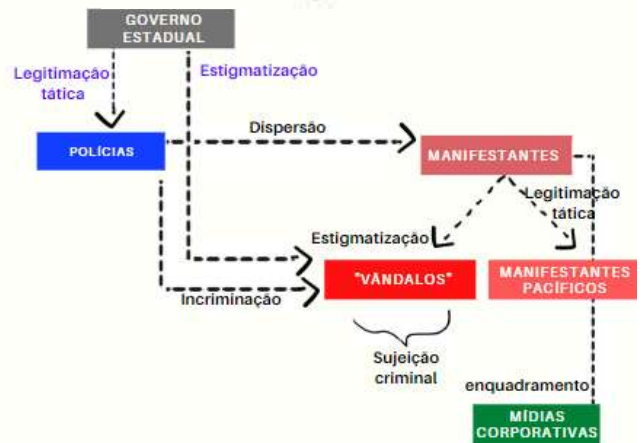
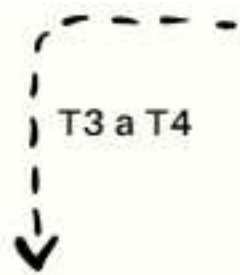
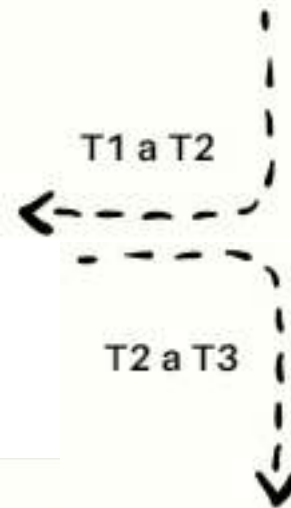
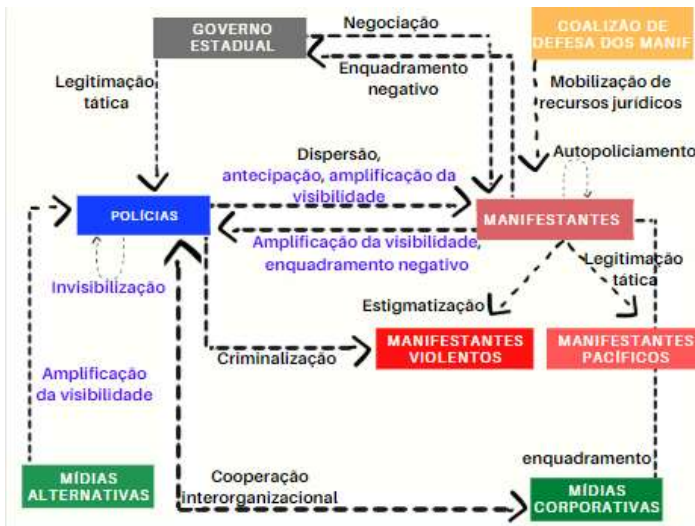
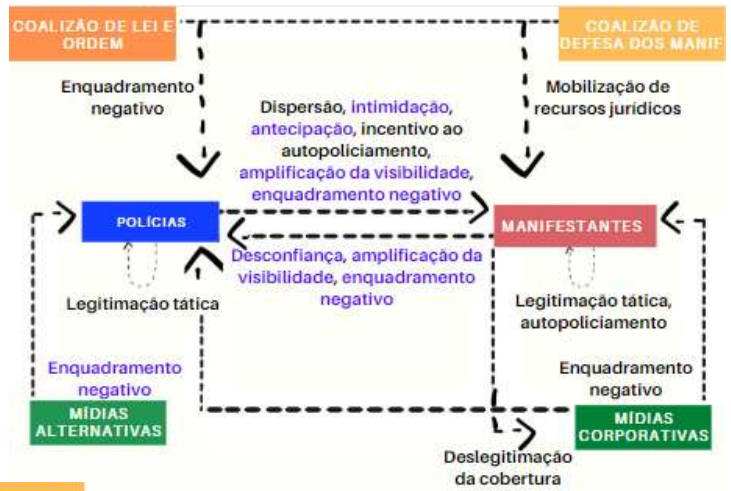
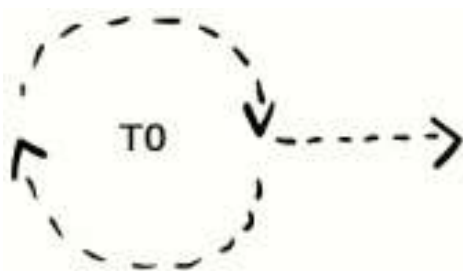
mediáticos auxiliou a distinção pelos agentes policiais entre “bons” e “maus” manifestantes, em alguma medida legitimando a repressão física dos protestos (BOYKOFF, 2007; DELLA PORTA; ATAK, 2015; DE FAZIO, 2007; GILLHAM, 2011).

Entre julho e dezembro de 2013, o conflito foi canalizado para a produção de inquéritos contra manifestantes por fatores ocorridos principalmente em junho. Já entre janeiro e junho de 2014, no contexto da Copa do Mundo, a memória dos protestos de 2013 e os investimentos em segurança pública para o megaevento convergiram para um planejamento mais amplo e sofisticado em relação aos períodos anteriores. A mobilização de TICs assumiu, nesse período, evidente protagonismo. O planejamento para a Copa reativou o mecanismo de antecipação sobre a ação dos manifestantes, havendo uma preparação ampla das forças policiais para eventuais protestos durante o evento. A antecipação também foi combinada com os mecanismos de integração (com o uso dos centros integrados de comando e controle e demais tecnologias para comunicação entre agentes de diferentes organizações de segurança pública), além da cooperação interorganizacional com as mídias corporativas (criação de grupo de *Whatsapp* para troca de informações sobre protestos). Nos protestos iniciais do período da Copa, a mediação das TICs novamente amplificou a visibilidade sobre os manifestantes (com o uso, por exemplo, de imageamento aéreo), mas com fins de produção de um policiamento seletivo, que dispersasse apenas manifestantes que teriam cometido atos de depredação (os “vândalos”), e não protestos de forma generalizada.

Os protestos seguintes intensificaram essas tendências, com a aplicação pelas forças policiais do modelo de incapacitação estratégica, no qual três elementos se destacam: o controle do espaço (mecanismo de neutralização especial); o uso amplo das táticas de vigilância; a gestão da informação (GILLHAM et al., 2013). Esse modelo, no limite, neutraliza a ação de manifestantes e impossibilita a ocorrência de eventos de protesto em determinado território. Ainda assim, os achados do campo relativizam esse processo geral de amplificação do controle policial por meio das TICs. Alguns dos policiais entrevistados enfatizam restrições na operacionalização das TICs, especialmente quanto a três elementos: resultados operacionais não condizentes com as expectativas, especialmente quanto aos sistemas de videomonitoramento; insuficiência de treinamento dos agentes humanos; limitações de recursos, principalmente para manutenção das tecnologias (BYRNE; MARX, 2011; CARDOSO, 2015). A figura a seguir sintetizam o modelo de mecanismos da pesquisa, demonstrando quais mecanismos foram mobilizados em cada período analisado:

**Figura 42 - Modelo de mecanismos da pesquisa**





- T0 = pré-2013
- T1 = janeiro a maio de 2013
- T2 = junho de 2013
- T3 = julho a dezembro de 2013
- T4 = janeiro a junho de 2014

Fonte: autoria própria.

Quanto ao papel das TICs na investigação policial contra ativistas do Bloco de Lutas, foi demonstrado que o próprio inquérito constituiu-se como uma tática de vigilância para produção de conhecimento policial sobre os manifestantes. No inquérito foi adotada uma multiplicidade de táticas policiais: infiltração em eventos de protesto; coleta de depoimentos; coleta e análise de imagens; realização de buscas e apreensões em residências e em mídias dos investigados; monitoramento das redes. As TICs foram mobilizadas principalmente para coleta de imagens e para monitoramento das redes, ativando os mecanismos de amplificação da visibilidade sobre os manifestantes e de apropriação de conteúdo das mídias alternativas (por exemplo, com a ampla utilização de imagens publicadas nessas mídias). A incorporação ao inquérito de informações produzidas pela mediação de novas tecnologias foi, ainda, interpretada como um mecanismo de legitimação da narrativa policial dos fatos.

Em suma, pode-se concluir que a incorporação das TICs foi central para o enfrentamento dos problemas pelas forças policiais e para o desenvolvimento de um aprendizado policial de controle à ação coletiva. As táticas mediadas por TICs mobilizaram principalmente (mas não apenas) os seguintes mecanismos: antecipação à ação dos manifestantes; amplificação da visibilidade sobre manifestantes; invisibilização da ação policial; integração entre organizações de segurança pública; apropriação de conteúdo de mídias alternativas; legitimação tática das forças policiais.

#### *Um campo multiorganizacional: problemas policiais e a busca por legitimação*

Um dos elementos mais importantes da pesquisa, e também uma contribuição original, foi a análise do campo de controle da ação coletiva como arena multiorganizacional, não se restringindo o estudo a interações entre forças policiais e manifestantes. Considerando-se que a ação policial é “um ato estratégico de comunicação no espaço público” (KOOPMANS, 2005, p. 159, *tradução nossa*), as forças policiais disputam, performaticamente, a legitimidade de suas práticas perante o público, seja aliando-se com, seja opondo-se a outros agentes. Buscou-se, assim, salientar na pesquisa que tanto forças policiais como manifestantes adotam táticas a partir de interações com diversos agentes, dentre os quais: as coalizões de lei e ordem e as de defesa do direito ao protesto; os veículos midiáticos; o governo estadual. Ainda, as diferentes organizações de segurança pública também interagem entre si. Esse conjunto de interações

impõe problemas às forças policiais, e a mobilização de TICs é uma das formas de enfrentamento desses problemas (WADDINGTON, 1998; WADDINGTON, KING, 2005).

Quanto à interação com as coalizões, foi demonstrado que a mobilização de recursos jurídicos pode ser ativada tanto para defesa judicial quanto para oposição aos manifestantes. Ainda, demonstrou-se frequente o enfrentamento de problemas de legitimidade pelas forças policiais, pois estas foram, durante o processo, tanto criticadas por uma postura “tolerante” quanto questionadas por supostos atos de violência e “criminalização” do movimento. Uma das respostas das forças policiais a essas críticas foi a mobilização de TICs como mecanismo de legitimação tática, dada a vinculação das tecnologias a um imaginário de eficácia e modernização (CARDOSO, 2013). A Figura 21 exemplifica a interação com coalizões:

**Figura 21 - Mecanismo de legitimação tática (T1)**



Fonte: autoria própria.

As interações com veículos midiáticos também foram demonstradas no trabalho, salientando-se disputas interpretativas em torno da (i)legitimidade das táticas de forças policiais e de manifestantes. O enquadramento negativo das mídias corporativas à prática de atos disruptivos foi respondido tanto pela deslegitimação da cobertura por parte dos manifestantes quanto pelo autopolicamento por uma parcela dos manifestantes. Por outro lado, mídias alternativas focaram sua cobertura no enquadramento negativo à ação policial durante o processo (FERNANDES, 2016). Ao mesmo tempo, tanto manifestantes quanto forças policiais buscaram legitimar suas ações com depoimentos às mídias e amplificar a visibilidade sobre as ações de seus adversários (postagens de vídeos de violência policial no *Youtube*, por exemplo).

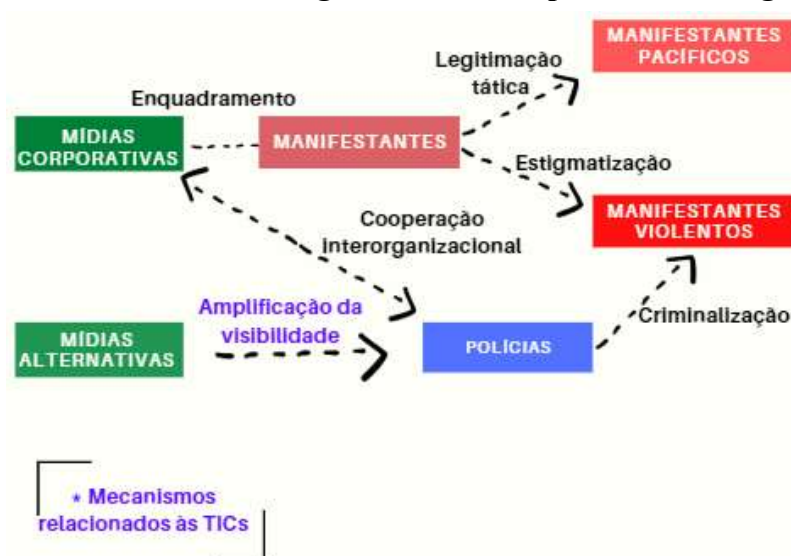
Ainda, identificou-se a cooperação interorganizacional entre mídias corporativas e forças policiais, com o intercâmbio de informações entre essas organizações (FERNANDEZ, 2008); a cisão entre manifestantes pacíficos e violentos produziu, por fim, uma estigmatização de um tipo social, contribuindo para a construção de estereótipos policiais sobre “bons” e “maus” manifestantes e para a legitimação da repressão física (BOYKOFF, 2007; DELLA PORTA; ATAK, 2015; DE FAZIO, 2007; GILLHAM, 2011). As figuras 23 e 28 exemplificam esses mecanismos:

**Figura 23 - Mecanismos das disputas interpretativas (T1)**



Fonte: autoria própria.

**Figura 28 - Mecanismos de estigmatização e cooperação interorganizacional (T2)**



Fonte: autoria própria.

As disputas em torno da (i)legitimidade também marcaram, na pesquisa, as interações com o governo estadual. O governo de Tarso Genro (PT), devido à atuação das forças policiais, foi fortemente criticado por manifestantes, situação que foi respondida pelo governador com os mecanismos tanto de negociação com os manifestantes (e a mediação das TICs por meio do *Gabinete Digital*) quanto de legitimação das táticas policiais em depoimentos para as mídias, conforme se demonstrou na Figura 26:

**Figura 26 - Mecanismos para os problemas de governo (T2)**



Fonte: autoria própria.

Em suma, essas são algumas das formas de interação multiorganizacional identificadas no trabalho. Para pesquisas futuras, pode-se aprofundar a análise das interações produzidas entre as forças policiais e outros dos atores nesse campo, como organizações do judiciário. Entende-se também ser importante a replicação do modelo de análise em casos empíricos diversos, para que possam ser construídas comparações e, conseqüentemente, generalizações dos mecanismos encontrados. É necessário, ainda, evoluir na compreensão do papel das TICs nos processos de controle da ação coletiva, em especial devido às rápidas transformações tecnológicas experimentadas na contemporaneidade.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, v. 105, p. 15-46, 2018.

ADORNO, Sérgio; PERALVA, Angelina. 1997. Estratégias de intervenção policial no estado contemporânea: Nota de apresentação. *Tempo Social*, v. 9, n. 1, p. 1-4, 1997.

AGAMBEN, Giorgio. **Como a obsessão por segurança muda a democracia**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2014. Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/como-a-obsessao-por-seguranca-muda-a-democracia/>>. Último acesso em: 06/01/2020.

ALBERTS, David S. **NEC2 Short Course**. Module 1: Traditional C<sup>2</sup>. Washington: Command and Control Research Program – United States Department of Defense, 2009. Disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/53bad224e4b013a11d687e40/t/551ac0e5e4b05e8ec0b91580/1427816677279/NEC2+Short+Course+Module+1+--+Command+and+Control+-+Alberts+1-22-2010.pdf>>. Último acesso em: 06/01/2020.

ALBUQUERQUE, Luciana Santos Gilhon. **Facebook, ativismo e vigilância: conexões e controvérsias vividas nas manifestações de 2013**. 2016. 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, Paul D. Opportunity organizations and threat induced contention: Protest waves in authoritarian settings. *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 2, p. 345-400, 2003.

ALMEIDA, Frederico de; LOPES, Rodrigo Cruz. Movimentos sociais, instituições judiciais e instituições políticas nas estratégias de resistência à repressão aos protestos de junho de 2013 em São Paulo. In: **Anais do 43º Encontro Anual ANPOCS**, 2019.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p.144-159, 2016.

AMARAL, Augusto Jobim do; FIEDLER, Cássia Zimmermann; PILAU, Lucas e Silva Batista; MEDINA, Roberta da Silva. As forças policiais nas “Jornadas de Junho” de 2013: um estudo sobre a criminalização das manifestações em Porto Alegre/RS. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 3, n.2, 2017.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: Entre a Teoria e a Prática. Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARAÚJO, Etyelle Pinheiro de. **“Não tá acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror”** - repressão policial e construções identitárias em narrativas de manifestantes de junho de 2013. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ARAÚJO Etyelle Pinheiro de; BIAR, Liana de Andrade; BASTOS, Liliana Cabral. A repressão policial como choque moral: uma análise de narrativas de manifestantes de junho de 2013. **Fórum Linguístico**, v. 14, n. 3, p. 2197-2213, 2017.

ARIAS, Enrique D.; GOLDSTEIN, Daniel M. Violent Pluralism. Understanding the New Democracies of Latin America. In: ARIAS, Enrique D.; GOLDSTEIN, Daniel M. **Violent Democracies in Latin America.** Durham, London: Duke University Press, 2010. p. 1-34.

ARTIGO 19. **As ruas sob ataque: protestos 2014 e 2015.** Brasil: creative commons, 2015. Disponível em: <<https://artigo19.org/?p=6323>>. Último acesso em: 11/02/2020.

ARTIGO 19. **Nas ruas, nas leis, nos tribunais: violações ao direito de protesto no Brasil 2015-2016.** Brasil: creative commons, 2017a. Disponível em: <<https://artigo19.org/?p=10943>>. Último acesso em: 11/02/2020.

ARTIGO 19. **Protestos no Brasil 2013.** Brasil: creative commons, 2014. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>>. Último acesso em: 22/09/2019.

ARTIGO 19. **Repressão às escuras** – uma análise sobre transparência em assuntos de segurança pública e protestos. Brasil: creative commons, 2017b. Disponível em: <<https://artigo19.org/?p=11270>>. Último acesso em: 07/01/2020.

ASTON, Valerie. State surveillance of protest and the rights to privacy and freedom of assembly: a comparison of judicial and protester perspectives. **European Journal of Law and Technology**, v. 8, n.1, 2017.

IPEA; FPSP. **Atlas da violência 2018.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>. Último acesso em: 29/01/2020.

AYOUB, Phillip M. Repressing Protest: Threat and Weakness in the European Context, 1975-1989. **Mobilization**, v. 15, n. 4, p. 465-488, 2010.

AZAB, Marian; SANTORO, Wayne A. Rethinking fear and protest: racialized repression of Arab Americans and the mobilization benefits of being afraid. **Mobilization**, v. 22, n. 4, p. 473-491, 2017.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Elementos para a modernização das Polícias no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, p. 8-20, 2016.

AZEVEDO; Rodrigo Ghiringhelli de; NASCIMENTO, Andrea Ana do. Desafios da reforma das polícias no Brasil. Permanência autoritária e perspectivas de mudança. **Civitas**, v. 16, n. 4, p. 653-674, 2016.

BALL, Kirstie; HAGGERTY, Kevin D.; LYON, David (eds.). **Routledge Handbook of Surveillance Studies**. London and New York: Routledge, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARKAN, S. Criminal Prosecution and the Legal Control of Protest. **Mobilization**, v. 11, n. 1, 2006, p. 181-195.

BECKER, Howard. **Outsiders: Estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENFORD, Robert D. Frame Disputes within the Nuclear Disarmament Movement. **Social Forces**, v. 71, n. 3, p. 677-701, 1993.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. **Process tracing: from Metaphor to Analytic Tool**, Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p.739-768, 2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. London: Penguin Books, 1966.



BINDER, Clemens. Happenings Foreseen: Social Media and the Predictive Policing of Riots. **S+F**, v. 34, n. 4, p. 242-274, 2016.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

BOTELLO, Nelson. A. Surveillance Studies: An Agenda for Latin America. **Surveillance & Society**, v. 10, n. 1, 2012, p. 5-17.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. **Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://blog.justica.gov.br/inicio/wp-content/uploads/2012/11/PROGRAMAÇÃO-OFICIALDA-CONFERÊNCIA-SISGE.pdf>>. Último acesso em: 29/01/2020.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 24, n. 16, p. 162-173, 2013.

BRIGHENTI, Andrea. Visibility: a category for the Social Sciences. **Current Sociology**, v. 55, n. 3, p. 323-342, 2007.

BRIGHENTI, Andrea. **Visibility in social theory and social research**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

BRINGEL, Breno. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (eds). **Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (orgs.). **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BYRNE, James; MARX, Gary T. Technological Innovations in Crime Prevention and Policing. A Review of the Research on Implementation and Impact. **Cahiers Politiestudies**, v. 3, n. 20, p. 17-40, 2011.

BOYKOFF, Jules. Framing Dissent: Mass Media Coverage of the Global Justice Movement. **New Political Science**, v. 28, n. 2, p. 201-228, 2006.

BOYKOFF, Jules. Limiting Dissent: The Mechanisms of State Repression in the USA. **Social Movement Studies**, v. 6, n. 3, p. 281-310, 2007.

CABLE, Sherry. Social Movements and Social Control. In: DEFLEM, Mathieu (ed.). **The Handbook of Social Control**. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, p. 121-136, 2019.

CABLE, Jonathan. Communication Sciences and the Study of Social Movements. In: ROGGE BAND, Conny; KLANDERMANS, Bert (eds.). **Handbook of Social Movements Across Disciplines**, 2. ed. New York: Springer, p. 185-202, 2017.

CALATAYUD, Manuel Maroto; VÁZQUEZ, Alejandro Segura. Mobilisation and surveillance on social media: the ambivalent case of the anti-austerity protests in Spain (2011-2014). In: MELGAÇO, L.; MONAGHAN, J (eds.). **Protests in the Information Age: Social Movements, Digital Practices and Surveillance**, p. 21-39. Routledge, 2018.

CALDEIRA, Teresa P. R. **City of Walls - Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo**. Los Angeles, London: University of California Press, 2000.

CALDEIRA, Teresa P. R.; HOLSTON, James. Democracy and violence in Brazil. Society for comparative studies. **Society and History**, v. 41, n. 4, p. 691-729, 1999.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 40, p. 119-148, 2013.

CARDOSO, Bruno e Vasconcelos. **Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Vigilantes eletrônicos no Rio de Janeiro: agenciamentos sociotécnicos e pesquisa em tecnologia. **Configurações**, v. 8, p. 97-108, 2011.

CARPENTIERI, José Rafael. A Abin e o que restou da ditadura: O problema do controle das forças coercitivas do Estado brasileiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 2, 2017, p. 323-351.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

CEPIK, Marco. Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. **Security and Defense Studies Review**, v. 2, n. 2, p. 1-22, 2002.

CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. Os serviços de inteligência no Brasil. **Ciência Hoje**, v. 45, n. 265, p. 28-33, 2009.

CHEVIGNY, Paul. Defining the Role of the Police in Latin America. In: MENDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo S. **The (un)rule of law and the underprivileged in Latin America**. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, p. 49-70, 1999.

CLEARY, Edward. **Mobilizing for human rights in Latin America**. Bloomfield: Kumarian Press, 2007.

COHEN, Stanley. **Visions of Social Control**. Cambridge: Polity Press, 1985.

CORREA, Marcus Dickson Oliveira. **Insurreição nas ruas: Uma Anarqueologia do Poder e Resistência nas Jornadas de Junho**. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CUNNINGHAM, David. State versus social movement: FBI counterintelligence against the New Left. In: GOLDSTONE, Jack (ed.). **States, Parties, and Social Movements**, pp. 45-77. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 2003a.

CUNNINGHAM, David. The patterning of repression: FBI counterintelligence and the New Left. **Soc. Forces**, v. 82, n. 1, p. 209-40, 2003b.

CUNNINGHAM, David. Understanding state responses to left- versus right-wing threats. **Soc. Sci. Hist.**, v. 27, n. 3, p. 327-370, 2003c.

CUNNINGHAM, David. **There's Something Happening Here: The New Left, the Klan, and FBI Counterintelligence.** Berkeley: Univ. Calif. Press, 2004.

CUNNINGHAM David; NOAKES, John. "What if she's from the FBI?" The effects of covert forms of social control on social movements. In: DEFLEM, Mathieu (ed.). **Sociology of Crime, Law and Deviance**, v. 10: Surveillance and Governance: Crime Control and Beyond. Bingley: Emerald, 2008.

CUNNINGHAM, David; SOTO-CARRIÓN, Roberto. Infiltrators. In: DUYVENDAK, J. W.; JASPER, James M. (eds.). **Breaking down the state.** Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

DAVENPORT, Christian. Understanding Covert Repressive Action. **Journal of Conflict Resolution**, v. 49, n. 1, p. 120-140, 2005.

DAVENPORT, Christian. State Repression and Political Order. **Annual Review of Political Science**, v. 10, n. 1, p. 1-23, 2007.

DAVENPORT, Christian; EADS, M. Cued to Coerce or Coercing Cues? An Exploration of Dissident Rhetoric and its Relationship to Political Repression. **Mobilization**, v. 6, n. 2, p. 151-171, 2001.

DAVENPORT, Christian; JOHNSTON, Hank; MUELLER, Carol (eds.). **Repression and Mobilization.** Minneapolis, London: University of Minnesota, 2005.

DAVIES, James. Toward a Theory of Revolution. **American Sociological Review**, v. 27, p. 5-19, 1962.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos.** São Paulo: Boitempo, 2009.

DE FAZIO, Gianluca. Police knowledge revised: insights from the policing of the civil rights movement in Northern Ireland. **Research in Social Movements, Conflict and Change**, v. 27, p. 63-87, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990.** São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELLA PORTA, Donatella. Research on social movements and political violence. **Qualitative Sociology**, EUA, v. 31, p. 221–230, 2008.

DELLA PORTA, Donatella. **Social movements, political violence, and the state: a comparative analysis of Italy and Germany**. New York: Cambridge University Press, 1995.

DELLA PORTA, Donatella. Social Movements and the State: Thoughts on the Policing of Protest. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer. (ed.). **Comparative Perspectives on Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DELLA PORTA, Donatella; ATAŞ, Kivanc. The police. In: DUYVENDAK, Jan W.; JASPER, James. M. (eds.). **Breaking down the state**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

DELLA PORTA, Donatella.; FILLIEULE, Olivier. Policing social protest. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter. (eds.). **The Blackwell companion to social movements**. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

DELLA PORTA, Donatella; KRIESI, Hanspeter. Social movements in a globalizing world: an introduction. In: DELLA PORTA, Donatella.; KRIESI, Hanspeter.; RUCHT, Dieter. (eds.). **Social Movements in a Globalizing World**. London: Macmillan Press, 1999.

DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. (eds.). **Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. (eds.). **The policing of transnational protest**. Aldershot: Ashgate, 2006.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Interactive diffusion: the coevolution of police and protest behavior with an application to transnational contention. **Comparative Political Studies**, EUA, v. 45, n. 1, p. 119-152, 2012.

DELLA PORTA, Donatella; ZAMPONI, Lorenzo. Protest and policing in October 15th, global day of action: the Italian case. **Policing and Society**, v. 23, n. 1, 2013, p. 65-80.

DENARDO, James. **Power in Numbers**. The Political Strategy of Protest and Rebellion. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985.

DENCIK, Lina; HINTZ, Arne; CAREY, Zoe. Prediction, pre-emption and limits to dissent: Social media and big data uses for policing protests in the United Kingdom. **New Media & Society**, v. 20, n. 4, p. 1433–1450, abr. 2018.

DETENBER, Benjamin; GOTLIEB, Melissa; MCLEOD, Douglas; MALINKINA, Olga. Frame Intensity Effects of Television News Stories About a High-Visibility Protest Issue. **Mass Communication and Society**, v. 10, n. 4 p. 439-460, 2007.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. **Cadernos do Outro Mundo: o Fórum Social Mundial em Porto Alegre**. 2013. 158 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo 2013.

DIANI, Mario. The concept of social movement. **The Sociological Review**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

DIAS, Raquel Costa. **A Repressão Criminal ao Poder Constituinte: As jornadas de junho de 2013 no Rio de Janeiro e o processo penal**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

DORNELAS, Raquel. **Com ou sem vandalismo?** Black bloc, acontecimento e disputa de sentido 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DUARTE, Karinne Regis. **O dispositivo da violência a partir dos discursos de ódio em torno das manifestações brasileiras**. 2018. 126 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

EARL, Jennifer. Controlling Protest: New Directions for Research on the Social Control of Protest. **Research in Social Movements, Conflicts and Change**, v. 25, p. 55-83, 2004.

EARL, Jennifer. Introduction: repression and the social control of protest. **Mobilization**, v. 11, n. 2, p. 129-143, 2006.

EARL, Jennifer. Political repression: Iron fists, velvet gloves and diffuse control. **Annual Review of Sociology**, EUA, v. 37, p. 261–284, 2011.

EARL, Jennifer. Tanks, tear gas, and taxes: toward a theory of movement repression. **Sociological Theory**, EUA, v. 21, n. 1, p. 44–68, 2003.

EARL, Jennifer; MARTIN, Andrew; McCARTHY, John D.; SOULE, Sarah A. The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action. **Annual Review of Sociology**, v.30, p.65-80, 2004.

EARL, Jennifer; SCHUSSMAN, Alan. Cease and desist: Repression, Strategic Voting and the 2000 U.S. Presidential Election. **Mobilization**, v. 9, n. 2, p. 181-202, 2004.

EARL, Jennifer; SOULE, Sarah A. Seeing Blue: a police-centered explanation of protest policing. **Mobilization**, EUA, v. 11, n. 2, p. 145–164, 2006.

EARL, Jennifer; SOULE, Sarah A.; McCARTHY, John D. Protest under Fire? Explaining the Policing of Protest. **American Sociological Review**, v. 68, n. 4, p. 581-606, 2003.

ELLEFSSEN, Rune. Relational dynamics of protest and protest policing: strategic interaction and the coevolution of targeting strategies. **Policing and Society**, v. 28, n. 7, p. 751-767, 2016.

EMSLEY, Clive. Introduction: Political police and the European Nation-State in the 19th century. In: MAZOWER, Mark (ed.). **The Policing of Politics in the Twentieth Century: Historical Perspectives**. Providence: Berghahn Books, 1997.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Campos de batalha jornalística**: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. 2016. 300 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FERNANDES, Eduardo Georjão. Movimentos Sociais, Policiamento e Vigilância: Um Diálogo Teórico a Ser Construído. **Mediações**, v. 23, n. 1, p. 100-126, 2018.

FERNANDES, Eduardo Georjão; CÂMARA, Gabriel Guerra. Policiamento a eventos de protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de Junho de 2013 na cidade de Porto Alegre. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 39, mai-ago. 2018, p. 368-395.

FERNANDEZ, Luis A. **Policing dissent**: social control and the anti-globalization movement. London: Rutgers University Press, 2008.

FEIERABEND, Ivo K.; FEIERABEND; Rosalind L. Aggressive Behaviors within Politics, 1948-1962: A Cross-National Study. **Journal of Conflict Resolution**, v. 10, p. 249-271, 1966.

FERREE, Myra Marx. Soft repression: ridicule, stigma and silencing in gender-based movements. **Research in Social Movements, Conflict and Change**, v. 25, p. 85-101, 2004.

FIAMMINGHI, Giovanni. Control, Participation, Regimes of Visibility and Reality. In: LESSING, Emanuela Bonini; VANIN, Fabio; ACHUTTI, Daniel (eds.). **Reducing Boundaries**: Understanding Exclusion through Security Defensive Systems in Wealthy Urban Areas, p. 253-274. Milan: Mimesis International, 2017.

FOMINAYA, Cristina Flesher; WOOD, Lesley. Editorial: repression and social movements. **Interface**: a journal for and about social movements, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2011.

FONSECA, Bruno Henrique Barros. **Ordem e protesto**: Publicações sobre manifestações e ação policial no #vempruarua do Instagram. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRANCISCO, Ronald A. After the massacre: mobilization in the wake of harsh repression. **Mobilization**, v. 9, n. 2, p. 107-126, 2004.

FRANKLIN, James. Persistent Challengers: Repression, Concessions, Challenger Strength, and Commitment in Latin America. **Mobilization**, v. 20, n. 1, p. 61-80, 2015.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileiras de Segurança Pública**, v. 3, n. 5, p. 100-114, 2009.

FREITAS, Veronica Tavares de. **Quem são os terroristas no Brasil?** A Lei Antiterror e a produção política de um “inimigo público”. 2017. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.



FUCHS, Christian. Como podemos definir vigilância? **MATRIZES**, v. 5, n. 1, p. 109-136, 2011.

GAFFNEY, Christopher. Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**.

GANDY, Oscar. **The panoptic sort: A Political Economy of Personal Information**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

GARLAND, David. **The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001.

GELDERLOOS, Peter. **Como a não-violência protege o Estado**. Porto Alegre: Deriva, 2011.

GERRING, John. **Case study research: Principles and practices**. New York, NY: Cambridge University Press, 2007.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**. Outline of the theory of structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.

GILLHAM, Patrick F. Securitizing America: Strategic Incapacitation and the Policing of Protest Since the 11 September 2001 Terrorist Attacks. **Sociology Compass**, v. 5, n. 7, p. 636-652, 2011.

GILLHAM, Patrick F.; EDWARDS, Bob; NOAKES, John A. Strategic incapacitation and the policing of occupy Wall Street protests in New York City, 2011. **Policing and Society**, Southampton, v. 23, n. 11, p. 81-102, 2013.

GILLHAM, Patrick F.; NOAKES, John A. 'More Than a March in a Circle': Transgressive Protests and the Limits of Negotiated Management. **Mobilization**, v. 12, n. 4, p. 341-357, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GRAHAM, Stephen. **Cities Under Siege: The New Military Urbanism**. London: Verso, 2011.

GRINBERG, Daniel. Tracking movements: Black activism, aerial surveillance, and transparency optics. **Media, Culture & Society**, v. 41, n. 3, p. 294-316, 2019.

GROTE, Florian. **‘Violento é o Estado!’: Violência política nas práticas anarquistas contemporâneas**. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GURR, Ted Robert. **Why Men Rebel**. Princeton: Princeton University Press, 1969.

HAGGERTY, Kevin; ERICSON, Richard. The new politics of surveillance and visibility. In: HAGGERTY, Kevin; ERICSON, Richard (eds.). **Surveillance and Visibility**, p. 3-33. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

HERMAN, Michael. **Intelligence Power in Peace and War**. Cambridge: Cambridge University Press and Royal Institute of Foreign Affairs, 1996.

HESS, David; MARTIN, Brian. Repression, backfire, and the theory of transformative events. **Mobilization**, v. 11, n. 2, 2006, p. 249-267-430.

HIER, Sean P.; GREENBERG, Josh (eds.). **The surveillance studies reader**. Berkshire: Open University Press, 2007.

HILL, Stuart; ROTHCHILD, Donald. The impact of regime on the diffusion of political conflict. In: MIDLARSKY, Manus I. (org.). **The internationalization of communal strife**. Londres: Routledge, 1992.

HINTZ, Arne. Restricting digital sites of dissent: commercial social media and free expression. **Critical Discourse Studies**, v. 13, n. 3, p. 325-340, 2016.

HINTZ, Arne. Challenging the digital gatekeepers: international policy initiatives for free expression. **Journal of Information Policy**, v. 2, p. 128-150, 2012.

HOGGETT, James; STOTT, Clifford. The role of crowd theory in determining the use of force in public order policing. **Policing and Society**, v. 20, n. 2 p. 223-236, 2010.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HOLM, Andrej; ROTH, Anne. Anti-terror Investigations against Social Movements—A Personal Experience of a Preventive Threat. In: HESSDÖRFER, Florian; PABST, Andrea; ULLRICH, Peter (eds.). **Prevent and Tame: Protest under (Self-)Control**, p. 50-54. Berlin: Rosa-Luxemburg-Stiftung, 2010.

HOOGENBOOM, Bob. Grey intelligence. **Crime, Law and Social Change**, v. 45, p. 373-381, 2006.

IRONS, Jenny. Who Rules the Social Control of Protest? Variability in the State-Countermovement Relationship. **Mobilization**, v. 11, n. 2, p. 165-180, 2006.

JASPER, James M.; DUYVENDAK, Jan Willem (eds.). **Players and Arenas: the interactive dynamics of protest**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014.

JEFFERSON, Tony. **The Case against Paramilitary Policing**. Milton Keynes: Open University Press, 1990.

JOHNSTON, Hank. “Let’s get small”: the dynamics of (small) contention in repressive States. **Mobilization**, v. 11, n. 2, p. 195-212, 2006.

JOH, Elizabeth E. Privacy Protests: Surveillance Evasion and Fourth Amendment Suspicion. **Arizona Law Review**, v. 55, p. 997-1029, 2013.

KANT DE LIMA, Roberto; PIRES, Lenin. A difícil convivência entre mudanças sociais dirigidas e recorrentes formas de administrar conflitos entre juridicamente desiguais, no Brasil. **Enfoques**, v. 13, n. 1, p. 33-42, 2014.

KAUFMAN, L. A. A Short History of Radical Renewal. In: SHEPARD, Benjamin; HAYDUK, Ronald (eds.). **From Act Up to the WTO: Urban Protest and Community Building in the Era of Globalization**, p. 35-40. New York: Verso, 2002.

KOOPMANS, Ruud. Dynamics of repression and mobilization: the german extreme right in the 1990s. **Mobilization**, v. 2, n. 2, p. 149-164, 1997.

KOOPMANS, Ruud. Repression and the Public Sphere: Discursive Opportunities for Repression against the Extreme Right in Germany in the 1990s. In: DAVENPORT, Christian; JOHNSTON, Hank; MUELLER, Carol (eds.). **Repression and Mobilization**, p. 159-188. Minneapolis, London: University of Minnesota, 2005.

KOOPMANS, Ruud; RUCHT, Dieter. Protest Event Analysis. In: B. KLANDERMANS; S. STAGGENBORG (eds.), **Methods of Social Movements Research**. Minneapolis, University of Minnesota Press, p. 231-259, 2002.

KIELBOWICZ, R. B.; SCHERER, C. The role of the press in the dynamics of social movements. **Research in Social Movements, Conflicts, and Change**, v. 9, p. 71-96, 1986.

LACEY, Nicola; ZEDNER, Lucia. Legal construction of crime. In: MAGUIRE, M.; MORGAN, R.; REINER, R. (eds.). **The Oxford Handbook of Criminology**, p. 159-181. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomo modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013.

LATOUR, Bruno. On Technical Mediation. Philosophy, Sociology, Genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

LATOUR, Bruno; HERMANT, E. **Paris Ville Invisible**. Paris: La Découverte, 1998.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Rev. Sociedade e Estado**, v. 30, n.1, 2015.

LINDEN, Annette; KLANDERMANS, Bert. Stigmatization and repression of extreme-right activism in the Netherlands. **Mobilization**, v. 11, n. 2, p. 213-228, 2006.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public services. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.

LUBBERS, Eveline. Undercover Research: Corporate and Police Spying on Activists. An Introduction to Activist Intelligence as a New Field of Study. **Surveillance & Society**, v. 13, n. 3-4, p. 338-353, 2015

LUZ, Tiago P. F. da. **Não vai ter Copa ou não vai ter protesto?** Estudo acerca de dois protestos distintos contra a Copa do Mundo em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 135 p., 2016.

LYON, David. **Surveillance Society: Monitoring Everyday Life.** Oxford: Open University Press, 2001.

LYON, David. **Surveillance Studies: An Overview.** Oxford: Polity Press, 2007.

MACHAMER, Peter; DARDEN, Lindley; CRAVER, Carl F. Thinking about Mechanisms. **Philosophy of Science**, v. 67, n. 1, p. 1-25, 2000.

MARX, Gary T. Preface: “Your Papers, please”: personal and professional encounters with surveillance. In: BALL, Kirstie; HAGGERTY, Kevin D.; LYON, David (eds.). **Routledge Handbook of Surveillance Studies.** London and New York: Routledge, 2012.

MARX, Gary T. Thoughts on a Neglected Category of Social Movement Participant: The Agent Provocateur and the Informant. **American Journal of Sociology**, v. 80, n. 2, p. 402-442, 1974.

MARX, Gary T. **Undercover.** Berkeley: University of California Press, 1988.

MARX, Gary T. What’s New About the “New Surveillance”? Classifying for Change and Continuity. **Surveillance and Society**, v. 1, n. 1, p. 9-29, 2002.

MARX, Gary T. External Efforts to Damage or Facilitate Social Movements: Some Patterns, Explanations, Outcomes and Complications. In: McCARTHY, John; ZALD, Mayer N. (eds.). **The Dynamics of Social Movements**, p. 94-125. Cambridge: Winthrop Publishing, 1979.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de Oliveira. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. **Varia História**. v. 28, n. 48, p. 537-554, 2012.

MATOS, George Mazza. **Manifestações de rua no Brasil: criminalização no Estado Constitucional de Direito.** 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015

McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer. [ed.]. **Comparative Perspectives on Social Movements.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **The dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McCARTHY, John; McPHAIL, Clark. The institutionalization of protest in the United States. In: MEYER, D.; TARROW, Sidney (eds.). **The social movement society: Contentious politics for a new century**, p. 83–110. Boulder: Rowman and Littlefield, 1997.

McPHAIL, Clark; McCARTHY, John D. Protests, Protest Repression, and their Interaction. In: DAVENPORT, Christian; JOHNSTON, Hank; MUELLER, Carol. **Repression and Mobilization**, p. 3-32. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2005.

McPHAIL, Clark; SCHWEINGRUBBER, David; McCARTHY, John. Policing protest in the United States: 1960-1995. In: DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. **Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

MEIER, Robert F. Perspectives on the concept of social control. **Annual Review of Sociology**, v. 8, p. 35-55, 1982.

MELGAÇO, Lucas; MONAGHAN, Jeffrey (eds.). **Protests in the Information Age: Social Movements, Digital Practices and Surveillance**. Routledge, 2018.

MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; ZAVERUCHA, Jorge. LOMAN: Um legado autoritário civil-militar do regime militar. **Teoria & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 110-124, 2016.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal. **Lua Nova**, v 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 15–27, 2011.

MISSE, Michel. Sujeição criminal. In: LIMA, R. S. DE; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. DE (eds.). **Crime, polícia e justiça criminal no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MONAGHAN, Jeffrey; WALBY, Kevin. Making up 'Terror Identities': security intelligence, Canada's Integrated Threat Assessment Centre and social movement suppression. **Policing & Society**, v. 22, n. 2, p. 133-151, 2012a.

MONAGHAN, Jeffrey; WALBY, Kevin. 'They attacked the city': Security intelligence, the sociology of protest policing and the anarchist threat at the 2010 Toronto G20 summit. **Current Sociology**, v. 60, n. 5, p. 653-671, 2012b.

MONAHAN, Torin. Counter-surveillance as Political Intervention. **Social Semiotics**, v. 16, n. 4, p. 515-534, 2006.

MOSS, D. Repression, Response, and Contained Escalation under "Liberalized" Authoritarianism in Jordan. **Mobilization**, v. 19, n. 3, p. 261-286, 2014.

MUHALE, M. J. J. **Lutar, criar poder popular**: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MULLER, Edward. N.; WEEDE, Erich. 1990. Cross-National Variation in Political Violence. A Rational Action Approach. **Journal of Conflict Resolution**, v. 34, p. 624-651, 1990.

NAM, Taehyun. The broken promises of democracy: protest-repression dynamics in Korea 1990-1991. **Mobilization**, v. 11, n. 4, p. 427-442, 2006.

NOAKES, John A. Official Frames in Social Movement Theory: The FBI, the HUAC and Communist Threat in Hollywood. **The Sociological Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 657-680, 2000.

Noakes, John A. Racializing subversion: The FBI and the depiction of race in early cold war movies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 26, n. 4, p. 728-749, 2003.

NOAKES, John A.; GILLHAM, Patrick F. Aspects of the 'New Penology in the Police Responses to Major Political Protests in the United States, 1999-2000. In: DELLA PORTA, D.; REITER, H. (eds.). **The policing of transnational protest**, p. 97-116. Aldershot: Ashgate, 2006.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, p. 119-130, 2010a.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. A Semidemocracia Brasileira: autoritarismo ou democracia. **Sociologias**, v. 12, n. 23, p. 74-141, 2010b.

NORRIS, Clive; ARMSTRONG, Gary. **The Maximum Surveillance Society: The Rise of CCTV**. Oxford: Berg, 1999.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. **Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

OLIVA, Diego Colleti. “Se eu grito e o governo não escuta... vamos quebrar”: a instrumentalização política da violência a partir da atuação da tática black bloc no Brasil pós junho de 2013. 2017. 172 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVER, Pamela E. Repression and crime control: why social movement scholars should pay attention to mass incarceration as a form of repression. **Mobilization**, v. 13, n. 1, p. 1-24, 2008.

OLZAK, Susan. Analysis of Events in the Study of Collective Action. **Annual Review of Sociology**, vol.15, pp. 119-141, 1989.

ORTIZ, David G. Confronting oppression with violence: inequality, military infrastructure and dissident repression. **Mobilization**, v. 12, n. 3, p. 219-238, 2007.

ORTIZ, David G. Rocks, Bottles, and Weak Autocracies: The Role of Political Regime Settings on Contention-Repression Interactions. **Mobilization**, v. 18, n. 3, 2013, p. 289-312.

ORTIZ, David G. State Repression and Mobilization in Latin America. In: ALMEIDA, P; ULATE, A. C. **Handbook of Social Movements Across Latin America**. New York: Springer, 2015.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)**. 2018. 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.



PERRY, Walter; McINNIS, Brian; PRICE, Carter C.; SMITH, Susan C.; HOLLYWOOD, John S. **Predictive Policing: The Role of Crime Forecasting in Law Enforcement Operations**. Washington: RAND Corporation, 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 43-52, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, v. 9, p. 45-56, 1991.

PINHEIRO JR., Ari Leme. **Narrativas de protesto: a copa das black blocs**. 2016. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

POSTER, Mark. **The mode of information: Poststructuralism and Social Context**. Cambridge: Polity Press, 1990.

RAFAIL, Patrick. Asymmetry in Protest Control? Comparing Protest Policing Patterns in Montreal, Toronto, and Vancouver, 1998-2004. **Mobilization**, v. 15, n. 4, p. 489-509, 2010.

RATTON, José Luiz. Notas introdutórias sobre violência policial no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito de Olinda**, v. 6, p. 31-43, 2003.

RATTON, José Luiz; TORRES, Valéria; BASTOS, Camila. Inquérito policial, Sistema de Justiça Criminal e políticas públicas de segurança: dilemas e limites da Governança. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 29–58, 2011.

REDDEN, Joanna. Social Media Protest in Context: Surveillance, Information, Management and Neoliberal Governance in Canada. In: DENCIK, Lina; LEISTERT, Oliver. (eds.). **Critical Perspectives on Social Media and Protest: Between Control and Emancipation**. London-New York: Rowman & Littlefield, 2015.

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROCHA, Lia de Mattos. 2013. **Uma favela "diferente das outras"?** Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet & Faperj, 292p.

ROSCIGNO, Vincent J.; CANTZLER, Julia Miller; RESTIFO, Salvatore J.; GUETZKOW, Joshua. Legitimation, state repression, and the Sioux massacre at Wounded Knee. **Mobilization**, v. 20, n. 1, p. 17-40, 2015.

RULE, James B. **Private Lives, Public Surveillance: Social Control in the Information Age**. London: Allen Lane, 1973.

SANTIAGO, Leonardo Sagrillo. **Os “novíssimos” movimentos sociais e a sociedade em rede: a criminalização das “jornadas de junho” de 2013 e a consolidação de um estado delinquent**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 72, p. 7-44, 2005.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHÄFER, Mirko Tobias; VAN ES, Karin (eds.). **The Datafied Society: Studying Culture through Data**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.

SHANG, Paul; VITALE, Alex. Repressive Coverage in an Authoritarian Context: Threat, Weakness, and Legitimacy in South Korea's Democracy Movement. **Mobilization**, v. 18, n. 1, 2013, p. 19-39.

SHRIVER, Thomas E; BRAY, Laura A.; ADAMS, Alison E. Legal repression of protesters: the case of worker revolt in Czechoslovakia. **Mobilization**, v. 23, n. 3, p. 307-328, 2018.

SILVA, Gabriela Galiza e; GURGEL, Yara Maria Pereira. A polícia na Constituição Federal de 1988: apontamentos sobre a manutenção de um órgão militarizado de policiamento e a sua incompatibilidade com a ordem democrática vigente no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, p. 142-158, 2016.

SILVA, Camila Farias da. **Inovações nos repertórios de contestação: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre**. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Jacqueline Carvalho da. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 8, p. 78-89, 2011.

SILVA, Marcelo Kunrath. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, v. 17, n. 1, 2018.

SILVA JR., Júlio Gonçalves da. **Black bloc nas manifestações populares no Brasil**: uma análise sobre a atuação do poder público como responsável pela ordem pública e pela liberdade de expressão nas manifestações de junho de 2013. 2015. 82 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOARES, Philipp Augusto Krammer; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. O Centro Integrado de Comando e Controle: ferramenta de coordenação, integração e planejamento na defesa social. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 216-232, 2017.

SOULE, Sarah; DAVENPORT, Christian. Velvet Glove, Iron Fist, or Even Hand? Protest Policing in the United States, 1960-1990. **Mobilization**, v. 14, n. 1, p. 1-22, 2009.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 207-223, 2015.

STARR, Amory; FERNANDEZ, Luis; SCHOLL, Christian. **Shutting Down the Streets: Political Violence and Social Control in the Global Era**. New York: New York University Press, 2011.

STARR, Amory; FERNANDEZ, Luis A.; AMSTER, Randall; WOOD, Lesley J.; CARO, Manuel J. The Impacts of State Surveillance on Political Assembly and Association: A Socio-Legal Analysis. **Qualitative Sociology**, v. 31, n. 3, p. 251-270, 2008.

STOCKDILL, Brett C. **Multiple oppressions and their influence on collective action**: the case of the AIDS movement. Ph.D. 1996. Dissertation (Department of Sociology) – Northwestern University, Evanston, 1996.

SUTTON, John R. Rethinking Social Control. **Law & Social Inquiring**, v. 21, n. 4, p. 943-958, 1996.

SZTOMPKA, Piotr. **Trust: A Sociological Theory**, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TARROW, Sidney. **Democracy and Disorder: Protest and Politics in Italy 1965-1975**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

TAYLOR, Verta; VAN DYKE, Nella. Get up, stand up: Tactical repertoires of social movements. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (eds.). **The Blackwell companion to social movements**, p. 262-293. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

THORBURN, Elise Danielle. Social Media, Subjectivity, and Surveillance: Moving on From Occupy, the Rise of Live Streaming Video. **Communication and Critical/Cultural Studies**, v. 11, n. 1, p. 52-63, 2014.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.

TILLY, Charles. **Popular Contention in Great Britain, 1758-1834**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. 2a ed. New York: Oxford University Press, 2015.

TITARENKO, Larissa; McCARTHY, John D.; McPHAIL, Clark; AUGUSTIN, Boguslaw. The interaction of state repression, protest form and protest sponsor strength during the transition from Communism in Minsk, Belarus, 1990-1995. **Mobilization**, v. 6, n. 2, p. 129-150, 2001.

TROTTIER, Daniel. Crowdsourcing CCTV surveillance on the Internet. **Information, Communication & Society**, v. 17, n. 5, p. 609-626, 2013.

TROTTIER, Daniel. Digital Vigilantism as Weaponisation of Visibility. **Philosophy & Technology**, v. 30, n. 1, p. 55-75, 2017.

TROTTIER, Daniel. Open source intelligence, social media and law enforcement: Visions, constraints and critiques. **European Journal of Cultural Studies**, v. 18, n. 4-5, p. 530-547, 2015.

TROTTIER, Daniel. Policing Social Media: Policing Social Media. **Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie**, v. 49, n. 4, p. 411–425, nov. 2012.

ULLRICH, Peter; WOLLINGER, Gina Rosa. A Surveillance Studies Perspective on Protest Policing: The Case of Video Surveillance of Demonstrations in Germany. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 3, n. 1, p. 12-38, 2011.

VAN LEEUWEN, Anouk; KLANDERMANS, Bert; VAN STEKELENBURG, Jacquelin. A study of perceived protest atmospheres: how demonstrators evaluate police-demonstrator interactions and why. **Mobilization**, v. 20, n. 1, p. 81-100, 2015.

VITALE, Alex S. The Command and Control and Miami models at the 2004 Republican National Convention: new forms of policing protests. **Mobilization**, v. 12, n. 4, p. 403-415, 2007.

WACQUANT, Loïc. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis, **International Political Sociology**, v. 2, p. 56-74, 2008.

WADDINGTON, David P. **Policing Public Disorder: Theory and Practice**. Devon: Willan Publishing, 2007.

WADDINGTON, Peter A. J. Controlling Protest in Contemporary Historical and Comparative Perspective. In: DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. **Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

WADDINGTON, Peter A. J. **Policing citizens**. London: UCL Press, 1999.

WADDINGTON, Peter A. J. Political protest and crime. In: BROOKMAN, F. et al. (eds.). **Handbook on Crime**. Uffculam: Willan Publishing, 2010.

WADDINGTON, Peter A. J.; KING, Mike. The impact of the local: police public-order strategies during the G8 Justice and Home Affairs ministerial meetings. **Mobilization**, v. 12, n. 4, p. 417-430, 2007.

WADDINGTON, David; KING, Mike. Flashpoints Revisited: A Critical Application to the Policing of Anti-globalization Protest. **Policing & Society**, v. 15, n. 3, p. 255-282, 2005.

WAHLSTRÖM, Mattias. Forestalling Violence: Police Knowledge of Interaction with Political Activists. **Mobilization**, v. 12, p. 389-402, 2007.

WAHLSTRÖM; Mattias; OSKARSSON, Mikael. Negotiating Political Protest in Gothenburg and Copenhagen. In: DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. (eds.). **The policing of transnational protest**, p. 97-116. Aldreshot: Ashgate, 2006.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1970.

WEICHERT, Marlon Alberto. Violência sistemática e perseguição social no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 106-128, 2017.

WINNER, Langdon. Do artifacts have politics? **Deadalus**, v. 109, n. 1, 1980, p. 121-136.

WINTER, Martin. Police Philosophy and Protest Policing in the Federal Republic of Germany (1960–1990). In: DELLA PORTA, D.; REITER, H. (eds.). **Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies**, p. 188-212. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

WISLER, Dominique; GIUGNI, Marco. Under the Spotlight: The Impact of Media Attention on Protest Policing. **Mobilization**, v. 4, 1999, p. 171-187.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Mass media: Contextos e Paradigmas, Novas tendências. Efeitos a longo prazo, O newsmaking. Lisboa: Presença, 1999.

WOOD, Lesley. Breaking the wave: repression, identity, and Seattle tactics. **Mobilization**, v. 12, n. 4, p. 377-388, 2007.

WOOD, David. Situating Surveillance Studies. **Surveillance & Society**, v. 19, 2009, p. 52-61.

XU, Kaibin. Framing Occupy Wall Street: A Content Analysis of The New York Times and USA Today. **International Journal of Communication**, v. 7, p. 2412-2432, 2013.

ZALD, Mayer. On the social control of industries. **Social Forces**, 57, pp. 79–102, 1978.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a Lula: A militarização da Agência Brasileira de Inteligência. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 177-195, 2008.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZIMMERMANN, Ekkart. Macro-Comparative Research on Political Protest. In: GURR, T. R. (ed.), **Handbook of Political Conflict: Theory and Research**. New York: The Free Press, 1980.

ZUBOFF, Shoshana. **In the age of the smart machine**. New York: Basic Books, 1989.

## APÊNDICES

### Apêndice I - Características gerais dos eventos de protesto

<b>Data</b>	<b>Grupos presentes</b>	<b>Reivindicações</b>	<b>N. de manifestantes</b>
21/01/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
18/02/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
27/03/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
01/04/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	De mil a 10 mil
04/04/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	De mil a 10 mil
11/04/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	De mil a 10 mil
23/04/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
01/05/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
13/06/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	10 mil ou mais
17/06/2013	Heterogêneos	Heterogêneas	10 mil ou mais
20/06/2013	Heterogêneos	Heterogêneas	10 mil ou mais
24/06/2013	Heterogêneos	Heterogêneas	10 mil ou mais
27/06/2013	Heterogêneos	Heterogêneas	De mil a 10 mil
01/07/2013	Coalizão de esquerda	Heterogêneas	Centenas ou menos



04/07/2013	Coalizão de esquerda	Heterogêneas	Centenas ou menos
10 a 17/07/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
11/07/2013	Coalizão de esquerda	Heterogêneas	Centenas ou menos
22/07/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
01/08/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
14/08/2013	Coalizão de esquerda	Heterogêneas	Centenas ou menos
30/08/2013	Coalizão de esquerda	Heterogêneas	Centenas ou menos
07/09/2013	Heterogêneos	Heterogêneas	10 mil ou mais
10 a 11/09/2013	Coalizão de esquerda	Educação	Centenas ou menos
10/10/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
25/10/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
19/12/2013	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
23/01/2014	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público e contra a Copa do Mundo	De mil a 10 mil
02/04/2014	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público e contra a Copa do Mundo	Centenas ou menos
07/04/2014	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos
08 a 15/04/2014	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público	Centenas ou menos

24/04/2014	Coalizão de esquerda	Tarifa do transporte público e contra a Copa do Mundo	Centenas ou menos
08/05/2014	Coalizão de esquerda	Contra a Copa do Mundo	Centenas ou menos
15/05/2014	Coalizão de esquerda	Contra a Copa do Mundo	Centenas ou menos
12/06/2014	Coalizão de esquerda	Contra a Copa do Mundo	Centenas ou menos
15/06/2014	Coalizão de esquerda	Contra a Copa do Mundo	Centenas ou menos
18/06/2014	Coalizão de esquerda	Contra a Copa do Mundo	Centenas ou menos
23/06/2014	Coalizão de esquerda	Contra a Copa do Mundo	Centenas ou menos

Fonte: autoria própria.